

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**MUNICÍPIOS RURAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: REFLEXÕES A
PARTIR DO MUNICÍPIO DE MATO RICO – PR**

Dissertação de Mestrado

CLOTILDE ZAI

**CURITIBA
2009**

CLOTILDE ZAI

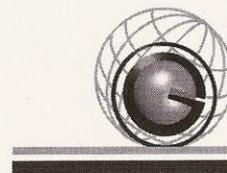
**MUNICÍPIOS RURAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:
REFLEXÕES A PARTIR DO MUNICÍPIO DE MATO RICO – PR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, curso de Mestrado, Setor de Ciências da Terra, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Orientação: Prof.^a Dra. Cicilian Luiza Löwen Sahr

CURITIBA
2009

MEC-UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
– MESTRADO E DOUTORADO



PARECER

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Geografia reuniram-se para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado, apresentada pela candidata **CLOTILDE ZAI**, intitulada: **“PEQUENOS MUNICÍPIOS RURAIS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL: REFLEXÕES A PARTIR DO MUNICÍPIO DE MATO RICO - PR”**, para obtenção do grau de **Mestre** em Geografia, do Setor de Ciências da Terra da Universidade Federal do Paraná Área de Concentração **Espaço, Sociedade e Ambiente**, Linha de Pesquisa **Produção e Transformação do Espaço Urbano e Regional**.

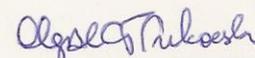
Após haver analisado o referido trabalho e argüido o candidato, são de parecer pela **APROVAÇÃO** da Dissertação.

Curitiba, 16 de abril de 2009.

Nome e assinatura da Banca Examinadora:


Prof. Dr. Cicilian Luiza Löwen Sahr (Orientadora)
(UEPG)


Prof. Dr. Márcio Mendes Rocha – (UEM)


Prof. Dra. Olga Lúcia C. de Freitas Firkowski

Dedicatória...

Ao Claudinei por seu companheirismo, incentivo, amor e paciência.

Agradecimentos...

Agradeço a Universidade Federal do Paraná que me propiciou este ambiente acadêmico do qual participo;

À CAPES pelo apoio financeiro por meio da concessão de bolsa de fomento;

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na pessoa do professor Leonardo José Cordeiro coordenador e amigo. Ao Zem e a Paula pela amizade e cuidado com nossa documentação e atenção prestimosa na secretaria.

Aos professores que contribuíram com seus conhecimentos durante as disciplinas cursadas.

Aos professores Woody e Olga pelas importantes contribuições no exame de qualificação.

Um agradecimento especial à professora Cicilian por sua valiosa orientação, confiança e estímulo durante todo período de elaboração da dissertação.

À SEMA, ITCG e IBGE pela disponibilização de informações.

À Prefeitura Municipal de Mato Rico nas pessoas de Rosilene e Arlande pela concessão de informações administrativas municipais.

Ao Sr. Eroslau pela grande contribuição com dados históricos do município de Mato Rico. Também às famílias, Loch, Antunes Tereza, Vieira, Zai, Gruchovski, Ivanchechin, Gmach e Kasnok que me receberam em suas casas e o professor Edson Lima que me recebeu prontamente em seu trabalho para coleta de dados das comunidades.

À grande amiga Silvana pelo incentivo e correção de texto. Ao amigo Dimas pela companhia durante um dos trabalhos de campo e disposição de material fotográfico.

Em especial a minha família, pai, mãe, marido, sogra, irmãos, cunhados, sobrinhos, afilhados, compadres e amigos que tanto me incentivam e seguem puxando uma grande torcida.

*Tropeçavas nos astros desastrada
Quase não tínhamos livros em casa
E a cidade não tinha livraria
Mas os livros que em nossa vida entraram
São como radiação de um corpo negro
Apontando para expansão do Universo
Porque a frase, o conceito, o enredo, o verso
(E sem dúvida, sobretudo o verso)
É que pode lançar mundos no mundo. (...)*

(Livros – Caetano Veloso)

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS.....	iv
LISTA DE SIGLAS.....	vii
RESUMO.....	viii
ABSTRACT.....	ix
1. INTRODUÇÃO	10
2. PEQUENOS MUNICÍPIOS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: UMA REVISÃO DA LITERATURA.....	15
2.1 Os “municípios anões” e “cidades imaginárias”	16
2.2. O desenvolvimento territorial rural como perspectiva.....	22
2.3. Por um projeto de desenvolvimento territorial rural	32
3. OS PEQUENOS MUNICÍPIOS NO PARANÁ: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO	43
3.1. A ocupação do Paraná: um pouco de história	43
3.2. Os pequenos municípios no Estado	58
3.3. Mato Rico: relações de centralidade e subordinação e seus indicadores de qualidade de vida.....	69
4. MATO RICO: UM MUNICÍPIO “ANÃO” E UMA “CIDADE IMAGINÁRIA”?	92
4.1. Mato Rico: seu povo, sua história.....	92
4.2. A Centralidade do Urbano	106
4.3. Caracterizando um município rural.....	113
4.3.1 Suas comunidades Rurais.....	116
4.3.2 O zoneamento socioambiental do município de Mato Rico.....	149
5. A GUIA DE CONCLUSÃO: POTENCIALIDADES DE UM PEQUENO MUNICÍPIO RURAL.....	176
REFERÊNCIAS.....	179

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATO RICO	12
FIGURA 2 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO PARANÁ NO ANO DE 1924	49
FIGURA 3 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO PARANÁ NO ANO DE 1940	51
FIGURA 4 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO PARANÁ NO ANO DE 1951	52
FIGURA 5 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO PARANÁ NO ANO DE 1970	55
FIGURA 6 – ATUAL DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO PARANÁ A PARTIR DO ANO DE 1991.	57
FIGURA 7 – DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ SEGUINDO CRITÉRIOS DE VEIGA (2002 e 2005).....	59
FIGURA 8 – MUNICÍPIOS DO PARANÁ SEGUINDO CRITÉRIOS DE TAMANHO POPULACIONAL	60
FIGURA 9 – DISTRIBUIÇÃO DO IDH-M NO PARANÁ SEGUINDO CLASSES DE HIERARQUIZAÇÃO	62
FIGURA 10 – DISTRIBUIÇÃO DO IDH-M DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ SEGUINDO CLASSES DE HIERARQUIZAÇÃO	65
FIGURA 11 - DISTRIBUIÇÃO DO IDH-L DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ SEGUINDO CLASSES DE HIERARQUIZAÇÃO	66
FIGURA 12 - DISTRIBUIÇÃO DO IDH-E DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ SEGUINDO CLASSES DE HIERARQUIZAÇÃO	67
FIGURA 13 - DISTRIBUIÇÃO DO IDH-R DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ SEGUINDO CLASSES DE HIERARQUIZAÇÃO	68
FIGURA 14 – SUBORDINAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATO RICO QUANTO A ÓRGÃOS OFICIAIS	72
FIGURA 15 - SUBORDINAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATO RICO QUANTO AO COMÉRCIO.....	73
FIGURA 16 - SUBORDINAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATO RICO QUANTO AO ACESSO A CULTURA	74
FIGURA 17 – MÉDIA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO ETM E DO PARANÁ	76
FIGURA 18 – TAXA DE ANALFABETISMO DOS MUNICÍPIOS DO ETM E DO PARANÁ.....	78
FIGURA 19 - SUBORDINAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATO RICO QUANTO AOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO.....	80
FIGURA 20 - SUBORDINAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATO RICO QUANTO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE.....	82
FIGURA 21 – VARIÁVEIS DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL PARA OS MUNICÍPIOS DO ETM E MÉDIA DO PARANÁ	83
FIGURA 22 - CONDIÇÃO DE POBREZA DOS MUNICÍPIOS DO ETM E MÉDIA DO PARANÁ.....	85
FIGURA 23 – COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA DOS MUNICÍPIOS DO ETM SEGUINDO CLASSES DE TAMANHO DE PROPRIEDADES	87
FIGURA 24 - POPULAÇÃO RECENTE DO ETM POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO EM 2007*	90
FIGURA 25 - VIAS DE ACESSO DOS PRIMEIROS MORADORES DO ATUAL MUNICÍPIO DE MATO RICO	93
FIGURA 26 – FAMÍLIA BEDNARTCHUK DURANTE A VISITA DE UM BISPO EM 1943	94

FIGURA 27 – PROCISSÃO DE POSSE DO PRIMEIRO PÁROCO DE MATO RICO	99
FIGURA 28 – CELEBRAÇÃO DE POSSE DO PRIMEIRO PÁROCO DE MATO RICO	99
FIGURA 29 – FAMÍLIA GRUCHOVSKI NA COLHEITA DO TRIGO EM MATO RICO – DÉCADA DE 1980.....	100
FIGURA 30 – UMA DAS PRIMEIRAS CARGAS DE ALGODÃO DE MATO RICO – DÉCADA DE 1980	100
FIGURA 31 – LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE DISPUTA ENTRE PITANGA E RONCADOR EM 1967	102
FIGURA 32 – TÍTULO DE VOTANTE PARA PLEBISCITO DE EMANCIPAÇÃO ADMINISTRATIVA DO DISTRITO DE MATO RICO EM 1967.....	102
FIGURA 33 – DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE MATO RICO POR COMUNIDADE - 2008.....	105
FIGURA 34 - VISÃO PARCIAL DA SEDE URBANA DE MATO RICO.....	106
FIGURA 35 – ÔNIBUS ESCOLAR DA PREFEITURA DE MATO RICO	110
FIGURA 36 – SEDE URBANA DE MATO RICO - AVENIDA DAS ARAUCÁRIAS..	110
FIGURA 37 - ESTRUTURA FUNCIONAL DA SEDE URBANA DO MUNICÍPIO DE MATO RICO	111
FIGURA 38 – UNIDADES DE SAÚDE DE MATO RICO	112
FIGURA 39 – LOCALIZAÇÃO DA MALHA VIÁRIA, HIDROGRAFIA E COMUNIDADES DO MUNICÍPIO DE MATO RICO	115
FIGURA 40 - VISTA PANORÂMICA DA PAISAGEM DE MATO RICO.....	116
FIGURA 41 – FOTOS DA COMUNIDADE ÁGUA CLARA	118
FIGURA 42 - FOTOS DA COMUNIDADE ÁGUA DOCE.....	120
FIGURA 43 - FOTOS DA COMUNIDADE ÁGUA LIMPA	121
FIGURA 44 - FOTOS DA COMUNIDADE BELA VISTA.....	122
FIGURA 45 - FOTOS DA COMUNIDADE RIO DOURADO	124
FIGURA 46 - FOTOS DA COMUNIDADE ÁGUA BONITA.....	126
FIGURA 47 - FOTOS DA COMUNIDADE CABECEIRA	128
FIGURA 48 - FOTOS DA COMUNIDADE COLÔNIA MATO RICO.....	130
FIGURA 49 - FOTOS DA COMUNIDADE JACUTINGA DE CIMA	134
FIGURA 50 - FOTOS DA COMUNIDADE PALMITAL 43.....	136
FIGURA 51 - FOTOS DA COMUNIDADE ALTO ALEGRE	138
FIGURA 52 - FOTOS DA COMUNIDADE ALTO COQUEIRO	139
FIGURA 53 - FOTOS DA COMUNIDADE COLÔNIA CANTÚ.....	140
FIGURA 54 - FOTOS DA COMUNIDADE JACUTINGA DO MEIO	142
FIGURA 55 - FOTOS DA COMUNIDADE JUQUIRI.....	144
FIGURA 56 - FOTOS DA COMUNIDADE PINHALZINHO	145
FIGURA 57 - FOTOS DA COMUNIDADE RIO PERDIDO	147
FIGURA 58 - RELEVO PATAMARIZADO E PASTAGEM NA COMUNIDADE DE RIO PINTADO	148
FIGURA 59 - FLUXOGRAMA ESQUEMÁTICO DA ELABORAÇÃO DO ZONEAMENTO SOCIOAMBIENTAL	150
FIGURA 60 – USO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE MATO RICO – A PARTIR DE IMAGEM DE SATÉLITE DO ANO DE 2006.....	151
FIGURA 61 – DECLIVIDADE DO MUNICÍPIO DE MATO RICO.....	153
FIGURA 62 – SOLOS DO MUNICÍPIO DE MATO RICO	156

FIGURA 63 – ZONEAMENTO SOCIOAMBIENTAL SOB USO DA TERRA DO MUNICÍPIO DE MATO RICO	158
FIGURA 64 – UNIDADES DE ZONEAMENTO DO MUNICÍPIO DE MATO RICO ..	160
FIGURA 65 – LOCALIZAÇÃO DOS SETORES CENSITÁRIOS DO IBGE PARA O MUNICÍPIO DE MATO RICO - 2008	169
FIGURA 66 – DINÂMICA DA DENSIDADE DEMOGRÁFICA DE MATO RICO NOS ANOS DE 1991, 2000 E 2007	173

LISTA DE SIGLAS

AMOCENTRO - Associação dos Municípios do Centro
ANA – Agência Nacional das Águas
ANP – Agência Nacional do Petróleo
CIC - Cidade Industrial de Curitiba
CMDR - Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural
CMEI – Centro Municipal Educacional Infantil
CNDRS - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
COAMO – Agroindustrial Cooperativa
CODEPAR - Companhia de Desenvolvimento do Paraná
COPEL – Companhia Paranaense de Energia
CRESOL - Cooperativa de Crédito Solidário
CTD - Contrato Territorial de Desenvolvimento
DER - Departamento de Estradas de Rodagem
DETRAN - Departamento de Trânsito
EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
IAP - Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal
IDR - Índice de Desenvolvimento Rural
IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS/CF – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MMA - Ministério do Meio Ambiente
NRE - Núcleo Regional de Educação
ONU - Organização das Nações Unidas
PIB – Produto Interno Bruto
PNDRS - Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
PNRA - Programa Nacional de Reforma Agrária
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Proger-Rural - Programa de Geração de Renda no Setor Rural
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONAT - Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais
SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná
SDT - Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEAB - Secretaria da Agricultura e do Abastecimento
SEMA - Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SUDERHSA - Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental
TPC - Território Paraná Centro
ZEE - Zoneamento Ecológico-Econômico

RESUMO

No Paraná, em concordância ao que ocorre no Brasil, grande parte da população vive em pequenos municípios, que concentram 25,5% da população do estado, ocupam 84% do território paranaense e somam 79,5% do número total das unidades municipais do Paraná. Um desses pequenos municípios é Mato Rico, adotado como objeto do estudo, que se caracteriza como um município “anão” com uma “cidade imaginária”. Sua população censitária é de 4.156 habitantes - 846 na zona urbana e 3.310 na zona rural. Seu IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) é de 0,640. O município de Mato Rico não possui relações de centralidade apenas de subordinação com alguns municípios circunvizinhos que o polarizam, o que demonstra sua dependência em serviços, saúde, educação, cultura, lazer, comércio e atendimento de órgãos oficiais. Historicamente municípios com estas características são vistos apenas como espaço físico de produção rural e seus destinos dificilmente escapam à tragédia do esvaziamento social, econômico, político e cultural. Diante deste cenário, o desafio é revelar os potenciais para o desenvolvimento que esta modalidade de municípios pode apresentar. Com base no conceito de desenvolvimento territorial rural o trabalho visa entender os pequenos municípios - como Mato Rico - enquanto lugares específicos de vida e trabalho, que representam um grande potencial econômico, social, cultural e natural. Para identificação dos potenciais de desenvolvimento do município em estudo foi elaborado um zoneamento socioambiental, que parte do pressuposto que a sociedade é internamente diferenciada conforme agregações de grupos e classes sociais, onde cada uma delas cria um espaço cultural e funcional específico conforme suas necessidades e tradições. O zoneamento propiciou compreender as características ambientais, culturais, econômicas, estruturais e funcionais distintas em Mato Rico, que proporcionarão facilidade na implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria de qualidade de vida na área de saúde, educação, acesso desses serviços à população, bem como valorização das diferenças entre as zonas delimitadas no município.

Palavras-chave: cidade imaginária, município anão, rural, zoneamento socioambiental, centralidade, subordinação.

ABSTRACT

RURAL MUNICIPALITIES AND TERRITORIAL DEVELOPMENT: REFLECTIONS : FROM THE MUNICIPALITY OF MATO RICO – PR - In Paraná as it occurs in Brazil, most part of population lives in small municipalities, which concentrate 25.5% of the state's population, they take 84% of Paraná's territory, and the sum 79,5% of the total number of municipalities units in Paraná. One of these municipalities is Mato Rico, adopted as study object, it is characterized as a "dwarf" (too little) municipality with an "imaginary city". Its population according to the cense is of 4.156 inhabitants – 846 in the urban area and 3.310 in rural area. Its IDH-M (Municipality's Human Development Rate) is of 0.640. Mato Rico doesn't have any relations of centrality, just relations of subordination with some municipalities around that polarize it, what shows its dependence of services, health, education, culture, leisure, trading and access to official organs. Historically municipalities with this characteristics are seen just as physical space to rural production, and hardly places like this escape to the tragedy of empty, social, economic, politic, cultural and natural. To identify the developing potentials of Mato Rico it was elaborated a socio-environmental zoning, that is based in the fact that society is internally different due to groups aggregations and social divisions, where each of them creates a cultural and functional space, specific according to their necessity and traditions. The zoning has resulted in comprehend the characteristics – environmental, cultural, economic, structural and functional ones, distinct in Mato Rico, that will offer facilities in implementation of public politics looking for turning better the quality of life, specially in health, education, accessibility to services, even though the valorization of the differences among the zones delimited in the municipality.

Key words: imaginary city, "dwarf" municipality, socio-environmental zoning, centrality, subordination.

1. INTRODUÇÃO

Resultados do último censo demográfico, levantado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que 84% da população brasileira e 81% da paranaense é considerada urbana. O que implica, conseqüentemente, num país e estado com reduzida população rural. Numa avaliação preliminar esse dado revela-se um paradoxo, pois sabe-se que tanto o Brasil como o Paraná têm forte base agrícola, principalmente no aspecto econômico, que é justificado pelo Produto Interno Bruto (PIB) de ambos.

No entanto, esse dado pode ser contestado, quando se verifica que para o IBGE toda sede de município é considerada cidade e toda população que nela habita corresponde à população urbana. Essa definição de cidade é estabelecida por meio do Decreto-Lei 311 de 1938. Desse modo, indiscriminadamente, todo município brasileiro possui uma população urbana e uma cidade, sem considerar critérios estruturais e funcionais que qualificam um ambiente urbano de fato.

Assim, povoados, ou simples vilarejos, são compreendidos no país como cidades por norma de um antigo Decreto-Lei que continua em vigor. Apesar de todas as posteriores evoluções constitucionais - não somente as mudanças na constituição dos períodos pós-1946, pós-1964 e pós-1988, mas também as que estão sendo introduzidas por meio de leis, tal como o Estatuto da Cidade - o conceito de cidade é o mesmo desde 1938 (VEIGA, 2002).

Essa compreensão de cidade mascara a realidade do Brasil e do Paraná, deixando transparecer uma menor importância do rural, que não é verdadeira. Uma parcela significativa da população brasileira e paranaense vive em pequenos municípios rurais.

Considerando critérios diferentes do adotado pelo IBGE para designar cidade, verifica-se que dentre os 399 municípios paranaenses apenas 60 deles atendem ao requisito de possuir população urbana superior a 20.000 habitantes. Veiga (2002; 2005), Wanderley (2000) e Abramovay (2003) consideram 20.000 habitantes um ponto fundamental para a qualificação de uma cidade.

Dos municípios paranaenses, 339 deles, que corresponde a grande maioria, apresentam população urbana com número inferior a 20.000 habitantes. Esses pequenos municípios com características essencialmente rurais são qualificados por

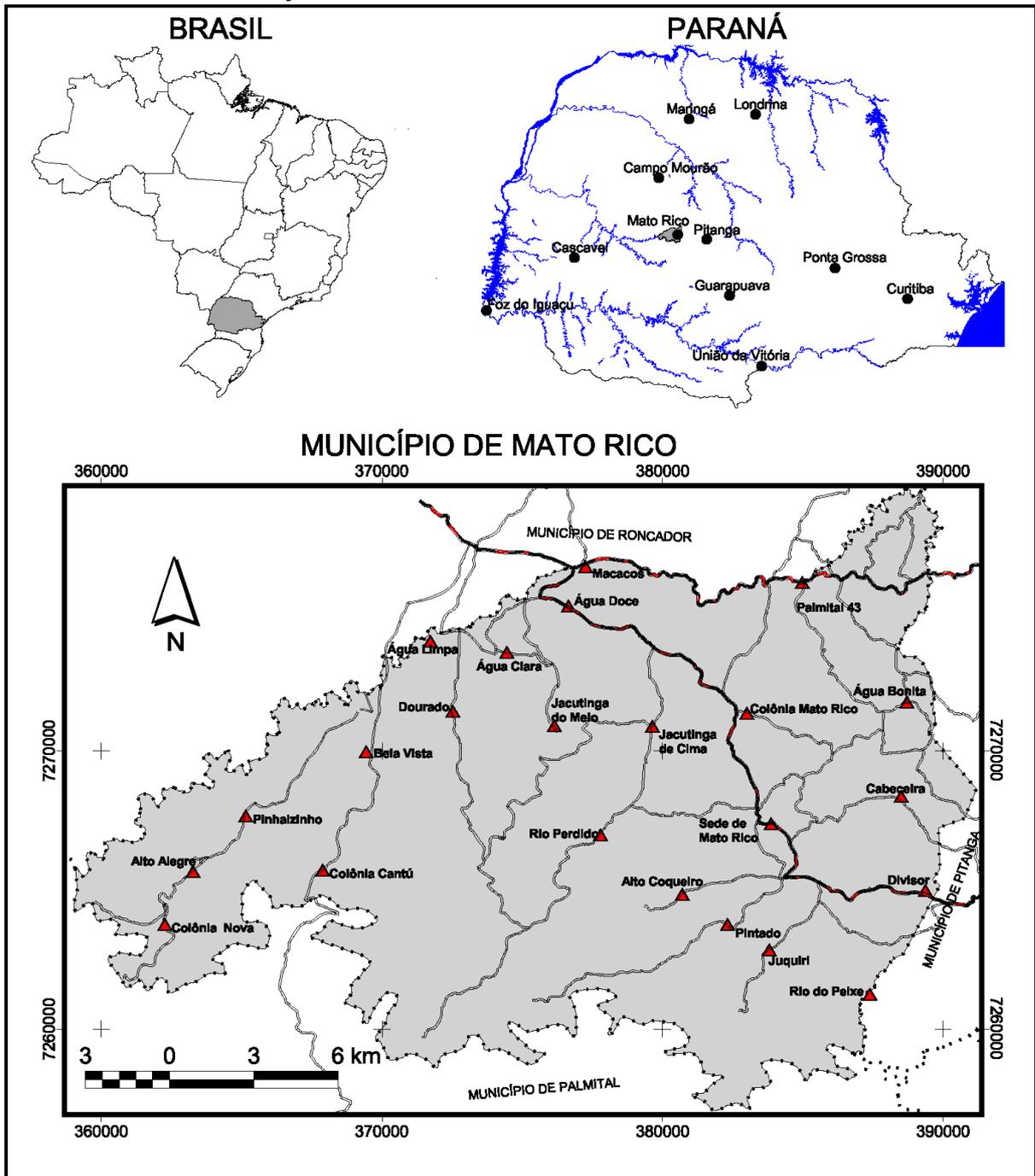
Veiga (2002 e 2005) como “cidades imaginárias”. Dentre esses, 100 apresentam sua população total inferior a 5.000 habitantes, podendo ser considerados “municípios anões” ou “micro-municípios” (VEIGA, *op cit*).

Assim, nos pequenos municípios paranaenses concentra-se 25,5% da população total do estado, que é de 10.284.503 habitantes (IBGE, 2007). Os pequenos municípios correspondem a 79,45% do número total de municípios e ocupam 84% da área do território paranaense. A partir da compreensão de que a população total desses pequenos municípios é rural e somando-a com a população rural dos demais, obtém-se que a população rural paranaense é de 38%, superior ao divulgado pelo IBGE que é de 19%. Trata-se, portanto, de um número mais representativo no contexto estadual, demonstrando maior expressividade do rural.

Em sua grande maioria, os pequenos municípios rurais são os que apresentam os piores indicadores de desenvolvimento econômico. Abramovay (2003) defende, todavia, que uma visão territorial do desenvolvimento seria fundamental para se pensar esta categoria de municípios. Este enfoque, sem deixar de lado as atividades agropecuárias típicas do espaço rural, caminha para uma nova concepção de desenvolvimento onde os aspectos ambiental, econômico, social, histórico-cultural, político e institucional interagem no espaço.

Assim, o presente trabalho adota Mato Rico como objeto de estudo, um pequeno município paranaense situado na porção central do estado (Figura 1), que segundo o critério de Veiga (2002; 2005) pode ser qualificado como um “município anão”. Mato Rico possui uma população de 4.156 habitantes, segundo IBGE (2007), distribuídas em 3.139 na zona rural e 1.017 na zona urbana, que pode ser qualificada, segundo este mesmo autor como “cidade imaginária”. O município, tomando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) como balizador, coloca-o como o terceiro pior do Paraná e o primeiro no ranqueamento da mesorregião centro-sul paranaense, com um valor de apenas 0,640.

FIGURA 1 - LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATO RICO



FONTE: Dados cartográficos de SEMA (2002) Org. ZAI (2009)

Historicamente, municípios com estas características foram vistos apenas como base física para a produção rural, seus destinos dificilmente escaparam à tragédia do esvaziamento social, econômico, político e cultural. O desafio que se coloca hoje é compreender os aspectos estruturais e funcionais de pequenos municípios como Mato Rico para poder revelar seus potenciais, e, com isso,

proporcionar subsídios ao desenvolvimento territorial rural, que vem sendo defendidos por um número cada vez maior de autores (ver ABRAMOVAY, 2003; WANDERLEY, 2000; VEIGA, 2002 e 2005; GRAZIANO DA SILVA, 2001; SCHNEIDER, 2001; SCHEJTMAN e BERDEGUÉ, 2004).

Portanto, a problemática que se impõe é entender a dinâmica de pequenos municípios, tomando Mato Rico como estudo de caso e considerando-o como lugar específico de vida e trabalho. Busca-se revelar seu potencial econômico, social, cultural e natural vislumbrando alternativas para seu desenvolvimento a partir do enfoque teórico do desenvolvimento territorial.

A pesquisa foi elaborada através de levantamento bibliográfico, dando ênfase a autores que trabalham pequenos municípios e aqueles que aprofundam a discussão do desenvolvimento territorial. Também coletou-se dados secundários, em diversas fontes, com o objetivo compreender as condições sociais, culturais e econômicas do município, bem como sua inserção regional e estadual. Entre os dados secundários merecem destaque os que foram extraídos do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (PNUD et al, 2000) e dos diversos Censos do IBGE. Os dados primários foram obtidos basicamente a partir de levantamento de campo, com observação, documentação fotográfica e realização de entrevistas com roteiro aberto tomando como escala as comunidades rurais.

Para auxiliar na identificação dos potenciais de desenvolvimento do município de Mato Rico foi elaborado um zoneamento socioambiental, que partiu da idéia de que a sociedade é internamente diferenciada por agregações complexas de grupos e classes sociais. Cada uma delas cria um espaço cultural e funcional específico conforme suas necessidades e tradições. As pessoas vivem nestes espaços fundadas em seus conhecimentos tecnológicos, suas filosofias e suas capacidades políticas.

A Dissertação está organizada em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro apresenta-se uma revisão da literatura abordando a discussão em torno do conceito de desenvolvimento territorial rural e sua articulação aos municípios classificados como pequenos.

No segundo capítulo, é feita uma discussão em múltiplas escalas: Paraná, mesorregião, microrregião e município de Mato Rico. Em nível de estado elaborou-se uma contextualização dos pequenos municípios paranaenses, iniciando com uma

retrospectiva histórica tanto da formação do estado como do processo de desmembramento territorial dos municípios, com sua evolução populacional, territorial e econômica, referenciando Mato Rico neste processo. No recorte regional, utilizou-se a delimitação de meso e microrregião, a partir dos critérios do IBGE, verificando que Mato Rico é polarizado, sobretudo, pelos municípios que compõem as microrregiões de Pitanga e Campo Mourão. Suas relações de centralidade e subordinação com os municípios circunvizinhos foram verificadas por meio da análise das inter-relações nas áreas de educação/cultura, saúde e demais serviços públicos.

No terceiro capítulo é apresentado o município de Mato Rico por meio de uma contextualização histórica do processo de formação, ocupação e emancipação política. A partir desse cenário, avalia-se sua situação de município “anão” e “cidade imaginária” (VEIGA, 2002 e 2003) por meio da análise do rural e das relações de centralidade do urbano. Na seqüência, apresenta-se as comunidades rurais e um zoneamento socioambiental do município de Mato Rico. O uso da terra constitui a propriedade fundamental das zonas, pois permitem associar tipos de uso refletidos na economia e cultura local, associado às condições naturais. Busca-se, com este zoneamento, identificar potencialidades para se refletir o desenvolvimento rural neste pequeno município.

2. PEQUENOS MUNICÍPIOS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: UMA REVISÃO DA LITERATURA

Neste primeiro capítulo a intenção é provocar uma discussão em torno do conceito de desenvolvimento territorial rural e sua articulação aos municípios classificados como pequenos. Para tanto, as reflexões partem da apresentação dos critérios “oficiais” utilizados no Brasil e em outros países para a distinção desta modalidade de município, bem como, das discussões acadêmicas em torno desta questão.

Num segundo momento a análise se volta às discussões em termos de desenvolvimento territorial rural, discussão inserida na vertente analítica conhecida como “urbanização no rural” (RUA, 2006, p.91). Este autor distingue os autores que trabalham esta questão em duas vertentes analíticas.

Na “abordagem clássica” estariam agrupados autores como Henri Lefébvre, Milton Santos e Otávio Ianni, que trabalham a idéia de “urbanização do rural”, segundo a qual, o rural tenderia a desaparecer, tornando-se urbano. A segunda vertente, que incorpora à discussão o território e a escala, enfoca a “urbanização no rural”, que se aplica “à manutenção de especificidades no espaço rural, mesmo quando impactado pela força do urbano” (p.91). Nesta segunda vertente, agrupam-se autores como José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay, Sérgio Schneider e José Graziano da Silva¹. Estes, apesar de apresentarem imensa diversidade, defendem um necessário destaque no rural, priorizando seus estudos na idéia de “novas ruralidades”.

As reflexões que seguem se apóiam, sobretudo, nesta segunda vertente analítica e visam fornecer as bases para as reflexões em torno do pequeno município de Mato Rico, cuja sede não apresenta característica tipicamente urbana, mas sim de reprodução da zona rural.

¹ Embora RUA (2006) enquadre José Graziano da Silva no primeiro grupo, este será apresentado como integrante da segunda vertente: “urbanização do rural”.

2.1. Os “municípios anões” e “cidades imaginárias”

“Municípios anões” e “cidades imaginárias” são termos criados pelo economista José Eli da Veiga, para falar dos pequenos municípios brasileiros. Na obra intitulada “Cidades Imaginárias” o autor faz uma crítica às formas de classificação e delimitação do urbano e do rural no Brasil e aponta como “Municípios anões” aqueles que possuem população inferior a cinco mil habitantes (VEIGA, 2002).

Tais críticas se devem ao critério de classificação da população rural e urbana adotados no Brasil, que conserva uma regra anacrônica baixada no auge do totalitarismo do Estado Novo (VEIGA, 2005). Em 1938 foi criado no Brasil o Decreto-Lei n. 311 que classifica como urbana qualquer sede de município (cidade) e distrito (vila), independente de quais forem suas características demográficas, estruturais ou funcionais a exemplo da sede do município gaúcho de União da Serra, que possui 18 habitantes e é oficialmente uma cidade tendo sua população contabilizada pelo IBGE como urbana (VEIGA, 2002).

Outros termos empregados na literatura, segundo Wanderley (2000), para designar pequenos municípios são: “vida urbana morta” utilizado por Fernandes (1973); “municípios semi-rurais” por Lopes (1978) e “cidades não urbanas” por Faria (1984). Florestan Fernandes (1973, p.141), observou como um indício do modo pelo qual as funções urbanas se comprometem, regionalmente, com os interesses e os “valores de vilas, fazendas e pequenas comunidades nuclearmente rústicas.” Faria (1984) propõe uma das definições mais restritas de população urbana, que corresponde às pessoas que vivem nas sedes urbanas dos municípios. Faria (1984) e Veiga (2002), entretanto, consideram cidades, apenas as sedes municipais com mais de 20 mil habitantes.

Lopes (1978, p.67) considera como urbanas as aglomerações que tenham, pelo menos, cinco mil habitantes, limite que permite demarcar a área onde se tem maior influência de valores, padrões e formas de organização urbanos. Para ele, o município, cuja população está abaixo deste limite, deve ser considerado como “semi-rural”.

Assim, para Wanderley (2004, p.92), as pequenas cidades, com até 20.000 habitantes, não integram propriamente a rede urbana, devendo ser consideradas

como “não-urbanas”. Porém, a conceituação oficial brasileira é a definição do IBGE (1997), que em situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades, que são compreendidas como as sedes municipais; as vilas ou sedes distritais e às áreas urbanas isoladas.

Veiga (2001 e 2005) critica essas categorias de áreas urbanas definidas pelo IBGE (1997), utilizando adjetivos de “rígida” e “vestuta”. Para Veiga (2002 e 2005) nem toda sede de município é necessariamente um espaço urbano, uma vez que importantes características devem ser consideradas, tal como sua função, dimensão ou situação. Um importante critério desconsiderado por IBGE (1997) para definir áreas urbanas ou rurais é a densidade populacional, no entanto é considerado fundamental por diversos autores, tal como Wanderley (2002), Abramovay (2003) e Veiga (2002 e 2005).

Nem todos os autores que se dedicam à questão urbana concordam com a tese levantada por Veiga. Carlos (2003, p.05) faz questionamentos se “Seria o Brasil menos urbano do que se calcula?”, contrapondo as idéias deste autor. A autora critica o critério de densidade demográfica na caracterização de municípios que “pertencem ao Brasil rural”, frisando que estaria no âmago do chamado “índice de pressão antrópica”. Para ela uma classificação questionável, pois neste raciocínio distinguem-se áreas “mais rural” em função da “natureza intocada” e “ecossistemas mais alterados” pela ação humana e manchas ocupadas pelas “megalópolis”, ecossistemas “mais alterados” ou “artificializados”.

Muitos países não adotam critérios administrativos, como o Brasil, para definir cidade, utilizam uma combinação de parâmetros estruturais e funcionais. Os critérios estruturais são: a localização, o número de habitantes, de eleitores, de moradias, ou, sobretudo, a densidade demográfica. O critério funcional é a existência de serviços indispensáveis à urbe.

Um exemplo utilizado por Veiga (2005 p. 74) é o de Portugal, onde um ponto determinante da lei é que uma vila só pode ser elevada à categoria de cidade se oferecer no mínimo de cinco a dez equipamentos. São eles: hospital com permanência; farmácias; corporação de bombeiros; casa de espetáculo e centro cultural; museu e biblioteca; instalações de hotelaria; estabelecimento de ensino preparatório e secundário; estabelecimento de ensino pré-primário e creche;

transporte público urbano e suburbano; parques e jardins públicos. Além destes critérios tem-se como exigência que esta conte com mais de oito mil eleitores.

Veiga acredita ser impróprio chamar de cidades as sedes dos mais de 4.500 pequenos municípios brasileiros que oferecem poucos serviços e equipamentos à comunidade.

Até seria possível aceitar que uma autêntica cidade brasileira ainda não tenha sua página na internet, não disponha de provedor, não ofereça ensino superior, e só possa escutar rádio FM. Mas será que faz algum sentido supor que seja cidade uma sede de município que não tenha sequer lei de zoneamento, plano diretor, coleta de lixo domiciliar, IPTU progressivo, varredura de ruas, manutenção de vias, ou esgoto, para nem falar de museu ou casas de espetáculos? (VEIGA, 2005 p. 71).

Abramovay (2003, p.22) comenta que desde que haja extensão de serviços públicos a certo aglomerado populacional, ele tenderá a ser definido como urbano. É assim que, no Brasil, são definidas como urbanas as sedes de distritos com algumas centenas de casas. Reforça ainda a idéia de que nem toda aglomeração urbana provida de um mínimo de serviços pode ser adequadamente chamada de cidade.

O autor afirma ainda que é de grande importância levar em consideração que o critério de patamar populacional não permite uma abordagem regional da ruralidade. Este critério nos diz que tal localidade ou município é ou não rural, porém não é suficiente para indicar se existem territórios mais ou menos rurais. Segundo o autor, um agrupamento populacional de 40 mil habitantes cercada por pequenos povoados de distritos de dois ou três mil habitantes será caracterizado como urbano, mas sem que se tenham instrumentos estatísticos que permitam perceber se ele está no meio de uma região que, globalmente, é rural.

Cada país utiliza seus critérios para reconhecer e delimitar seu meio urbano e meio rural. Wanderley (2000) apresenta definições de alguns países quanto à delimitação oficial de concepções do rural e do urbano. As definições utilizadas nos países da Comunidade Européia apóiam-se em uma multiplicidade de critérios (Quadro 1).

QUADRO 1– CRITÉRIOS UTILIZADOS POR ALGUNS PAÍSES DA COMUNIDADE EUROPEIA PARA DELIMITAR O RURAL E O URBANO

Países	Critérios
Bélgica	Dois sistemas de classificação se combinam, um referindo-se aos municípios e levando em conta sua população e seu crescimento, o outro em função do lugar da agricultura no espaço habitado.
Dinamarca	Duas abordagens podem ser distinguidas, uma procedendo da regulamentação da construção: as zonas rurais são, então, aquelas onde a agricultura tem prioridade; a outra, através das estatísticas: são considerados como rural toda região que conte menos de 200 habitações ou todo município que compreenda uma população entre 4.000 e 10.000 habitantes.
França	A definição mais corrente retém como rurais os municípios com menos de 2.500 habitantes. Como esta definição não parece mais pertinente, uma distinção suplementar foi acrescentada: as Zonas de Povoamento Industrial ou Urbano (ZPIU) e o rural profundo “fora das ZPIU”.
Alemanha	Existe uma tipologia de diferentes coletividades territoriais que reúne índices econômicos, número de habitantes e densidade da população. Nesta tipologia, existem regiões definidas pela sua “vocação agrícola”.
Grécia	É utilizado o critério da densidade populacional (30 hab./km ²).
Itália	São qualificados de rurais os municípios de menos de 10.000 habitantes. Os municípios são classificados segundo 13 critérios.
Luxemburgo	O rural não é distinto do urbano. As zonas rurais estão incluídas na tipologia das zonas urbanas.
Holanda	É através dos planos de utilização do solo que se opera a distinção, muito clara, entre zona rural e zona urbana.
Inglaterra	O espaço rural é o espaço residual do urbano, que dá lugar a uma classificação muito fina a partir da utilização dos solos.

FONTE: WANDERLEY (2000, p.100). Org. ZAI, 2008

Quando se fala em critérios para definições de localidades rurais, Abramovay (2003, p.22 e 23) ressalta que não existe critério universalmente válido para a delimitação das fronteiras entre o rural e o urbano. Expõe sua posição em defesa dos critérios utilizados por outros países e cita os exemplos como da Espanha, de Portugal, da Itália e da Grécia, considerando como rurais os habitantes que vivem em territórios com menos de 10 mil habitantes e que mantêm determinada distância dos núcleos metropolitanos. Já na França e nos países latino-americanos como Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua e Panamá, adotam limite populacional entre mil e 2.500 habitantes na definição de população rural.

Com isso se evita confundir o rural com o isolado. No Chile, além do patamar populacional, a localidade rural deve ter menos de 50% de sua população ativa ocupada em atividades secundárias. No Brasil, bem como no Equador, na Guatemala, na República Dominicana e em El Salvador, o critério tem natureza mais administrativa que geográfica ou econômica. Neste caso, boa parte das sedes dos distritos brasileiros, seria classificada como rural. Se o Brasil adotasse a

classificação italiana ou espanhola, que tem como parâmetro, dez mil habitantes, mais de 2.200 municípios brasileiros passariam a ser contabilizados como rurais (CAMARANO e ABRAMOVAY, 1999).

É importante relatar sobre critérios adotados pela Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE), que aborda uma tipologia construída em duas etapas. Ela distingue, num primeiro momento, os espaços locais, rurais e urbanos, em função da densidade populacional, sendo que são considerados rurais os aglomerados que têm até 150 hab/km² e urbanos os que se situam acima deste limite. O segundo momento é a classificação das áreas em três categorias: as regiões “essencialmente rurais”, nas quais a maioria da população vive nos espaços rurais; as regiões “essencialmente urbanas”, que possuem menos de 15% da população no meio rural e as regiões intermediárias, cuja população rural, varia entre 15 e 50% da população total (WANDERLEY, 2000, p.102).

Segundo o IBGE (1997), por definição, situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos. Muito embora essa discussão venha intensificando-se no Brasil, ainda estamos distantes do estabelecimento de consensos em relação à necessidade de aprimorarmos essas definições. Ao contrário do que acredita Carlos (2003, p.5), “na urbanização do planeta”.

(...) O choque entre o que existe e o que se impõe como novo está na base das transformações dos lugares que vão se integrando de modo sucessivo e simultâneo a uma nova lógica, aprofundando as contradições entre o centro e a periferia e não entre o campo e a cidade. Essas articulações sinalizam uma tendência da sociedade urbana que resulta da urbanização quase que completa da sociedade. Nascida da industrialização, essa sociedade pode ser concebida – a sociedade urbana – a partir de uma transformação radical das antigas formas urbanas e dos antigos modos de vida. Porque a urbanização generalizada tem como devir a sociedade urbana como horizonte. A sociedade urbana tende a generalizar-se pelo processo de mundialização (CARLOS, 2003, p.5 e CARLOS, 2004, p.11).

A autora acredita ainda que a tendência é de se criar um novo espaço em escala mundial onde a supremacia do poder político poderá homogeneizar o espaço por meio do controle, da vigilância, transformando valores e comportamentos na

medida em que todas as pessoas tem possibilidade de entrar em contato com o mundo todo por meios virtuais. Em sentido contrário a esta argumentação, demonstramos neste estudo, que ainda existem muitos lugares nos quais nem o telefone chegou, menos ainda a internet. Aliado a isto tem-se também todo um processo de exclusão a tais possibilidades.

Mesmo com as variadas classificações e transformações observadas, é possível afirmar que o meio rural, muitas vezes, continua sendo identificado como uma pequena aglomeração, com uma sociabilidade correspondente e onde predominam as paisagens naturais. Segundo Wanderley (2000), os municípios rurais são marcados por certas características essenciais: a fraca densidade de sua população; a menor parte do trabalho assalariado no conjunto das atividades rurais; a predominância de empresas de pequeno porte; a predominância do habitat individual; a importância da paisagem.

Deste modo, para Wanderley (2004), a disposição de experimentar a vivência urbana é desigualmente distribuída mesmo com um “sistema de cidades” consolidado. Na realidade, a partir dos centros metropolitanos existe um poder maior de absorção desse caráter urbano, nos quais sua presença é indiscutível, atingindo uma representação diferenciada entre áreas que recebem influência, em maior ou menor grau, dos estilos de vida urbano.

Santos (1996, p.65) observou transformações na distinção tradicional entre urbano e rural, afirmando que a sociedade tenderia a identificar regiões agrícolas (e não rurais) e regiões urbanas (atividades rurais). Porém, o que precisa ser observado é que, as regiões pressupõem uma dose de homogeneização da forma de vida social que pode não ser evidenciada pelos fatos e que não expressa clareza quanto à experiência imediata e efetiva da vivência dos camponeses na área urbana. Desta forma, morar próximo a uma metrópole pode não significar para um habitante da roça, maior acesso aos equipamentos que a mesma tem a oferecer.

Wanderley (2004, p.93) sugere a incidência de três situações diversas a respeito do que chama de “apropriação da cidade”: a) os casos em que a população do campo é excluída dos bens e serviços concentrados na sede municipal, seja pela distância da moradia ou pela deficiência dos meios de locomoção, resultando no isolamento da população rural e como conseqüência reforço do modo tradicional de vida; b) os casos em que o município com pequena dimensão não tem capacidade

para abrigar bens e serviços dos quais deveria ser depositário. Nestes casos, são pouco significativas as diferenças objetivas entre o centro urbano e a periferia rural, ambos igualmente precários e mal servidos; c) quando a população do rural “apropria-se” da cidade a procura dos bens e serviços, como um espaço que lhe pertence, inclusive, fixando moradia na sede municipal, mesmo quando todos os seus vínculos de trabalho continuam na área rural.

Para compreender as relações entre a pequena cidade e o mundo rural e suas dinâmicas de desenvolvimento é importante que se defina categorias de análise como a unidade territorial, as relações sociais de diferentes atores entre si e com diferentes fatores em um município rural, as relações de interconhecimento e suas diferentes formas de organização e de representação (WANDERLEY, 2001, p. 4). A autora aponta a necessidade de se considerar em cada caso a trama social e espacial específica e as trajetórias de desenvolvimento, que geram simultaneamente a dinâmica interna e externa dos pequenos municípios.

2.2. O desenvolvimento territorial rural como perspectiva

Para apresentar claramente as perspectivas do desenvolvimento territorial rural antes torna-se necessário se buscar o entendimento dos termos que compõe este conceito. Denardi *et al.* (2000, p.03), apresenta uma construção histórica para desvendar o significado do termo “desenvolvimento”, conceito esgotado por alguns autores e tema de debates e controvérsias para outros. Entre o final da Segunda Grande Guerra Mundial e meados dos anos sessenta, não se fazia distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico. Todavia, mesmo quando vários países haviam alcançado elevadas taxas de crescimento, as condições de vida de muitas populações pioravam, provocando insatisfação, visto que se acreditava que o desenvolvimento fosse uma consequência direta do crescimento econômico. Porém, essa corrente abordava apenas a dimensão econômica do desenvolvimento, desconsiderando os seus aspectos sociais e ambientais (SOUZA, 2003).

Dessa forma, a idéia de desenvolvimento foi aos poucos incorporando a ampliação das oportunidades de escolha e abrangendo uma série de necessidades socioculturais como: emprego, saúde, educação, comunicação, direitos e

liberdade (VEIGA *et al.*, 2001). Deste modo, passou-se a acreditar que o desenvolvimento está nos indivíduos e não nos objetos. As mercadorias não são mais do que meios para outros fins, e muitas coisas nada são se não forem empregadas nas atividades e nos modos de vida humana (CROCKER, 1993).

Para Navarro, (2001, p.84), desenvolvimento rural no Brasil passa a ter presença a partir dos anos 70, quando, sob direção dos governos militares, foi implantado uma série de programas nas regiões mais pobres do país. Nas demais foram implantados modelos de “modernização agrícola”. Isso causou uma transformação social e econômica para as populações mais pobres, sendo que as demais com a absorção das novas tecnologias, resultaram em aumentos na produção, na produtividade e com isso melhoria na renda familiar.

Com relação ao termo rural, Denardi *et al.* (2000, p.04) afirma que o desenvolvimento é um processo sistêmico, inexistindo uma clara divisão entre desenvolvimento rural e urbano, espaço rural e espaço urbano, economia rural e economia urbana, sociedade rural e sociedade urbana. Porém a deficiência de autonomia não impede que um projeto de “desenvolvimento rural” possa ser forte instrumento da luta contra o “viés urbano” das políticas públicas. Algo que estimule a sociedade a revalorizar a vida rural e apontar como as oportunidades de cidadania rural podem amortizar a degradação das cidades.

Alguns autores defendem a necessidade de se deixar claro quais são as reais diferenças entre o rural e o agrícola. Para Graziano da Silva (2001), o agrícola remete-se a um setor da atividade econômica que tem suas atividades ligadas ao manejo do solo com cultivo de plantas, criação de animais e outras atividades diretamente relacionadas, que propiciam contato direto com a terra. Complementam as atividades agrícolas as atividades industriais e de prestação de serviços de modo geral. O termo atividades não-agrícolas, longe de representar um setor, é apenas uma agregação dessas atividades não relacionadas diretamente com as lutas da produção agropecuária propriamente dita.

Já o rural, segundo Graziano da Silva (2001), é apenas um recorte espacial, de natureza geográfica, que nada define em termos de atividades econômicas. Ou seja, nas áreas rurais podem ser realizadas tanto atividades agrícolas, como não-agrícolas, sendo que a primeira vem diminuindo gradativamente quando mensuradas em termos de pessoas que dispõem de mão-de-obra para o cultivo

agrícola e da renda gerada. Reflexos crescentes do “novo rural brasileiro” remetem às atividades de prestação de serviços, que mais crescem nas áreas rurais e que são aquelas ligadas ao trabalho doméstico assalariado, refletindo, antes de tudo, os altos níveis de concentração de renda no país e o baixíssimo nível do salário mínimo vigente.

Apesar do crescimento das atividades não-agrícolas no meio rural, Graziano da Silva (1997, p. 48), aponta que as atividades agropecuárias continuarão apresentando peso determinante ainda durante muito tempo. Este é o formato do desenvolvimento rural brasileiro e ele será resolvido não pelo abandono prematuro das atividades agrícolas, que hoje ocupam a maior parte da população rural, mas por uma mudança decisiva nas formas de organização.

Neste sentido, faz-se necessário também, uma distinção entre o desenvolvimento agrícola e o desenvolvimento rural. Desenvolvimento agrícola ou agropecuário pode ser considerado como crescimento, modernização e dinamização da agricultura, enquanto setor produtivo. Corresponde à base material da produção agropecuária, com uma melhor rentabilidade dos fatores empregados, custos cada vez menores na produção e aumento gradativo da área plantada, produtividade, resultando numa agricultura melhor sucedida e diversificada (NAVARRO, 2001 e DENARDI *et al.*, 2000).

Schneider e Tartaruga (2004, p.109) apresentam o desenvolvimento rural como sendo:

(...) um processo resultante de ações articuladas que visam induzir mudanças socioeconômicas e ambientais no âmbito do espaço rural para melhorar a renda, a qualidade de vida e o bem-estar das populações rurais. Dadas as especificidades e particularidades do espaço rural, determinadas pelos condicionantes sociais, econômicos, edafo-climáticos e tecnológicos, o desenvolvimento rural refere-se a um processo evolutivo, interativo e hierárquico, quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial.

Assim, os estudos sobre o desenvolvimento rural se ligam também a uma discussão mais ampla sobre os processos de mudança social, implica em uma melhoria generalizada das condições de vida e trabalho da população que habita o meio rural, com acesso aos bens e serviços sociais que devem ser disponibilizados aos cidadãos, garantindo uma melhor qualidade de vida para a população rural,

ampliação da justiça social, das liberdades individuais e da autonomia na construção de um projeto político coletivo (SCHNEIDER e TARTARUGA, 2004).

Veiga (2004) complementa a discussão mostrando que o desenvolvimento rural é um fenômeno intrinsecamente microrregional ou local, ou seja, introduz na discussão do desenvolvimento rural a noção de escala. Para ele, quanto maior a capacidade de organização dos fatores endógenos, maior será o fortalecimento das organizações sociais, resultando em autonomia na tomada de decisão, aumento da capacidade de reter e reinvestir capitais, inclusão social e capacidade de regenerar e conservar o meio ambiente. Com isso, melhores serão as chances destas regiões conseguirem se desenvolver.

Desenvolvimento rural abrange, portanto, a formação e desenvolvimento da infra-estrutura econômica e social, pública e privada, de tal forma que os indicadores sociais de qualidade de vida apresentam contínuas elevações (Contag, 1997).

O enfoque territorial é apresentado, entre outros, por Schejtman e Berdegué (2004, p.31). Para eles o desenvolvimento territorial rural é uma perspectiva que visa orientar ações e sugerir formas de se estudar e analisar a atuação dos atores, das políticas públicas e das instituições a partir de uma referência territorial. A abordagem territorial, proposta pelos autores, orienta-se pelo objetivo claro de redução da pobreza nas áreas rurais mediante estímulo a processos de transformação produtiva e institucional.

Lentamente, nota-se um crescimento para importância dada ao desenvolvimento local ou socioespacial, tanto por parte das organizações sociais como pelas políticas públicas mais recentes. A descentralização e o fortalecimento das entidades de representação local apresentam também uma nova possibilidade para o desenvolvimento territorial rural. Elas permitem um enfoque que considera as dimensões espaciais do desenvolvimento e a reprodução de soluções mais adequadas à realidade do território. Neste processo, as entidades políticas locais podem ser a força propulsora dos esforços de desenvolvimento.

Desse modo, o desenvolvimento pode ser notado como um procedimento aberto que cria ramificações. Sua complexidade gera generalidades e múltiplas diversificações operando como uma rede de co-desenvolvimentos interdependentes, e sem essa rede, não há desenvolvimento (JACOBS, 2001).

Denardi et al. (2000, p.22) relatam em seus estudos que existem inúmeras situações onde o quadro natural é desfavorável à produção agrícola, devido normalmente às características geomorfológicas e pedológicas, com predomínio de relevo declivoso e solos de baixa fertilidade, mas que, mesmo assim, apresentam excelentes indicadores de desenvolvimento. Nesses casos, a existência e aproveitamento de outras potencialidades, como riquezas ou belezas naturais, localização estratégica com boa infra-estrutura e, sobretudo, capacidade de integração compensam e fazem a diferença.

Dessa forma, o processo de desenvolvimento assume uma dimensão ética por valorizar a participação local no planejamento e na instalação de medidas e que adotam o caráter cultural, ambiental e comunitário na intervenção do desenvolvimento rural. As relações com o meio ambiente passam a tomar parte da retórica política e emerge um clima favorável nos estudos sócio-econômicos e de planejamento do desenvolvimento como um todo. (SOUZA, 2000)

Em casos de grandes potencialidades naturais, ou na quase total restrição das mesmas, a potencialidade básica de qualquer local, região ou país está assentada em sua população, ou mais amplamente, em seu ambiente: a interação dessa gente, por meio de sua cultura, com o território e suas relações externas. Essa é a alavanca principal do processo de desenvolvimento e que requer grandes esforços de fomento e promoção (CASAROTTO e PIRES, 1998, p.87)

Abramovay (2003, p.98) defende que uma “visão territorial do desenvolvimento pode revelar potenciais que o meio rural ainda não revelou à sociedade”. Isto porque este enfoque, sem deixar de lado as atividades agropecuárias típicas do espaço rural, caminha para uma nova concepção de desenvolvimento onde os aspectos ambiental, econômico, social, histórico-cultural, político e institucional interagem no espaço.

Quando se trata de cultura, raras regiões rurais são desfavorecidas. Geralmente são carregadas de história, tradições, expressas pelo trabalho de gerações de homens e de mulheres que trazem consigo um rico patrimônio e uma forte identidade cultural. A cultura, fonte de atividades, de orgulho e de bem-estar da população local pode ser o maior trunfo para o desenvolvimento territorial (WANDERLEY, 2000, p.103).

Em muitos casos, principalmente de pequenos produtores, quando a agricultura deixa de ser o carro-chefe da economia e da vida social, vem a necessidade de inserir plenamente os espaços e as populações rurais na dinâmica econômica e social moderna, e de assegurar a preservação dos recursos naturais presentes no meio rural como um patrimônio de toda a sociedade (WANDERLEY, 2000)

Para Veiga (2002, p.41), o patrimônio está longe de se resumir a elementos físicos, como paisagens, obras artísticas ou sítios arqueológicos. Ele também envolve bens imateriais, como as tradições locais, saberes artesanais e culinários, ou a própria imagem do território. Segundo ele, este conjunto dá suporte para várias atividades econômicas. Isso reforça a idéia de Abramovay (2003) de fortalecimento das identidades culturais e dos saberes populares.

No meio rural brasileiro avançam também atividades na área de serviços, a exemplo do que vem ocorrendo na Europa e na América do Norte. Neste sentido, este não seria apenas o lugar da produção agrícola, mas também um espaço diferenciado em outros aspectos. Suas funções de preservação ambiental e cultural permitem oferecer à população urbana padrões de residência e passeios, que promovem a vivência de um estilo de vida diferente do característico das cidades. Estas atividades são cada vez mais valorizadas. (WANDERLEY, 2002, p.38 e ABRAMOVAY, 1998, p. 104).

Esta tendência é, obviamente, mais forte nas regiões de maiores densidades populacionais e proximidades com grandes centros urbanos. São inúmeras as indicações hoje disponíveis, a respeito da expansão das residências secundárias em certas áreas rurais e do turismo rural, este, em grande parte associado ao patrimônio natural e ao calendário das festividades tradicionais de cada região (WANDERLEY, 2002, p.38). Abramovay (1998, p.104) aponta que, diferentemente do que ocorre nos países europeus, a participação dos agricultores familiares brasileiros nas atividades de turismo rural e ambiental é, todavia, ainda praticamente insignificante.

Veiga (2002) procura defender a viabilidade econômica do espaço rural. Para ele, o principal trunfo econômico destes espaços estaria no seu patrimônio cultural e natural. O patrimônio natural corresponde às amenidades rurais (ar puro, belas paisagens, contato com animais, etc.), que valorizado poderia atrair

investimentos da indústria de lazer e, em consequência disso, oferecer serviços, atrair pessoas e dinheiro, ou seja, renda de origem urbana.

Para Abramovay (1998, p. 91), quanto mais dinâmicas e diversificadas forem as cidades, mais serão impulsionadas pela interiorização do processo de crescimento econômico e mais significativas serão também as chances para que a população rural venha a preencher um conjunto diferente de funções para a sociedade, deixando de ser considerada como um “reservatório de mão-de-obra sobrando”. A exploração desta nova dinâmica territorial supõe, entretanto, políticas públicas que estimulem a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento. Diante desta nova característica da produção agrícola, de voltar-se a mercados específicos e segmentados, o espaço rural brasileiro é cada vez mais visto pela sociedade como um espaço dinâmico e não unicamente produtivo.

É na construção de novos mercados que se solidificará o mais importante desafio do desenvolvimento rural. Esta construção, todavia, não vai resultar na organização dos produtores rurais, apoiada de maneira decisiva pelos movimentos sociais e pelo poder público. Além da busca desses novos mercados, é necessário também a otimização dos espaços rurais, principalmente para pequenos produtores, que em geral possuem pequenas extensões de terras. Visto que, é cada vez mais significativa e aparente a demanda por produtos diferenciados, correspondentes ao que Abramovay (1998, p. 104), chama de “mercados de qualidade” e Graziano da Silva (2001, p.37) caracteriza como “neo-rurais”.

Estes mercados de qualidade vão desde o comércio de plantas e animais exóticos (alcaparras, cogumelos e *escargots*) até produtos orgânicos e agroecológicos que não contenham insumos químicos em sua composição ou matéria-prima destinadas à indústria farmacêutica. Não desconsiderando a grande importância da produção dos alimentos considerados “básicos”, como arroz, feijão, milho, mandioca, abóbora e outros, que necessitam de maiores extensões de terra para cultivo e significam menores preços no mercado.

Segundo Veiga et al. (2001, p. 14), “a palavra-chave é diversificação”, citando o caso das propriedades agrícolas em que a família constitui uma pequena empresa, geralmente informal. Eles são fonte de capacidades empreendedoras e estimuladores de uma forte ética no trabalho. Muitas das pequenas empresas

comerciais, artesanais, ou proto-industriais que se destacam na diversificação das economias locais nascem desse mesmo estilo de arranjo. Existe também, uma necessidade objetiva nessas famílias a exercerem além das atividades agropecuárias, outras externas, caracterizando-as como “pluriativas”.

Schneider (2001, p. 169) faz uma distinção entre as famílias pluriativas e famílias não-pluriativas. Afirmando que a diferença está ancorada no tipo de atividade que exercem os membros das famílias rurais. Dessa forma, será considerada pluriativa a família que possuir pelo menos um membro ocupado em atividade adversa à agricultura. Devido a grandes controvérsias entre as definições de atividades agrícolas e não-agrícolas, que se fazem praticamente invisíveis, o autor considera como atividades não-agrícolas as ocupações que não implicam o envolvimento direto nos processos de manejo da terra e criação de animais.

Segundo Schneider (2001, p. 169), a pluriatividade pode ainda receber diversos significados e servir para satisfazer projetos coletivos ou contribuir em decisões individuais. Do mesmo modo, as características da pluriatividade variam de acordo com os membros envolvidos em seu exercício, pois o desenrolar de atividades não-agrícolas ocasiona efeitos distintos sobre o grupo doméstico e sobre a unidade produtiva, de acordo com características peculiares como o sexo ou posição na hierarquia da família de quem a pratica. O mesmo se aplica às condições sociais e econômicas locais, do contexto onde ocorre a pluriatividade. Nesse caso, variáveis externas ao núcleo familiar, como por exemplo, o mercado de trabalho, a infra-estrutura disponível, entre outros, são fatores determinantes da evolução e das tendências de tais fenômenos.

A pluriatividade é entendida como uma estratégia de reprodução social, da qual se utilizam as unidades agrícolas que operam fundamentalmente com base no trabalho da família, em contextos onde sua integração à divisão social do trabalho não decorre exclusivamente dos resultados da produção agrícola, mas, sobretudo, mediante o recurso às atividades não agrícolas e a articulação com o mercado de trabalho. Nesse sentido, assim argumenta-se, embora integradas ao ordenamento social e econômico, estas unidades familiares encontram espaços e mecanismos não apenas para subsistir, mas para se afirmar como uma forma social de organização do trabalho e da produção de características multivariadas (SCHNEIDER, 2001, p. 172).

O espaço rural, que durante o fordismo limitava-se a exercer suas funções produtivas agrícolas, lentamente vai incorporando novas atribuições e passa a existir como ambiente onde se desenvolvem múltiplas atividades produtivas (SCHNEIDER, 2001). Para Rúa (2006, p. 86), o “modo de produção capitalista recria o campo”. Segundo ele existe um movimento de dilatação física e ideológica dos padrões urbanos que vão caracterizar o que Campanhola e Graziano da Silva (2000) denominam de “novo rural”, que reduz a marcha da inevitável queda da população ativa no setor agropecuário, amortece o tradicional corte rural/urbano.

Neste sentido, a pluriatividade propicia: a mescla de atividades não-agrícolas e agrícolas no espaço rural; a diminuição do tempo necessário para o trabalho agrícola, que podem levar o agricultor a um menor tempo dedicado à agricultura, podendo buscar outras fontes de renda ao orçamento familiar; políticas de redução das áreas cultivadas, onde ocorra a otimização do espaço; a industrialização difusa com a presença de fábricas no campo e a descentralização de serviços sociais, de serviços para empresas e vários tipos de serviços pessoais, ou seja, a unidade familiar tornando-se cada vez mais distinta da unidade de produção e marcando o momento presente do mercado de trabalho rural (SCHNEIDER, 1999).

Entre essas novas funções do espaço rural, Schneider (2001, p.167) destaca o papel do consumo de bens materiais e simbólicos como, por exemplo, as propriedades, as festas, o folclore, a gastronomia; e serviços como o ecoturismo, as atividades ligadas à preservação ambiental e outros, tentando mostrar que na fase pós-fordista o espaço rural não pode mais ser associado apenas à produção agrícola e ao uso da terra para cultivos de produtos alimentares e matérias-primas.

Com todas essas renovações das atividades rurais, onde os membros da família passam a dedicar-se à pluriatividade, estabelece-se uma possibilidade de não-fragmentação da relação com a terra e define-se uma estratégia de resistência para permitir à família nela permanecer. Por meio da pluriatividade, as funções familiares ultrapassam em muito aquelas abarcadas pela produção, permitindo alternativas à família para gerir um projeto coletivo de incorporação de gerações. Para Rúa (2006, p. 86), a pluriatividade já se integra a uma série de “urbanidades no rural”.

Existem estudos de autores que analisam a pluriatividade correspondendo a um processo crescente, cujo desfecho seria o abandono das atividades campesinas,

que remete à perda relativa de sua importância para a reprodução das famílias e a passagem, também crescente, do meio rural para o meio urbano. Para Wanderley (2003, p. 52) tal desfecho não é estável e o processo pode ser entendido com sentido inverso: a pluriatividade seria, neste caso, uma estratégia da família, pois diversificando suas atividades fora do estabelecimento teria a finalidade de assegurar a reprodução deste e sua permanência como ponto de referência central e de convergência para todos os membros da família.

Como mostra Rúa (2006, p.83), o modo de produção capitalista criou duas realidades para o campo no Brasil. Na primeira visão o campo é visto como mercadoria, ou seja, a terra torna-se mercadoria, pois devido ao trabalho do homem a terra pode gerar outras mercadorias, sem falar da especulação, que incorpora renda à terra. Na outra, o autor ressalta a importância da natureza e do que ele chama de “atravidades” do campo, gerando um movimento denominado “ressignificação do rural”. Não se trata apenas da terra, ou do trabalho a ela incorporado, e sim de novos atributos, muitas vezes imateriais, em que valores ligados à natureza, à paisagem natural, à exploração do trabalho em áreas rurais, obrigam-nos a repensar a própria teoria da renda da terra.

Schneider e Tartaruga (2004, p.111) apresentam duas dimensões no que se refere à dinâmica das formas sociais de trabalho e produção:

Os mecanismos sócio-econômicos de reprodução da agricultura familiar e o lugar geográfico onde transcorrem os processos de mudança social rural. A dimensão sócio-econômica toma como referência à unidade de produção familiar e contempla as estratégias produtivas dos agricultores familiares e suas vinculações com os outros atores do território e mesmo externos a este.

Neste caso, segundo Graziano da Silva (2001), podem ser consideradas múltiplas estratégias que contemplam as atividades agrícolas e as não-agrícolas. As atividades agrícolas se sustentam na agregação de valor, beneficiamento e processamento da produção própria, e as não-agrícolas, como a inserção em mercados de trabalho fora da propriedade, que estimulam o aparecimento da pluriatividade.

2.3. Por um projeto de desenvolvimento territorial rural

Na compreensão de Schneider e Tartaruga (2004, p.111), a dimensão do lugar refere-se ao espaço cotidiano da vida dos agricultores e de suas famílias que se inicia no espaço da moradia e estende-se à comunidade local, aos vizinhos, e chega ao pequeno povoado ou sede de município. Este território tem como características importantes a coincidência espacial entre a unidade produtiva e a unidade doméstica e, ao mesmo tempo, a articulação coletiva com a comunidade local, onde se desenrola o seu modo de vida.

O enfoque do desenvolvimento territorial rural pressupõe que haja um mínimo de organização social para que os diferentes sujeitos sociais possam ser os reais protagonistas dos processos de transformação de seus lugares. Segundo Bianchini (2001), tal organização não é comum em nível local e quando existe, está restrita aos atores sociais responsáveis, em última instância, pelo próprio subdesenvolvimento do local.

Neste sentido,

... podemos dizer que o desenvolvimento local sustentável precisa ser também entendido como desenvolvimento político no que se refere a permitir uma melhor representação dos diversos atores, especialmente daqueles segmentos majoritários e que quase sempre são excluídos do processo pelas elites locais. É fundamental também que se diga que o escopo desses atores não se restringe aos produtores agrícolas - familiares ou não - por maior que seja a diferenciação entre eles. (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p.24)

Em sua obra intitulada “O do futuro das regiões rurais”, Abramovay (2003) menciona que o território possui, antes de tudo, um tecido social, com relações de bases históricas e políticas que vão além da análise econômica. Alerta sobre a necessidade de um consenso quando nas decisões para elaboração de um projeto de desenvolvimento, que citando os estudos de Casarotto Filho e Pires (1998, p. 100), o autor chama de “pacto territorial”.

Para Abramovay (2003, p.92), este pacto deve responder a cinco pré-requisitos: 1) mobilizar os atores em torno de uma idéia-guia; 2) contar com o apoio desses atores, não apenas na execução, mas na própria elaboração do projeto; 3)

definir um projeto orientado ao desenvolvimento das atividades de um território; 4) realizar o projeto em um tempo definido; e 5) criar uma entidade gerenciadora que expresse a unidade entre os protagonistas do pacto territorial. Sugere ainda, a partir desses eixos, a “construção de um sujeito coletivo do desenvolvimento que vai exprimir a capacidade de articulação entre as forças dinâmicas da região em questão”.

Em seguida, Abramovay (2003, p. 95-97) apresenta sete hipóteses elaboradas com intuito de superar as principais dificuldades na atuação das organizações do processo de desenvolvimento rural: a) alteração da concepção de educação no meio rural, rompendo com o costume e idéia de atribuir atividades rurais aos indivíduos que não conseguem estudar e valorizando as técnicas produtivas locais; b) criação de uma rede envolvendo os atores locais entre diversos segmentos políticos, econômicos e sociais da região, valorizando de seus atributos; c) extrapolar os limites das redes de relações para uma ação que ultrapasse o limite municipal, diminuindo as ações políticas estritamente municipais; d) divulgação dos resultados dessa nova dinâmica e incentivo às potencialidades territoriais por meio de feiras de agricultores e outros eventos, possibilitando novos contatos e ampliação da rede; e) fortalecimento das identidades culturais e dos saberes populares, como o artesanato, movimentos sociais e produtos tradicionais, estimulando a produção coletiva e fortalecendo a renda das famílias envolvidas; f) estimular as faculdades e universidades do interior do país a contribuírem decisivamente para a formação de redes territoriais de desenvolvimento com ampliação do conhecimento, capacitação local e fornecimento de assistência técnica e organizacional; e g) construir procedimentos estatísticos que permitam uma visão do territorial sobre o processo de desenvolvimento sem separar as cidades das regiões rurais.

No Brasil, parcela significativa da população rural vive nas zonas rurais dos pequenos municípios (Wanderley, 2000). Mas, o desenvolvimento rural, não pode ser concebido como simples expansão das atividades agropecuárias. Para Veiga (2002), quando se fala de desenvolvimento territorial, percebe-se ainda uma lacuna de um plano de desenvolvimento que ofereça novas e melhores perspectivas aos 4.500 municípios rurais, nos quais viviam quase 52 milhões de habitantes no último ano do século passado.

No campo, a economia familiar geralmente é muito diversificada. E, segundo Veiga e colaboradores (2001), existe ainda o mesmo dilema entre diversificação e especialização, que marcou a evolução industrial, que se manifesta no âmbito territorial. Em ambos os casos, a maior eficácia no uso dos recursos resulta da exploração de três aspectos: Economias de escala - são as que permitem a redução do custo unitário de determinada mercadoria pelo aumento da dimensão operacional, em sua produção e/ou distribuição. Economias de escopo - são obtidas quando um mesmo esquema operacional passa a produzir ou distribuir mais mercadorias. E custos de transação - são aqueles embutidos na transferência de mercadorias e serviços entre diferentes unidades operacionais.

Isso vale tanto para uma empresa quanto para uma região, visto que, possíveis combinações desses três ingredientes resultam em vantagens que podem ser obtidas com mais especialização ou maior diversificação. As economias de escala e escopo tem maior vantagem quando são adaptadas pelos moldes tecnológicos à base ecológica e locacional, sendo que isso deve ocorrer de tal forma que não implique em custos, para que haja especialização e conseqüentemente, formação fortalecida dentro de um mercado que geralmente é distante. (VEIGA et al., 2001 p. 14).

Quanto as articulações intermunicipais para o desempenho socioeconômico de um município rural, Veiga et al. (2001 p. 57), relatam que depende muito das qualificações individuais de seu representante administrativo. São recorrentes os casos em que a dinamização do prefeito pode ser capaz de atrair para seu município decisivos investimentos privados e públicos.

A participação do prefeito é fundamental principalmente quando o município está em área isolada da microrregião onde se encontra:

É, portanto, absolutamente necessária alguma forma de articulação microrregional dos municípios rurais que inclua o município urbano que mais os influencia. Só assim poderá haver diagnóstico, planejamento, divisão do trabalho e capacidade operacional. Em todas as regiões do país já existem inúmeras indicações de tentativas informais de se estabelecer *pactos* e até algumas iniciativas de criação de consórcios intermunicipais especializados. (VEIGA et al. 2001 p. 57).

O governo local detém possibilidades variadas de atuação para impulsionar o desenvolvimento local, entre elas, a de articular medidas que criem um incentivo a novas formas de organização da produção; novas formas de ajuda e cooperação; articulação com atores e dinâmicas externas; e aumento da produtividade social. A elaboração de diagnósticos detalhados, a procura por novas parcerias e a postura de compromisso com o desenvolvimento local são exigências para uma atuação eficaz do poder público local (TAVARES, 2006 p. 21).

Veiga e colaboradores (2001 p. 58) lamentam o fato das políticas do governo federal ainda não incorporarem essa dimensão intermunicipal. Na maioria das vezes exigem que pequenos municípios se utilizem de estratégias fechadas, por meio da criação de conselhos apenas municipais, quando igualmente importante seria induzir articulações intermunicipais. É fundamental a fiscalização da sociedade sobre o uso que as prefeituras fazem das verbas federais. Porém, é ilusório pensar que um conselho de um pequeno município rural possa sozinho diagnosticar e planejar seu próprio desenvolvimento.

Rocha et al. (2004, p. 97) aponta o caráter institucional-multidisciplinar do desenvolvimento territorial rural. Este se revela importante na definição e direção das políticas públicas territoriais, que devem conter objetivos múltiplos e promover um sistema participativo de base. Outros enfoques dizem respeito à cooperação dos agentes públicos na redefinição do papel do Estado como facilitador da gestão das políticas públicas.

Uma sugestão de Veiga (2002, p.50) é um plano de desenvolvimento territorial. Para isso, propõe a elaboração de um Contrato Territorial de Desenvolvimento (CTD), a ser firmado com articulações intermunicipais, cujos planos microrregionais de desenvolvimento rural sejam selecionados por órgãos competentes.

As ações de desenvolvimento que precisam ser subsidiadas no âmbito dos CTDs são de três tipos básicos: a) “aquisição de competência”, que tem como objetivo a prestação de apoio técnico às articulações intermunicipais para que as possibilitem elaborar um diagnóstico do território, com as necessidades e desejos da população, mobilização e formação de pessoas e desenvolvimento do plano; b) “programas de inovação rural” que revelem os novos rumos do desenvolvimento

rural; e c) “criação de rede” que sirva para validação e transferência de novidades surgidas no meio rural (VEIGA et al., 2001, p. 84 e VEIGA, 2002, p. 51).

A sugestão é que se tenha um plano voltado para o efetivo respeito de cinco princípios constitucionais da atividade econômica: busca do pleno emprego, defesa do meio ambiente, redução das desigualdades sociais, função social da propriedade e tratamento diferenciado para pequenas empresas (VEIGA et al, 2001).

Veiga (2002, p.38) fala da expressão “recomposição dos territórios”, a qual expressa a necessidade de novas formas institucionais de “governança” das aglomerações e das microrregiões. Para ambos os casos essas novas formas institucionais devem superar as antigas estruturas de poder local, promovendo a articulação das unidades político-administrativas pré-existentes.

Uma outra estratégia de desenvolvimento rural proposta por Veiga e colaboradores para iniciar uma reversão do atual quadro político-administrativo é se as articulações intermunicipais servirem para legitimar, institucionalizar e consolidar o processo de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que em nível nacional é atualmente elaborado pela Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Ministério do Meio Ambiente (MMA). O ZEE:

... é um instrumento de gestão que se propõe não só a levantar o conhecimento científico disponível, mas também, e de forma relevante, estabelecer a participação sistemática dos agentes sociais que atuam na mesorregião. Desta forma, o ZEE, mais do que um estudo das condições físicas e socioeconômicas da região, é um instrumento de negociação e de ajuste entre as diversas visões locais de desenvolvimento. (VEIGA et al, 2001 p. 79)

Como já comentado no início deste capítulo, Graziano da Silva (2001) e Veiga et al (2001) apresentam concordâncias em suas obras. Na intitulada “O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento” Graziano relata sobre sua concordância com Veiga com relação ao esboço de um projeto de lei proposto para dar início a uma discussão sistemática na esfera dos Conselhos de Desenvolvimento Rural, a começar pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), permitindo a elaboração de uma lei sobre o desenvolvimento rural de importância equivalente ao “Estatuto das Cidades”.

Mas essa lei não deve ser uma simples nova versão do histórico “Estatuto da Terra”, que volte a dispor apenas sobre a política fundiária e agrícola. Precisa ser uma lei que contemple as outras dimensões essenciais da vida rural, que ajude as áreas rurais a garantirem o bem-estar e a cidadania aos que nelas preferam viver. Enfim, que facilite o acesso da população brasileira à efetiva liberdade de poder optar pelos modos de vida mais diretamente relacionados com a natureza. (GRAZIANO DA SILVA, 2001 e VEIGA et al, 2001)

Dentro das organizações internas na esfera nacional, existe o CNDRS, cuja principal finalidade é deliberar sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (PNDRS), que se constituirá das diretrizes, dos objetivos e das metas de quatro programas: Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), Fundo de Terras e Reforma Agrária (Banco da Terra), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF²) e Programa de Geração de Renda no Setor Rural (Proger-Rural) (Veiga et al., 2001 p. 80).

Muitos programas governamentais financiados ou orientados por organismos internacionais (bancos ou agências de desenvolvimento) exigem ou recomendam o estabelecimento de instâncias locais de planejamento participativo, ou seja, os municípios rurais só poderão exercer influência positiva na fixação das diretrizes, objetivos e metas destes programas, se conseguirem articulações locais e com os demais municípios da microrregião a qual pertence.

O PRONAF, um desses programas de desenvolvimento territorial rural em andamento no Brasil, é abordado na literatura estudada por autores como Veiga (2001 e 2002), Graziano da Silva (2001), Denardi *et al.* (2000) e Abramovay (1998).

Abramovay (1998, p.101) afirma que o programa é um forte indicador de que o acesso ao crédito, mesmo em atividades econômicas tradicionais e aparentemente pouco promissoras, permite uma geração de renda que, para as populações envolvidas com os projetos, representam melhoria de condição de vida. O mais importante, entretanto, em todas estas experiências de geração de renda com base em investimentos de pequeno porte, é a organização da comunidade, que permite a

² “O PRONAF, possui basicamente duas vertentes de atuação: crédito para agricultores e recursos para dotar os municípios de infra-estruturas e serviços necessários ao melhor desempenho da agricultura familiar. Para que os municípios possam receber estes recursos, deve ser construída uma Comissão de Desenvolvimento Rural na qual os agricultores familiares terão ao menos metade dos membros” (ABRAMOVAY, 2003, p. 92).

redução dos custos de transação nos negócios, a implantação de um ambiente de confiança e o aumento do âmbito da ação social dos agricultores.

Denardi et al. (2000), apresentam entre os programas governamentais de desenvolvimento territorial rural que buscam valorizar o espaço local além do Pronaf, o Paraná 12 Meses, que é financiado pelo Banco Mundial. Em função das exigências do planejamento participativo, os recursos de muitas políticas públicas e programas de governo só são liberados com a explícita aprovação de conselhos municipais. Abrem-se, assim, possibilidades de influência para velhas e novas formas de organização local como associações comunitárias, sindicatos e outras entidades de base social, uma vez que esses conselhos e fóruns locais constituem espaços privilegiados para a construção da cidadania. Ao mesmo tempo, limitam-se às articulações municipais e deixam de lado as articulações intermunicipais citadas anteriormente.

O que precisa ser visto com maturidade e clareza, segundo Veiga e colaboradores (2002), é uma proposta que possa mesclar as ações dos governos federal e estaduais, diminuindo a distância entre o local e o setorial, mesmo nos casos em que tais políticas já romperam com o velho padrão centralizador. Exemplo típico neste caso é o Pronaf-Infra-estrutura.

Graziano da Silva (2001) concorda novamente com Veiga et al. (2001) em relação à definição de uma estratégia de ação com objetivo de reorientar, reformular e, se necessário, criar outros programas no atual PNDRS, resultando em um plano que deverá oferecer novas e melhores perspectivas aos municípios rurais, ou seja,

... não pode ser um plano que se limite a diretrizes, objetivos, e metas de caráter essencialmente fundiário e creditício, como ocorre com os quatro programas citados (PNRA, Banco da Terra, Pronaf e Proger-Rural), mesmo que alguns contenham “linhas de ação” de outra natureza. Este plano de desenvolvimento deverá conter também outras diretrizes, objetivos e metas que favoreçam ligações entre a agricultura e os setores terciário e secundário das economias locais. Diretrizes, objetivos e metas que promovam todas as formas de empreendedorismo que possam explorar as vantagens comparativas e competitivas desses territórios (VEIGA et al. 2002, p. 82).

Uma solução retórica para o problema de acesso dos pequenos municípios aos programas de apoio nacional já foi encontrada há muito tempo, com a popularização do discurso sobre o “desenvolvimento local”:

O espaço rural deve ser transformado num local de atividades econômicas múltiplas e dinâmicas, que permitam às pessoas que ali vivem acesso a condições dignas de vida, semelhantes àquelas das regiões urbanas. Esse processo pode ser chamado de ‘desenvolvimento local’ e definido como um grande ‘mutirão’ da comunidade (Poder Público, sociedade civil, movimentos e organizações populares) na busca de um projeto para o futuro de seu território, identificando e valorizando os potenciais e riquezas locais (TURNES e BÚRIGO, 1999, p.11, apud VEIGA et al., 2002).

Denardi et al (2000, p.45), apresentam segundo seus estudos, os três mais importantes conjuntos de fatores que afetam o desenvolvimento dos pequenos municípios paranaenses: as estruturas sociais de cooperação, isto é, a organização da sociedade local; a qualidade da gestão pública municipal – o planejamento estratégico e participativo, a probidade e a eficiência administrativa; e a localização do município, principalmente em relação à infra-estrutura de transportes, educação e acesso a mercados.

A organização da sociedade local corresponde aos contatos e vínculos da comunidade que permite formar um laço social e econômico fortalecendo as formas de cooperação para elaboração de associações, cooperativas, sindicatos e conselhos que deliberam sobre recursos para o desenvolvimento. No Paraná, é crescente o número de organizações populares de cunho social e econômico.

O caso é que em muitos municípios a população recebe uma imposição político-administrativa, inclusive para ter acesso a recursos de programas governamentais, como é o caso do município de Mato Rico. Quando este fato ocorre, a organização fica vulnerável com vínculo de dependência e dominação das prefeituras. Porém tem bons exemplos em municípios paranaenses de populações melhores articuladas que se estabelecem em relações menos dependentes, como a Cresol (cooperativas de crédito solidário), as associações de mulheres agricultoras e de assentados, bem como outras associações comunitárias.

Em alguns municípios, nota-se uma forte atuação dos conselhos municipais como é o caso dos CMDRs que têm inclusive a função de deliberar sobre a

destinação dos recursos do Pronaf – Infra-estrutura e Serviços em 57 municípios paranaenses no ano 2000 (DENARDI et al., 2000).

A qualidade da gestão pública municipal se sustenta na capacidade administrativa de identificar os problemas, recursos e potencialidades locais; permitir a participação institucionalizada da sociedade nas principais decisões; a transparência administrativa; quadro de servidores públicos capacitados; entre outros fatores, são fundamentais para o sucesso dos municípios em seus processos de desenvolvimento.

Segundo Denardi *et al.* (2000, p. 46) e Graziano da Silva (2001), a grande maioria não elabora nenhum planejamento estratégico. E raros são os casos em que há mecanismos institucionalizados de participação popular na construção de planos e na aprovação do orçamento municipal. Segundo eles no Paraná, esse quadro desfavorável é dominante nos menos desenvolvidos.

O terceiro e importante ponto abordado pelos autores acima citados, é a localização do município. Nota-se que os pequenos municípios localizados em eixos rodoviários, próximos às cidades médias e grandes, isto é, com fácil acesso aos pólos regionais, têm mais potencialidades de desenvolvimento. As vantagens desse tipo de localização são muitas, principalmente em relação à infra-estrutura de transportes, saúde, cultura, educação (principalmente superior), lazer e acesso a mercados.

Com a identificação destes três eixos, os autores (*op city*) apontam a necessidade de se ampliar estudos de desenvolvimento territorial para que se possam entender as diferentes dinâmicas de desenvolvimento e o papel dos diferentes atores e fatores nesse desenvolvimento e apresentar novas políticas públicas na orientação de um desenvolvimento mais equilibrado em todo o país.

Um atuante programa anteriormente já mencionado é o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) que atualmente está vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Tal secretaria tem como objetivo apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas

O PRONAT tem a função de promover o planejamento, a implementação e a auto-gestão do processo de Desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização da sua economia (MDA, 2008).

Diante dos estudos até aqui discutidos por pesquisadores do desenvolvimento territorial rural, mostramos neste desfecho um pouco do que foi elaborado com base no PTDRS, nos municípios do Território Paraná Centro (TPC), Estado do Paraná.

No Paraná estão organizados oito Territórios, sendo que o Território Paraná Centro teve seus trabalhos iniciados em março de 2006, por meio de uma dedicação conjunta entre o grupo gestor do Território, Associação dos Municípios do Centro (Amocentro), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), prefeituras municipais e Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT/MDA, tendo como interventores os representantes municipais, membros dos conselhos, sindicatos rurais e agricultores familiares, para elaboração de propostas e possíveis ações juntamente com Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais³ e de outros parceiros em busca de estratégia de desenvolvimento territorial (PTDRS/TPC, 2006, p.02).

O Território Paraná Centro localiza-se na região central do Estado do Paraná. Os municípios pertencentes ao estudo são: Altamira do Paraná, Boa Ventura de São Roque, Campina do Simão, Cândido de Abreu, Iretama, Laranjal, Manoel Ribas, Mato Rico, Nova Cantú, Nova Tebas, Palmital, Pitanga, Rio Branco do Ivaí, Roncador, Rosário do Ivaí, Santa Maria do Oeste e Turvo.

Vale mencionar que o TPC é um dos menos atuantes dos Territórios paranaenses, apesar de ter uma forte cooperativa popular a Cresol em pleno funcionamento. Nota-se o fortalecimento do agronegócio na região influenciada principalmente pela COAMO – Agroindustrial Cooperativa que atua em toda América Latina e tem sede em Campo Mourão.

Ainda necessitamos, de estudos de longo prazo que permitam sustentar as estratégias que venham a ser criadas para os próximos anos. O crescimento

³ O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, tem como objetivo básico contribuir para o aumento do capital social de conhecimento territorial, através do fortalecimento da capacidade técnica dos recursos humanos que atuam nos municípios do território e também no aprimoramento do conhecimento sobre os recursos naturais e potencialidades do próprio meio físico territorial e suas relações com outros espaços.

agrícola não assegurará mais o desenvolvimento rural simplesmente porque a vida rural não possui mais fundamento diretamente produtivo tampouco agrícola.

Portanto, o próximo capítulo procura contextualizar os pequenos municípios paranaenses a partir de critérios até aqui estudados e apresentar tais municípios com seus aspectos socioeconômicos bem como Mato Rico, município em análise neste trabalho.

3. OS PEQUENOS MUNICÍPIOS NO PARANÁ: UMA CONTEXTUALIZAÇÃO

Este capítulo procura contextualizar os pequenos municípios do Paraná iniciando com uma retrospectiva histórica tanto da formação do estado, como do processo de desmembramento territorial dos municípios, com sua evolução populacional, territorial e econômica. A idéia central é a de contextualizar o Município de Mato Rico neste processo. Buscou-se relacionar as principais características de qualidade de vida - obtida por meio de análise do Índice de Desenvolvimento Humano do Estado – com o tamanho dos municípios, considerando a classe dos pequenos municípios aqueles com uma delimitação demográfica de 20.000 habitantes.

Num segundo momento, procurou-se uma contextualização mais detalhada do Município de Mato Rico utilizando-se um recorte regional. Utilizou-se a delimitação microrregional do IBGE. Mato Rico é polarizado, sobretudo, pelas Microrregiões de Pitanga e Campo Mourão. As relações de centralidade e subordinação entre os municípios circunvizinhos foram apreendidas através da análise das relações entre eles nas áreas de educação/cultura, saúde e demais serviços públicos.

3.1. A ocupação do Paraná: um pouco de história

Nas palavras de Darcy Ribeiro, na região sulina surgiram modos de vida tão diferenciados e divergentes que não se pode incluí-los na mesma configuração que o restante do país e nem mesmo tratá-los como área cultural homogênea. A característica básica do Brasil sulino, em comparação com as outras áreas culturais brasileiras, é sua heterogeneidade cultural (RIBEIRO, 1995, p.408).

O Paraná teve seu povoamento pelo litoral por volta de 1549. A descoberta de ouro na baía de Paranaguá atraiu gente de São Vicente, São Paulo e Rio de Janeiro, população esta constituída por negros e índios que possuíam mão-de-obra escrava. Segundo Bernardes (1952, p.431), os vicentistas rebuscando o litoral paulista na procura de ouro, foram os primeiros povoadores do território paranaense. Vários núcleos de mineradores começaram a se formar pelos moradores de Iguape que, explorando a baía de Paranaguá, descobriram aluviões auríferas nos córregos

e rios que descem da Serra do Mar e nos anos 1630-1640 formaram os primeiros arraiais litorâneos.

Segundo dados do Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná (ITCG, 2003), Paranaguá é o primeiro município do Paraná, criado no ano de 1648. Após esta data, os mineradores chegaram ao Açungui, afluente do rio Ribeira e, por meio dele, atingiram o Planalto Curitibano, formando o município de Curitiba em 1693.

A mineração no Paraná parecia promissora aos mineradores, porém acabaram os aluviões auríferos e aos poucos essa atividade começou a entrar em decadência. No início do século XVIII, quando surgiram novas descobertas de ouro em Minas Gerais e Cuiabá, acelerou-se o declínio da mineração no Paraná (BERNARDES, 1952). A decadência completa é marcada nos anos 1720 e 1730.

No Planalto de Curitiba, sob condições diferenciadas às litorâneas, mudou o eixo da economia. Os mineiros que permaneceram no Paraná, transformaram-se em criadores de gado e tropeiros. Nesta época, o Paraná era um importante caminho de passagem dos tropeiros que saíam do Rio Grande do Sul para negociar gado em Minas Gerais, seguindo o caminho histórico de Viamão (ITCG, 2008).

O gado foi trazido do litoral aos campos e criado devido à necessidade de abastecimento próximo para os mineiros, não só de carne, mas também de animais de carga (mulas). Com isso cresceu o número de fazendas no Paraná e expandiu-se o povoamento em direção ao oeste do estado. A expansão da pecuária nos Campos Gerais forma o município de Castro em 1779 (SEMA, 2003). Ao findar o século XVIII, quase toda área dos Campos Gerais estava povoada (BERNARDES, 1952, 434).

Por volta de 1810, os luso-brasileiros, encontraram os “campos de Guarapuava”, mais tarde em 1840, os “campos de Palmas”, iniciando a ocupação dos campos do Terceiro Planalto. Segundo Lysia Bernardes (2007a, p.145), foram destes dois centros, Guarapuava e Palmas que o povoamento prosseguiu para oeste do Estado. Consta nos relatos da autora que, esta expansão para oeste aconteceu de três maneiras distintas: a iniciativa oficial e particular e a ocupação espontânea de terras devolutas ou particulares deixadas em abandono. Nesta época a pecuária era a principal atividade econômica do estado, porém existiam também pequenas plantações e produção agrícola em núcleos isolados, principalmente nos arredores de Curitiba.

Desta forma, o povoamento que se iniciou no litoral e se estendeu para Curitiba e arredores, não ocorreu de forma contínua em termos espaciais. Assistiu-se primeiramente uma ocupação de forma insular nas regiões de campos (Campos Gerais, de Guarapuava e de Palmas). As regiões de matas do estado, como é o caso da região onde se localiza atualmente o Município de Mato Rico, as quais seriam ocupadas posteriormente.

É, sobretudo, através dos imigrantes que se passa a ocupação gradativa da região de matas. Em outras províncias brasileiras, a vinda do imigrante era aguardada com a expectativa de resolver o problema de mão-de-obra na grande lavoura, mas na então Província do Paraná, a agricultura de abastecimento é que passa a ocupar os imigrantes, esperando ser a solução para a carência de gêneros primários (ITCG, 2008).

É importante notar que, com a ocupação das matas, houve a forte presença da exploração da erva-mate, que era coletada na mata nativa estimulando o povoamento de muitas áreas. Este produto, de consumo local, começou a ganhar forças na economia paranaense e passou a ser produto de exportação, quando era industrializada e comercializada para Argentina e Uruguai a partir da década de 1850 e atinge seu auge na década de 1870 (BERNARDES, 2007b, p.436).

Um importante e histórico ponto de referência são as construções das estradas de ferro, visto que o ramal da Lapa foi inaugurado em 1891, o da Restinga Seca em 1892, o de Palmeira foi aberto em 1893. Antes disso em 1891, foram fundadas as colônias de Palmira, Água Branca, São Mateus e Rio Claro, na margem direita do Iguaçu, que era navegável entre Porto Amazonas e Porto Vitória sendo meio de escoamento da madeira e da erva mate. A localização de imigrantes, notadamente poloneses e ucranianos instalados nessas colônias, segue a política de povoar as margens do Iguaçu (ITCG, 2008).

Voltando um pouco mais na história, antes de 1750, o oeste paranaense era tido como domínio espanhol, legitimado pelo tratado de Tordesilhas. Nesse momento, a ocupação se dava pelas reduções jesuíticas, que consistiam na catequização dos índios e na composição de uma sociedade que convivia nessas reduções. No decorrer do século XVII essa região passa a ser tomada por bandeirantes paulistas, que ali se dirigiam para a caça de índios, utilizados como escravos, o alvo principal passa a ser as reduções jesuíticas, por abrigar grande

número de índios. Em 1750 um novo tratado é firmado entre Portugal e Espanha, o tratado de Madri, que firma novos limites fronteiriços entre esses impérios, nele o oeste paranaense passa sobre o domínio legítimo da coroa portuguesa.

A primeira expedição de colonizadores oficiais que chegou à região onde hoje se localiza Mato Rico estabeleceu-se em julho de 1897 às margens do Rio Batista, atual município de Pitanga. Alguns anos após a chegada dos pioneiros, chegaram à localidade os primeiros colonos estrangeiros, que trouxeram a sua contribuição ao desenvolvimento da região, trabalhando e lavrando a terra⁴ (VAZ, 2002, p. 87 e 88).

Na região do atual Município de Mato Rico a floresta era habitada, sobretudo, por índios de diversas tribos. Estas terras tinham sua localização no chamado "Caminho de Peabiru⁵", caminho que era utilizado pelos índios e que atravessava o território paranaense no sentido leste-oeste, passando por onde é hoje a sede municipal de Mato Rico, deixando inscrições rupestres e artefatos em vários locais. Os índios das reduções jesuíticas eram principalmente Guaranis e a região de maior concentração de reduções jesuíticas era a das margens do rio Ivaí. Portanto, também esta fase do processo de povoamento do Paraná parece não ter contribuído para a ocupação de Mato Rico.

⁴ Por decreto nº 294 de 17 de abril de 1913, os povos indígenas perderam as terras na margem direita do rio Ivaí, em favor dos colonos, e os índios foram obrigados a ir para a margem esquerda do rio, o que causou grande revolta na comunidade indígena. "150 índios Kaigangs atacaram Pitanga, sua antiga sede, dançando na Igreja que depois foi incendiada. Mataram Manoel Alves Lourenço e sua esposa Geraldina que estava grávida... Os índios entraram para tomar Pitanga" (VAZ, 2002, p. 87 e 88). A história oficial conta que os índios depois que invadiram Pitanga e arrebutaram com tudo, foram dançar dentro da Igreja e depois atearam fogo nela. Segundo alguns moradores, a história foi um pouco diferente, pois na verdade, os índios revoltosos foram encurralados na Igreja e fechados, dois homens "atiravam escondidos atrás de uma imbuia nos índios dentro da Igreja" (p. 90), então alguns colonos atearam fogo na igreja matando todos os índios que estavam dentro, "podia-se ouvir de longe o grito de dor dos homens queimando lá dentro", comenta moradora da cidade nesta época. "No dia seguinte vieram os ervateiros paraguaios e degolaram as mulheres índias ajoelhadas a seus pés" - alguns dizem que foram homens de Pitanga que fizeram essa barbárie. Por volta de 1923, foi criada uma lei que privava os índios de algumas terras no Paraná, ou seja desapropriaram. Os jornais da época faziam apologia para a "extinção do aldeamento São Jerônimo, cujas terras foram disputadas pelos importantes políticos paranaenses e fazendeiros. A liberação de terras indígenas a políticos locais, reduziu suas reservas no Paraná e contribuiu para o extermínio de colonos na Serra da Pitanga" (p. 86).

⁵ "O Caminho de Peabiru foi a mais importante via transcontinental da América do Sul pré-colombiana, segundo definiu Reinhard Maack, em 1959. Era uma "estrada" indígena com tronco e ramais, formando uma rede. Tinha cerca de três mil km de extensão e ligava o Atlântico ao Pacífico." (CORIOLANO, 2004 p.08)

A história da ocupação do oeste paranaense tem se apresentado com um balizamento temporal bastante nítido e que pode ser vislumbrado a partir da segunda metade do século XIX. O grande acontecimento desse período é a deflagração da Guerra do Paraguai, que se prolongará sangrentamente de 1865 a 1870. Após o fim da guerra decide-se pela implantação de uma Colônia Militar na foz do rio Iguaçu, para o decorrer da empreitada, estrategicamente, escolheu-se Guarapuava como centro das operações, por já haver concentração de um núcleo urbano. A partir deste local foi aberta uma picada, que rumava à foz do rio Iguaçu. Na metade do caminho foi instalado o núcleo de Catanduvas, com o propósito de abastecimento para quem passava. A expedição chegou a foz do rio Iguaçu em 1889 (COLODEL, 1988).

Porém, algo que a expedição militar constatou, na chegada ao oeste paranaense, foi a presença de argentinos, que exploravam – em contrabando – a madeira e a erva-mate. Porém devido ao isolamento, pela posição geográfica em que se localizava a Colônia Militar instalada na foz do rio Iguaçu, muito pouco foi feito. Assim, a extração comercial da madeira e do mate assentou-se num modelo de exploração conhecido como obrages, que perdurou por mais de meio século, com a presença de navios vapores argentinos que escoavam os produtos sem o controle alfandegário brasileiro (BALHANA et al., 1969).

Segundo Bernardes (1952, p.437), o povoamento no Paraná se expandiu para as “Zonas Florestais” de forma pouco uniforme e na segunda metade do século XIX, deu início a uma nova fase para a economia paranaense. A agricultura ganha novo ritmo e o valor das terras florestais iguala e, finalmente ultrapassa o das terras de campo. Surge, então, “o colono”, que utiliza uma tarefa até então negligenciada: derrubar a mata virgem, cultivar grandes áreas e expandir-se cada vez mais para o interior, em direção a oeste. Dessa forma, correntes povoadoras distintas atuaram no Estado: o norte foi conquistado principalmente por paulistas, mineiros e baianos com o objetivo de trabalhar nas lavouras de café (ou como meeiros), já as demais zonas tiveram em grande maioria o povoamento dos europeus e gerações de seus descendentes.

O Paraná ingressa no século XX dando grande destaque à estrada de ferro. Os trilhos de ligação entre Paranaguá e Ponta Grossa estão em plena atividade, possuindo três ramais: o que liga Lapa a Rio Negro, transportando a produção da

colônia Lucena (Itaiópolis); o de Curitiba a Rio Branco, que visava inicialmente interligar a Capital com Jaguariaíva e o norte pioneiro; o terceiro liga Morretes a Antonina, para beneficiar as atividades portuárias (ITCG, 2008). Nesta época, foi construída a Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, ligando Itararé (SP) a União da Vitória (PR). A empresa norte americana “Brazil Railway Company”, que adquiriu a concessão, construiu nesta fase a continuação de União da Vitória a Marcelino Ramos (RS). Ao longo das estradas, dezenas de serrarias se encarregaram do beneficiamento da madeira, cujo ciclo estava em ascensão.

O censo de 1900 registrou no Paraná 327.136 habitantes, evidenciando o contínuo crescimento de sua população que em 1890, era de 249.491 habitantes. Desde 1779 até o ano de 1924 foram criados 53 municípios que cobriam todo território do Estado (ITCG, 2008). Nessa época do processo de ocupação do território paranaense, quatro frentes de ocupação e colonização chamam a atenção: a frente “nortista”, oriunda de Minas Gerais e São Paulo, representada, sobretudo, por Jacarezinho e Ribeirão Claro (entrada de japoneses); a penetração para oeste em direção a Foz do Iguaçu, partindo de Guarapuava. Já aparecem os núcleos de Mallet (Laranjeiras do Sul), Formigas e Catanduvás; a frente de Palmas e Clevelândia em direção à fronteira Argentina, o núcleo de Pato Branco; e as “obrages” argentinas com mão-de-obra paraguaia e os “mensus”, na margem esquerda do rio Paraná. Pode ser caracterizada como uma frente estrangeira que penetra à procura de erva-mate (ITCG, 2008).

Nos anos de 1921-1922, o café representava 3,8% das exportações paranaenses e em 1926-1927 já atingia 9,3%. Enquanto a cafeicultura paranaense estava em pleno crescimento, a economia ervateira passava por um curto período de recuperação em suas exportações; aos poucos o mate irá perdendo sua condição de atividade condutora da economia. O período favorece também a indústria madeireira (ITCG, 2008).

Segundo dados da Secretaria do Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA, 2003. p. 10), no ano de 1924 existiam 56 municípios estabelecidos no Paraná. A Figura 2, elaborada pela SEMA com base no estudo relativo aos limites municipais realizado pelos engenheiros J. Moreira Garcez e F. Gutierrez Beltrão, apresenta esta conformação.

oeste do Paraná, criando oficialmente um novo estado, o Território Nacional do Iguçu, que perdurou de 1943 a 1946, tendo como sede Laranjeiras do Sul (COLODEL, 1988).

Na década de 1940 inicia-se um forte processo de povoamento das terras do oeste, organizado por companhias colonizadoras particulares, onde foram vendidos pequenos lotes agrícolas aos colonos interessados no cultivo das terras. Nas décadas de 1940 e 1950 foram atraídos milhares de famílias, sendo denominada essa fase de povoamento sulista, uma vez que os imigrantes, em maioria, têm origem dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (COLODEL, 1988).

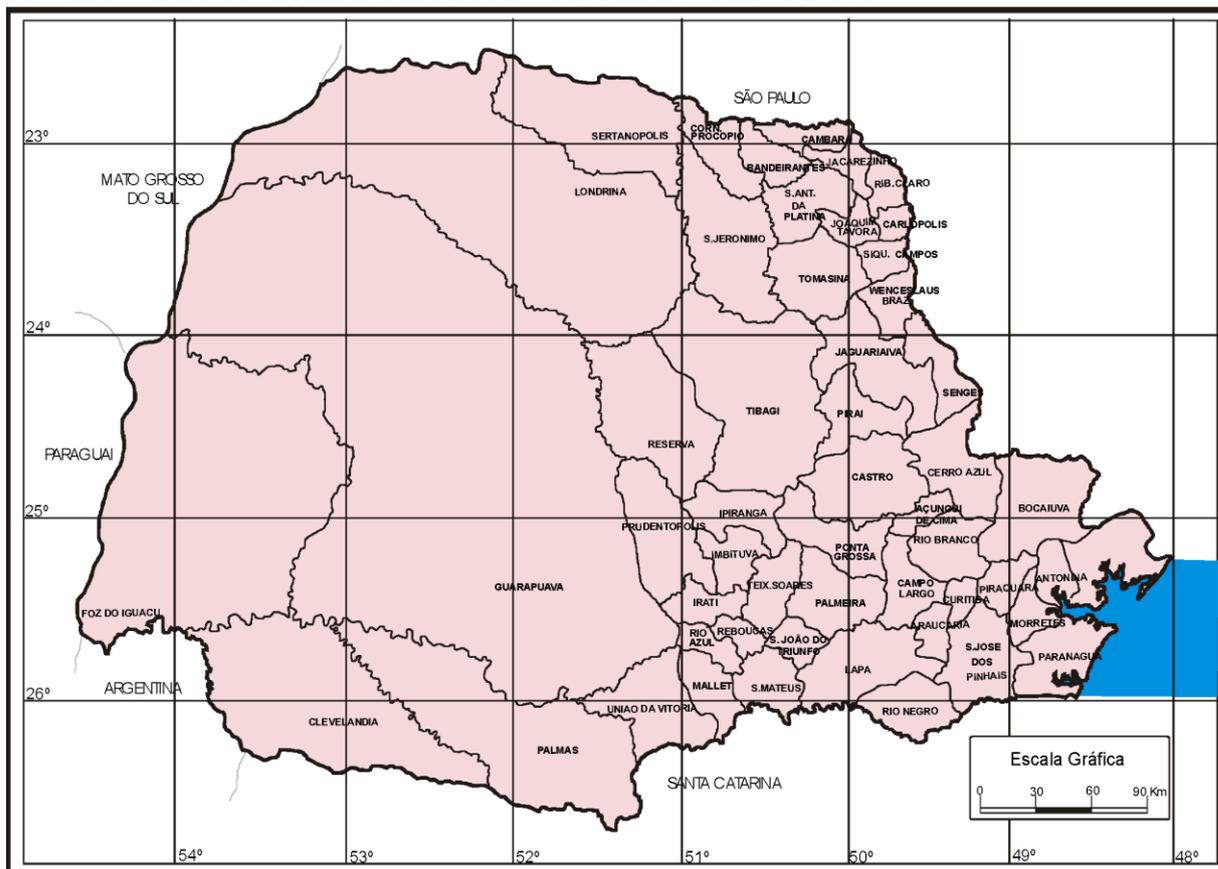
Há que se fazer referência, que a expansão deste povoamento através da instalação de colônias de imigrantes e nacionais no norte, oeste e sudoeste paranaense não ocorreu sobre regiões totalmente desabitadas. Além dos indígenas que habitavam esta região de matas, havia também a presença de caboclos, num processo de ocupação espontânea de áreas. Índios e caboclos foram, em grande parte, expulsos de suas terras para dar lugar a colônias de iniciativa privada e estatal. Acredita-se que este tenha sido o caso da região ocupada atualmente pelo Município de Mato Rico. Parece haver evidências de que as terras de Mato Rico tenham feito parte da denominada Colônia Piquiri (BERNARDES, 1953, p. 19).

Observando a evolução da divisão territorial do Estado notamos que o Paraná tinha menos municípios em 1940 do que no ano de 1924 (Figura 2 e Figura 3). Esta diminuição no número de municípios ocorreu devido à extinção dos municípios de São Domingos, Porto de Cima, Açungui de Cima, Bom Jardim, Palmyra e Conchas que foram anexados a municípios limítrofes no início da década de 1930 (SEMA, 2003).

Ainda, no final desta mesma década, o Decreto Lei Nacional n.º 311 de 02 de março de 1938, estabeleceu normas para uma nova Divisão Territorial. Como consequência deste decreto, 08 dos municípios deveriam ser extintos e anexados a outros municípios. Assim, com a nova Divisão Territorial, o Paraná passou a ser dividido em 49 municípios. Deixaram de figurar no quadro Político Administrativo, municípios tradicionais como os de Guaratuba e Guaraqueçaba que foram anexados a Paranaguá, o de Entre Rios anexado a Palmeira e Teixeira Soares, os de Rio Branco, Colombo e Tamandaré que foram anexados a Cerro Azul e finalmente,

Campina Grande do Sul que foi anexado a Piraquara, formando um só município (SEMA, 2003). A situação do território do atual Município de Mato Rico permaneceu a mesma, ou seja, integrada ao Município de Guarapuava.

FIGURA 3 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO PARANÁ NO ANO DE 1940



FONTE: SEMA (2003)

Este quadro de divisão municipal, porém, não perdurou por muito tempo. O município de Colombo foi restabelecido cinco anos após em 1943, enquanto que Almirante Tamandaré, Rio Branco do Sul, Guaraqueçaba e Guaratuba foram restabelecidos no ano de 1947, através da Lei de Reforma Territorial N.º 02/47 (SEMA, 2003). Poucas alterações ocorreram no quadro territorial e a população paranaense foi contabilizada pelo censo de 1940 em 1.236.276 habitantes.

Em 1948, era possível se observar a existência de dois “Paraná”: o chamado “tradicional”, com sede em Curitiba, e o “nortista”, que se projetava demográfica e economicamente com a produção do café. No sudoeste e oeste do

Estado, a frente sulista oriunda basicamente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina ainda não havia ocorrido em grande escala (ITCG, 2008).

A divisão política fixada pela Lei n.º 790 de dezembro de 1951 foi a última de caráter geral de reforma territorial do Paraná (SEMA, 2003). Por esta lei, o quadro territorial passou a ser constituído por 119 municípios (Figura 4).

FIGURA 4 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO PARANÁ NO ANO DE 1951



FONTE: SEMA (2003)

Em consequência dessa nova divisão, o número de municípios aumenta no período de 1939 a 1951 em 142%. A fragmentação política se intensifica nas regiões do norte novo, oeste e sudoeste. O Município de Pitanga se desagrega do Município de Guarapuava, dessa forma, as atuais terras do Município de Mato Rico passam a ser integrantes deste novo Município.

Na economia, evidencia-se o declínio da cafeicultura marcado principalmente por fatores climáticos e migratórios, novas culturas surgiram na região do norte velho e norte pioneiro, com destaque para o algodão nas regiões do Assaí nos anos 1960. Cria-se uma situação de desvantagem comparativa do Estado do Paraná devido à vulnerabilidade da cultura do café em face das ameaças

contínuas das geadas, e da mesma forma, das outras culturas agrícolas que vinham sendo desenvolvidas no estado, que ficavam a mercê de longos períodos de estiagem.

Como o Paraná não era favorecido pelas condições climáticas, a elite local começa a repensar o papel do Estado na Divisão Nacional do Trabalho (MIGLIORINI, 2006, p.66). Segundo Lourenço (2003, p. 64), o plantio da soja veio em substituição à cultura cafeeira e a grande mudança na agricultura trouxe a modernização para o Paraná. A partir da década de 1980 o território paranaense passa a ter uma estabilidade geográfica e demográfica. Sua inserção na economia nacional, e mercado internacional, dá-se pela mecanização da agricultura, através do plantio intensivo do milho e da soja.

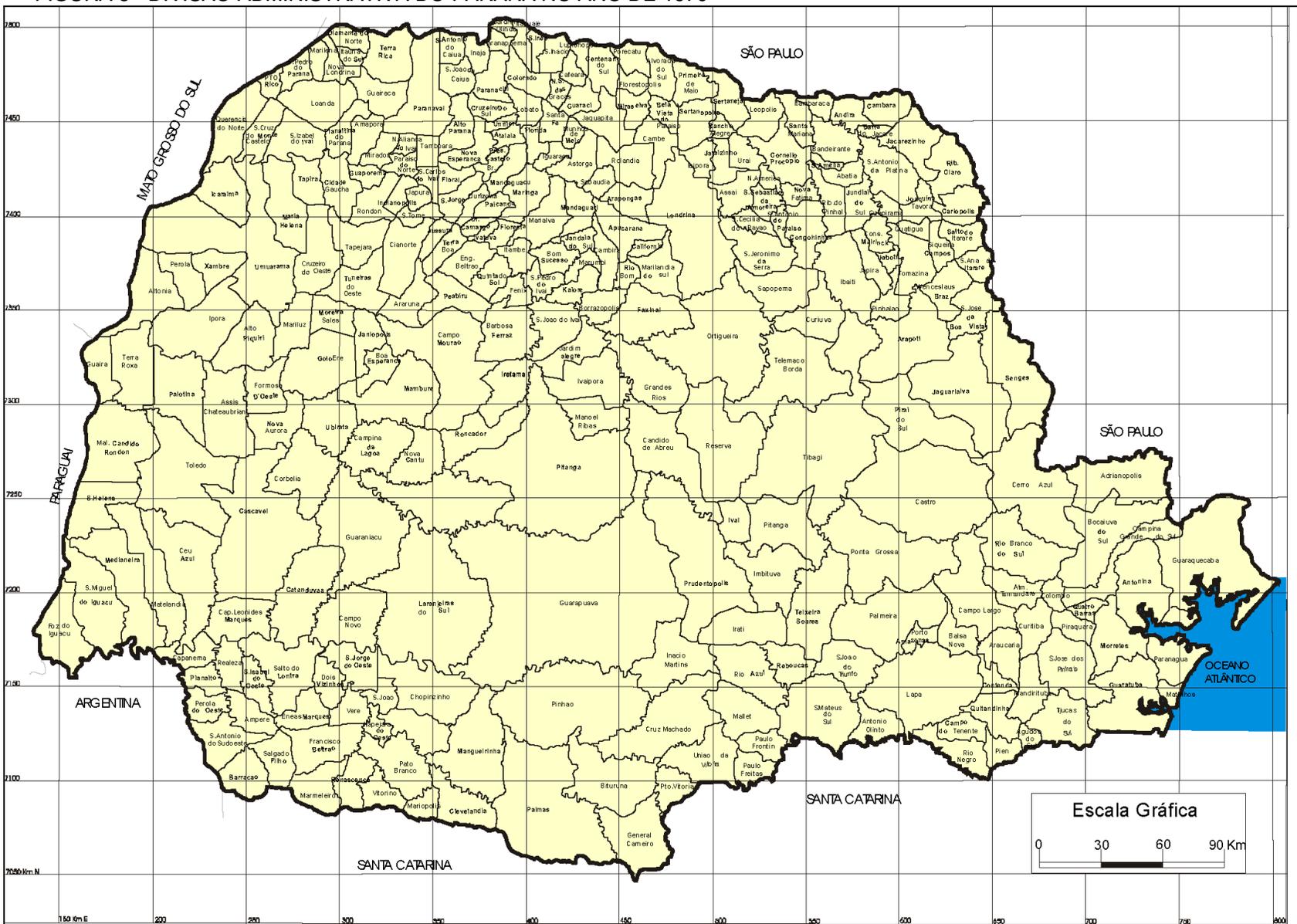
O Paraná estava subordinado as necessidades de mercado paulista suprindo as necessidades de matérias-primas para os grandes mercados (café, soja, papel e papelão). Para sair dessa condição o estado dependia de uma diversificada rede de infra-estrutura (MATSUUCHI et al. 2004). Surge, então, no início da década de 1960, o Projeto de Desenvolvimento Industrial do Paraná que visava planejar o desenvolvimento, por meio de melhorias na infra-estrutura de transporte e energia, financiamento de projetos industriais privados e racionalização do aparato administrativo do Estado (MIGLIORINI, 2006). Com a criação da Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), em 1962, dinamizou-se o escoamento da produção agrícola e, mais tarde, industrial, sustentado pela estrutura básica do estado com recursos de energia, transporte e telecomunicações (LOURENÇO, 2003).

Para Matsuuchi et al (2004, p. 30), o novo perfil produtivo do Paraná é bem diferente dos anteriores, pois se mostra, nesta fase, mais diversificado. Este novo perfil baseia-se na modernização do agronegócio (principalmente com o cultivo de milho e soja) e no pólo automobilístico. Isso contribuiu para a criação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e a instalação da Refinaria de Petróleo da Petrobras no município de Araucária, na segunda metade da década de 1970 (LOURENÇO, 2003).

Pode-se notar pela representação da divisão administrativa do Paraná de 1970 (Figura 5), que o estado contava com 288 municípios. Se comparado com a de 1951, com 199 municípios, revela que nas décadas de 1950 e 1960 o ritmo de

desmembramentos territoriais prosseguiu acelerado, mostrando uma configuração na divisão territorial dos municípios paranaenses parecida com a atual.

FIGURA 5 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO PARANÁ NO ANO DE 1970

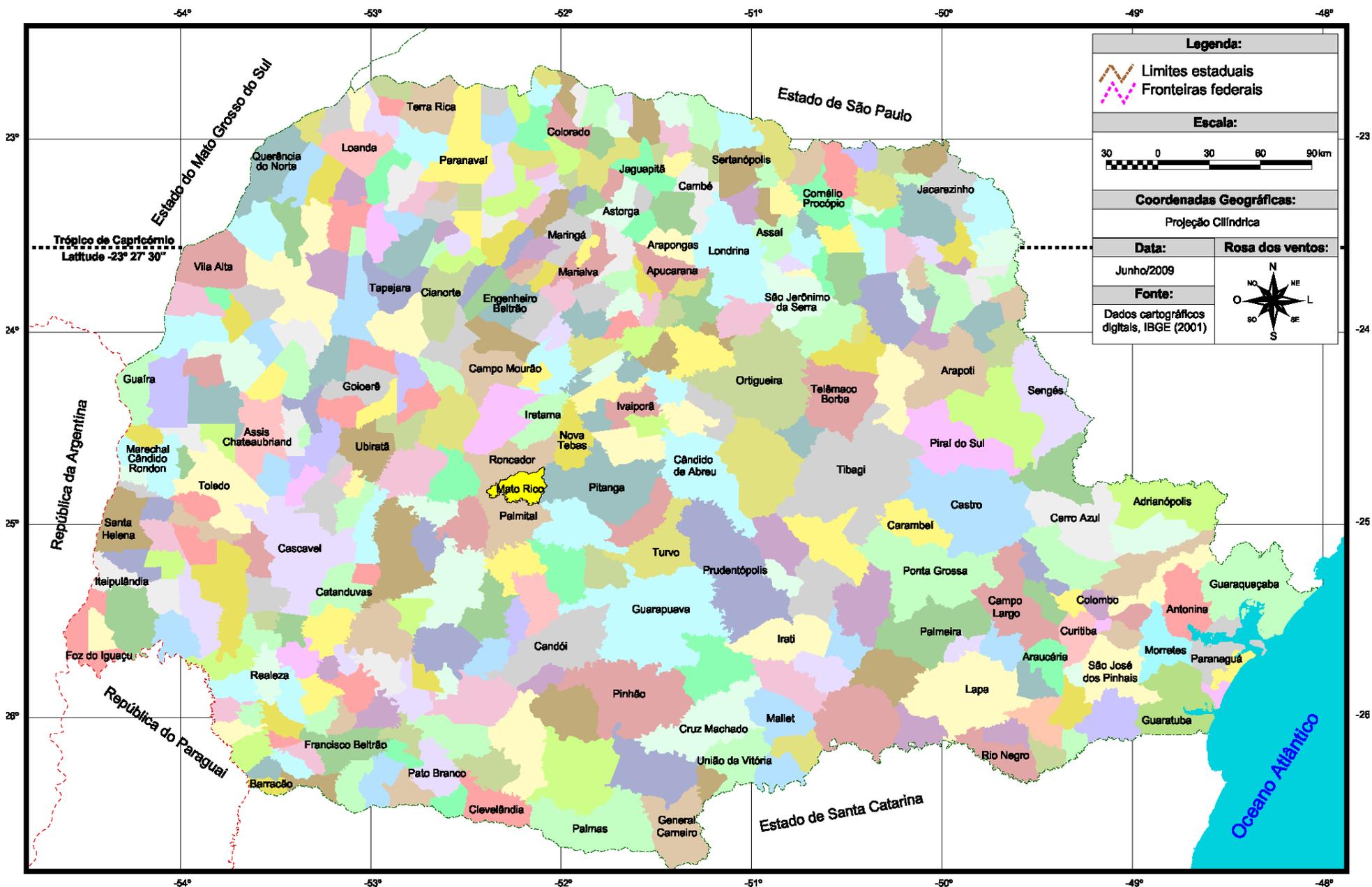


FONTE: SEMA (2003)

As terras do atual Município de Mato Rico pertenciam, neste momento, a Pitanga que havia desmembrado de seu território os municípios de São João do Ivaí, Jardim Alegre, Ivaiporã e Laranjal.

De 1970 a 1996 foram desmembrados mais 111 municípios. Somente na década de 1990, foram criadas 76 novas unidades administrativas. Nota-se que de 1924 a 1991 foram criados 346 municípios, excetuando-se um grande número que foi criado e extinto. Os poucos municípios com grandes extensões foram sendo fragmentados e transformados em um grande número de municípios com pequenas e médias áreas. Hoje se chega a um total de 399 municípios instalados no território paranaense (SEMA, 2003), entre eles, Mato Rico desmembrado de Pitanga em 1991 (Figura 6, realce em amarelo para o Município de Mato Rico).

FIGURA 6 – ATUAL DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO PARANÁ A PARTIR DO ANO DE 1991.



FONTE: SILVEIRA et al (prelo)

A Tabela 1 traz o crescimento de municípios no Paraná a partir da década de 1940, comparando com a média do Brasil. Observando estes dados, percebe-se que o número de desmembramentos no Paraná foi superior à média brasileira em todos os períodos apresentados. Isto evidencia a importância e a necessidade do trabalho de organização da divisão territorial do Estado. O Paraná se manteve desde 1997 com 399 municípios, enquanto o Brasil subiu para 5.507 em 2000 e 5.564 em 2007.

TABELA 1 - COMPARAÇÃO DA MÉDIA DE DESMEMBRAMENTOS DE MUNICÍPIOS ENTRE O BRASIL E O PARANÁ.

	1940	1950	1960	1970	1980	1997	2000	2007
Municípios/ Brasil	1.574	1.889	2.768	3.952	3.974	5.448	5.507	5.564
Municípios/ Paraná	49	80	162	288	290	399	399	399
Evolução/ Brasil	-	20%	47%	43%	0,6%	37%	1,08%	1,03%
Evolução/ Paraná	-	63%	102%	78%	0,7%	38%	-	-

FONTE: Atualizado de IBGE (2000 e 2007), SEMA (2003)

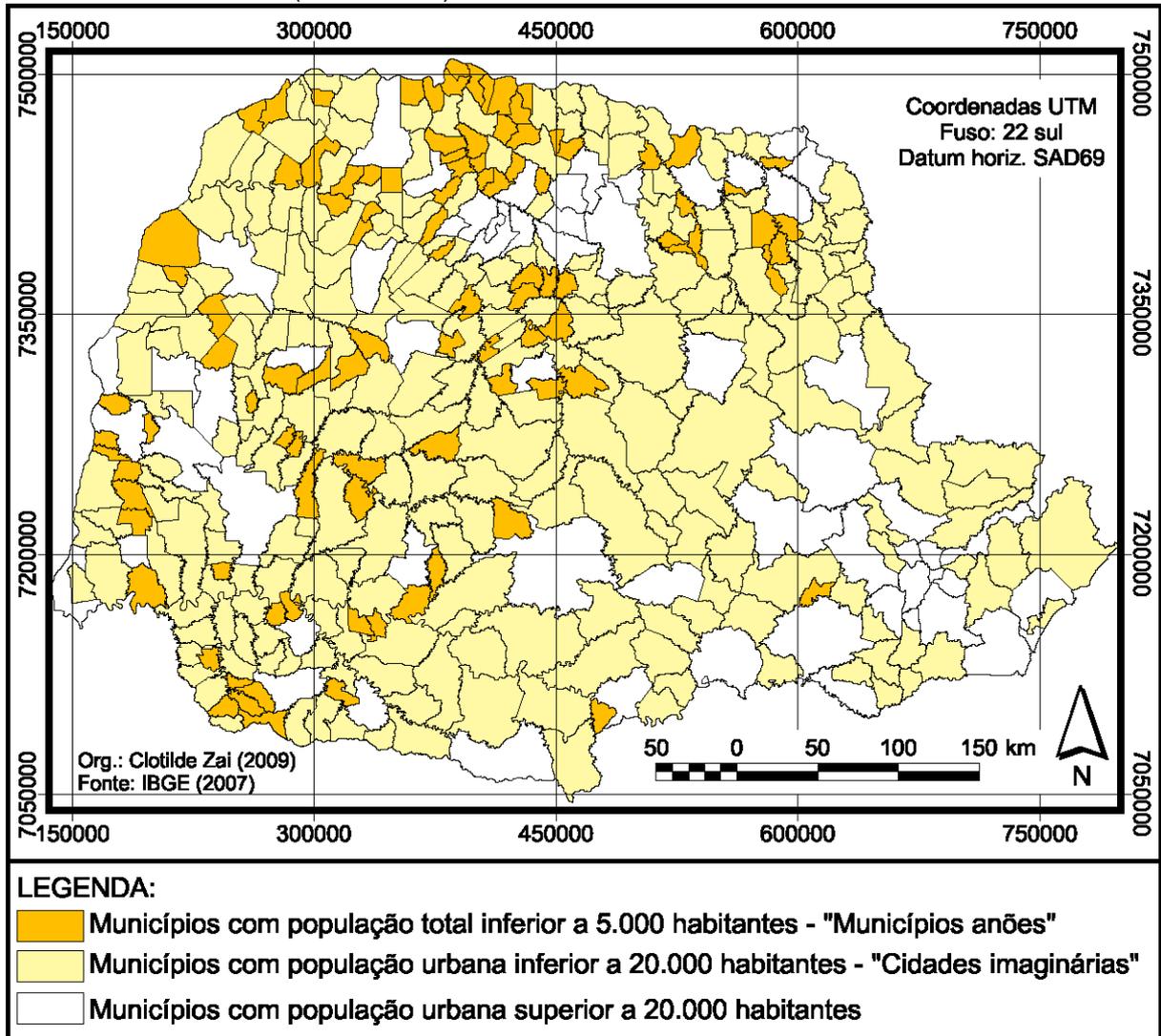
O Paraná passou por importantes e marcantes transformações ao longo de seu percurso. Após um pouco da histórica da ocupação e da criação dos municípios paranaenses, apresenta-se a seguir uma contextualização dos pequenos municípios, classe ao qual pertence o Município de Mato Rico.

3.2. Os pequenos municípios no Estado

Dos 399 municípios do Paraná, 100 apresentam população total inferior a 5.000, o que para Veiga (2002 e 2005), são considerados “municípios anões” ou “micro-municípios” (Figura 7). Do total de municípios paranaenses, apenas 60 possuem sedes com uma população superior a 20.000 habitantes (IBGE, 2000), que é um critério primordial para a qualificação de cidade para Veiga (2002 e 2005), Wanderley (2000) e Abramovay (2003). Assim, 339 municípios paranaenses

possuem uma população urbana menor que 20.000 habitantes, o que os classifica, segundo Veiga, como “cidades imaginárias”.

FIGURA 7 – DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL DO ESTADO DO PARANÁ SEGUINDO CRITÉRIOS DE VEIGA (2002 e 2005)

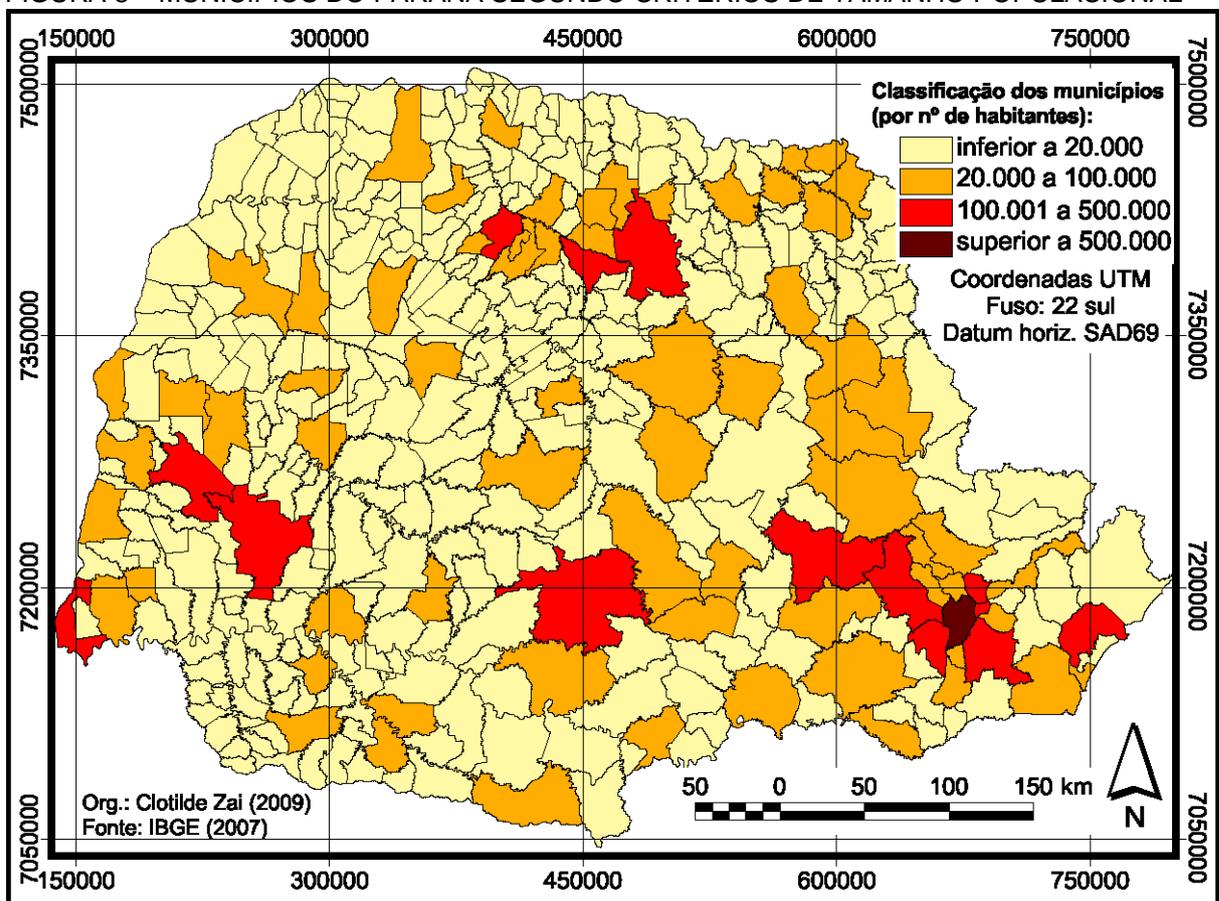


FONTE: Dados de SEMA (2002) e IBGE (2007). Org: SILVEIRA e ZAI (2009)

Os critérios de Kageyama (2003 p.07) e Veiga et al. (2000, p.90) classificam como municípios de pequeno porte os que têm simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km²; e de médio porte aqueles que têm população entre 50 e 100 mil habitantes ou cujas densidades superem 80 hab/km². Para este estudo, adota-se a metodologia usada por Moreira (2007), onde considera-se como pequenos municípios aqueles que possuem população total inferior a 20 mil habitantes.

Seguindo estes critérios, segundo contagem e estimativa da população paranaense pelo IBGE em 2007, o Paraná possui 317 pequenos municípios (com população de até 20.000 habitantes), 67 médios municípios (com população entre 20.000 e 100.000 habitantes), 14 grandes municípios (com população entre 100.000 e 500.000 habitantes) e 1 com mais de 500.000 habitantes, o município/capital Curitiba que possui hoje 1.797.408 habitantes (IBGE, 2007) (Figura 8). O Município de Mato Rico aparece aqui na classe com população inferior a 20 mil habitantes, ou seja, na classe onde situa-se a maioria dos municípios paranaenses.

FIGURA 8 – MUNICÍPIOS DO PARANÁ SEGUNDO CRITÉRIOS DE TAMANHO POPUCACIONAL



No Paraná identificam-se diferentes dinâmicas de crescimento no período 1991 e 2007. Dos 399 municípios do Estado, 317 (80%) chegaram com menos de 20 mil habitantes em 2007 (IBGE, 2007), onde se concentravam 26,9% da população, correspondendo a 62% da população rural do estado. A população desses pequenos municípios se distribui em 41% na área rural e 59%, na área

urbana. Em 1991, essa proporção era de 51% e 49%, respectivamente. Uma das explicações para a queda da população rural foi a criação de 81 novos municípios no período. Muitas áreas rurais se transformaram em perímetros urbanos.

Do conjunto de 317 municípios com menos de 20 mil habitantes, 41 cresceram em termos populacionais acima da média do estado, 88 apresentaram taxas positivas de crescimento, porém, abaixo da média do estado, e 188 perderam população em termos absolutos. A redução da população ficou em 3,5% no conjunto dos 317 municípios com menos de 20 mil habitantes.

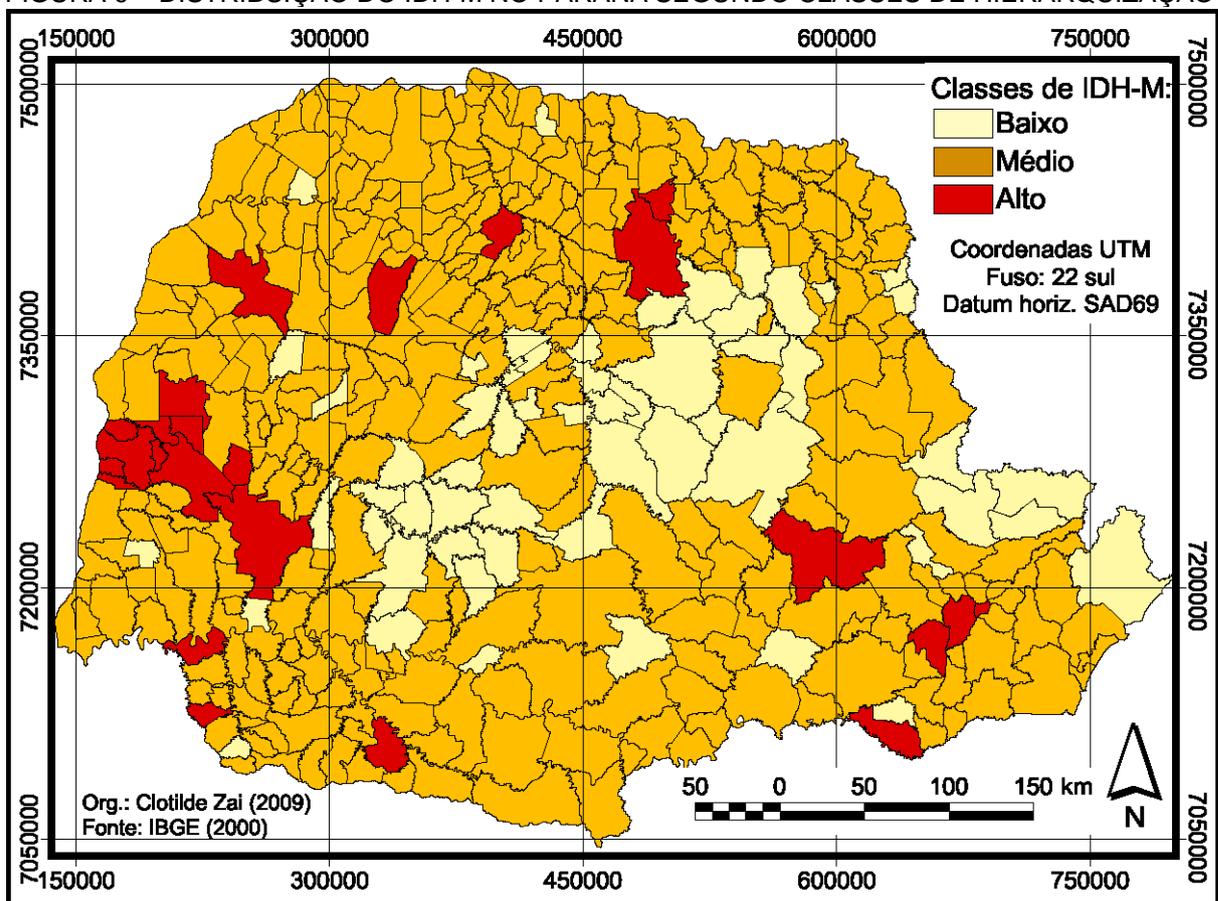
Para análise da qualidade de vida da população paranaense, bem como dos municípios de pequeno porte, adota-se os critérios de IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal) levantados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, 2000 - último publicado), adotado também pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Este índice resulta da média aritmética de três índices mais específicos que captam longevidade, escolaridade e renda (PNUD et al, 2000). Esta análise é realizada para os municípios com população inferior a 20.000 habitantes, considerando detalhadamente as três variáveis que compõem o IDH-M.

O estado do Paraná ocupa hoje o sexto lugar em IDH-M no ranking nacional, uma média de 0,787 (PNUD, 2000). Os municípios paranaenses que ocupam os primeiros lugares são: Curitiba com 0,856 (19º nacional), Quatro Pontes com 0,850 (29º nacional) e Pato Branco com 0,849. Os piores índices apresentados são dos municípios de Ortigueira com 0,620 (399º ranking estadual e 4.298º nacional, menor que o de Guiné Equatorial, na África (SAMPAIO, 2008)), seguidos por Doutor Ulysses com 0,627 (4179º ranking nacional) e Mato Rico com 0,640 de IDH-M (ranking nacional 3931º). Destes três municípios, Doutor Ulysses e Mato Rico pertencerem a classe de Pequenos Municípios.

Os órgãos Organização das Nações Unidas (ONU) e o PNUD (2000) hierarquizam três classes de IDH-M: 1) inferior a 0,499 (baixo); 2) 0,500 a 0,799 (médio) e 3) Acima de 0,800 (alto). Enquanto que o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2000) adota cinco: 1) abaixo de 0,299 (baixo inferior); 2) 0,300 a 0,499 (baixo); 3) 0,500 a 0,649 (médio); 4) 0,650 a 0,799 (médio superior) e 5) Acima de 0,800 (alto).

Tavares (2006) revelou em seus estudos que para análise paranaense estes critérios de representação do IDH-M demonstram resultados muito generalizados, deixando todos os municípios paranaenses com IDH-M na classe de médio, exceto poucas alterações para pequenos municípios das mesorregiões oeste e sudoeste. Portanto, partindo da análise prévia que o Paraná não possui dados inferiores a 0,499, foram reformulados os intervalos das classes, adotando valores inferiores a 0,699 para qualificar municípios com baixo IDH; entre 0,700 a 0,799 para municípios com médio IDH e superior a 0,800 para alto (Figura 9).

FIGURA 9 – DISTRIBUIÇÃO DO IDH-M NO PARANÁ SEGUNDO CLASSES DE HIERARQUIZAÇÃO



NOTA: Inferior a 0,699 (baixo), 0,700 a 0,799 (médio) e superior a 0,800 (alto).

Em uma análise mais ampla, nota-se que a porção oeste do estado possui altos índices resultante de um complexo agroindustrial moderno e competitivo, articulado aos eixos dinâmicos do país e do exterior. De acordo com o IPARDES (2003), do ponto de vista social, a mesorregião oeste concentra 11 dos 23 municípios nas melhores posições do estado em termos de IDH-M, estando, contudo

nesta mesma mesorregião muitos municípios com tais índices entre os piores do estado.

Melo e Parré (2007, p.17) destacam a porção oeste com grau de desenvolvimento rural “muitíssimo alto”, onde se destacam os municípios de Toledo e Cascavel. Registra-se que 66% dos municípios encontram-se com índice de desenvolvimento acima do valor do Índice de Desenvolvimento Rural - IDR⁶ médio. Contudo, há que se destacar que há registro de municípios nas categorias baixo e muito baixo, o que reflete uma disparidade observada entre os municípios de uma região absorvedora dos efeitos do processo de modernização da agricultura.

Destaca-se ainda a porção sudoeste, que apresenta a maioria dos municípios em posições intermediárias no *ranking* do IDH-M. O desempenho é reflexo, principalmente, do componente educação (IPARDES, 2003). São destacados também os municípios de Francisco Beltrão e Dois Vizinhos com grau de desenvolvimento rural muito alto, além de outros nove com grau alto. Dos 37 municípios, 36 apresentaram IDR acima do valor médio o que converte em boa média de desenvolvimento humano (MELO e PARRÉ, 2007).

Na porção norte central, de modo geral, o conjunto de municípios que compõem o eixo Londrina-Maringá apresenta as situações melhores em termos do IDH-M, com algumas exceções em municípios periféricos aos pólos que apresentam índices médios (IPARDES, 2003). No que se refere a IDR coletados na pesquisa de Melo e Parré (2007, p.08), apenas o município de Londrina encontra-se na classificação muitíssimo alto, sendo que a grande maioria dos municípios do norte central encontra-se nos graus médio e inferiores, o que denota heterogeneidade entre os municípios.

Já as regiões centro sul, centro oriental e sudeste apresentam índices baixo e muito baixo. A centro sul é uma das menos urbanizadas, contribuindo com um dos maiores volumes na composição da população rural do estado, característica que, de acordo com o IPARDES (2004), é reforçada pelo elevado número de

⁶ Para obtenção do Índice de Desenvolvimento Rural foi aplicada uma fórmula matemática, onde obteve-se o Índice Bruto de Desenvolvimento, por meio do cálculo da média dos fatores (indicadores demográficos, econômicos, sociais e ambientais) pertencentes a cada observação. A partir daí, por meio de interpolação, considerando-se o maior valor como 100 e o menor como zero, foi obtido o IDR considerando-se municípios com grau de desenvolvimento muitíssimo alto; muito alto; alto; médio; baixo; muito baixo e muitíssimo baixo (MELO e PARRÉ, 2007).

assentamentos rurais (34% das famílias assentadas no Paraná) e 62% áreas indígenas paranaenses (MELO e PARRÉ, 2007). Todos os municípios do centro sul registram IDH-M abaixo da média paranaense, desempenho que se repete quanto aos índices de pobreza e miséria, além do grau de desenvolvimento rural que são médio e baixo (IPARDES, 2003).

A Região Metropolitana de Curitiba (RMC) apresenta uma heterogeneidade de resultados contando com todas as classes de desenvolvimento humano. A porção do Vale do Ribeira apresenta municípios que se caracterizam pela presença maior de população rural, baixo crescimento populacional, precariedade de serviços sociais e incipiente atividade econômica, em consequência, os piores índices de IDH-M, inclusive com um de seus municípios (Doutor Ulysses) com o segundo pior índice do Paraná. Em contraposição aos municípios com condição socioeconômica desfavorável, outros municípios metropolitanos apresentam índice médio e alto como é o caso de Curitiba, Araucária e Pinhais.

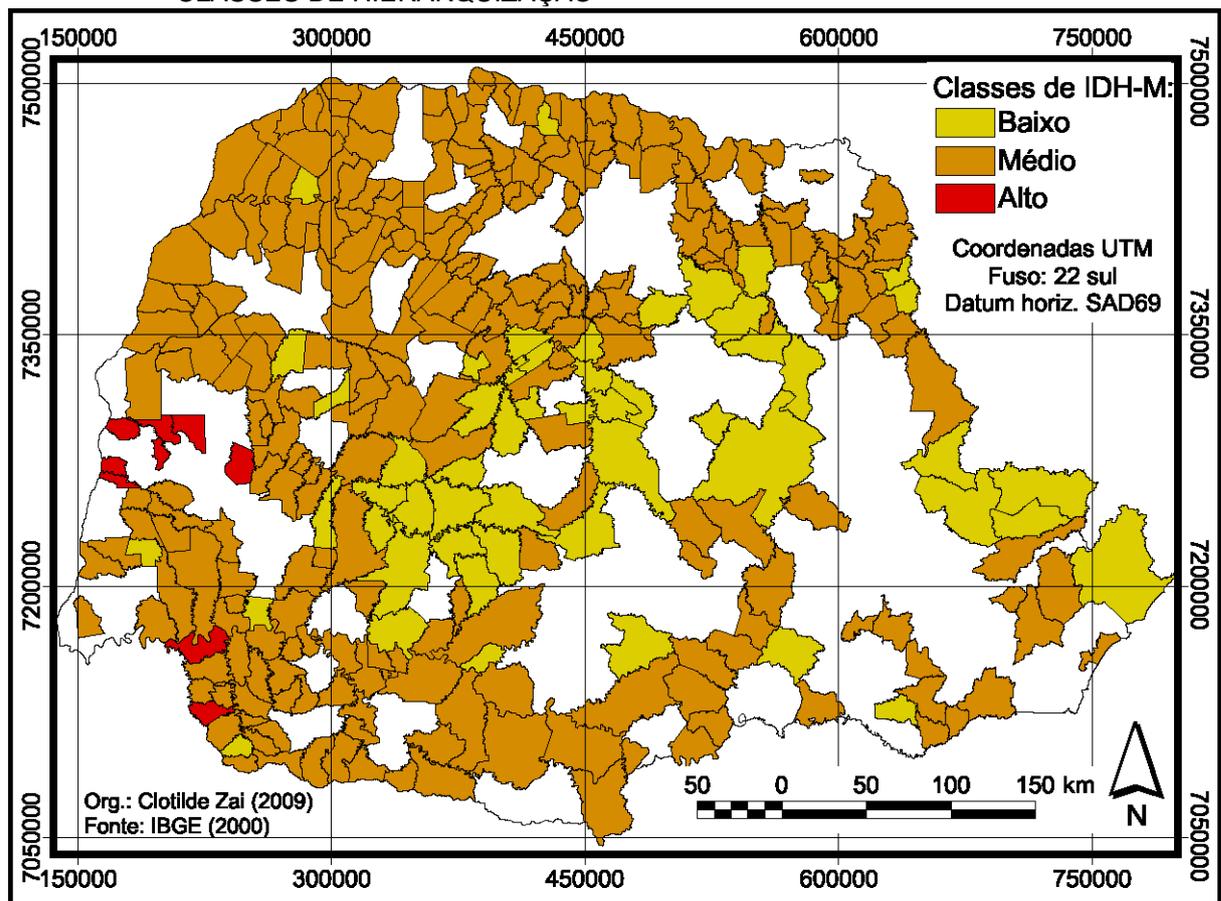
Com isso, é fundamental perceber a necessidade de melhorar as condições de vida da população rural, uma vez que é o volume (proporção de população rural) que está influenciando de forma significativa a classificação de municípios com tal característica quanto ao seu grau de desenvolvimento rural. Isto se reforça ao se juntar aos outros fatores com resultados negativos, que estão ligados à energia elétrica, crédito rural e renda (MELO e PARRÉ, 2007).

Entre os pequenos municípios do Estado (Figura 10) destacam-se com alto IDH-M o município de Quatro Pontes, que está em segundo lugar no ranking paranaense com 0,850 de IDH-M, o município de Entre Rios do Oeste, em quarto lugar no Estado com 0,847, seguidos por Maripá com 0,845 e Pato Bragado com 0,821. Um importante dado é que o município com maior população dos citados é Maripá com apenas 5.571 habitantes, os demais podem ser incluídos na categoria dos “anões”. Os pequenos municípios com piores IDH-M são Doutor Ulysses, com média de 0,627; em segundo lugar o município de Mato Rico com 0,640; Imbaú com 0,646, sendo que este município possui população de 11.191 habitantes; e Laranjal com IDH de 0,651.

É interessante notar que dos quatro piores IDH-M entre os pequenos municípios, dois localizam-se na região central do Paraná, Mato Rico e Laranjal. O município de Ortigueira não aparece nesta análise por ser caracterizado como médio

município com 24.397 habitantes (IBGE, 2007). Assim, os piores índices aparecem prioritariamente na porção central e leste do Estado, já os caracterizados com índice médio estão principalmente na porção norte e sudoeste. Apenas oito pequenos municípios tem índice superior a 0,800, destes sete concentram-se a oeste do Estado.

FIGURA 10 – DISTRIBUIÇÃO DO IDH-M DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ SEGUNDO CLASSES DE HIERARQUIZAÇÃO

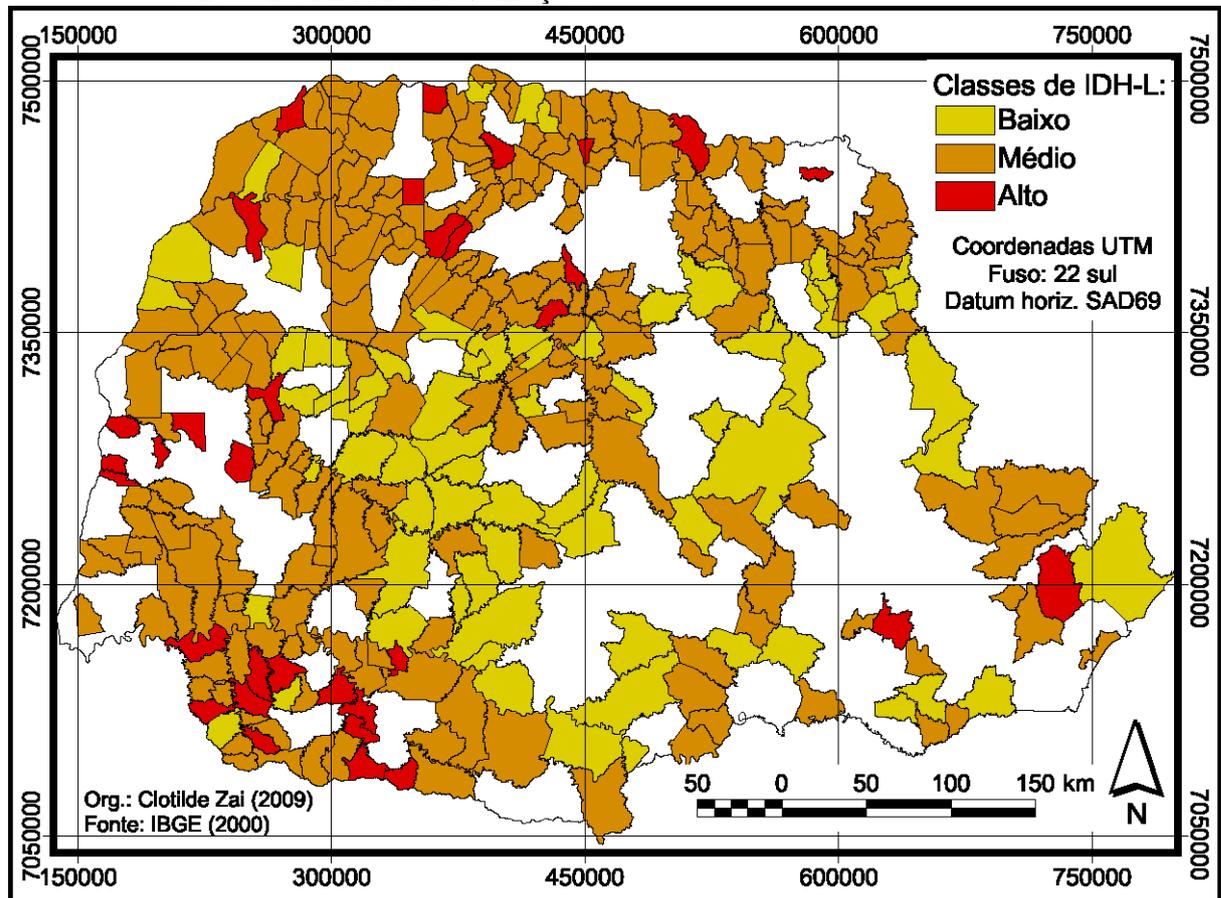


NOTA: Inferior a 0,699 (baixo), 0,700 a 0,799 (médio) e superior a 0,800 (alto).

No que se refere ao IDH-L (longevidade ou esperança de vida), dos 317 pequenos municípios 73 possuem baixos índices de IDH-L, dentre eles o que se destaca com pior colocação é o município de Mato Rico, nosso objeto de estudo, com 0,594. Dos 317, 211 apresentam índices entre 0,700 e 0,799 o que é considerado médio e 33 pequenos municípios apresentam índice maior que 0,800, podendo ser considerados com alto IDH-L. Nota-se que na distribuição estadual o índice de longevidade as porções centro-oeste e centro-sul apresentam os menores

índices comparativamente aos pequenos municípios do extremo oeste, sudoeste e norte (Figura 11).

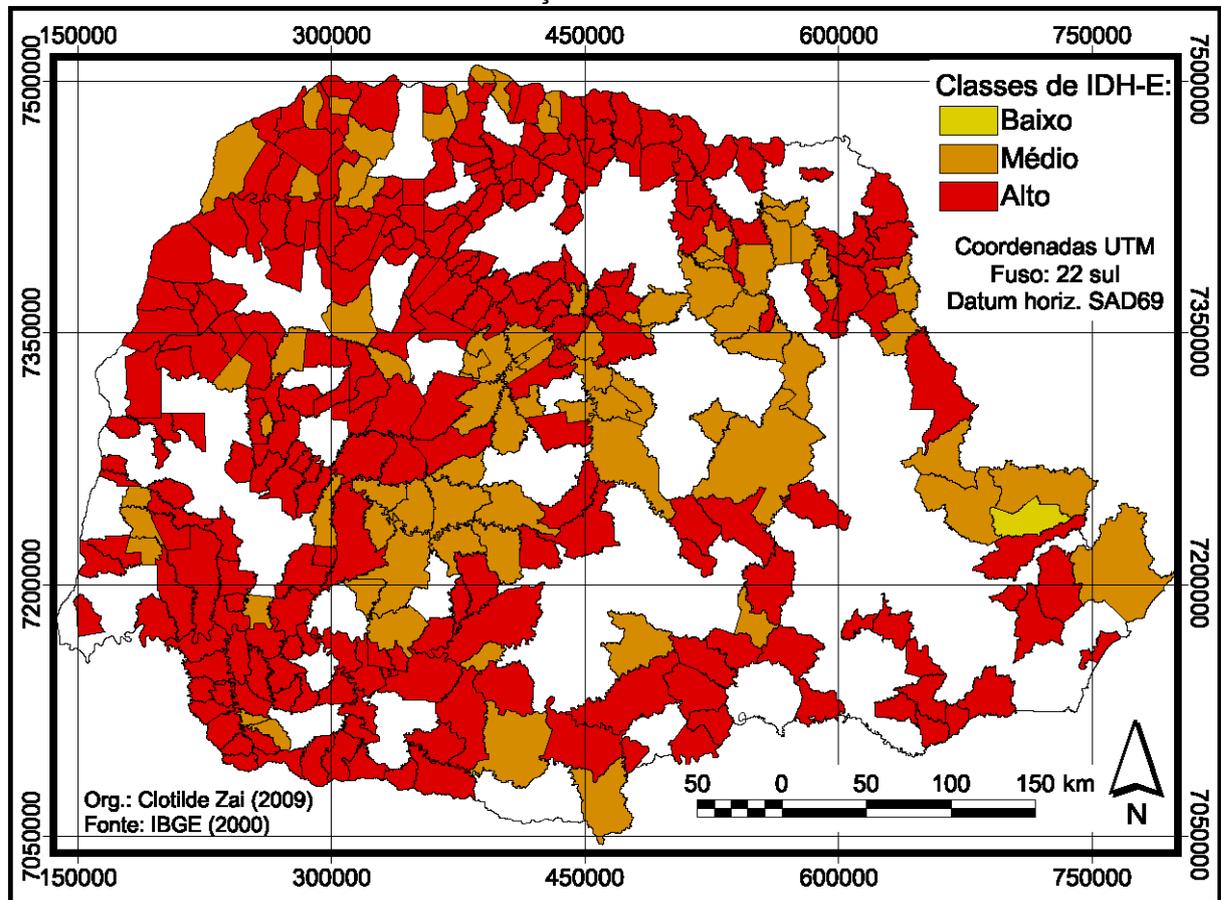
FIGURA 11 - DISTRIBUIÇÃO DO IDH-L DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ SEGUNDO CLASSES DE HIERARQUIZAÇÃO



NOTA: Inferior a 0,699 (baixo), 0,700 a 0,799 (médio) e superior a 0,800 (alto).

Com relação aos dados de IDH-E (escolaridade) nos pequenos municípios, existe uma mescla maior na distribuição dos índices médio e alto pelo território paranaense. Quanto à classe baixo, apenas o município Tunas do Paraná, localizado à oeste do Estado, se enquadra apresentando índice de escolaridade de 0,695, já a classe médio apresenta 81 pequenos municípios distribuídos por todo território paranaense, porém concentrado principalmente na porção central, nordeste e leste. Com relação à classe alto, 235 pequenos municípios ocupam principalmente a região norte, noroeste, oeste, sudeste e sudoeste do Paraná com média superior a 0,800. Destes, se destacam os pequenos municípios de Nova Santa Rosa com 0,928, Maripá com 0,931 e Quatro Pontes com 0,944, melhor IDM-E estadual (Figura 12).

FIGURA 12 - DISTRIBUIÇÃO DO IDH-E DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ SEGUNDO CLASSES DE HIERARQUIZAÇÃO

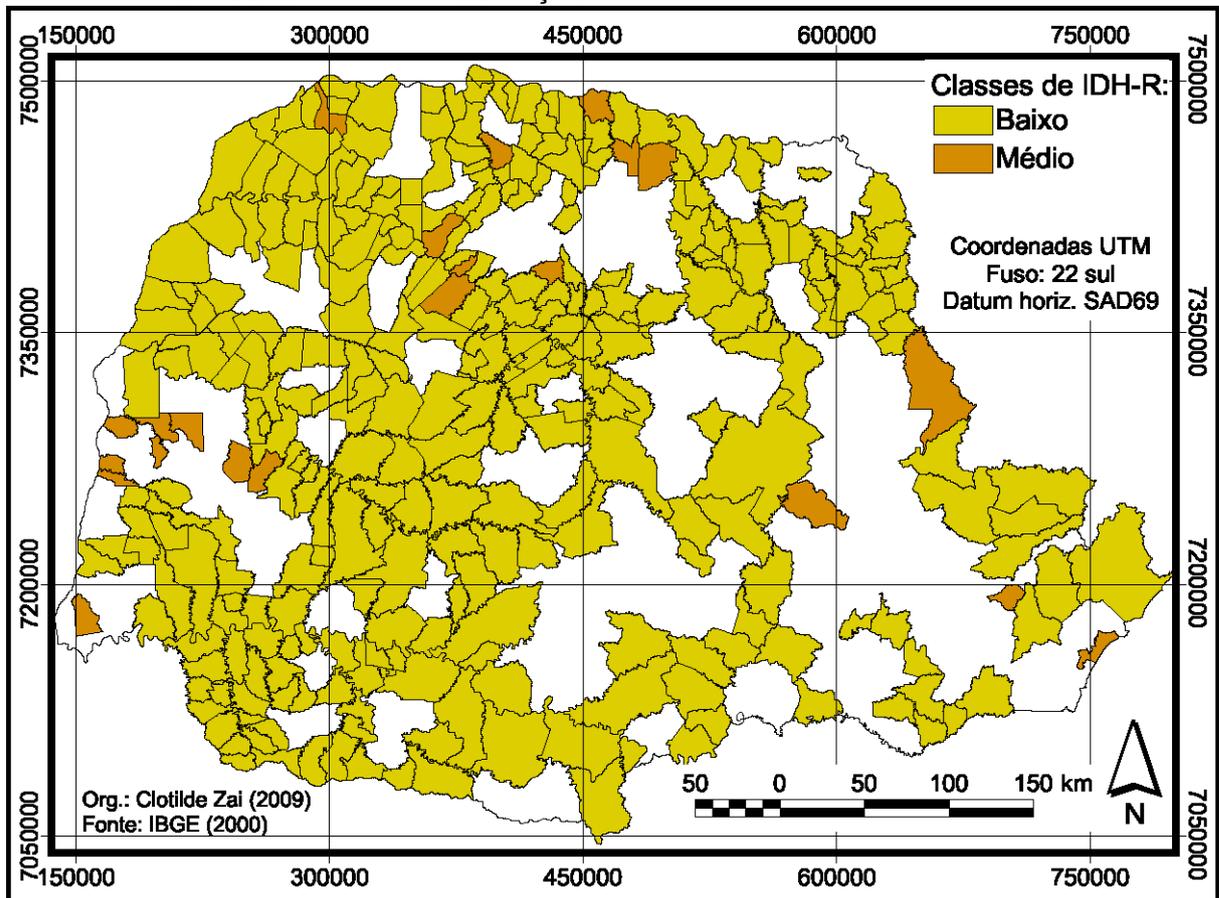


NOTA: Inferior a 0,699 (baixo), 0,700 a 0,799 (médio) e superior a 0,800 (alto).

Com relação ao IDH-R (renda), nota-se que é o menor índice dos três (longevidade, escolaridade e renda) para a maioria dos pequenos municípios do Estado, inclusive nenhum possui índice alto nesta variável de IDH (Figura 13). Dos 317 pequenos municípios 295 possuem baixos índices de renda, dentre eles o que se destaca com pior colocação é o município Doutor Ulysses com 0,516, seguido por Santa Maria do Oeste com 0,540, novamente Mato Rico com 0,548 e Laranjal com 0,551. Nota-se que dos cinco pequenos municípios com piores IDH-R, três são da microrregião de Pitanga, no centro do Paraná. Os 22 municípios restantes, apresentam-se com médio IDH-R, com destaque os municípios de Mercedes em primeiro lugar no ranking desta categoria com 0,750, Entre Rios do Oeste em segundo lugar com 0,745 e Sertãoópolis em terceiro com 0,735. Nota-se que na distribuição estadual os menores índices de renda se apresentam em todo território

paranaense. Os poucos municípios com médio IDH-R se localizam principalmente à extremo oeste, norte central e leste (Figura 13).

FIGURA 13 - DISTRIBUIÇÃO DO IDH-R DOS PEQUENOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ SEGUNDO CLASSES DE HIERARQUIZAÇÃO



NOTA: Inferior a 0,699 (baixo), 0,700 a 0,799 (médio) e superior a 0,800 (alto).

O Paraná conta hoje, segundo IBGE (2007), com 10.284.503 habitantes, destes 72% vivendo em 20% dos municípios caracterizados como médio e grande porte (mais de 20 mil habitantes) e ocupando 16% do território estadual. Os municípios de pequeno porte, que correspondem a 79,45% do total de municípios, correspondem a 25,5% da população estadual e ocupam 16% do território paranaense. Portanto, os pequenos municípios – como Mato Rico - representam mais de 3/4 do número de municípios do Estado do Paraná, enquanto sua representatividade frente à população paranaense é de 1/4 do total.

Os pequenos municípios possuem, via de regra, um elevado grau de subordinação aos municípios maiores da sua região, sobretudo quando suas sedes são “cidades imaginárias”. Este é o caso do pequeno município de Mato Rico,

presente entre os últimos colocados em todas as variáveis de IDH-M (longevidade, renda e escolaridade). No tópico seguinte busca-se aprofundar a análise deste município, evidenciando suas relações com as microrregiões de Pitanga e Campo Mourão.

3.3. Mato Rico: relações de centralidade e subordinação e seus indicadores de qualidade de vida

Para entendermos as relações de centralidade e subordinação é necessário evidenciar aspectos gerais de noções de centro, que se refere a uma parte da cidade delimitada espacialmente, que desempenha uma função simultaneamente integradora e simbólica (CASTELLS, 1975).

Na visão de Santos (1995), centro e centralidade indicam duas questões: forma como centro e função como centralidade. Para Spósito (1996, p. 4), a centralidade é entendida enquanto processo e o centro como expressão territorial.

Corrêa (1996, p. 21) defende que a centralidade de um núcleo refere-se ao grau de importância a partir de suas funções, quanto maior o número delas, maior a sua região de influência, maior a população externa atendida pela localidade central, e maior a sua centralidade.

A centralidade pode ser abordada em duas escalas territoriais: a intraurbana e a da rede urbana (SPÓSITO, 1998). Este capítulo está vinculado à rede urbana, que toma como referência a cidade ou aglomeração urbana principal em relação ao conjunto de cidades de uma rede, essa rede, por sua vez, pode ser vista em diferentes escalas e formas de articulação e configuração, ao tornar compreensíveis os papéis da cidade central em relação às subordinadas. Assim, avaliando os aspectos socioeconômicos de Mato Rico, é possível evidenciar as relações de subordinação desse município com os que exercem centralidade sobre ele.

Uma organização por agrupamento de municípios é proposta pelo IBGE (2008), que organiza no estado do Paraná dez mesorregiões, estas subdivididas em 39 microrregiões. No entanto, esse agrupamento de municípios tem uma função de caráter mais administrativo/estatístico, muitas vezes não considerando relações de centralidade e subordinação entre as unidades territoriais envolvidas.

Exemplo disso ocorre com o município de Mato Rico, o qual está inserido na mesorregião centro-sul paranaense, cuja centralidade deveria ser exercida em primeiro nível hierárquico por Guarapuava (médio para forte) e em segunda hierarquia por Palmas, Laranjeiras do Sul e Pitanga (médio para fraco e médio) (IPEA et al., 2000). No entanto, na realidade, Mato Rico não possui relação de subordinação com a maior parte desses municípios. A principal relação de subordinação nesta mesorregião é com Pitanga, atrelado predominantemente a serviços oficiais, que são oferecidos por instituições que se organizam respeitando as delimitações da microrregião de Pitanga, a qual Mato Rico pertence (IBGE, 2008). No aspecto da educação superior e no aspecto religioso, Mato Rico se vincula a Pitanga, que sedia instituições de ensino superior e o Decanato católico. Também, com Guarapuava existe ligação por meio da diocese a qual a Paróquia de Mato Rico está subordinada.

Porém, embora Mato Rico pertença a microrregião de Pitanga (mesorregião centro sul), ela está subordinada a municípios que pertencem a outras microrregiões. Os municípios que de fato exerce uma polaridade sobre Mato Rico são Roncador e Campo Mourão, que pertencem a microrregião de Campo Mourão (mesorregião centro ocidental).

Assim, a localização limítrofe de Mato Rico com a microrregião de Campo Mourão, proporciona a Mato Rico uma rede de relações com duas microrregiões, de um lado a de Pitanga, e de outro a de Campo Mourão. As relações de Mato Rico com Pitanga são principalmente as obrigatórias, uma vez que como centro da microrregião é possuidora das sedes dos órgãos oficiais, sendo portanto, uma relação imposta por definição administrativa. Enquanto Roncador, Iretama e Campo Mourão são procurados pelos matorriquenses em função de outros serviços que oferecem, não necessariamente os serviços públicos.

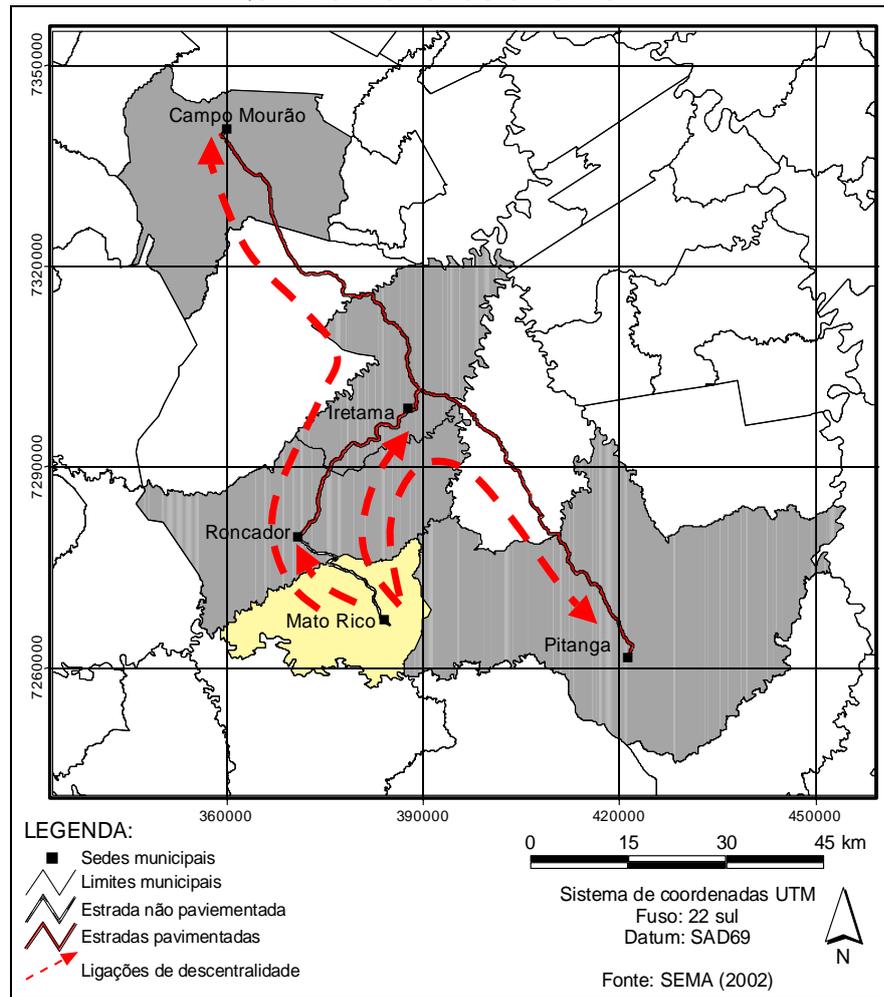
A mesorregião centro ocidental tem como principal centro Campo Mourão. A economia regional tem como principais atividades a agricultura e agroindústria, que se consolidaram com o processo de modernização ocorrido a partir dos anos 1970, porém sem elevar a participação na renda gerada no estado. Nos anos 1990, consolidou-se como produtora de grãos, contudo, sofreu grande impacto com o revés ocorrido na cultura do algodão, com grande importância pela demanda de trabalho agrícola (IPARDES, 2004). Recebe em sua configuração da rede urbana a

particularidade de ser uma região de fluxos de saída por possuir uma importante estrutura de serviços agropecuários fornecidos por cooperativas como a Coamo (IPEA, et al., 2001).

Em níveis de hierarquia, o município de Campo Mourão foi caracterizado por IPEA, et al. (2001) como médio para forte e Goio-Erê como médio para fraco. Mato Rico recebe a influência de centralidade dos municípios de Campo Mourão, em primeira hierarquia, e secundariamente Iretama e Roncador, ambos pertencente à microrregião de Campo Mourão. A centralidade que esses municípios exercem sobre Mato Rico está associada ao oferecimento de serviços como: educação, cultura, saúde, órgãos oficiais, comércio em geral, lazer e outros. Além desses municípios, Mato Rico mantém relações de subordinação com Ivaiporã, que pertence a mesorregião norte central, dependendo de prestações de serviços de saúde, uma vez que esta centraliza uma regional de atendimento público de especialidades médicas.

A subordinação de Mato Rico quanto a serviços oficiais (Figura 14) se refere aos órgãos públicos ambientais, agropecuários, civis, criminais e outros que são buscados principalmente nas cidades de Roncador, Iretama, Pitanga e Campo Mourão. Iretama é procurada por possuir fórum e sede regional da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) e Campo Mourão atrai com seus serviços do Departamento de Estradas de Rodagem (DER). Pitanga centraliza pelos diversos serviços públicos que oferece: Departamento de Trânsito (DETRAN), Fórum, Instituto Ambiental do Paraná (IAP), Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental (SUDERHSA), Secretaria da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), Núcleo Regional de Educação (NRE), cartório de registro de imóveis e protesto e órgão de economia mista para financiamentos e custeio - como Caixa Econômica e Banco do Brasil.

FIGURA 14 – SUBORDINAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATO RICO QUANTO A ÓRGÃOS OFICIAIS



FONTE: Base cartográfica de SEMA (2002) Org. ZAI (2009)

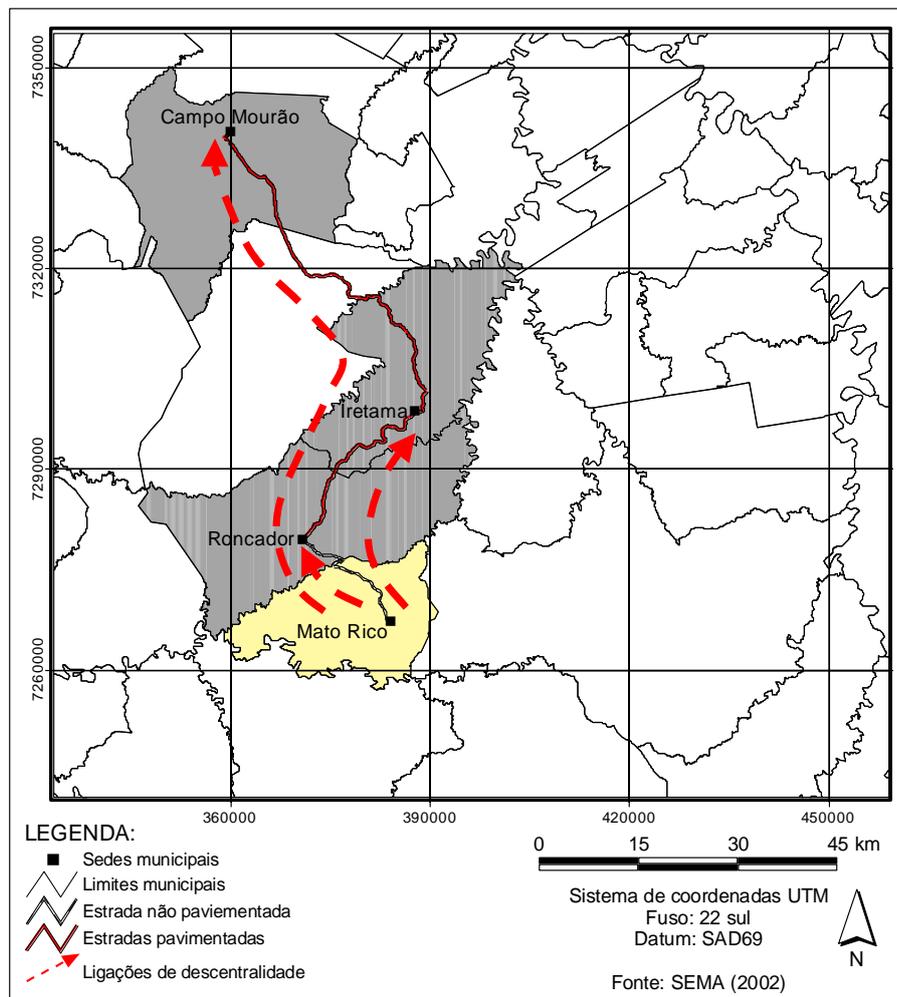
As cidades de Roncador, Iretama, Pitanga e Campo Mourão desempenham papel de centralidade a Mato Rico também no comércio, principalmente para produtos e serviços mais especializados, uma vez que o município possui apenas produtos básicos de alimentação, vestuário, combustível, mecânica e alguns insumos agrícolas.

Roncador, como faz divisa com Mato Rico, tem as facilidades de via de acesso e proximidade da área urbana, o que propicia procura por alimentícios, móveis e insumos agrícolas, em função da maior oferta, e de serviços como mecânico, elétrico, metalúrgico, contábil, advocacia, hoteleiro, florístico, assistência técnica agrícola, agências financiadoras, auto escola, loja e escola de informática, cerealista, transportadora, rodoviária, videolocadora e restaurante (Figura 15). Possui um entreposto da Coamo que oferece serviços de assistência técnica

agrícola, fornecimento de insumos agropecuários e peças. Roncador oferece ainda serviços bancários com três agências, Banco do Brasil, que propicia financiamentos agrícolas, Itaú e Credicoamo.

A cidade de Iretama é procurada neste quesito apenas para serviços de advocacia e tratamento de palanques (auto clave). Campo Mourão recebe também a centralidade comercial no que se refere a máquinas, automóveis e peças para implementos agrícolas - não disponíveis nos municípios vizinhos - como algumas peças de colheitadeiras, tratores e plantadeiras. A cidade oferece ainda serviços gráficos não disponíveis nos municípios de Roncador e Iretama (Figura 15).

FIGURA 15 - SUBORDINAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATO RICO QUANTO AO COMÉRCIO



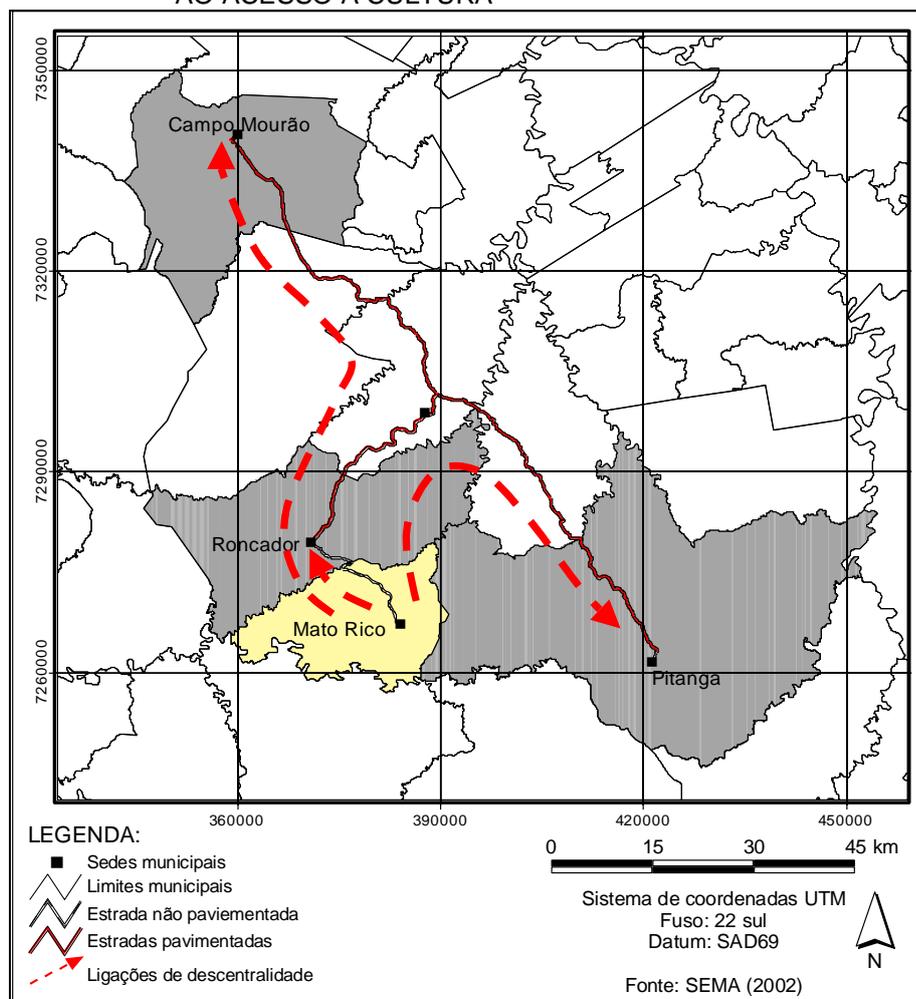
FONTE: Base cartográfica de SEMA (2002) Org. ZAI (2009)

Algumas atividades de lazer são buscadas na cidade de Roncador, que oferece semanalmente a feira do produtor com música ao vivo e festas com som

eletrônico e bandas aos sábados. A presença principalmente dos jovens matorriquenses é sempre certa. Também possui uma pousada rural, que recebe matorriquenses aos finais de semana para atividades de lazer com piscinas, restaurante, tanques de peixe, parque infantil, bóiacross, quadras de vôlei e futebol.

Quanto ao acesso a atividades culturais, Mato Rico está subordinado as cidades de Roncador, Pitanga e Campo Mourão. Roncador oferece festas típicas ucranianas e grupo de dança ucraniana; Pitanga oferece museu e casa de cultura; e Campo Mourão, com ampla estrutura da fundação cultural - teatro, museu, centro de criatividade, escola de artes circenses, espaço de cultura popular, biblioteca, escolas de teatro e música, além de cinema e eventos culturais (Figura 16).

FIGURA 16 - SUBORDINAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATO RICO QUANTO AO ACESSO À CULTURA



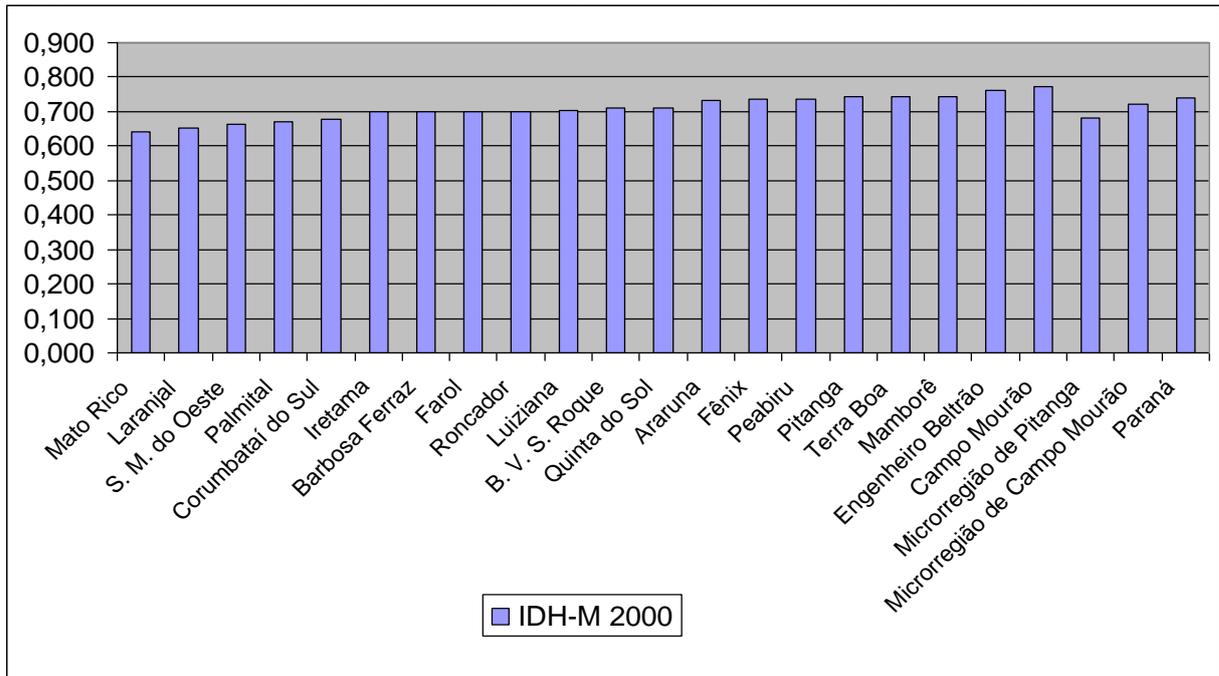
FONTE: Base cartográfica de SEMA (2002) Org. ZAI (2009)

Para uma contextualização regional de Mato Rico, bem como uma análise da qualidade de vida e sócioeconômica, convencionou-se chamar a agregação das Microrregiões de Pitanga e Campo Mourão de ETM - Espaço Territorial Microrregional.

Para análise da qualidade de vida da população da ETM o parâmetro utilizado é o IDH-M, que considera como critérios a longevidade, renda e educação. Para Veiga (2005 p. 108), os Índices de Desenvolvimento Humano deveriam ser observados de forma diferenciada para determinados tamanhos de aglomerados como: capitais, satélites metropolitanos, aglomerações protometropolitanas, “cidades médias” e municípios de pequeno porte com características rurais, dessa forma, os percentuais seriam mais justos para cada segmentação. É evidente que comparar um pequeno município como Mato Rico com a capital Curitiba apontará uma diferença muito grande.

A avaliação do IDH-M revela que Mato Rico apresenta o pior índice do ETM (0,640), inferior a média da microrregião de Pitanga (0,680) e da microrregião de Campo Mourão (0,723), enquanto que os municípios de Terra Boa (0,744), Mamborê (0,745), Engenheiro Beltrão (0,762) e Campo Mourão (0,774), pertencentes ao mesmo ETM, apresentam os melhores índices e superam a média Estadual (0,740) (Figura 17).

FIGURA 17 – MÉDIA DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO ETM E DO PARANÁ



FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2000 e Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Org. ZAI, 2009

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal para a Educação (IDH-E) de Mato Rico foi de 0,778 no ano de 2000, apresentando o quinto valor mais baixo do ETM. Entre as duas Microrregiões estudadas, a de Campo Mourão apresentou o melhor valor, 0,823, enquanto que o de Pitanga é de 0,786, ambos estão abaixo da média estadual que é de 0,832 (Figura 21 e Tabela 2) (PNUD et al., 2000).

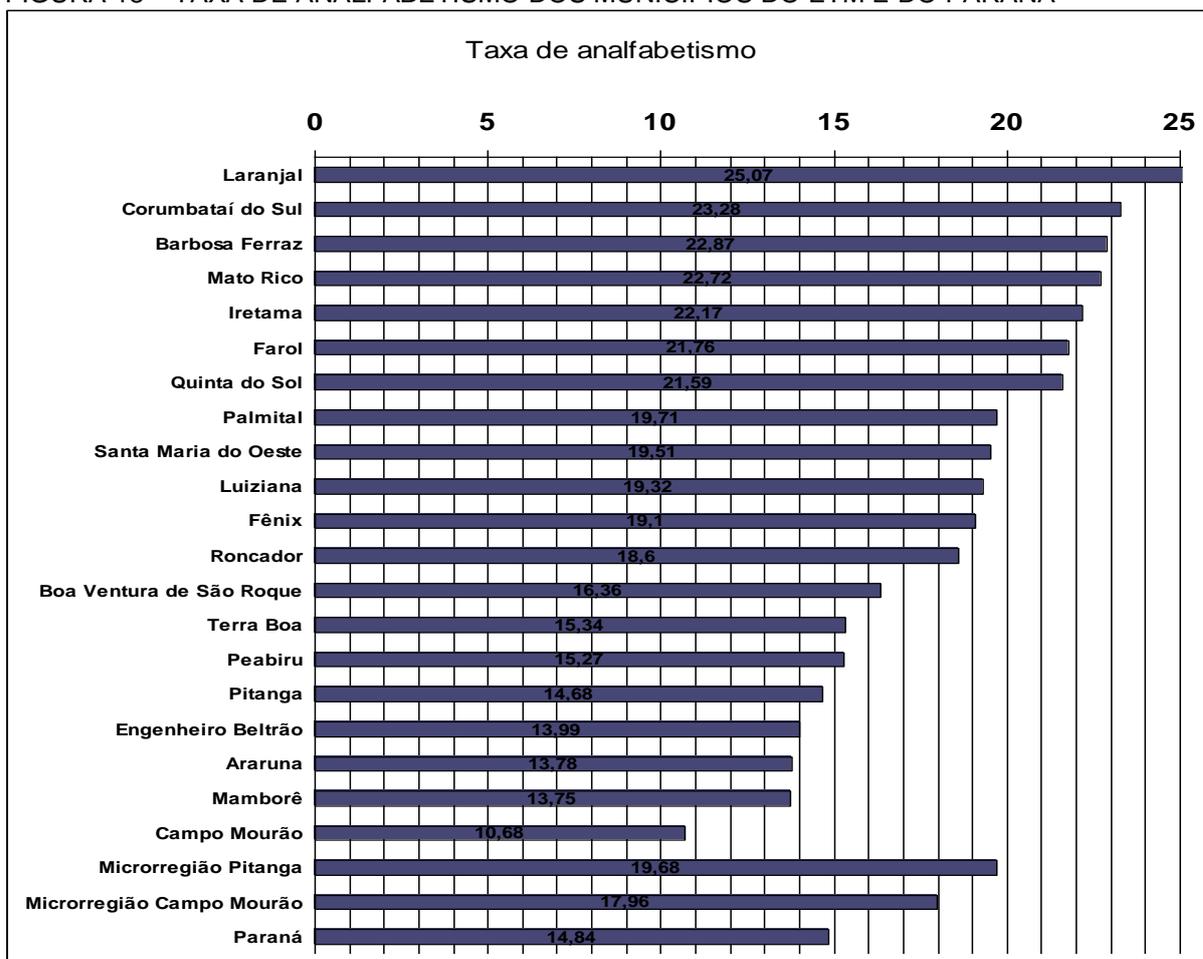
TABELA 2 – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL PARA OS MUNICÍPIOS DAS MICRORREGIÕES DE PITANGA E CAMPO MOURÃO

Município/ Estado	IDH-M educação	IDH-M longevidade	IDH-M renda	IDH-M
Santa Maria do Oeste	0,775	0,670	0,540	0,662
Mato Rico	0,778	0,594	0,548	0,640
Laranjal	0,732	0,670	0,551	0,651
Corumbataí do Sul	0,775	0,694	0,566	0,678
Roncador	0,818	0,685	0,601	0,701
Palmital	0,787	0,619	0,604	0,670
Luiziana	0,810	0,694	0,607	0,704
Barbosa Ferraz	0,788	0,694	0,618	0,700
Iretama	0,772	0,706	0,620	0,699
Farol	0,792	0,691	0,621	0,701
Quinta do Sol	0,812	0,701	0,623	0,712
Boa Ventura de São Roque	0,806	0,698	0,628	0,711
Fênix	0,824	0,751	0,633	0,736
Mamborê	0,872	0,725	0,638	0,745
Pitanga	0,835	0,751	0,643	0,743
Araruna	0,833	0,717	0,647	0,732
Terra Boa	0,823	0,753	0,655	0,744
Peabiru	0,859	0,694	0,656	0,736
Engenheiro Beltrão	0,856	0,731	0,700	0,762
Campo Mourão	0,891	0,717	0,715	0,774
Microrregião de Pitanga	0,786	0,667	0,586	0,680
Microrregião de Campo Mourão	0,823	0,711	0,636	0,723
Paraná	0,832	0,736	0,652	0,740

FONTE: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, 2000.
Org. ZAI, 2009

O percentual médio de pessoas analfabetas nos municípios do ETM, segundo dados do PNUD *et al.* (2000), era de 18,82%, dos quais Campo Mourão e Mamborê apresentaram as melhores taxas, respectivamente 10,68% e 13,75%. Mato Rico nessa avaliação apresenta uma das piores percentuais 22,72%, abaixo apenas Laranjal, Corumbataí do Sul e Barbosa Ferraz (Figura 18). O Paraná apresenta taxa de analfabetismo de 14,84% abaixo do percentual médio da microrregião de Campo Mourão com 17,96% e da microrregião de Pitanga com 19,68% da população analfabeta no ano de 2000 (PNUD *et al.*, 2000).

FIGURA 18 – TAXA DE ANALFABETISMO DOS MUNICÍPIOS DO ETM E DO PARANÁ



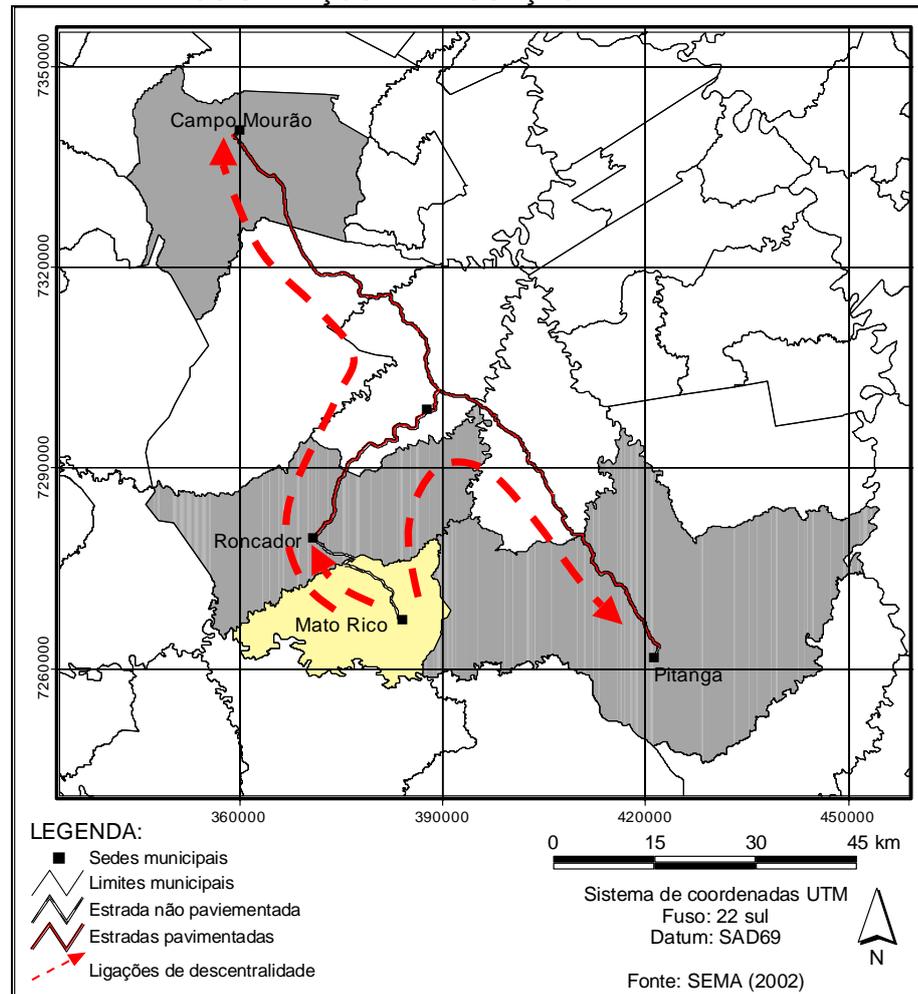
FONTES: IBGE - Censo Demográfico 2000 e Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Org. ZAI, 2009

O município de Mato Rico está nestas condições ruins na questão de educação por apresentar precariedade nos estabelecimentos de ensino (infantil, fundamental e médio), nos meios de transporte e nas vias de acesso, além de deficiência no quadro profissional e distância espacial entre a população e a escola. Nas comunidades mais afastadas das escolas, tais como: Juquiri, Colônia Nova, Colônia Cantú, Rio Pintado e Rio Perdido⁷, os alunos precisam deslocar-se até seis quilômetros, a pé ou a cavalo, até o local onde passa o transporte escolar, com isso levam mais de duas horas no percurso até a escola, o que resulta em grande evasão escolar. Com os alunos do ensino superior o problema também é a distância das faculdades, cujo tempo de deslocamento é de duas a três horas até os destinos de Campo Mourão ou Pitanga.

⁷ Para a localização destas comunidades, ver Figura 1 na Introdução.

Analisando as características de centralidade e subordinação do município de Mato Rico com os demais municípios do ETM, evidencia-se que no quesito educação, Mato Rico é subordinado a Roncador, Campo Mourão e Pitanga (Figura 16). A cidade de Roncador oferece o curso pós-médio para alunos que já concluíram o ensino médio em Mato Rico. Campo Mourão recebe alunos de Mato Rico para cursos de capacitação no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), e ensino superior na Faculdade Integrado, Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão (FECILCAM), também curso preparatório para o vestibular, além de pós graduação em nível de especialização. A cidade de Pitanga oferece curso superior na Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e Faculdades do Centro do Paraná (UCP).

FIGURA 19 - SUBORDINAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATO RICO QUANTO AOS SERVIÇOS DE EDUCAÇÃO



FONTE: Base cartográfica de SEMA (2002) Org. ZAI (2009)

A avaliação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal longevidade (IDH-L), demonstrou que Mato Rico apresenta o valor mais baixo do ETM (0,594). Entre as duas Microrregiões estudadas, o índice médio de Campo Mourão é de 0,711 e de Pitanga é 0,667, ambos estão abaixo da média estadual cujo valor é de 0,736 (Figura 21 e Tabela 2) (PNUD et al, 2000).

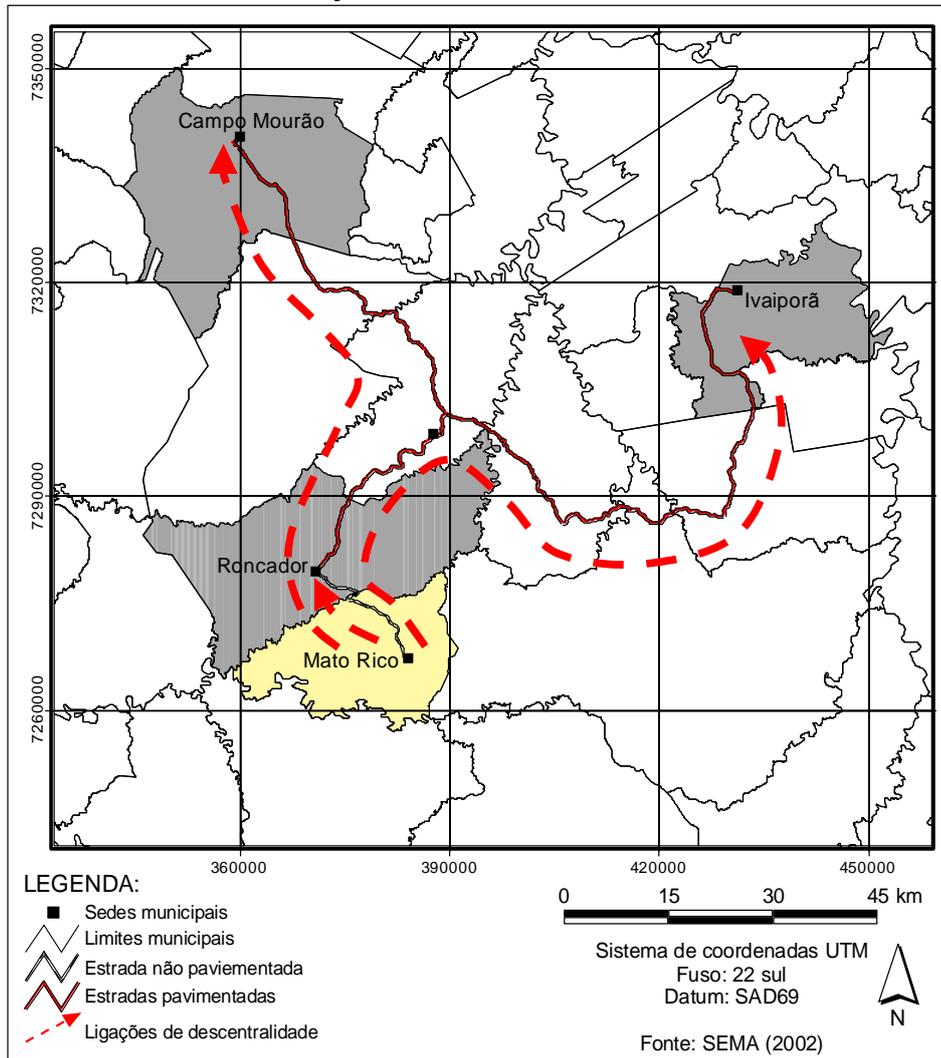
O índice de longevidade é avaliado considerando a esperança de vida ao nascer, é uma sintetização das condições de saúde e de salubridade no local em que se vive. Por meio de estudo de campo pode ser notado alguns aspectos que justificam o baixo índice de longevidade do pequeno município de Mato Rico, uma vez que este possui apenas duas unidades de saúde, uma delas com atendimento de médico permanente e outra cujo atendimento médico é de apenas uma vez por semana. O município apresenta pequeno número de profissionais médicos no

atendimento, além das unidades de saúde não disporem de leitos e/ou internações. Mato Rico não oferece a seus habitantes nenhum tipo de especialidade clínica, além de não possuir equipamentos de apoio tal como Raio X, exames laboratoriais, etc.

Assim Mato Rico mantém vínculos de subordinação de serviços de saúde com outros municípios do ETM, sendo eles Roncador, Ivaiporã e Campo Mourão. Os pacientes são atendidos pelo SUS para procedimentos simples e partos em um hospital conveniado na cidade de Roncador. Para procedimentos especializados os pacientes são encaminhados para hospitais de Ivaiporã, que é sede de uma Regional de Saúde a qual Mato Rico pertence. O pronto socorro de Campo Mourão recebe os pacientes em casos de emergência (Figura 20). Apenas em casos mais específicos, que não podem ser resolvidos nos municípios citados por falta de estrutura física e equipamentos, os pacientes de Mato Rico são levados à Curitiba.

Quem procura atendimentos particulares geralmente se dirige à Campo Mourão, que possui ampla infra-estrutura em clínicas, profissionais e hospitais especializados nas várias áreas da medicina (Figura 20).

FIGURA 20 - SUBORDINAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATO RICO QUANTO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

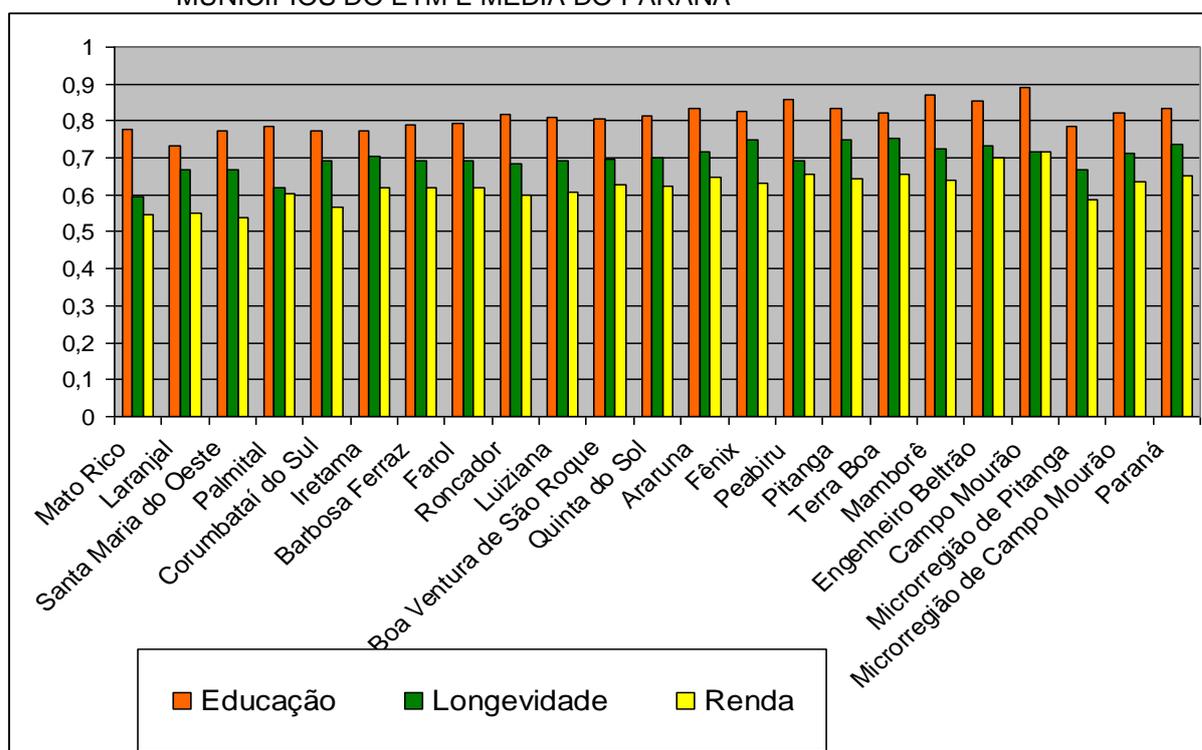


FONTE: Base cartográfica de SEMA (2002) Org. ZAI (2009)

Na análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal renda (IDH-R), Mato Rico apresentou o segundo valor mais baixo do ETM (0,548) segundo dados do PNUD *et al.* (2000). Entre as duas Microrregiões estudadas, a de Campo Mourão apresentou o melhor valor (0,636), enquanto que o de Pitanga é de 0,586. Ambos estão abaixo da média estadual que é de 0,652 (Figura 21 e Tabela 2).

Percebe-se que o índice de renda dos municípios do ETM, com exceção de Campo Mourão e Engenheiro Beltrão, apresentam valores inferiores 0,700. O setor agropecuário é o que exerce papel preponderante na composição do PIB gerado nos municípios do ETM, o setor industrial e de serviços não contribui significativamente na maior parte dos municípios. Assim, o setor agropecuário representa a maior fonte de renda dos residentes nesses municípios.

FIGURA 21 – VARIÁVEIS DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL PARA OS MUNICÍPIOS DO ETM E MÉDIA DO PARANÁ



FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2000 e Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Org. ZAI, 2009

Portanto, não podem ser desprezados os vários problemas observados nos municípios que compõe as microrregiões de Campo Mourão e Pitanga. De acordo com o IDH-M, dentre todos os problemas enfrentados pela população, o maior deles é a questão da renda, que pode ser entendida observando-se a quantidade de renda gerada em termos de população, as fontes de renda e a distribuição dela.

Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2003) revelou que, entre outros fatores, o desemprego e o baixo rendimento estão associados à má distribuição de renda do País. Mostra que o índice de desemprego no Brasil aumentou de 6,2%, em 1995, para cerca de 10% em 2003. Neste mesmo ano, o nível médio mundial era de 6,2%, e na América Latina de 8%.

Estudos do IPEA (2003) mostram que entre 1996 e 2003 houve uma trajetória de deterioração da renda média real do trabalhador que caiu 15,2%, variando de R\$ 754,00 para R\$ 639,30. Como consequência disso, o estudo estima que um terço da população brasileira é considerada pobre, o que equivale a 53,9

milhões de pessoas. Deste total, 21,9 milhões são classificados como muito pobres ou indigentes.

Para Mato Rico, o Cadastro Único do Programa Bolsa Família, tinha em 2007, 1.058 domicílios cadastrados, porém destes, apenas 527 famílias recebem efetivamente o benefício que totaliza aproximadamente 42 mil reais mensais em transferência de renda repassadas pelo Governo Federal, ou seja aproximadamente 50% das famílias recebem a transferência de renda. Assim, quase metade da população vive com renda inferior a 120,00 reais mensais (LAVEZZO, 2007).

No Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil de 2000 são apresentados vários dados em relação à pobreza, entre eles destacamos para os municípios do ETM a intensidade de indigência⁸, intensidade de pobreza⁹ e percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 75,50.

Quanto à intensidade da indigência entre os municípios do ETM, Mato Rico se mostra em segundo, com índice de 55,60. Em comparação com o Paraná, os valores das microrregiões de Pitanga e Campo Mourão são piores, porém os municípios de Peabiru (43,28), Araruna (42,01), Barbosa Ferraz (40,12) e Terra Boa (35,29), apresentam valores melhores que a média estadual (45,97) - (PNUD et al., 2000).

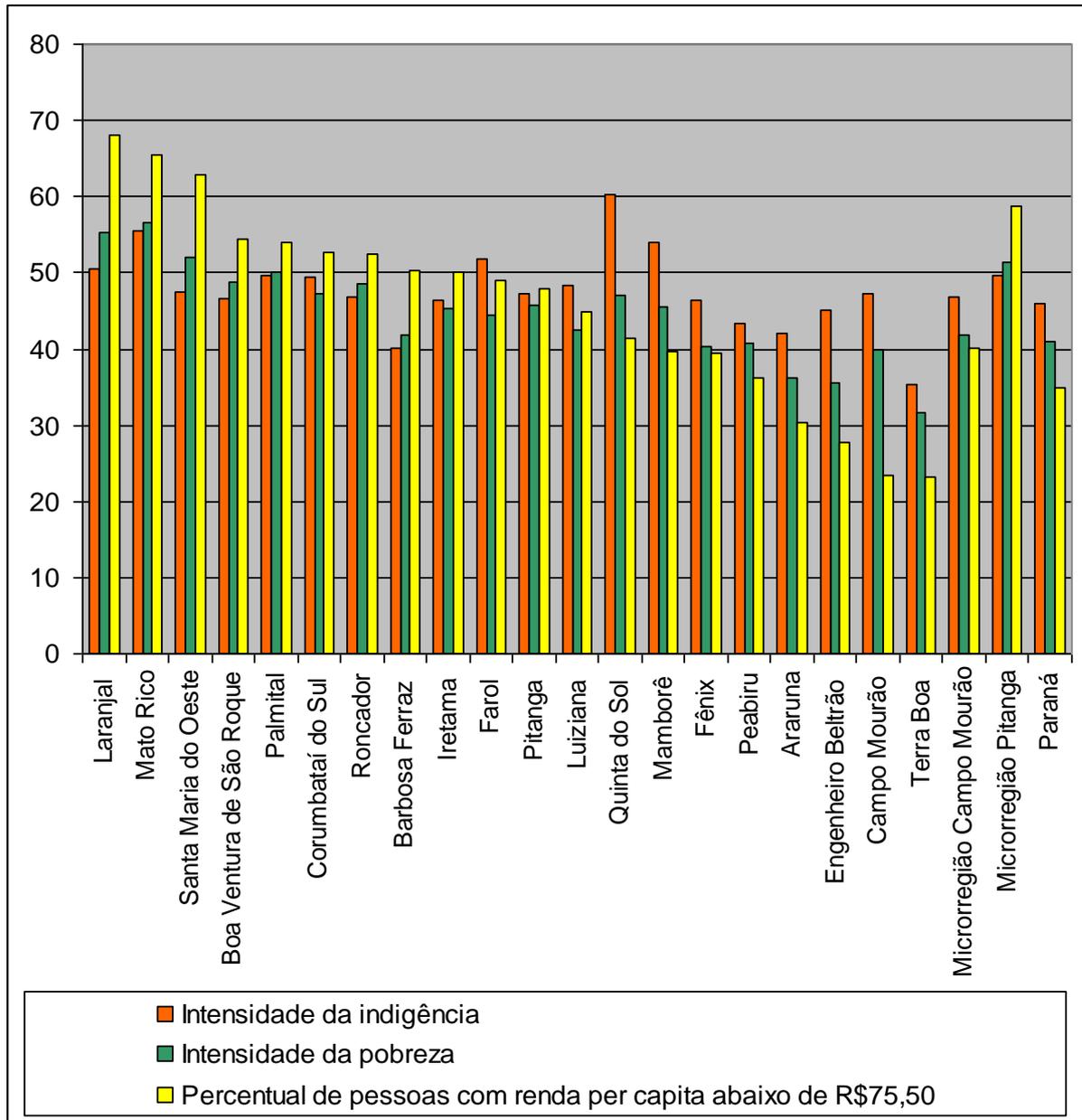
Para a intensidade da pobreza, o município com o pior valor entre os municípios do ETM foi Mato Rico, com 56,65 (PNUD et al., 2000). Comparando com a média estadual, os valores das Microrregiões de Pitanga (51,42) e Campo Mourão (41,91) são piores, apesar de novamente alguns municípios apresentam valores melhores que a média estadual (41,07), são eles: Peabiru (40,86), Fênix (40,38), Campo Mourão (39,92), Araruna (36,23), Engenheiro Beltrão (35,45) e Terra Boa (31,61) (PNUD et al., 2000).

O município de Mato Rico fica novamente tendo o segundo pior valor quanto ao percentual de pessoas com renda per capita abaixo de R\$ 75,50 (65,49%). Em relação à média estadual (34,98%), os percentuais das Microrregiões de Pitanga (58,81%) e Campo Mourão (40,04%) são piores, porém, novamente alguns municípios apresentam valores melhores que a média estadual, como Araruna

⁸ Pessoas que vivem com menos de um terço do salário mínimo por mês são consideradas como indigentes (IPARDES, 2009).

(30,44%), Engenheiro Beltrão (27,67%), Campo Mourão (23,36) e Terra Boa (23,11) (PNUD et al., 2000).

FIGURA 22 - CONDIÇÃO DE POBREZA DOS MUNICÍPIOS DO ETM E MÉDIA DO PARANÁ



FONTE: IBGE - Censo Demográfico 2000 e Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Org. ZAI, 2009

Dessa forma, pode-se observar claramente que, nos municípios da microrregião de Pitanga, na qual Mato Rico está inserido, há uma concentração significativa de população que vive abaixo da linha de pobreza e em condições de

⁹ Taxa de pobreza é o coeficiente entre o número de famílias pobres (famílias com renda familiar *per capita* até 1/2 salário mínimo) e o total de famílias residentes (IPARDES, 2009).

indigência. Enquanto o conjunto dos 399 municípios do Paraná tem 23,7% de sua população abaixo da linha de pobreza, os municípios desta microrregião têm entre 45,72% e 56,65% das suas populações nesta situação. Quanto à indigência, dentre todos os municípios do Estado, existem 9,3% da população em condições de indigência, enquanto que nos municípios desta microrregião há entre 20,6% e 40,5% (PNUD et al., 2000).

Grande parte dos municípios do ETM, principalmente da microrregião de Pitanga, encontram-se abaixo da linha da pobreza, ou seja, o problema do desenvolvimento territorial rural é resultado das más condições de vida, do baixo nível de ensino e, principalmente, da baixa renda obtida pela população.

Em relação à condição domiciliar e acesso aos serviços básicos, Mato Rico apresenta os piores valores da ETM nos quatro itens pesquisados: percentual de pessoas que vivendo em domicílios com água encanada; percentual de pessoas vivendo em domicílios com banheiro e água encanada; percentual de pessoas vivendo em domicílios com energia elétrica; e percentual de pessoas vivendo em domicílios urbanos com serviço de coleta de lixo (PNUD et al., 2000).

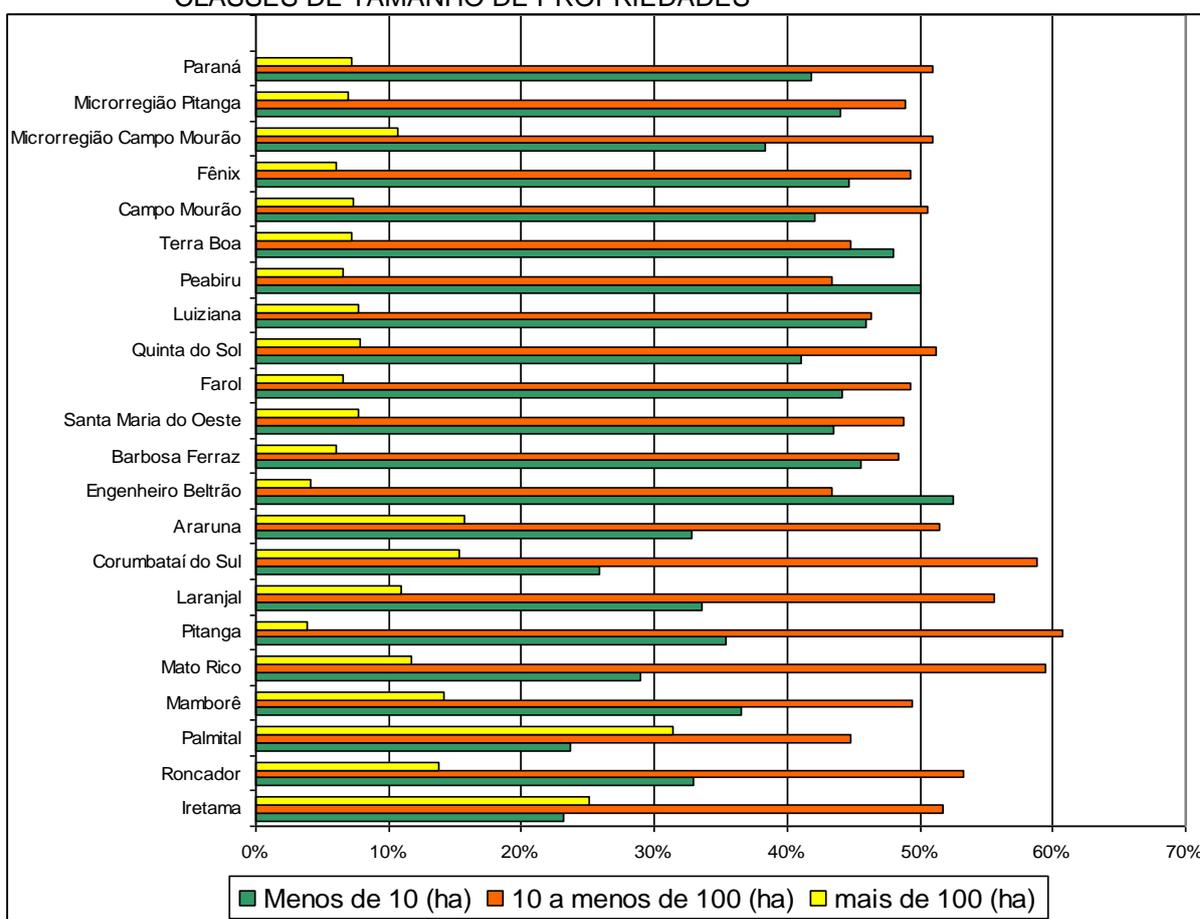
Segundo o IBGE (2000), a proporção de domicílios que têm acesso à água tratada é baixa na maioria dos municípios do ETM. Como a maioria dos municípios da ETM podem ser considerados rurais é preciso levar em consideração que parte significativa da população reside na área rural e utiliza-se de poços artesianos ou minas no abastecimento de água.

Contudo, indicadores que demonstram a parcela dos domicílios que tem água encanada em pelo menos um cômodo da residência, revelam que em Mato Rico o alcance desse serviço também é baixo, com 63,7% dos habitantes com acesso a esse serviço (PNUD et al., 2000). O mesmo acontece na avaliação do número de sanitários por domicílio e parcela de domicílios com escoadouro de esgoto. Estes indicadores contribuem na baixa qualidade de vida das famílias.

Pode-se, portanto, inferir que os resultados ruins não são apenas fatos isolados, haja vista que a maioria dos municípios do ETM, principalmente da microrregião de Pitanga, apresenta indicadores insatisfatórios. Essa situação é demonstrada também no “Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Território Paraná Centro”, elaborado em 2006 por 17 municípios pertencentes à Região Centro do Estado (TERRITÓRIO PARANÁ CENTRO, 2006).

Quanto à distribuição das propriedades rurais no ETM, toma-se aqui as classes estabelecidas no censo agropecuário realizado pelo IBGE (2007). Tem-se, portanto, a classe das grandes propriedades acima de 100 hectares, com desenvolvimento de agricultura patronal; a das pequenas e médias propriedades que possuem área de terra de 10 a menos de 100 hectares e a das micro propriedades de até 10 hectares, estas últimas geralmente destinadas à agricultura familiar (HOMEM DE MELO, 2001) (Figura 23).

FIGURA 23 – COMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA AGRÁRIA DOS MUNICÍPIOS DO ETM SEGUNDO CLASSES DE TAMANHO DE PROPRIEDADES



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário 2007.
Org. ZAI, 2009

A lógica de distribuição da terra reflete a formação histórica e as características fisiográficas do ETM. Destacam-se as propriedades de terras com extensão entre 10 e 100 hectares, acima da média da região, com exceção dos municípios de Roncador, Iretama e Palmital, que possuem média maior de micro propriedades. Para as propriedades de pequeno e médio porte, os índices variam

entre 43% e 61%, o que mais uma vez comprova que os municípios da microrregião de Pitanga são compostos por pequenos agricultores que vivem, em sua grande maioria, da agricultura familiar (Tabela 3).

Pode-se notar que o percentual de grandes propriedades é bastante inferior em relação às demais com percentual entre 4% e 25%. Para o município de Mato Rico é notável o equilíbrio entre as categorias micro propriedades e pequenas e médias com 46% em ambas e um reduzido número de grandes propriedades, 8%, o que vem reforçar a identidade agrícola do município em estudo.

TABELA 3 - ESTRUTURA AGRÁRIA CONFORME O TOTAL DE FAMÍLIAS

Municípios, Microrregiões e Paraná	Agricultura familiar		Agricultura patronal
	menos de 10 há	10 a menos de 100 ha	mais de 100 ha
Roncador	53%	43%	4%
Iretama	50%	43%	7%
Mamborê	24%	45%	31%
Palmital	48%	45%	7%
Mato Rico	46%	46%	8%
Pitanga	46%	48%	6%
Engenheiro Beltrão	36%	49%	14%
Laranjal	43%	49%	8%
Araruna	44%	49%	7%
Corumbataí do Sul	45%	49%	6%
Santa Maria do Oeste	41%	51%	8%
Barbosa Ferraz	42%	51%	7%
Quinta do Sol	23%	52%	25%
Farol	33%	52%	16%
Luiziana	33%	53%	14%
Peabiru	34%	56%	11%
Campo Mourão	29%	59%	12%
Terra Boa	26%	59%	15%
Fênix	35%	61%	4%
Microrregião Pitanga	44%	49%	7%
Microrregião Campo Mourão	38%	51%	11%
Paraná	42%	51%	7%

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário 2007.

NOTA: Ordenamento dos municípios pela coluna que se refere aos maiores índices, 10 a menos de 100 ha.

Org. ZAI, 2009

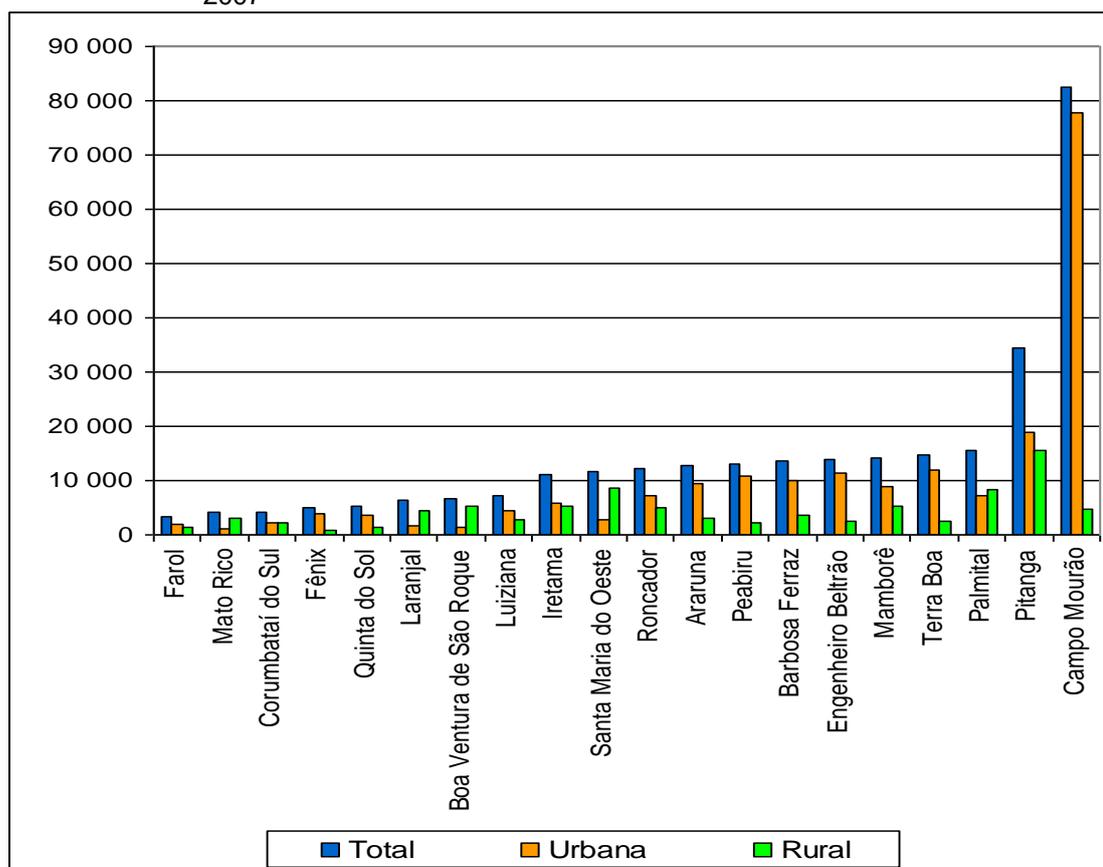
Pode-se observar então, a forte ocupação do meio rural com as atividades da agricultura familiar, que acaba absorvendo boa parte da força de trabalho dos

municípios. Neste aspecto, como grande parte da população dos municípios reside no meio rural e como as ocupações no meio urbano são relativamente escassas, essa população naturalmente tende a ocupar-se nas atividades ligadas ao setor agropecuário, que se caracteriza também como o mais importante economicamente.

Dos habitantes do ETM, segundo o Censo Demográfico do IBGE de 2007, 59% da população vive nas áreas urbanas, entre estes se destaca o município de Campo Mourão com 94%. A microrregião de Campo Mourão possui alto percentual de população nas áreas urbanas de seus municípios, já na microrregião de Pitanga apenas 28,05% da população vive nas áreas urbanas. No município de Pitanga 55% da população concentra-se na área urbano, mas nos demais municípios da região os percentuais são bem inferiores. O município de Mato Rico possui 24% de sua população residindo na área urbana e 76% na área rural.

Dos 20 municípios do ETM, apenas Pitanga e Campo Mourão possuem população superior a 20.000 habitantes, podendo ser considerados municípios de médio porte. Os demais municípios são de pequeno porte. No caso dos municípios de Farol (3.394), Mato Rico (4.156), Fênix (4 871), Corumbataí do Sul (4 262) e Quinta do Sol (5 173), que possuem população total inferior a 5.000 habitantes, estes podem ser considerados como “municípios anões ou micromunicípios” na concepção de Veiga (2002). Segundo o mesmo autor, com exceção da cidade de Campo Mourão todas as cidades do ETM seriam “cidades imaginárias”.

FIGURA 24 - POPULAÇÃO RECENSEADA DO ETM POR SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO EM 2007*



NOTA: * Inclusive a população estimada nos domicílios fechados e nos domicílios provenientes de setores censitários cujos arquivos foram danificados.

FONTE: IBGE, 2007. Org. ZAI, 2009

Assim, dado a importância econômica do setor agropecuário e o relevante fato das ocupações das áreas rurais nos municípios, torna-se necessária uma análise mais detalhada da composição da produção agropecuária. Segundo dados coletados no censo agropecuário do IBGE (2007), na composição do valor bruto da produção das atividades agrícolas, silvícolas e extrativistas mais importantes no ETM, despontam a produção de milho, feijão e soja, seguidos do arroz, algodão, trigo, aveia, café, mandioca e erva-mate.

Outros fatores importantes para a economia regional, são os produtos de origem animal, principalmente a produção de leite - que vem se destacando nos últimos anos juntamente com a criação de bovinos - e a carne de bovinos, suínos, ovinos, eqüinos, caprinos e galináceos (IBGE, 2007). Também se apresenta com representatividade a lã e casulos de bicho-da-seda. Secundariamente, tem-se ainda produção de ovos de galinha e mel de abelhas.

Portanto, dadas às particularidades destas duas microrregiões, tem-se um baixo grau de desenvolvimento sócio-econômico, principalmente da de Pitanga. Este fato é derivado de más condições de infra-estrutura, de educação e, principalmente, de geração de renda; sendo que esta última acaba influenciando as demais direta e indiretamente. Ademais, existe o problema da má distribuição de renda, entretanto, os resultados negativos estão mais relacionados ao baixo poder de geração de renda, provocado principalmente pela baixa diversificação das atividades econômicas.

Mato Rico não tem, assim, uma característica tipicamente urbana, ou seja, a de ser um centro de distribuição de bens e serviços. Seu conteúdo estrutural e funcional são basicamente resultado da lógica de reprodução da zona rural, assim como, de determinações advindas do exterior da região. Essa discussão indica um importante campo de reflexão a respeito das características da urbanização nos pequenos municípios, e neles, as relações de centralidade e subordinação entre campo-cidade. No capítulo seguinte, busca-se um aprofundamento sobre Mato Rico na escala local, que possa vir a contribuir para as reflexões até aqui apontadas.

4. MATO RICO: UM MUNICÍPIO “ANÃO” E UMA “CIDADE IMAGINÁRIA”?

Mato Rico é um dos 4.500 pequenos municípios brasileiros nos quais vivem 52 milhões de habitantes, que possui - segundo Veiga (2005, p.101) - quatro características peculiares:

- a) Os rendimentos dos moradores resultam do uso dos recursos naturais;
- b) O contingente dos rebanhos é muito superior aos representantes da espécie humana;
- c) O saneamento básico não chegou sequer a suas sedes;
- d) Não dispõem de agência bancária.

Analisando estas características para Mato Rico, constata-se que: a) os rendimentos dos moradores resultam principalmente da agricultura e da pecuária, que se utiliza do uso dos recursos naturais; b) o contingente dos rebanhos é de 87.125 cabeças¹⁰, muito superior aos representantes da espécie humana que perfazem 4.156 habitantes¹¹; c) o saneamento básico não chegou sequer a sua sede¹²; d) as agências bancárias mais próximas ficam a 23 km da sede administrativa, no município vizinho de Roncador, contando apenas com dois bancos o Itaú e Banco do Brasil.

Dessa forma, este capítulo tem o objetivo de apresentar o município de Mato Rico por meio de uma contextualização histórica do processo de formação, ocupação e emancipação política. A partir desse panorama, avalia-se sua situação de município “anão” e “cidade imaginária” (VEIGA, 2002 e 2003) apoiando-se na análise do rural e das relações de centralidade do urbano.

4.1. Mato Rico: seu povo, sua história

Conta-se que Mato Rico recebeu esta denominação inspirada na sua rica Mata de Araucária que existia, onde era encontrada abundância de caça e muitas colméias de abelhas (PARANÁ DA GENTE, 2006). Segundo depoimentos dos

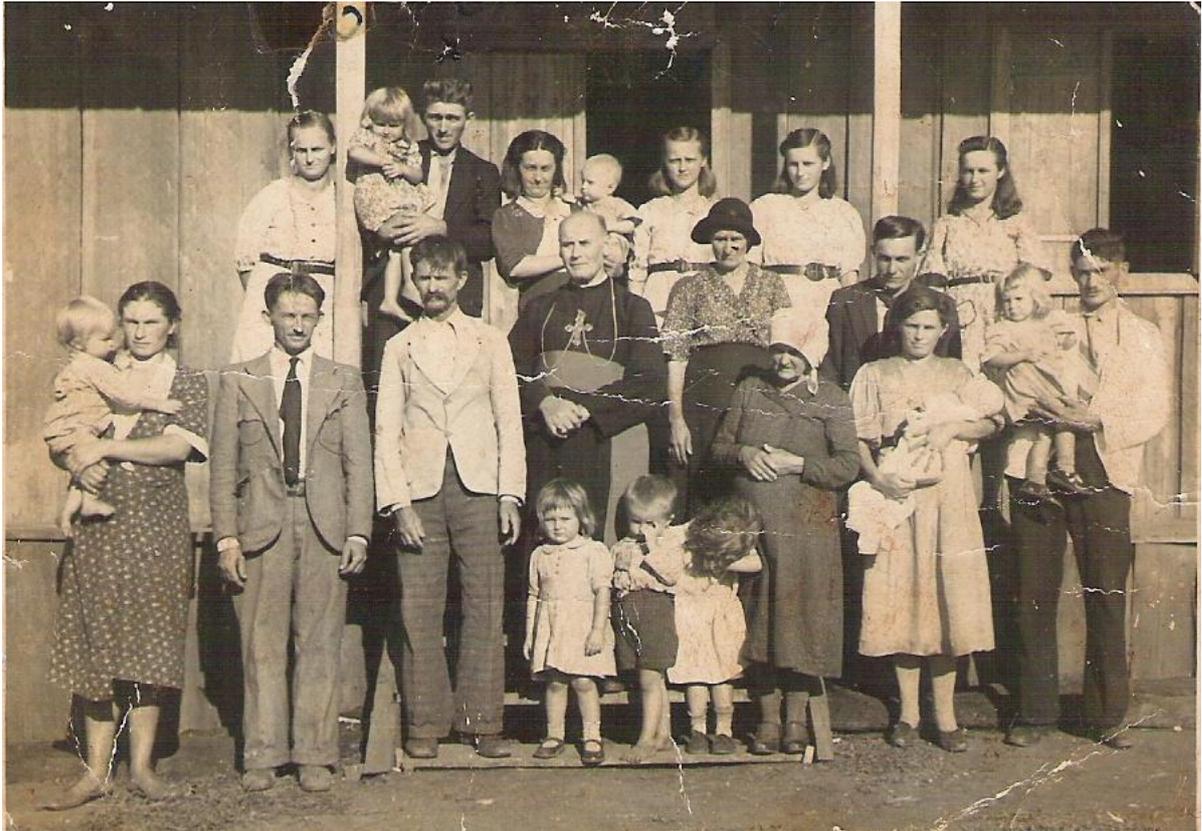
¹⁰ Dados coletados no censo agropecuário de 2007 do IBGE. O total de 87.125 é a soma dos rebanhos de bois, porcos, cavalos, galinhas, cabras e ovelhas.

¹¹ Segundo contagem populacional do IBGE de 2007.

¹² O censo demográfico de 2000 apresenta que um percentual 5,1 dos domicílios de Mato Rico possui escoadouro de esgoto. Este escoamento de esgoto, porém, é através de fossas negras particulares, ou seja, cada domicílio possui sua própria fossa, o que em alguns estudos não são contados como parte de saneamento básico.

(Eugênia), Eduardo, Helena, Verônica, Maria e Júlia. Miroslau Ivanchechin era casado com Eugênia. Três dos filhos de Valdomiro e Ana - Carlos, Helena e Angelina - permaneceram por mais um ano em Marechal Mallet quando em 1940 se juntaram com o restante da família em Mato Rico com mais uma família pioneira, a Gruchovski.

FIGURA 26 – FAMÍLIA BEDNARTCHUK DURANTE A VISITA DE UM BISPO EM 1943



FONTE – ACERVO FOTOGRÁFICO DE MIROSLAU IVANCHECHIN

NOTA – Foto tirada em frente a casa de Valdomiro e Anna Bednartchuki.

Descrição dos integrantes da foto: na parte superior no sentido da esquerda para direita Júlia, Miroslau Ivanchechin com Zenoca no colo, Genoveva com Júlio no colo, Helena, Verônica e Maria. Em baixo da direita para esquerda Valdomiro Gruchovski com Olga no colo e Angelina com Ana no colo, um senhor não identificado (acredita-se que acompanhante do Bispo), Anna Bednartchuk (com lenço), Maria (de chapéu, irmã de Valdomiro Bednartchuk) Bispo Dom Humberto, Valdomiro Bednartchuk, Carlos, Maria. As crianças em baixo são Nestor e Inês (cabeça baixa), a outra não foi identificada.

Quando souberam da existência das terras devolutas, Valdomiro Bednartchuk e seu filho João foram conhecer e preparar o local antes de fazer a mudança para a localidade hoje denominada de Colônia Mato Rico. Quando chegaram, tudo ainda era mata fechada e os mesmos tiveram que desmatar alguns trechos com foice e machado até a margem do rio. Lá construíram um abrigo

simples. Este rio, mais tarde foi nomeado pelos agrimensores de Rio São Lourenço. João ali plantou sua primeira lavoura de milho (IVANCHECHIN, 2005).

Conta-se que João ficou plantando e cuidando do milho, enquanto Valdomiro retornou para buscar a família. Em virtude da demora, João mandou uma carta dizendo para que fossem rápido, antes que os porcos do mato acabassem com a lavoura, pois não conseguia contê-los, eram muitos para tão pouca comida e os animais eram bravos. Nessa época, além de porcos do mato, tinha também cateto e anta que acabavam com as poucas plantações na região (IVANCHECHIN, 2005).

A chegada desta e das próximas famílias foi por meio de uma comunidade já povoada do município de Roncador chamada de Rio das Barras, onde tem um rio que recebe este nome. A primeira estrada de acesso ao município de Mato Rico foi por esta comunidade. A família pioneira ficou hospedada na casa de famílias que lá residiam nesta na época, como relata Maria Gomach (2005)¹⁴.

“Miroslau, Eugênia, Eduardo e eu viemos a pé na frente, atravessamos um rio cheio e ‘posamos’ nas Barras na casa dos Voidelo, passamos na casa da Ana Gurak onde comemos pão de abóbora feito de trigo moído na jorna¹⁵ e ali permanecemos até que os demais chegassem.”

As primeiras mudanças foram transportadas de carroça até a propriedade de Alexandre Dziubate na localidade de Rio das Barras, aproximadamente 4 km do destino. Dali em diante levaram seus pertences nas costas e a cavalo, até a casa à margem do rio, localizado hoje na comunidade de Colônia Mato Rico (KASNOK, 2005)¹⁶. Conta Miroslau (2005), que as estradas foram abertas com facão e machado pelos carroceiros que, muitas vezes, ficavam dias na estrada com suas carroças atoladas, esperando a terra secar, sendo que da Colônia até a cidade de Pitanga demorava, na época, dois dias de viagem, com parada apenas noturna.

Nos anos 1940, a região já tinha recebido muitos moradores. A comunidade de Palmital 43 recebia as famílias Bonk, Jala, Piaceski Furman, Niclevicz, Novack, Rack, Stenpcoski, Szmuda, Martins, Ortiz, Hass, Squinel e Loch com descendências

¹⁴ Entrevista concedida por Maria Bednartchuk Gomach em 06/01/2005, em Mato Rico.

¹⁵ Jorna é uma espécie de moinho artesanal utilizado para fazer farinha de trigo, milho e centeio. Produz uma farinha de tipo grossa.

¹⁶ Entrevista concedida por Júlia Kasnok em 06/01/2005, em Mato Rico.

polonesa, ucraniana, luso-brasileira e alemã (LOCH, 2008)¹⁷. Na comunidade de Colônia Mato Rico se instaram as famílias: Almeida, Andziewski, Cordeiro, Dziubaty, Gmach, Gruchowski, Kasnok, Kutnievicz, Machado de Oliveira, Polistuk, Staskieviz, Ulbinski, Valentin de Farias, Vidal dos Santos e Vogivoda, descendentes de ucranianos, poloneses e luso-brasileiros (IVANCHECHIN, 2005). Mais tarde as comunidades da porção norte e oeste foram ocupadas por moradores que entraram pelo rio Macacos, próximo ao rio das Barras (TKACZUK, no prelo).

Nesta época o governo enviou agrimensores para fazerem as medições das terras cuja posse foi adquirida junto ao Governo Estadual para desenvolvimento agrícola. Cada família tinha direito a um lote de 10 alqueires. Conforme relata Miroslau (2002): “O governo brasileiro dava pra cada família que chegasse um lote de 10 alqueires de terra e já avisavam, só pode corta o mato em oito alqueire, os outros dois é pra deixar de reserva (...)”¹⁸. As famílias quando chegavam, permaneciam em abrigos provisórios no meio da mata fechada, até serem medidas as terras e construídas suas casas nos lotes definitivos, geralmente próximos à água e também em locais estratégicos, de forma que ficassem mais próximos uns dos outros.

Maria Gomach (2005) conta que quando os agrimensores foram medir as terras da região, era feito um mutirão para ajudá-los nas medições. Em determinada ocasião chegaram em uma casa onde havia um tipo de açúcar amarelo armazenado em uma lata, passado alguns dias quando o açúcar acabou, um rapaz do lugar que era voluntário nas medições do lotes lavou a tal lata no rio, então o agrimensor quando foi atribuir um nome à comunidade, associou ao fato que presenciou e denominou-a de Água Doce, como é chamada até hoje uma das comunidades da porção norte de Mato Rico.

De acordo com Miroslau (2005), Valdomiro Bedhartchuk, que em alguns documentos era chamado de Ladislau, e Anna, sua esposa, foram a Palmital 43 em uma missa na casa de Micalina Rack Kravitz. Lá conversaram com um Padre convidando-o para rezar em sua casa. Nesta ocasião marcaram a primeira celebração de missa na comunidade de Colônia Mato Rico. A partir desse momento, de três em três meses, alguém se deslocava até a localidade de Palmital 43 para

¹⁷ Entrevista concedida por família Loch no dia 28/12/2008, em Mato Rico.

¹⁸ Entrevista concedida por Miroslau Ivanchechin no dia 16/06/2002, em Mato Rico.

encontrar o padre Aloísio Jacobi e ajuda-lo com as malas no seu deslocamento até Colônia Mato Rico.

As famílias que entraram no município pela região leste, foram as de caboclos. Eram as famílias Conceição e Ferreira da Luz, conhecidas como Raposo por serem de descendentes dos bandeirantes paulistas - os Raposo Tavares. Estas entraram no município pela localidade de Barra Bonita e se instalaram onde é hoje a sede municipal (TKACZUK, no prelo). O primeiro armazém do município foi instalado neste local pela família Kramek, inicialmente em uma casa de madeira roliça utilizada pelos agrimensores na fase de medições (IVANCHECHIN, 2005).

De acordo com depoimentos de Angelina Gruchovski e Maria Gomach (2005), os principais cultivos nos primeiros tempos eram o trigo e o milho, que eram moídos na “jorna”. A farinha ficava um pouco grossa e dava um pão escuro. O primeiro moinho foi instalado na localidade de Rio da Anta e este foi levado mais tarde para Colônia Mato Rico na casa de Miroslau Ivanchechin. Originalmente ele era movido à água, depois mudaram para gasolina e, em 1965, Miroslau transformou-o para ser movido a carvão, passando a utilizar sabugos de milho como combustível.

A vegetação era vasta e densa, rica em árvores nativas como pinheiro do Paraná, óleo pardo, gabirova, pitanga, peróba, gabriúva, cedro, canela e outras. Houve uma época em que a extração da madeira foi fortemente explorada na região de Mato Rico. A demanda era tanta que instalaram várias serrarias nesta localidade. A primeira de propriedade de Arcindino Nizé, nos anos 1950 (IVANCHECHIN, 2005).

As primeiras madeiras eram serradas de forma manual, tarefa pesada executada por dois homens no manejo de uma serra montada em um estaleiro, onde ficava uma pessoa em cima e outra em baixo, puxando a serra para cima e para baixo, até que a madeira se dividia formando tábuas, vigas e pranchões (BIGARELLA, 1998, p. 242).

Nessa época, havia abundância de caça, eram encontrados muitos animais silvestres por conta da grande extensão de mata fechada. Eram avistados bandos de perdizes, onças, tamanduás-bandeira, queixadas, catetos, veados, jacus, macacos, antas, pacas, tatus, cutias e outros. Também enorme a quantidade de pássaros, que muitas vezes devoravam as plantações de milho, trigo e hortaliças (GOMACH, 2005 e GRUCHOVSKI, 2005).

Quando os moradores da Colônia Mato Rico encontraram as pessoas que moravam nas proximidades de Mato Rico, hoje sede do município, começaram a fazer trocas e vendas de verduras, frutas, legumes, ovos e outros alimentos produzidos no local. Criavam também porcos, galinhas, patos, cavalos e vacas (GRUCHOVSKI, 2005).

No caso das pessoas adoecerem, eram levadas a cavalo até a estrada que de acesso a Pitanga, chamada por eles de Estrada Grande. Deste ponto em diante, se deslocavam de carroça ou jipe até Pitanga, onde tinham o hospital e a farmácia mais próximos. O enfermo só era levado para o hospital se a doença fosse realmente grave, caso contrário eram feitos remédios caseiros ensinados pelos padres que visitavam as comunidades. Pela distância dos hospitais e outras condições médicas, todos os nascimentos aconteciam pelas mãos de parteiras, sendo que uma das primeiras parteiras foi Luiza Parnanguara (IVANCHECHIN, 2005).

Conta Maria Gomach (2005), que nesta época tinha uma doença chamada “crupe”¹⁹ que atingia crianças. Houve várias mortes na comunidade, vitimadas por essa patologia. A primeira vacina que chegou a região foi para prevenir as crianças dessa doença. Os pais levavam seus filhos até a cidade de Roncador para serem vacinados.

Por volta de 1952, acometido de crupe, faleceu um filho recém nascido do pioneiro João Sitko, o qual não tinha onde sepultá-lo. Foi então que escolheram um lugar doado por Valdomiro Bednartchuk na comunidade de Colônia Mato Rico para sepultar a criança. Segundo a religiosidade das famílias, todo cemitério deveria ser abençoado e aspergido com água benta, por isso Valdomiro chamou um padre para cumprir com os rituais católicos no local. Depois desse fato, sepultaram um menino de 14 anos chamado Paulo, filho também de João Sitko. Assim foi implantado o primeiro cemitério de Mato Rico que está ativo até os dias atuais (IVANCHECHIN, 2005).

Ainda em 1952, essa mesma comunidade se reuniu em mutirão e construiu a primeira escola do município. Segundo Miroslau Ivanchechin (2002), cada família ajudou na construção conforme sua disponibilidade, alguns doaram pregos, outros

¹⁹ Afecção diftérica da laringe, cujas falsas membranas dificultam a respiração.

madeira, mão-de-obra e, assim, até o término da tão esperada escola. Como não tinha igreja nessa época, as atividades religiosas, como missas e catequeses, passaram a ser realizadas nesta escola. Foi convidada para lecionar e catequizar uma professora de Prudentópolis chamada Justina Svinitska, que ficou morando na casa de Miroslau e Eugênia por 4 anos. Na seqüência teve-se outros professores: Alberto Bales, Cecília, Emília Ulbinsk, Ana Gruchovski e outros.

A primeira igreja construída no município foi a da comunidade de Água Doce, por volta de 1958. O primeiro Padre empossado na Paróquia Santo Antônio de Mato Rico foi o Pe. Carlos Mayer, que pertencente à diocese de Guarapuava até os dias de hoje (Figura 27 e Figura 28).



FONTE: Acervo particular de Eroslau Tkaczuk

O local para construção da Igreja Nossa Senhora do Rocio da Colônia Mato Rico foi escolhido pelo padre polonês Estanislau Sosnovski, no dia 8 de dezembro de 1985. Este foi o segundo padre a ser empossado na Paróquia de Mato Rico em 1981, o qual permaneceu lá até seu falecimento em 27 de agosto de 1988. (TKACZUK, no prelo).

Na década de 1980, juntamente com os plantios de subsistência (Figura 29) -com destaque para cultivo do milho que era utilizado para venda em grãos e como alimento e na engorda dos animais - o algodão ganha força na agricultura local (Figura 30).

FIGURA 29 – FAMÍLIA GRUCHOVSKI NA COLHEITA DO TRIGO EM MATO RICO – DÉCADA DE 1980



FONTE: Acervo particular da família Gruchovski

FIGURA 30 – UMA DAS PRIMEIRAS CARGAS DE ALGODÃO DE MATO RICO – DÉCADA DE 1980



FONTE: Acervo particular de Eroslau Tkaczuk
NOTA: Octávio Seguro em frente ao caminhão

O primeiro representante político de Mato Rico foi Octávio Seguro, vereador do Município de Pitanga eleito pela primeira vez em 1962, exerceu o cargo (não remunerado), até 1966, quando se reelege continuando em seu cargo até 1970. Onino Gonçalves Padilha, nascido em Mato Rico, na comunidade Juquiri, residente em Pitanga, representou Mato Rico, de 1967 à 1970, seguido por João Gonçalves Padilha (irmão de Onino), nascido na mesma localidade de profissão advogado, foi eleito vereador por Mato Rico exercendo cargo de 1971 à 1974 (TKACZUK, no prelo).

João Gonçalves Padilha, após concluir o mandato de vereador foi eleito prefeito de Pitanga, em 1974, exercendo-o até o dia 31 de outubro de 1979, quando faleceu em um acidente automobilístico, na BR 277, entre Guarapuava e Prudentópolis (TKACZUK, no prelo).

Em 1974 foi eleito vereador Leonel Batista de França, para representar o então distrito de Mato Rico, porém após a eleição se mudou para Boa Ventura de São Roque, onde reside até os dias atuais e jamais representou a população de Mato Rico (TKACZUK, no prelo).

Nas eleições de 1982 foi eleito vereador Florindo Seguro Sobrinho, que teve o mandato prorrogado até 1988, quando foi reeleito exercendo o segundo mandato até 1992. Este, foi o principal responsável pela emancipação político-administrativa de Mato Rico. Nesta mesma eleição de 1982 foi eleito vereador Minervino Justiniano

de Souza, porém antes de terminar seu mandato, também prorrogado, vendeu sua propriedade e mudou para o estado de Rondônia (TKACZUK, no prelo).

Martinho Nascimento Lenartovicz, eleito vereador pela região de Pinhalzinho (porção oeste do atual Mato Rico) onde residia, este após as eleições se mudou para a cidade de Pitanga, mas de lá representou com dignidade a sua região. Sua primeira eleição se deu em 1976, exercendo o cargo até a data da emancipação de Mato Rico (TKACZUK, no prelo). Dos representantes políticos de Mato Rico até sua emancipação, apenas Otávio e Florindo Seguro residem ainda no atual município.

No então distrito de Mato Rico, foram realizados dois plebiscitos com finalidades muito diferentes. Em 1967 foi realizado um plebiscito a fim de decidir se uma parte de Mato Rico deveria se anexar ao então Distrito Judiciário do município de Roncador (área compreendida entre o rio do Salto, rio São Lourenço, rio das Antas, rio Mato Rico, rio Macacos e a estrada velha de Roncador a Pitanga), ou continuar com Pitanga e o que ficou decidido é que esta área continuaria pertencendo a Pitanga (Figura 31 e Figura 32).

O segundo contou com a então representatividade política, e montou-se uma comissão de ação social que se organizou e executou um estudo para desmembramento de Mato Rico do município de Pitanga. Entre várias reuniões, lavraram em ata a decisão pela realização de um plebiscito em ano 1990, onde a população eleitora colocou-se a favor da emancipação política de Mato Rico.

A emancipação oficial enquanto unidade administrativa municipal ocorreu em 05 de fevereiro de 1991, conforme publicação em diário oficial.

Lei 9564 - 31 de Janeiro de 1991

Publicado no Diário Oficial nº. 3445 de 5 de Fevereiro de 1991.

Súmula: Cria o município de Mato Rico e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovou e eu promulgo, nos termos do § 7º, do artigo 71 da Constituição Estadual, a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado o município de Mato Rico "*ad referendum*" do resultado de consulta plebiscitária, em data a ser fixada pelo Tribunal Regional Eleitoral, desmembrado do município de Pitanga, (...)

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio "**Dezenove de Dezembro**", em 31 de janeiro de 1991 (CASA CIVIL DO GOVERNO DO PARANÁ, 2009).

A data de comemoração do aniversário de Mato Rico é 31 de janeiro, tendo esta sido determinada por lei municipal e não correspondendo à data de criação do município. A instalação municipal data de 01 de janeiro de 1993 (IPARDES, 2009), dia em que assumiu o primeiro poder executivo e legislativo de Mato Rico, em instalações ainda provisórias no salão paroquial Santo Antônio.

Nas primeiras eleições de 1992 concorreram dois candidatos à prefeitura, sendo vencedor Luiz Bini (prefeito) e Eroslau Tkaczuk (vice-prefeito). Os eleitores matorriquenses elegeram o prefeito indicado e apoiado pela “comissão de ação social”, entretanto, quando este assumiu no ano seguinte rompeu com o grupo, inclusive com seu vice. A prefeitura municipal de Mato Rico permaneceu durante os primeiros 16 anos sob administração da mesma família – Luiz Bini, Marcel Jaire Mendes (dois mandatos) e Nilson Padilha (genros de Luiz Bini). Apenas nas eleições de 2008 esta sucessão foi rompida, assumindo o prefeito Joaquim Ortiz que pertence a um grupo opositor.

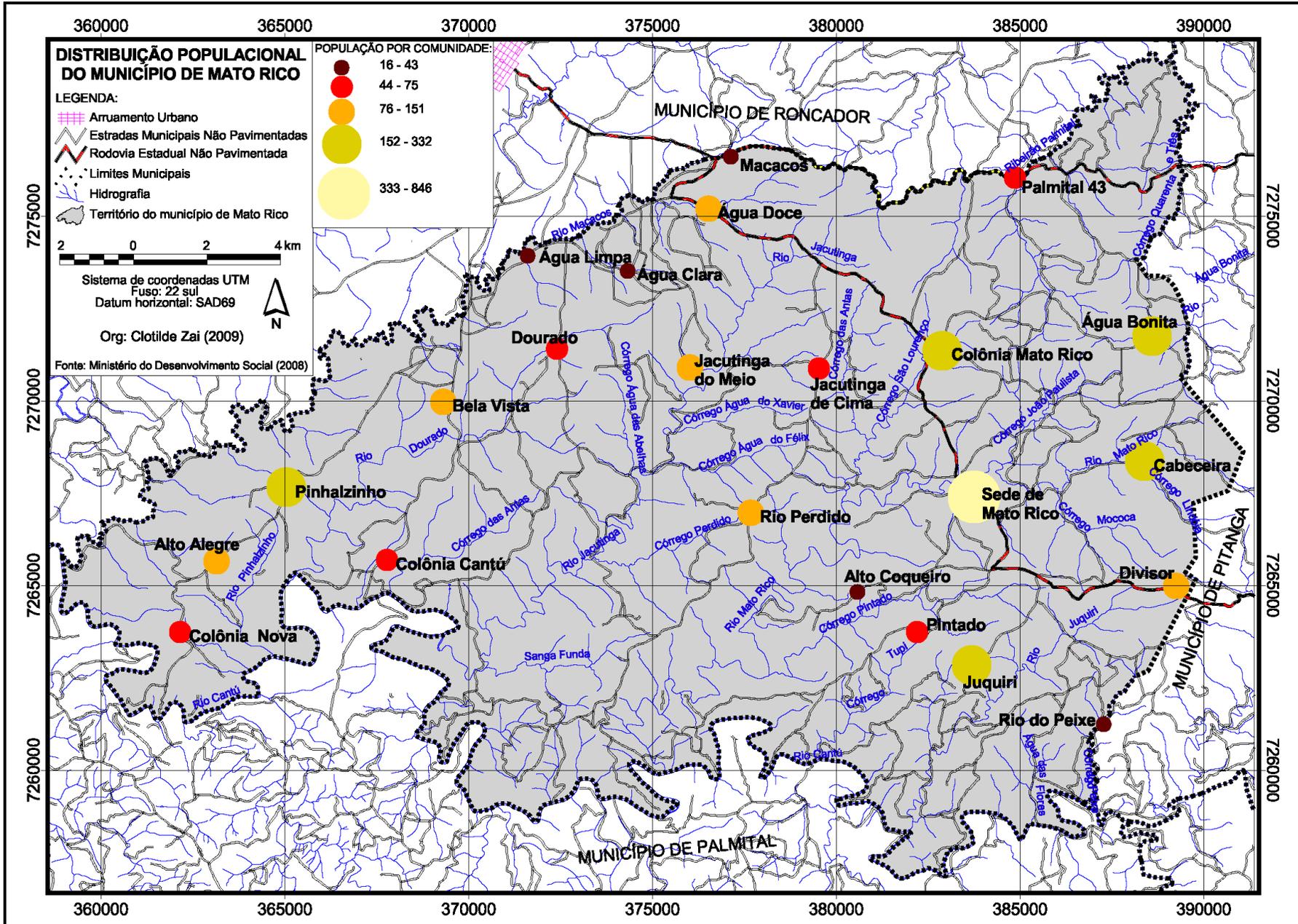
Atualmente, o município está dividido em 22 comunidades rurais e uma sede urbana. Entre as comunidades rurais, 10 tem menos de 25 famílias, 5 tem de 25 a

50 famílias, 4 tem de 50 a 75 famílias, e apenas 1 tem mais de 75 famílias (Figura 33). Trata-se, portanto, de comunidades que se caracterizam predominantemente por pequenas propriedades, com áreas médias de 22,4 ha. Segundo IBGE (2007), 82% dos produtores rurais de Mato Rico são pequenos agricultores familiares (proprietários, meeiros, arrendatários e posseiros) e a produção caracteriza-se pela baixa ou até média tecnologia com mão-de-obra familiar.

Em 1991, por ocasião de sua emancipação, o município contava com 6.141 habitantes, 5.782 na área rural e 359 na área urbana, desta forma ele já nasce com as características atribuídas por Veiga (2002 e 2005) de município “anão” e “cidade imaginária”. A justificativa para a criação do município era o descaso por parte da administração do município de origem. Neste período assiste-se a criação de 76 novos municípios no Paraná (SEMA, 2003). Cigolini (1999) realizou uma pesquisa com municípios desmembrados nesta fase e verificou que o fator mais importante consistiu na argumentação de que havia condições econômicas favoráveis, representando 60% das escolhas.

Na contagem de 2007, Mato Rico apresentou-se com 4.156 habitantes (IBGE, 2007) (Figura 33), distribuídos em 1.215 famílias das quais, cerca de 55,42% vivem em condição de pobreza, e aproximadamente 76% da população vivem na zona rural (IPARDES, 2003). Comparando-se os dados do momento da criação do município com os dados atuais, observa-se as principais mudanças foram as autonomias administrativas que propiciaram olhar mais atento principalmente para educação e saúde e rede viária, apesar de mudanças pouco significativas. A análise a seguir volta-se para as características da sede do município.

FIGURA 33 – DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL DO MUNICÍPIO DE MATO RICO POR COMUNIDADE - 2008

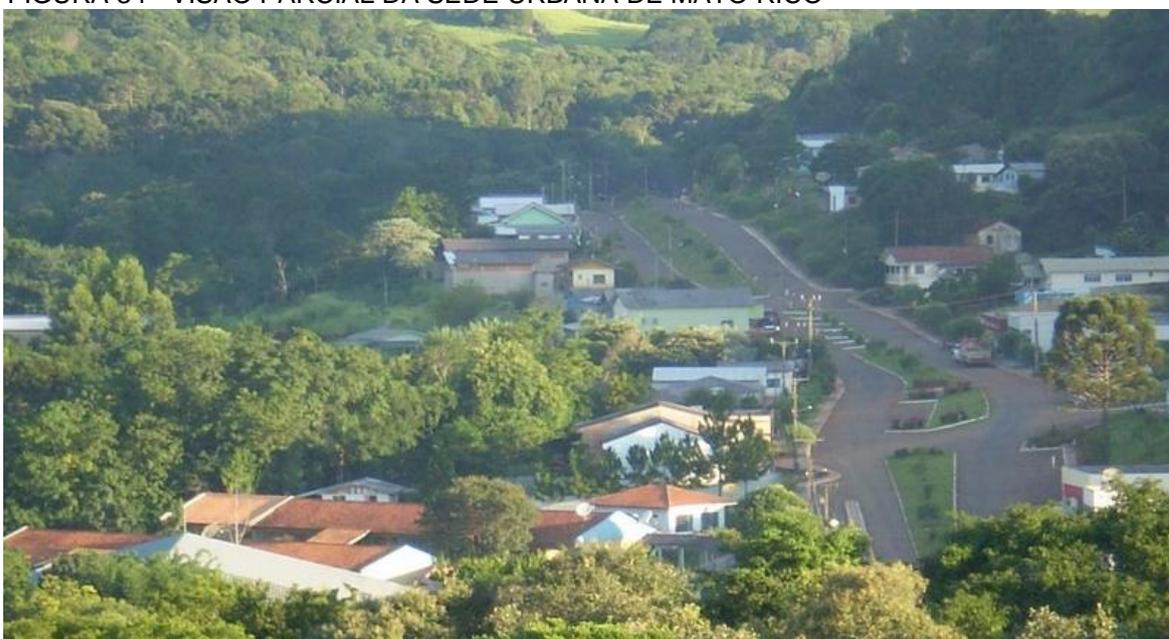


FONTE: IBGE (1992) e MDS/CF, 2008

4.2. A Centralidade do Urbano

Com relação a sede urbana (Figura 34), ela foi ocupada originalmente por caboclos vindos de Barra Bonita (localidade hoje pertencente ao município de Pitanga) com intenção de criar porcos nas proximidades do rio Mato Rico no entroncamento com rio Tajujá. As primeiras famílias que se fixaram foram, Fabri, Conceição, Ferreira da Luz, Batista, Kramek, Amâncio e Dal Santo (TKACZUK, no prelo)

FIGURA 34 - VISÃO PARCIAL DA SEDE URBANA DE MATO RICO



FONTE: CORREIA, 2008

Na sede do Município habitam 846 pessoas (MDS, 2008), sendo 387 residentes no núcleo central, 271 no bairro Patrimônio Novo e 188 no bairro Patrimônio, conhecido também como Conjunto Habitacional Ouro Verde. O Patrimônio e o Patrimônio Novo podem ser considerados como “aglomerado rural de extensão urbana” (IBGE, 2007), por se tratar de localidades que tem as características definidoras de aglomerado rural e estão localizadas a menos de 1 km de distância da área efetivamente urbanizada de Mato Rico

O bairro Patrimônio Novo, localizado em um espaço cedido pela prefeitura municipal, apresenta a maior concentração de pobreza do município. As residências foram construídas sem ordenamento e grande parte das famílias são oriundas de

outros municípios em busca de novas oportunidades. Lavezzo (2007) apresenta este bairro como o aglomerado que possui famílias com maior vulnerabilidade no município. Os principais problemas apresentados correspondem ao alto índice de alcoolismo, desemprego, pobreza e exclusão social.

Passamos agora para uma avaliação mais detalhada da área urbana do município. Segundo o IBGE (2007), todas as pessoas que residem em sedes municipais, são oficialmente contadas como urbanas. Para Veiga (2005), é necessária uma série de equipamentos e serviços coletivos para identificação de uma cidade. Para a análise, destes equipamentos e serviços apontados pelo autor, na sede de Mato Rico, organizou-se a TABELA 4. A partir dela é possível uma discussão sobre centralidade do urbano no município em estudo.

TABELA 4 – PRESENÇA E AUSÊNCIA DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE MATO RICO - 2008

Serviços e equipamentos*	Presença
Esgoto sanitário	Não
Varredura de ruas e limpeza	Não
Manutenção de estradas e vias	Não
Plano diretor	Não
Lei de zoneamento ou equivalente	Não
Teatro, centro cultural ou casa de espetáculo	Não
Museu	Não
Guarda municipal	Não
Instituição de ensino superior	Não
Estação de rádio AM	Não
Página na internet	Não
Hospital com permanência	Não
Corporação de bombeiros	Não
Instalações de hotelaria	Não
Transporte público, urbano e suburbano	Não
Parques e jardins públicos	Não
Agência bancária	Não
Estabelecimento de ensino fundamental e médio	Sim
Estabelecimento de ensino básico e infantil	Sim
Farmácia	Sim
Biblioteca	Sim
Coleta de lixo domiciliar	Sim
Provedor de internet	Sim
IPTU progressivo	Sim

NOTA: (*) Relação de serviços e equipamentos coletivos fundamentais para classificar um povoamento como “Cidade”, segundo Veiga (2002 e 2005)

O município possui serviço de coleta de lixo domiciliar, porém este é realizado apenas na área urbana e com atendimento de 79,99% da população que

ali reside (IBGE, 2000). Este lixo coletado tem uma destinação inadequada, é depositado na forma de lixão sobre uma cascalheira localizada nas margens da rodovia que liga Mato Rico a Roncador, na comunidade Colônia Mato Rico. Quando o lixo é queimado, prejudica a população residente no entorno por conta da fumaça poluente. Soma-se a este, os danos ocasionados pelo mau cheiro e acúmulo de insetos e cachorros que são atraídos para o local. Outro problema é o lixo hospitalar (do posto de saúde e da farmácia). Ele não é separado e se destinam também a mesma cascalheira. Eventualmente as máquinas carregam lixo misturado ao cascalho, depositando-os nas estradas para manutenção. Assim, o que era para ser benefício acaba por propiciar risco à população e danos à natureza.

O Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) Progressivo não se aplica a Mato Rico. Como a sede possui basicamente uma rua principal e constitui-se de um aglomerado de poucas casas, não existe necessidade de se sobretaxar os vazios urbanos, principal aplicação desta modalidade de imposto. O IPTU normal é, entretanto, arrecadado de acordo com a metragem das casas, mas apenas é cobrado na Avenida das Araucárias e no Conjunto Habitacional Ouro Verde.

Nenhuma área do município é atendida por rede de esgoto. Cada família destina as águas cinzas e negras²⁰ em fossas particulares. O serviço de varredura de ruas também não é realizado, visto que nenhuma via possui pavimentação de asfalto, apenas na Avenida das Araucárias tem-se calçamento com pedras irregulares.

No Município de Mato Rico, com exceção da PR-239 que liga Roncador a Pitanga passando por Mato Rico (Palmital 43), a manutenção de estradas e vias é de responsabilidade da prefeitura municipal, que utiliza duas máquinas motoniveladoras, duas pá-carregadeira, duas retro escavadeiras e três caminhões. Os cascalhos são retirados das beiras de estradas em terrenos particulares, mas também da cascalheira pública onde se situa o lixão. As estradas são basicamente rurais, todavia o trecho urbano também não costuma permanecer em bom estado de conservação.

²⁰ As águas residuárias são compostas por águas cinzas e águas negras. As águas cinzas são as águas servidas utilizadas para limpeza (tanque, pia e chuveiro), que têm contaminantes químicos (sabões, detergentes, biocidas, etc), sólidos em suspensão (terras, fibras, poeira, etc) e gorduras, óleos e graxas. As águas negras são as águas utilizadas nos vasos sanitários, com contaminação de origem orgânica (ERCOLE, 2003).

Quanto aos equipamentos teatro, casas de espetáculos e centro cultural, estes também estão ausentes na sede do município. Não existe também museu, apesar de rico acervo de peças históricas e artefatos indígenas conservados e guardados pelas famílias. Existe um grande sonho e projeto da comunidade rural Colônia Mato Rico em montar seu museu na estrutura da torre da igreja ucraniana, esta se localiza, entretanto, a 3 km da sede administrativa e se destinaria apenas para a memória desta comunidade.

Não existe uma guarda municipal. No que se refere à segurança, tem-se a delegacia municipal, localizada na sede urbana. Nela atuam, além do delegado, os policiais militares estaduais. A corporação de bombeiros mais próxima está na cidade de Campo Mourão, à aproximadamente 120 km da sede de Mato Rico. Quando ocorre a necessidade deste serviço, a população é atendida pela própria comunidade e, em casos mais graves, são chamados os auxiliares de enfermagem na sede municipal para imobilizar o ferido e encaminhar a vítima para um posto de atendimento.

As estações de rádio AM utilizadas pela população de Mato Rico são as de Roncador (rádio Princesa) e Pitanga (rádio Poema). O município não possui rede hoteleira, este equipamento pode ser utilizado pelos visitantes na cidade de Roncador, que possui vários hotéis e uma pousada rural. Em 2006 foi iniciada uma tentativa de pousada rural em Mato Rico, a chamada “Pousada do Aconchego”, com acomodação para 10 pessoas para pernoite e aproximadamente 30 pessoas para refeições, entretanto, funcionou apenas por um ano.

Quanto ao serviço de transporte público, urbano e suburbano, este não existe no município. O único transporte existente contempla apenas a rede escolar, por meio de veículos da Prefeitura Municipal (Figura 35). Alguns ônibus saem da sede, passam pelas comunidades e retornam à sede com os alunos do ensino infantil, fundamental e médio. Outros têm como ponto de partida a própria comunidade, como Palmital 43 e Pinhalzinho. Os estudantes universitários também se beneficiam deste transporte, pois precisam vir a sede para depois se locomoverem até os municípios onde se localizam suas instituições de ensino. Diariamente, os alunos que estudam nas faculdades de Pitanga são levados pelo microônibus da Prefeitura e os acadêmicos das faculdades de Campo Mourão são levados até Roncador, onde utilizam transporte de uma associação de estudantes

para chegarem até Campo Mourão. Este transporte não é totalmente gratuito para os universitários, eles pagam uma taxa para gastos com combustível e manutenção.

Parques e jardins públicos são inexistentes na sede de Mato Rico. O que se tem é apenas os canteiros de flores entre as vias da Avenida das Araucárias (Figura 36).

FIGURA 35 – ÔNIBUS ESCOLAR DA PREFEITURA DE MATO RICO



FIGURA 36 – SEDE URBANA DE MATO RICO - AVENIDA DAS ARAUCÁRIAS



Quanto às agências bancárias, estas também não são contempladas. Existe apenas um caixa eletrônico da Caixa Econômica Federal para saque de pensões e aposentadorias. As agências mais próximas estão à 24 km da sede de Mato Rico, na cidade vizinha de Roncador.

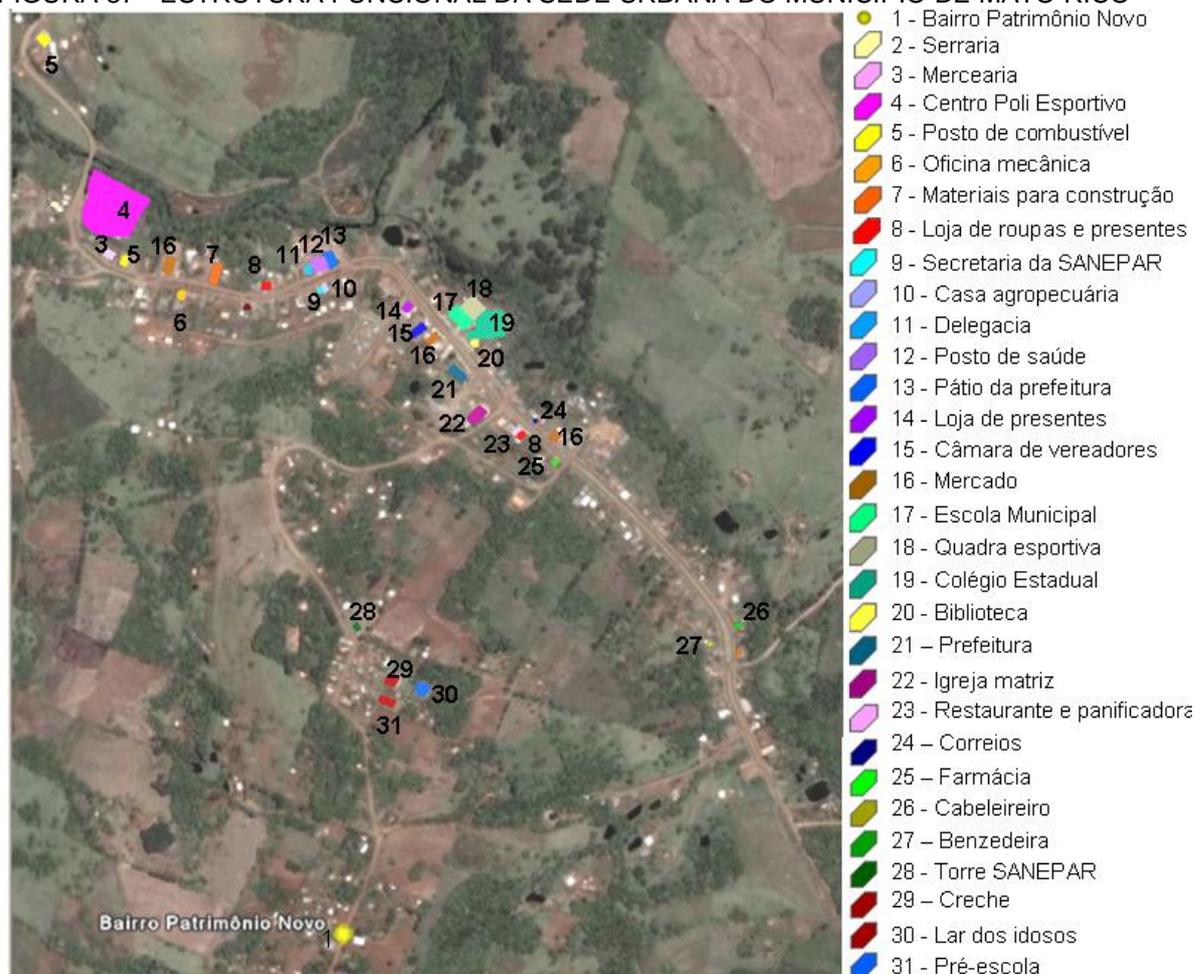
O município não possui Plano Diretor, Lei de Zoneamento e página na internet. A prefeitura polariza todo município e está organizada atualmente com apenas uma secretaria – a executiva municipal – e seis departamentos: administrativo, responsável pelas divisões de pessoal, cadastro, fiscalização, licitação e compras, material e patrimônio, contabilidade e tesouraria; saúde e promoção social com as divisões de saúde, vigilância sanitária, promoção social e assuntos comunitários; esportes; educação e cultura com divisão de educação e divisão de cultura; agropecuário com divisão de agricultura, pecuária, apoio e desenvolvimento e meio ambiente; viação, obras e serviços.

Segundo informações do departamento de administração, a prefeitura municipal está em fase final de um novo projeto de organização da prefeitura em secretarias. Em caso de aprovação pelo poder legislativo municipal a prefeitura se

distribuirá em sete secretarias: administração; saúde; promoção social; educação e cultura; agricultura; viação, obras e serviços; e meio ambiente.

A “cidade imaginária” de Mato Rico possui apenas sete dos 24 itens elencados por Veiga. Praticamente todos estão localizados ao longo da Avenida das Araucárias. A estrutura funcional da sede urbana é bastante modesta (Figura 37). Pode-se elencar facilmente os equipamentos, comércio e serviços ali existentes. A cidade se insere num novo quadro apontado por Wanderley (2004 p.92), ela “torna-se o lugar da regulação do que se faz no campo e tudo isso faz com que a cidade local deixe de ser a cidade no campo e se transforme na cidade do campo.” Na seqüência a análise passa para o cenário rural do município, ou seja, para o município como um todo, já que se trata de um pequeno município rural.

FIGURA 37 - ESTRUTURA FUNCIONAL DA SEDE URBANA DO MUNICÍPIO DE MATO RICO



FONTE: IMAGEM GOOGLE EARTH, 2008. Org. ZAI, 2009.

Os estabelecimentos de ensino médio, fundamental, básico e infantil estão presentes na sede municipal e também em um núcleo rural formado na comunidade de Bela Vista. Na sede (Figura 37) os ensinos são distribuídos em infantil, no Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) que possui creche e pré-escola; fundamental (anos iniciais), na Escola Municipal Princesa Isabel; fundamental (anos finais) e médio no Colégio Estadual Adélia Bianco Seguro. Na Escola Pedro Mendes, localizada fora da sede, são também oferecidos os ensinos básicos.

Com relação ao serviço de farmácia, este é oferecido apenas por um estabelecimento particular, a denominada “Farmácia do Zico”. É nela que os moradores encontram “socorro” rápido a seus problemas de saúde, embora seu estoque seja bastante modesto. A ausência de hospital obriga aos matorriquenses se deslocarem a outros municípios.

O município possui apenas duas unidades de saúde, uma delas com atendimento de médico permanente que fica na sede e outra sem permanência de médico, cujo atendimento é de apenas uma vez por semana, esta localiza-se na comunidade de Bela Vista. A unidade da sede possui além de atendimento com clínico geral, dentistas, vacinas, farmácia com medicamentos básicos e auxiliares em enfermagem de plantão 24 horas.

FIGURA 38 – UNIDADES DE SAÚDE DE MATO RICO



FONTE: ZAI, 2008

A sede oferece centralidade no que se refere a biblioteca. Trata-se atualmente da única do gênero no município, sendo usada coletivamente pelas escolas municipais e estaduais, bem como pela comunidade externa, embora se

localize no pátio do Colégio Adélia Bianco Seguro (Figura 37). Está em fase de implantação, todavia, uma biblioteca municipal para atender a comunidade em geral. Mato Rico possui provedor de internet que atende a sede e algumas comunidades rurais de entorno, o que possibilita acesso a fontes virtuais de pesquisa.

Além dos elencados na tabela 4, a sede administrativa polariza as demais comunidades com serviços e equipamentos, públicos e privados, como a casa paroquial Santo Antônio que polariza todas as comunidades com serviços religiosos católicos como documentos, agenda de missas, casamentos e batizados, residência do pároco e crismas (Figura 37).

A benzedeira Dona Luzia, que atende população de todo município; sindicato dos trabalhadores rurais; a sede também apresenta polaridade no que se refere a educação estadual por meio do Colégio Estadual Adélia Bianco Seguro com ensino fundamental e médio e o Programa Paraná Alfabetizado²¹ (Figura 37).

A sede oferece serviços particulares de comércio e polariza as comunidades rurais com: supermercados; lojas de roupas, calçados, móveis, presentes, brinquedos e insumos agropecuários; papelaria; panificadora; lanchonete; cabeleireiro; sapateiro; serraria; oficina mecânica, etc. (Figura 37).

4.3. Caracterizando um município rural

O desenvolvimento territorial rural (DTR) é possível a partir do momento em que forem aplicadas políticas públicas adequadas, que levem em consideração as características físicas, socioeconômicas e culturais da região. Dessa forma, objetiva-se neste tópico elaborar um zoneamento que incorpore de forma integrada esses três aspectos, aqui denominado de zoneamento socioambiental. A visão de meio ambiente vem evoluindo para um campo amplo e diversificado de caráter holístico, abarcando as questões sociais (MENDONÇA, 1993). É nessa nova visão que se insere o zoneamento proposto.

²¹ É um Programa desenvolvido pelo Governo do Estado, em parceria com o MEC/Programa Brasil Alfabetizado, para alfabetizar jovens, adultos e idosos com 15 anos ou mais. Este Programa desenvolveu sua 1ª Edição em Agosto/2004 a Março/2005. Iniciou sua 5ª Edição em Abril de 2007. Disponível em <http://www.paranaalfabetizado.pr.gov.br>

Um zoneamento constitui-se, segundo Silva e Santos (2004), na identificação e delimitação de unidades ambientais em determinado espaço físico, segundo suas vocações e fragilidades, acertos e conflitos, determinadas a partir de elementos que compõe o meio. Macedo (2004) aponta que sua abordagem deve ser ampla, considerando todos os segmentos ambientais de um território.

Para Sanches e Silva (1993), o ato de zonear um território corresponde a um conceito geográfico de regionalização, que significa desagregar o espaço em zonas ou áreas que delimitam algum tipo de especificidade ou algum aspecto comum, ou áreas com certa homogeneidade. O zoneamento por si só constitui um objeto de diagnóstico ambiental e um documento geográfico impar.

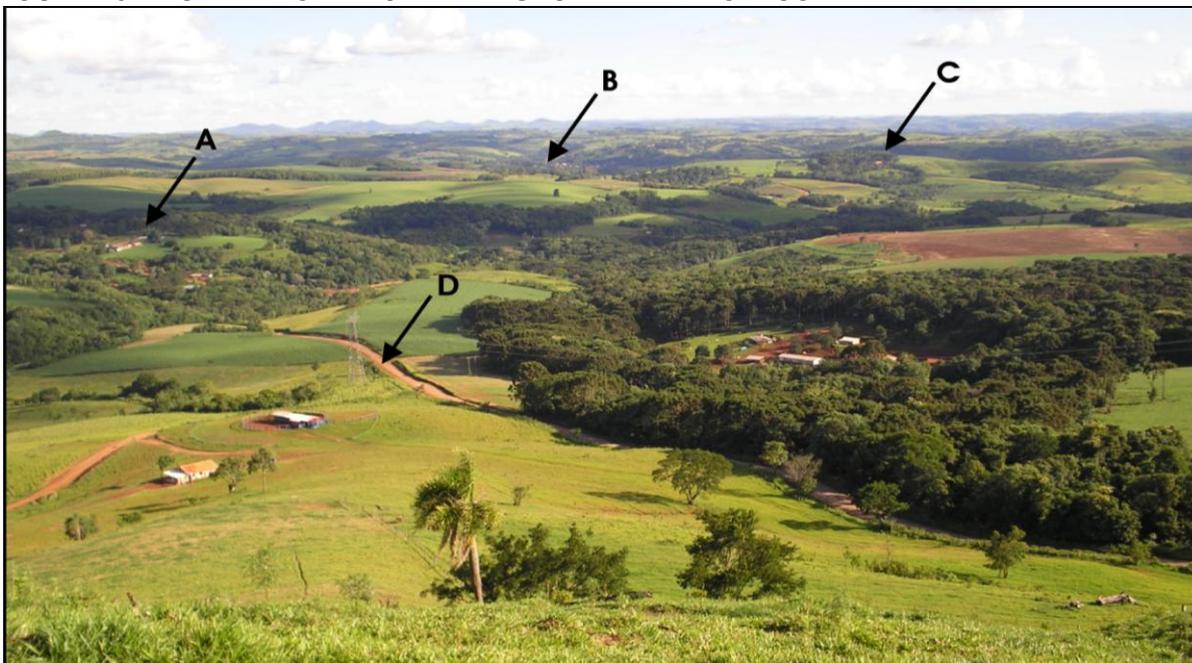
É destacado ainda por Silva e Santos (2004), que o reconhecimento de homogeneidade ou heterogeneidade de um objeto está diretamente ligado à questão da escala, ou seja, praticamente qualquer porção de terra é homogênea numa escala mais abrangente e heterogênea quando vista numa escala detalhada. Para este estudo buscou-se trabalhar com a escala de município, tomando como exemplo o pequeno município rural de Mato Rico. O zoneamento proposto pode, entretanto, ser concebido e elaborado em diversos níveis de percepção e seus critérios podem ser aplicados em escala de estado, região e/ou país.

Este tópico foi organizado em três sub-tópicos onde apresenta-se o município de Mato Rico através de uma descrição das comunidades rurais (Figura 39), para na seqüência proceder-se um zoneamento socioambiental, com vista a detectar o potencial endógeno de cada zona do município.

4.3.1 Suas comunidades Rurais

Para o IBGE (2008), localidade é conceituada como sendo todo lugar do território nacional onde exista um aglomerado permanente de habitantes. Para este estudo, designou-se as localidade rurais como “comunidades”, já que este é o termo utilizado pelos moradores de Mato Rico. Esta terminologia tem sua origem no sistema organizacional da Igreja Católica, onde a mesma buscava construir seus templos onde existia um determinado número de habitantes permanentes. Três dessas comunidades são visíveis na Figura 40, a comunidade Colônia Mato Rico, que se configura nas circunvizinhanças da Igreja Nossa Senhora do Rocio da Colônia; a atual sede urbana, originalmente comunidade rural, que se organizava ao redor da Igreja Santo Antônio; e a comunidade Colônia Mato Rico (rito ucraniano), nas circunvizinhanças da Igreja Ucraniana Nossa Senhora de Fátima. Observa-se também nesta Figura a estrada de ligação da sede de Mato Rico ao município de Roncador.

FIGURA 40 - VISTA PANORÂMICA DA PAISAGEM DE MATO RICO



FONTE: ZAI, 2007

NOTA: – A) Igreja Nossa Senhora do Rocio – B) Sede Municipal de Mato Rico – C) Igreja Ucraniana Nossa Senhora de Fátima – D) Estrada que liga os municípios de Mato Rico e Roncador

Na seqüência apresenta-se as comunidades que fazem parte de cada uma das zonas obtidas no zoneamento socioambiental no tópico seguinte. O texto de cada comunidade foi estruturado seguindo os seguintes critérios: a) localização, relevo e hidrografia (Figura 39); b) estrutura de povoamento; c) produção agropecuária; d) centralidades - ponto de referência da comunidade; e) parentesco; f) centralidade comercial; g) ligação por estrada (Figura 39); h) sociabilidades; i) matrizes culturais; e j) festas importantes. A estrutura de apresentação agrega as comunidades em três grandes zonas do município, que serão melhor detalhadas no tópico seguinte.

Este capítulo foi construído a partir de levantamentos em campo. Foram visitadas todas as comunidades onde se percorreu as estradas do município, fez-se documentação fotográfica, cartográfica, visitou-se famílias mais antigas do município para obtenção de dados históricos e estabeleceu-se conversas com lideranças da comunidade tendo como roteiro os elementos apontados no parágrafo anterior.

a) Comunidades da Zona I

Na Zona I são encontradas seis comunidades: Água Clara, Água Doce, Água Limpa, Bela Vista, Rio Dourado e Rio Macacos.

a.1) Comunidade Água Clara

Esta comunidade está localizada a noroeste do município, próximo a afluentes do rio Macacos, em uma distância de aproximadamente 20 km da sede administrativa de Mato Rico. Apresenta relevo suavemente ondulado, propício para plantações mecanizadas. A produção agropecuária é composta por grandes produtores de soja e milho no verão e aveia e trigo como plantio de inverno (Figura 41 A). Restaram apenas dois pequenos produtores que vivem da agricultura de subsistência. Nesta comunidade observa-se alguns agricultores preocupados com a preservação da mata ciliar, abandonando o plantio nas margens dos rios (Figura 41 B).

A estrutura do povoamento é formada por casas geralmente com características típicas ucranianas nos espigões e próximas aos rios. A matriz cultural foi formada por ucranianos por meio das famílias Malamin, Raczenski e Zola, cujos descendentes residem ainda hoje na comunidade.

A centralidade é a igreja (Figura 41 C), que tem arquitetura típica ucraniana e permanece neste estilo desde sua construção, o cemitério (Figura 41 D), localizado à 100m da igreja, e o salão comunitário, que possui ampla estrutura para festas e bailes. A sociabilidade da comunidade ocorre nas celebrações da capela que são em rito ucraniano, recebendo visitas mensais do padre ucraniano da paróquia São Nicolau da vizinha cidade de Roncador.

FIGURA 41 – FOTOS DA COMUNIDADE ÁGUA CLARA

A - Plantação de aveia e remanescente de araucária



B - Abandono de plantio na área de mata ciliar



C - Igreja ucraniana e salão de festas aos fundos



D - Cemitério de água clara



FONTE: ZAI, 2008

a.2) Comunidade Água Doce

Está localizada ao norte do município, às margens da via de acesso que liga os municípios de Roncador e Mato Rico. Possui relevo suave ondulado na maioria de suas áreas e ondulado nas proximidades das nascentes do rio Jacutinga.

As atividades econômicas são desenvolvidas por grandes e pequenos produtores rurais, sendo que os grandes trabalham com cultivo extensivo de soja e milho na safra de verão e trigo (Figura 42 a) na safra de inverno. Os pequenos têm sua produção bastante diversificada, tendo como base a agricultura familiar. Todos trabalham com cultivos de subsistência como milho, arroz, feijão, frutas e hortaliças para consumo da família e venda do excedente dos cereais. Alguns trabalham com fumiçultura, sericicultura e pecuária de leite. Existe hoje um pequeno conflito entre os produtores que cultivam fumo e amora, pois a nicotina do fumo contamina a amora e acaba matando as larvas que produzem a seda, caindo a produção em até 80% em algumas safras (BRATAC, 2002). Nesta comunidade grande parte das famílias trabalha com criação de bovinos, aves e suínos para consumo de leite, ovos e carne.

Os principais pontos de referência são a igreja Nossa Senhora da Glória (Figura 42 B), seu salão e um campo de futebol a 50 metros desta, próximo à estrada que liga Mato Rico à Roncador. As sociabilidades da população desta comunidade são as celebrações dominicais na igreja, jogos de futebol da comunidade e campeonatos em toda região, visto que a comunidade conta com time de futebol de campo e salão feminino e masculino.

A igreja da comunidade foi a primeira construída no município, sendo ela católica com arquitetura em madeira. A pintura interna tem desenhos de anjos e do Divino Espírito Santo pintados à mão livre por um artista desconhecido. Em 2007 foi realizada uma reforma na mesma e modificada a cor da pintura externa de rosa para verde e os vidros de boreais coloridos para lisos e transparentes.

A matriz cultural de origem é formada por poloneses, ucranianos, luso-brasileiros e russos, através das famílias Filaretski, Gaioski, Michalski e Pietroski da matriz polonesa, das famílias Oleszynski e Pauluk de matriz ucraniana, da família Bonfim que é luso-brasileira e da família Smokanytz, única família de descendentes

russos no município. Nesta comunidade, poucas das famílias pioneiras têm seus descendentes hoje residindo nela.

FIGURA 42 - FOTOS DA COMUNIDADE ÁGUA DOCE



FONTE: ZAI, 2008

a.3) Comunidade Água Limpa

Localiza-se a noroeste do município de Mato Rico, na divisa com município de Roncador. Possui relevo suave ondulado com características propícias para mecanização. Trata-se de uma pequena comunidade em população, apenas 9 famílias (MDS/CF, 2007), porém com grande área de plantio e vegetação. Hospeda uma rica área remanescente de Araucária, que vem gradativamente diminuindo em função da exploração de madeira (Figura 43 A). Nela estão instaladas ainda duas serrarias (Figura 43 B).

As residências estão localizadas próximo às estradas de ligação entre Mato Rico e Roncador e ao mesmo tempo próximo à margem do rio Macacos, que demarca divisa entre os municípios. Resistem ainda algumas famílias de pequenos produtores rurais que vivem da agricultura familiar com plantio de arroz, feijão, milho, hortaliças, morango, uva e fumo (Figura 43 C) A criação de suínos, aves, bovinos de corte e leite. A grande maioria das propriedades são fazendas que exploram o plantio de soja, milho e trigo para comércio.

Os principais pontos de referência são as serrarias e a igreja (Figura 43 D), que tem como padroeiro Santo Antônio. A sociabilidade são as orações semanais na igreja e os pequenos eventos como jantares dançantes no salão da mesma, realizados com fins de arrecadação.

As matrizes culturais originais são alemã, luso-brasileiras, ucraniana e italiana. Entre suas primeiras famílias, Guering de origem alemã; Rodrigues e Vieira, luso-brasileiras; Nesnik da matriz ucraniana e Perdoncini da italiana. Todas contam com descendentes residindo na comunidade ainda hoje. A centralidade comercial é composta pela serraria Perdoncini, serraria Guering (Figura 43 B) e mercearia Rodrigues de Joaquim Rodrigues da Silva.

FIGURA 43 - FOTOS DA COMUNIDADE ÁGUA LIMPA



FONTE: ZAI, 2008

a.4) Comunidade Bela Vista

Localiza-se a oeste do município nas margens da estrada - sem pavimentação - que liga os municípios de Mato Rico e Roncador à Palmital. Com relevo suave ondulado, as residências foram construídas nas áreas mais baixas, próximo aos rios. O relevo propicia plantações extensivas mecanizadas de soja, trigo e milho para comércio (Figura 44 A). A maioria das famílias vive da agricultura familiar com criação de gado de corte e leite, produção de arroz, feijão, fumo e laranja.

Esta comunidade foi escolhida pela prefeitura municipal para ser um núcleo/pólo na região oeste do município. Este atende com escola de nível básico (fundamental e médio), telefone público e posto de saúde polarizando as comunidades de Água Limpa, Alto Alegre, Bela Vista, Colônia Cantú, Colônia Nova, Dourado, Douradinho e Pinhalzinho. O posto de saúde possui atendimento básico com auxiliar em enfermagem diariamente para curativos leves, consultas médicas com clínico geral e dentista semanalmente. Este núcleo está localizado em um espaço plano e rodeado de propriedades rurais, a escola municipal chama-se Pedro Mendes (Figura 44 B).

FIGURA 44 - FOTOS DA COMUNIDADE BELA VISTA



FONTE: ZAI, 2008

As centralidades para os moradores são: a Escola Pedro Mendes, que além de oferecer aulas também é utilizada como igreja com celebrações semanais tendo como padroeira Santa Luzia; um barracão da Associação de Agricultores das comunidades de Bela Vista e Colônia Cantú; o Bar e Mercaria do Paulo; uma

quadra de esportes sem cobertura e o campo de futebol, localizados próximo à escola. Estes são locais de sociabilidade da comunidade. Existe o hábito de se reunirem diariamente, no final da tarde, para conversa no bar e, aos finais de semana, em torneios e amistosos com times da região de Mato Rico e Roncador no campo de futebol “do Chatoski”, como é denominado.

As matrizes culturais são ucraniana, polonesa e luso-brasileira, inicialmente através das famílias Chatoski (polonesa), Korpan e Kuhut (ucraniana) e Mendes (luso-brasileira), posteriormente as famílias Voznik, também de origem polonesa, e as luso-brasileiras Oliveira, Souza e Correia.

As festas mais importantes realizadas na comunidade são: a festa do chopp com leitão à pururuca e festa junina realizadas pela escola com finalidade de arrecadação. Também ocorre festa de aniversário coletivo no mês de fevereiro, com o objetivo de comemorar os aniversários deste mês²², e a festa da igreja, que além de uma confraternização gera arrecadação para aplicar em gastos com cursos e reuniões de representantes da comunidade.

a.5) Comunidade Rio Dourado

Esta comunidade possui relevo suave ondulado que propicia plantações mecanizadas em grande escala. Os cultivos são de soja, trigo e milho para grandes e médios produtores. Resistem ainda alguns pequenos produtores familiares que cultivam milho, feijão, arroz, fumo e amora para sericicultura. Praticamente todas as famílias produzem frutas e verduras para seu consumo, além de suínos, aves e bovinos para corte e leite. Uma parte de remanescentes de Araucárias do município encontra-se nesta comunidade, entretanto, ameaçada pela exploração de madeira.

Os pequenos e médios produtores se organizaram na “Associação de Agricultores de Rio Dourado”, com sede em um barracão construído ao lado da igreja, que tem como padroeiro Santo Antônio (Figura 45).

²² Foi escolhido este mês por ter vários aniversariantes, enquanto que os demais meses não possuem concentração de aniversários.

FIGURA 45 - FOTOS DA COMUNIDADE RIO DOURADO



FONTE: ZAI, 2008

A estrutura de povoamento é composta por casas prioritariamente construídas em madeira próximas ao rio Dourado, seus afluentes e estradas vicinais. Os pontos de referência são a Igreja Santo Antônio, o barracão da associação de agricultores e o campo de futebol, que tem partidas semanais com jogos femininos e masculinos, recebendo também times de toda a região para amistosos e torneios. A centralidade comercial é formada por apenas um bar com comércio de bebidas.

As matrizes culturais são luso-brasileiras, alemã, ucraniana e polonesa. As famílias Andrade, Correia da Silva, Cruz, Jorge e Tomé são de matriz luso-brasileira, a família Kuhut de origem ucraniana e a família Piruk (Pink ou Pieroga como são também conhecidos na comunidade) da matriz polonesa. As sociabilidades são as celebrações na igreja, os jogos de futebol e as festas da comunidade. A principal festa coletiva é a festa do divino Espírito Santo, padroeiro da igreja, e acontece todos os anos em mês variado com a finalidade de louvar ao Divino e também arrecadar fundos. As outras duas festas importantes são as “mesadas dos anjos”²³ oferecidas pelas famílias Tomé e Pink. A Senhora Deusina Tomé oferece como mesada de anjo em sua residência, um almoço, e a Senhora Tereza Pink oferece uma mesa farta com doces às 15hs, sempre no dia 12 de outubro. Como já é tradição as mesadas de anjo nesta comunidade, não é feita nenhuma divulgação,

²³ A Mesada dos Anjos é realizada na comunidade no dia 12 de outubro. Trata-se de um almoço festivo, no início do plantio. Quando iniciam a preparação do terreno para a roça as pessoas fazem a promessa de fazerem a mesada para os anjos protegerem o plantio e a colheita do ano seguinte. Durante o período de cultivo e colheita engordam porcos, frangos e patos. No dia de Nossa Senhora Aparecida e das crianças, em agradecimento preparam uma mesa com uma diversidade de pratos feitos com os animais, produtos da roça e de horta e oferecem para as crianças da comunidade, menores de 12 anos. Depois que as crianças estão satisfeitas e se serviram dos doces, bolos e balas que compõem a sobremesa, os adultos são autorizados a se servirem.

mas todos sabem da festa e aparecem na hora marcada pra apreciar e participar do evento.

a.6) Comunidade Rio Macacos

Esta comunidade se localiza na porção norte do município de Mato Rico, na divisa entre os municípios de Roncador e Mato Rico. A igreja da comunidade, principal referência entre os moradores, está localizada em Mato Rico e é visitada pelo padre da paróquia de Mato Rico. Porém, apenas 5 famílias residem no território matorriquense e são atendidas pelos órgãos municipais de Mato Rico com recursos de saúde e assistência social. As demais famílias residem no município de Roncador.

b) Comunidades da Zona II

Na Zona II são encontradas seis comunidades: Água Bonita, Cabeceira Mato Rico, Colônia Mato Rico, Divisor, Jacutinga de Cima e Palmital 43.

b.1) Comunidade Água Bonita

É uma das comunidades com maior número populacional do município, contando atualmente 97 famílias, totalizando em 332 habitantes (MDS/CF -2007). A estrutura do povoamento é composta por casas em grande maioria de madeira localizadas próximo ao rio Água Bonita e seus afluentes, cabeceira do córrego João Paulista e cabeceira do ribeirão Palmital.

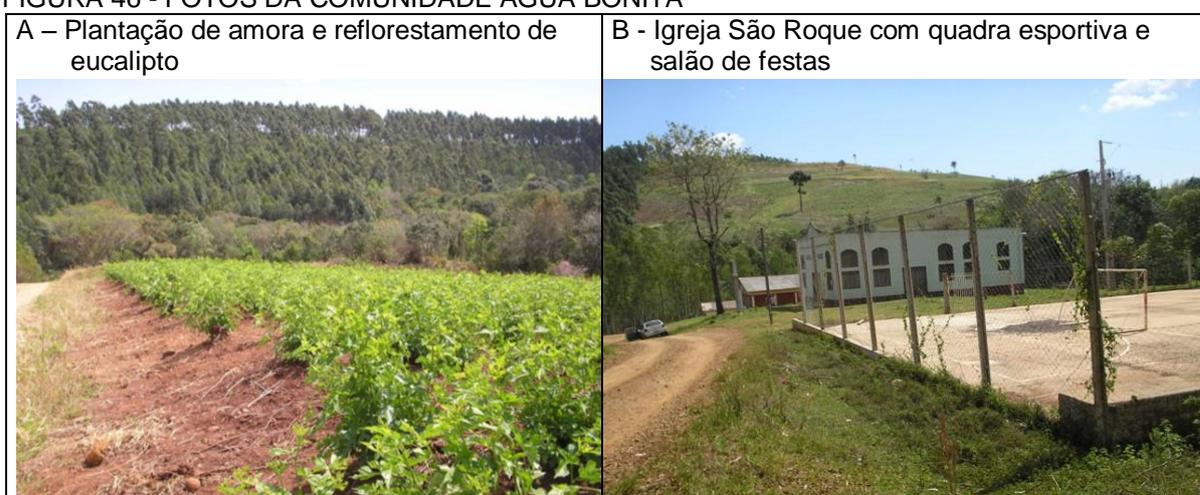
A produção agropecuária é dividida entre médios e pequenos produtores. A agricultura é composta pela produção de soja, milho e trigo pelos médios produtores e soja, milho, trigo, feijão, arroz e amora para sericultura pelos pequenos produtores. Existe também um produtor de melancia e alho no cultivo de verão. Atualmente é crescente o número de produtores que investem em silvicultura de eucalipto nesta comunidade (Figura 46 A). Segundo informações da família Vieira (2008), praticamente todas as famílias produzem hortaliças e frutas para consumo próprio. Também quase todas trabalham com gado leiteiro, tanto pequenos como

médio produtores, entregando aos laticínios de Mato Rico e Roncador entre 10 e 150 litros diariamente por família.

Existem duas associações organizadas e articuladas pela população local: a Associação de Mulheres que trabalham com costura, e a Associação de Pequenos Produtores Rurais, que agrega a maioria das famílias residentes, uma vez que a agricultura familiar é a principal economia do município. Essa segunda associação está melhor estruturada e recentemente adquiriu, com recursos externos, um resfriador de leite para conservar por mais tempo o leite produzido, valorizando o produto e garantindo mercado. Ambas tem abrangência local.

Os espaços de sociabilidade entre os membros da comunidade são: a igreja de São Roque, que é católica, com uma quadra esportiva e um barracão para festas (Figura 46 B), e o barracão da Associação de Pequenos Produtores Rurais onde está instalado o resfriador de leite. Outro motivo de socialização da comunidade é a oração do terço nas residências que recebem a capelinha²⁴.

FIGURA 46 - FOTOS DA COMUNIDADE ÁGUA BONITA



FONTE: ZAI, 2008

As matrizes culturais são luso brasileira, polonesa e ucraniana, compostas pelas famílias: Daniel, Ferreira Leite, Henrique de Mello, Hipólito, Inácio, Machado, Mendes, Neves, Padilha e Raposo da matriz luso-brasileira, Sitko e Urbainski da

²⁴ A capelinha é um movimento católico que surgiu para louvar a Mãe Peregrina que circula por lares católicos brasileiros. Inspirados no trabalho de peregrinação de um católico gaúcho chamado Pozzobon, movimentos similares surgiram em outras comunidades. Assim, há quem receba em casa imagens de Nossa Senhora Aparecida, de Fátima, de Guadalupe, de Lourdes, Rocio e outras. Toda capelinha tem um grupo de 30 famílias católicas e a santa visita mensalmente cada família que a recebe com a oração do terço (VEIGA, 2008).

polonesa, e Denechevicz e Esko (abreviatura de Eskalo) de origem ucraniana. Várias destas famílias ainda permanecem hoje na comunidade.

A igreja realiza duas festas importantes na comunidade, ambas com finalidade de arrecadação. Uma delas na semana do padroeiro São Roque, com objetivo de comemorar a data, e outra na época da colheita, entre abril e junho de cada ano.

As ligações desta comunidade com as demais são através de estradas sem pavimentação, sendo às comunidades de Cabeceira e Colônia Mato Rico as mais próximas. Sua distância com a sede administrativa é de aproximadamente 8 km.

b.2) Comunidade Cabeceira Mato Rico

A comunidade localiza-se a leste do município, aproximadamente 5km da sede municipal. É hoje uma das mais povoadas com 57 famílias (MDS/CF, 2007). O relevo apresenta-se patamarizado com declividade ondulada e vales pouco profundos. Normalmente nos patamares superiores se utiliza o solo para criação de gado de corte, e nos patamares inferiores para plantio, criação de gado de leite e moradia. As residências estão localizadas principalmente nas áreas próximas aos rios e com proximidades também das vias de acesso à sede municipal.

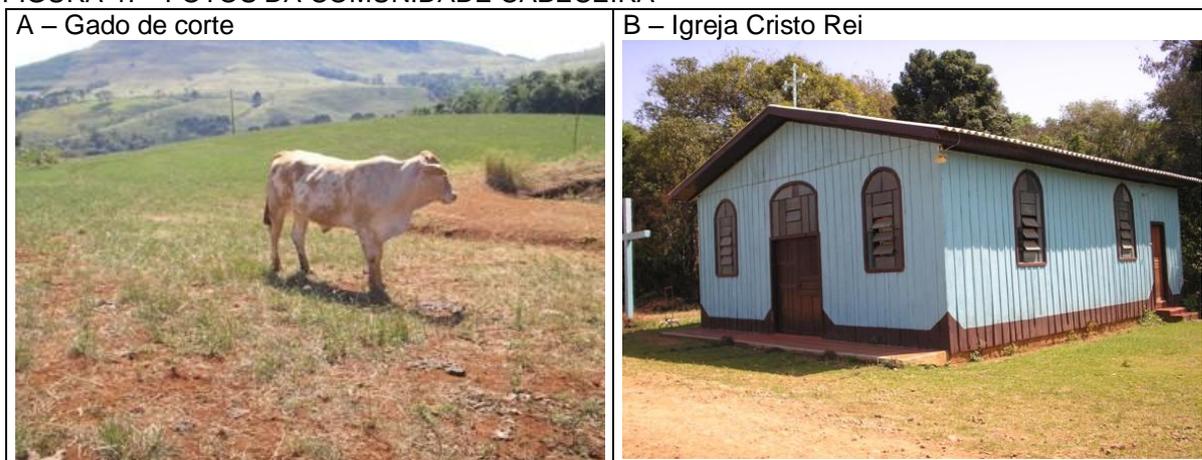
A economia desta comunidade é gerada por pequenos e médios produtores familiares, com diversificação no cultivo e na criação de animais para consumo e comércio do excedente. A maior parte das famílias possui plantação de milho, feijão, arroz, hortaliças e frutas, algumas também soja e trigo que é comercializado com a filial de Coamo em Roncador. O gado de corte (Figura 47 A) é comercializado nos açougues da região e para frigoríficos de Apucarana e Maringá. Os produtores que trabalham com gado leiteiro possuem até 20 vacas e o leite é recolhido por laticínios de Roncador, Mato Rico e Pitanga. Atualmente vários agricultores estão investindo na silvicultura de eucalipto nas áreas de maior declividade, para comércio de palanques e para uso na própria propriedade. Tem hoje um produtor que trabalha com o bicho-da-seda.

Os pontos de referência para os moradores da comunidade são dois bares, as instalações da igreja, e um campo de futebol construído em frete à igreja. A sociabilidade é formada por celebrações na igreja Cristo Rei (Figura 47 B), eventos

da igreja, jogos de futebol no campo, rodadas de truco nas residências e pelo sistema das capelinhas. A igreja recebe mensalmente a visita do padre para celebração de missa e batizados.

A centralidade comercial é formada apenas pelos dois bares com comércio de bebidas e jogo de sinuca. Para adquirir outros produtos alimentícios, roupas, remédios, produtos agropecuários e ferramentas a população se desloca até as sedes municipais de Mato Rico e Roncador.

FIGURA 47 - FOTOS DA COMUNIDADE CABECEIRA



FONTE: ZAI, 2008

As matrizes culturais são formadas por luso-brasileiros, ucranianos, poloneses e holandeses, por meio das famílias Conceição, Cordeiro, Kaiser, Leal, Medeiros, Nunes, Pereira e Rocha de origem luso-brasileira, famílias Harmatiuk, Huchema, Huchoma e Hulek descendentes de ucranianos, famílias Reiguel e Wolouscki poloneses e uma única família de origem holandesa, a Boschen. Várias integrantes destas ainda residem na comunidade.

As principais festas da comunidade visam arrecadação para a igreja Cristo Rei, que acontecem duas vezes ao ano na época da colheita. Os festejos ocorrem sempre em domingos após a celebração da missa. Outros eventos, como quixeradas e bailes, acontecem aos sábados a noite no salão da igreja, que também é utilizado para reuniões da associação de moradores.

b.3) Comunidade Colônia Mato Rico

A comunidade está localizada na porção nordeste do município, a 3 km da sede administrativa. As principais características geomorfológicas são de relevo patamarizado com declividade ondulada a forte ondulada. Encontra-se nas nascentes do córrego São Lourenço e afluentes do córrego João Paulista.

A estrutura do povoamento é formada por casas em madeira e alvenaria (5 residências) localizadas nos patamares inferiores. Habitada inicialmente por escravos, estampa em suas construções e costumes ainda hoje traços das culturas ucraniana e polonesa.

A principal atividade econômica da comunidade é oriunda da agricultura familiar com médios e pequenos produtores que trabalham com cultivo de milho, feijão, arroz e trigo. Os médios produtores cultivam soja (Figura 48 A), milho, trigo e aveia para comércio prioritariamente na Coamo. A aveia é utilizada também como pastagem de inverno para o gado leiteiro e de corte. Quase todas as famílias possuem gado de leite, fornecendo entre 10 e 150 litros de leite diariamente para os laticínios de Mato Rico e Roncador. Existem também sericicultores, um fumicultor, uma família que cultiva alho e outra que cultiva hortaliças e morangos para comércio no próprio município.

Os pequenos agricultores se organizam na Associação de Agricultores da Colônia, que está equipada com trator traçado, grade niveladora, plantadeira e um pequeno barracão²⁵ com descascadeira de arroz (Figura 48 B). Esta tem abrangência apenas local.

Os pontos de referência da comunidade são: o cruzeiro (bifurcação que liga estrada principal à igreja ucraniana), a igreja ucraniana Nossa Senhora de Fátima; a igreja Nossa Senhora do Rocio (Figura 48 C); o cemitério (aos fundos da igreja Nossa Senhora do Rocio); a oficina “do Cido”; e a cachoeira “Vogivoda”.

²⁵ Este barracão foi construído com a madeira da antiga e primeira escolinha do município.

FIGURA 48 - FOTOS DA COMUNIDADE COLÔNIA MATO RICO



FONTE: ZAI, 2008

Segundo depoimento dos primeiros moradores, por volta de 1938, esta foi uma das primeiras comunidades a ser povoada no município. Foi formada por matrizes culturais polonesa e ucraniana, por meio das famílias Andziewski, Bednartchuki, Cordeiro, Dziubaty, Gmach, Gruchowski, Ivanchechin, Kutnievicz, Polistuk, Staskieviz, Ulbinski e Vogivoda. Posteriormente teve-se a agregação da matriz luso-brasileira pelas famílias Machado de Oliveira, Almeida, Valentin de Farias e Vidal dos Santos. Estes vinham em busca de terras para criação de porcos, que eram comercializados em Guarapuava e Ponta Grossa.

Preocupados com a educação dos filhos, os primeiros moradores tiveram iniciativa de construir uma escola e para lecionar, convidaram um professora chamada Justina, vinda de Prudentópolis. Nesta época, a escola também era utilizada como igreja e as missas celebradas por um padre católico romano vindo de Guarapuava.

Mais tarde perceberam que a cultura ucraniana estava se perdendo, então construíram uma igreja em estilo ucraniano e passaram a celebrar nela missas em rito ucraniano pelos padres vindos de Campo Mourão. Por este motivo, a

comunidade conta com duas igrejas, a ucraniana ortodoxa, cuja padroeira é Nossa Senhora de Fátima, e a brasileira romana, que tem como padroeira Nossa Senhora do Rocio.

A igreja ucraniana tem atualmente a visita mensal do padre ucraniano da paróquia de Roncador. Sua festa tradicional é em comemoração à padroeira Nossa Senhora de Fátima em maio. Nas festividades em geral são servidos diversos pratos da culinária típica regional como churrascos (origem gaúcha) e quixeradas (comida cabocla) à base de milho e carne suína. Os grandes atrativos são os pratos de origem ucraniana como: perohê²⁶, holupchi²⁷, bolachas caseiras e cerveja caseira, entre outros.

Para sociabilidade, além das celebrações religiosas, a comunidade conta com um campo de futebol aos fundos da igreja ucraniana onde são realizados torneios durante as festas. O espaço é também locado para eventos de comunidades vizinhas, atraindo assim, públicos diferentes para os festejos locais, estimulando o turismo regional e divulgando a cultura ucraniana que se torna um atrativo cultural e religioso. Outro local para socialização é a cachoeira “Vogivoda”, que tem espaço para acampamento, churrasco, além da piscina natural e queda d’água propícias para banho. Recentemente foi construída na Fazenda Mato Rico uma pista de laço que é utilizada para laçadas em bois por esportistas de todo município.

A centralidade comercial já absorve a terceira geração, pois nesta Colônia foram instaladas a primeira ferraria e a primeira fábrica de carroças do município pelo pioneiro Miroslau Ivanchechin, que mais tarde transformou-as em oficina mecânica e borracharia. Os ensinamentos destes ofícios foram passados de pai

²⁶ O Perohê é uma espécie de pastel de massa amanteigada e fermentada à base de trigo, cozidos em água, recheados com uma mistura de batatinha e requeijão. Pode ser acompanhado de molho de carne. Segundo Carneiro (2004) A massa não fermentada se denomina Varéneke, perohê cozido; e a fermentada Halushkê, perohê frito e cozido, ou Perichkê. Na Ucrânia, os perohê são feitos de massa de trigo fermentada, porém os cozidos, Varéneke, na região da Galícia (Rússia) também são chamados de perohê. Há muitas variedades de perohê e são preparados para ocasiões especiais e aos domingos. O recheio varia, dependendo da ocasião em que é servido: nos dias festivos e na ceia de natal: requeijão, batata, cerejas, maçãs, frutas secas e cozidas, semente de papoula (para temperar o requeijão) e purê de ervilha; na alimentação trivial: repolho frito com batata, feijão amassado e temperado e kasha de trigo mourisco (tatarka).

²⁷ O Holubchi é uma espécie de charuto feito com recheio de carne, trigo mourisco ou arroz, o qual é envolvido em folhas de repolho ou couve e cozido em panela fechada à vapor. O Khrin é molho à base de raiz forte moída com beterraba, acompanha carnes assadas, principalmente a de porco.

para filho. Hoje funciona na propriedade de Miguel Ivanchechin e Miguel Aparecido Ivanchechin (filho e neto de Miroslau) uma oficina mecânica com borracharia e uma pequena fábrica de carrocerias, com administração e mão-de-obra familiar. Esta família instalou recentemente um alambique e tem comercializado cachaça artesanal de cana-de-açúcar. Existe também uma pequena marcenaria instalada na residência do marceneiro Pedro Sobota (neto de Miroslau), que trabalha na fabricação de mesas, cadeiras, portas e janelas. A família Stasquevski possui uma fábrica artesanal de cobertores de lã de carneiro, onde a matéria-prima para confecção dos cobertores é produzida pela própria família que tem criação de carneiros para produção de lã.

Dessa forma, nota-se que a comunidade de Colônia Mato Rico, polariza as demais comunidades com serviços de marcenaria, oficina mecânica, alambique, pistas de laço, (Figura 48 D), cachoeira Vogivoda, Morro das Bromélias, campo de futebol e cemitério.

b.4) Comunidade Divisor

Comunidade localizada na divisa entre os municípios de Mato Rico e Pitanga, nas proximidades da principal via de acesso entre os municípios e com distância aproximada de 10 km da sede municipal de Mato Rico. As principais características geomorfológicas são de relevo patamarizado com declividade de média a forte ondulada e vales em formato de V. Com tais características, as estradas principais foram construídas, sobretudo, nos espigões.

A estrutura do povoamento é composta hoje por aproximadamente 31 famílias que vivem em casas prioritariamente em madeira localizadas próximo à estrada. A economia é gerada por pequenos e médios produtores que vivem da agropecuária. Os pequenos produtores, com média de até 20 alqueires, vivem da agropecuária de subsistência com plantio de milho, feijão, arroz e criação de aves e animais para consumo de ovos, carne e leite. Os médios produtores trabalham com pecuária de corte para comércio.

Os pontos de referência para a população são um campo de futebol, localizado na propriedade de Revair Cano, e a Fazenda Seguro, que é propriedade de família pioneira no município. O referido campo de futebol é um dos meios de

sociabilidade da comunidade. Para expressar sua religiosidade as pessoas se deslocam até as comunidades vizinhas, pois não possuem igreja. Participam de eventos como festas, bailes e campeonatos de futebol na sede do município.

As matrizes culturais são formadas por italianos e luso-brasileiros, através das famílias Cararo e Seguro (italianos) e Padilha (luso-brasileiro). Todas possuem descendentes residindo hoje no município.

Um dado interessante para a comunidade de Divisor é que no ano de 1998, as atividades de pesquisa da Petrobras, identificaram na comunidade uma área contendo campo com efetiva produção de gás natural. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) definiu que a área ficaria com a Petrobrás e os contratos de concessão foram assinados em agosto de 1998, ficando então o direito de exploração com o Consórcio Coastal/Petrobrás. O poço, que contém mais de 4 mil metros de profundidade, possui uma reserva estimada em 500 milhões de metros cúbicos de gás, o suficiente para garantir uma produção mensal de 35 mil metros cúbicos por mês, a um custo de US\$ 0,9 e pelo prazo mínimo de 20 anos²⁸.

b.5) Comunidade Jacutinga de Cima

Esta comunidade está localizada nos afluentes da margem direita do rio Jacutinga e cabeceira do rio da Anta com ligação pelas vias de acesso entre Mato Rico e Roncador e entre as comunidades de Rio Perdido, Colônia Mato Rico e Jacutinga do Meio. Possui áreas de relevo suave ondulado que propiciam plantações mecanizadas em maior escala e áreas de relevo ondulado (Figura 49 A) onde residem pequenos produtores familiares que trabalham com plantio para subsistência e comércio apenas do excedente. Os cultivos são de soja, trigo e milho para grandes e médios produtores. Os pequenos produtores familiares cultivam milho, feijão, arroz e aveia, esta para alimento do gado durante o inverno. A maior parte das famílias produz seus alimentos com o cultivo de frutas, verduras e tubérculos, além da criação de suínos, aves e bovinos para carne, ovos e leite, sendo que este é também produzido para comércio e vendido para o laticínio municipal de Mato Rico, localizado na comunidade vizinha de Rio Perdido.

²⁸ Matéria de Marcus Ayres intitulada “Petrobrás retorna discussão da exploração de gás em Pitanga”, publicada no Jornal Tribuna do Interior datada de 25/05/2007.

É habitada hoje por aproximadamente 19 famílias. A estrutura do povoamento varia com construções nos patamares superiores, intermediários e inferiores. As superiores estão localizadas próximo às estradas e as inferiores próximas aos rios. A maioria das construções é em madeira, sendo que algumas delas com arquitetura típica ucraniana e polonesa.

Os principais pontos de referências são a igreja (Figura 49 B) e o campo de futebol, que estão localizados na porção superior da encosta nas margens da via de acesso às comunidades de Rio Perdido e Jacutinga do Meio.

FIGURA 49 - FOTOS DA COMUNIDADE JACUTINGA DE CIMA



FONTE: ZAI, 2008

As matrizes culturais são formadas por ucranianos, poloneses luso-brasileiros e italianos por meio das famílias Bachuk, Fedechen, Kalinovski e Chitcko de origem ucraniana, Marczal, Michalski, Sobota, Warszovski e Zai de origem polonesa, Costa, Jacinto e Da Conceição (Raposo) luso-brasileiros e família Solda de descendência italiana. Muitas destas famílias ainda têm descendentes residindo nesta comunidade e outras do município.

Para socialização, a população freqüenta a igreja católica, que tem celebrações dominicais e missas uma vez ao mês. As festas da comunidade acontecem anualmente com fins de arrecadação para a igreja que tem como padroeira Nossa Senhora das Dores.

b.6) Comunidade Palmital 43

Palmital 43 se localiza a nordeste do município de Mato Rico, na divisa entre os municípios de Roncador, Mato Rico e Pitanga. O marco divisor entre estes três municípios é o encontro dos rio Quarenta e Três com ribeirão Palmital. Uma rodovia estadual corta a comunidade fazendo a divisão administrativa entre os municípios de Roncador e Mato Rico no trecho de um pequeno aglomerado populacional que é tido pelos moradores como sede da comunidade. Para a população esta divisão municipal não existe, pois os moradores têm a valorização simbólica com o espaço vivido (ver HAESBAERT, 2004, p. 40).

A estrutura do povoamento é formada principalmente por casas em madeira localizadas na meia encosta ou próximas aos rios. Algumas residências estão localizadas no pequeno aglomerado. As demais residências estão espalhadas com distância de até três quilômetros entre elas.

A principal atividade econômica da comunidade é gerada pela agricultura familiar com pequenos e médios produtores no cultivo de milho, feijão, arroz, trigo, hortaliças, tubérculos e frutas, com venda do excedente dos grãos. Os médios produtores cultivam soja, milho e trigo para comércio. Quase todas as famílias possuem gado de leite, que fornecem para os laticínios da região. Nesta comunidade grande parte das famílias tem criação de animais como bovinos, ovinos, suínos e aves para consumo de leite, carne e ovos. Um dos pequenos agricultores trabalha com sericicultura.

Os pequenos agricultores se organizaram na Associação de Agricultores de Palmital, que está equipada com descascadeira de arroz, trator traçado, grade niveladora, plantadeira e um pequeno barracão construído em alvenaria na margem do ribeirão Palmital.

Têm-se alguns pontos de referência importantes como a igreja Católica romana, a igreja Congregação Cristã do Brasil (Figura 50 A), o cemitério, a quadra de esportes, o Comércio Santiago e a sede da Associação de Agricultores que estão localizados em terras do município de Mato Rico. A igreja Ucraniana, o Comércio Ortiz (com telefone público) e a escola municipal estão localizadas no município de Roncador.

A igreja ucraniana tem como padroeiro São Josafat e é atendida pelo padre da paróquia ucraniana São Nicolau de Roncador. Ao lado da atual igreja foi mantida a construção da antiga, em estilo ucraniano, porém em madeira (Figura 50 B). Tem também um amplo salão equipado para festas e bailes da comunidade.

A igreja católica romana tem como padroeiros São José e Nossa Senhora Aparecida e é atendida pelo padre da paróquia Santo Antônio de Mato Rico (Figura 50 C). Tem-se como tradição, uma festa coletiva que acontece dia 12 de outubro para comemorar o dia de Nossa Senhora Aparecida e o dia das crianças. Este evento acontece no salão de festas da comunidade, com doações das próprias famílias que preparam um dia todo festivo. Inicia-se com celebração de missa pela manhã, depois almoço, a tarde bolo, sorvetes e outros doces. Algumas famílias preparam neste dia uma “mesada de anjo” em agradecimento por graças recebidas durante o ano.

FIGURA 50 - FOTOS DA COMUNIDADE PALMITAL 43



FONTE: ZAI, 2008

Outros eventos realizados pela igreja São José são duas festas anuais, com finalidade de arrecadação, e eventos menores realizados para obter fundos para as pastorais como macarronadas caseiras, quireiradas e jantar típico ucraniano com perohê.

Ambas as igrejas católicas tem orações dominicais, porém as missas são mensais. Quando é realizado missa em uma das igrejas, todos os fiéis participam e é cancelada a celebração na igreja que não recebeu a visita do pároco naquele final de semana. Assim os fiéis católicos se reúnem nas duas igrejas em celebrações com rituais diferentes.

A Congregação Cristã do Brasil reúne seus fiéis nos domingos à tarde e realiza uma grande festa de confraternização na noite de natal para celebrar a chegada do menino Jesus.

As matrizes culturais da comunidade são alemã, ucraniana e luso-brasileira, formadas pelas famílias Bonk, Jala e Piaceski com descendência ucraniana, Furman, Kravitz, Niclevicz, Novack, Rack, Stenpcoski e Szmuda com descendência polonesa, famílias Martins, Ortiz, Hass, Squinel e Vieira da Rosa de luso-brasileira e Loch de alemães. Destas restam ainda muitos descendentes que residem ainda hoje na comunidade.

A centralidade comercial já foi formada por seis mercearias, porém hoje restam apenas duas a Santiago do proprietário João Grande e a Ortiz de Jeca Ortiz, ambas com comércio de secos e molhados.

As sociabilidades são as celebrações religiosas nas igrejas e nas casas, eventos das igrejas, jogos de salão na quadra de terra, futebol no campo gramado e jogos nos campos de futebol de toda região, pois a comunidade conta com time masculino de futebol de campo e salão.

c) Comunidades da Zona III

Na Zona III são encontradas dez comunidades: Alto Alegre, Alto Coqueiro, Colônia Cantú, Colônia Nova, Jacutinga do Meio, Juquiri, Pinhalzinho, Rio Perdido, Rio Pintado e Rio do Peixe.

c.1) Comunidade Alto Alegre

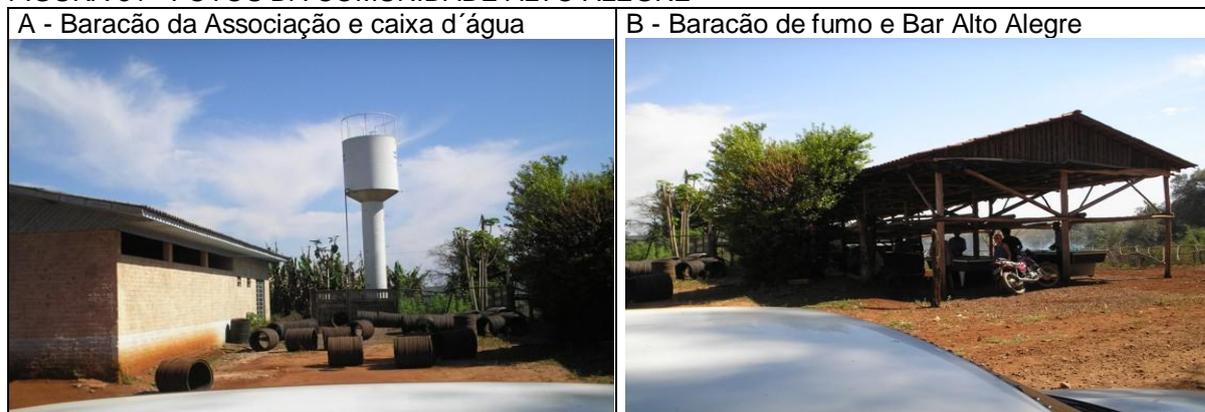
Localizada a oeste do município, é uma das mais distantes comunidades em relação à sede administrativa. Tem seu relevo patamarizado com vales em forma de V, forçando aproximadamente 75% dos habitantes a construir suas residências no terço superior da encosta. Devido a isso, houve a necessidade de instalar uma caixa de água para atender algumas famílias em fases de estiagem (Figura 51 A).

A economia é basicamente sustentada pela agricultura familiar com plantio de fumo, arroz, feijão e milho, criação de porcos, galinhas e gado de corte e leite para consumo.

As centralidades da comunidade são: o barracão da Associação de Agricultores das comunidades de Colônia Nova e Alto Alegre, que também funciona como capela São José para ambas, e um bar que funciona ao lado da sede da associação em um barracão de fumo. Entre estes dois barracões mencionados se localiza a caixa d'água da Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) (Figura 51 A e B). Os encontros religiosos, o bar Alto Alegre e um campo de futebol são os pontos de sociabilidade da população local.

Entre as 34 famílias que habitam esta comunidade, tem-se o registro de possíveis remanescentes de quilombolas como a família Pereira, que conta com a quarta geração habitando a comunidade. As matrizes culturais de Alto Alegre são formada por luso-brasileiros e afro-descendentes por meio das famílias Dos Santos, Gomes, Nunes e Vidal - luso-brasileiras, e família Pereira de afro-descendentes. A única ligação por estrada é a de Mato Rico, que termina na próxima comunidade, Colônia Nova. As festas acontecem sem data fixa e com finalidade de angariar fundos para a capela.

FIGURA 51 - FOTOS DA COMUNIDADE ALTO ALEGRE



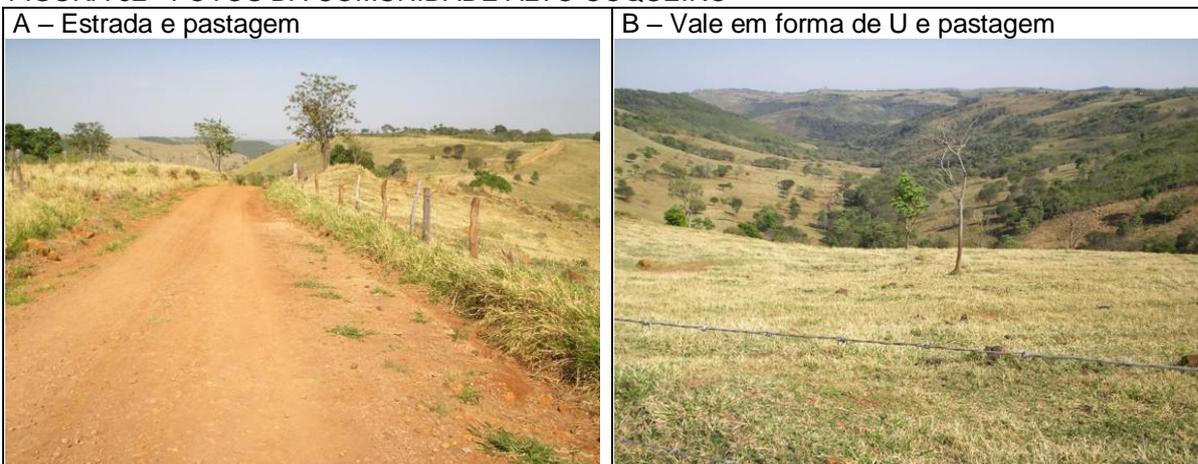
FONTE: ZAI, 2008

c.2) Comunidade Alto Coqueiro

A comunidade apresenta-se sobre relevo declivoso, com vales em forma de U e com as estradas principais, sobretudo, nos espigões (Figura 52 A e B). Está localizada a sudeste do município e a 5km da sede administrativa, entre o rio Mato Rico e córrego Pintado. A estrutura do povoamento é composta por casas em madeira construídas nas porções superiores da encosta. É habitada hoje por

aproximadamente 11 famílias que vivem da agricultura familiar com plantio de milho, feijão e arroz, além de criação de gado para consumo de carne e leite. Nela tem-se também fazendas extensivas com criação de gado para corte (Figura 52 A e B).

FIGURA 52 - FOTOS DA COMUNIDADE ALTO COQUEIRO



FONTE: ZAI, 2008

A matriz cultural é formada por ucranianos, por meio das famílias Palczuk, conhecida como Palezuk, e família Olinek. Ambas possuem descendentes residindo no município. A família Palczuk possui um atrativo natural em sua propriedade, conhecida como cachoeira “dos Paitchuc”.

Com a diminuição de moradores nesta comunidade, enfraqueceu a presença nas celebrações da igreja que utilizava a estrutura da antiga escolinha da comunidade. Esta construção foi então desmanchada e os moradores da comunidade passaram a freqüentar a igreja matriz da cidade a uma distância de aproximadamente 5 km.

c.3) Comunidade Colônia Cantú

Está localizada a sudoeste do município, nas margens da estrada que liga os municípios de Mato Rico e Roncador à Palmital por estrada sem pavimentação, porém na divisa entre os municípios de Mato Rico e Palmital, sendo que o marco

divisor entre estes é o rio Cantú²⁹ (Figura 53 A). Na ponte que liga os municípios tem uma régua fluviométrica instalada pela Agência Nacional das Águas (ANA) para fazer a medição diária da vazão de água do rio.

Com relevo patamarizado e os vales em formato de V, muitas famílias construíram suas casas na meia encosta e nos topos de morros. Entre as atividades agropecuárias, predomina o plantio de subsistência de feijão, arroz e milho. Os agricultores familiares trabalham ainda com a fumicultura, que necessita de pequenas áreas planas para cultivo. A criação de ovelhas e gado de corte se adapta bem ao relevo fortemente ondulado (Figura 53 B).

Os principais pontos de referência da comunidade são a antiga escolinha, que se encontra em situação precária e é utilizada ainda hoje como igreja para os moradores, e a ponte que liga Mato Rico à Palmital (Figura 53 C).

FIGURA 53 - FOTOS DA COMUNIDADE COLÔNIA CANTÚ



FONTE: ZAI, 2008

A sociabilidade se limita às atividades religiosas, jogos de futebol no campo da comunidade de Bela Vista, caça e pesca no rio Cantú. As matrizes culturais são polonesas, luso-brasileiras e ucranianas através das famílias Borges e Pinheiro de descendência luso-brasileira, famílias Chatoski e Olinik com descendências de poloneses e família Schmura de origem ucraniana.

Como a comunidade não tem costume de promover nenhuma festa, as famílias participam das festas da comunidade vizinha de Bela Vista, tanto nos preparativos como no posterior divertimento.

²⁹ O rio Cantú exerce polaridade em todo território de Mato Rico pois é um grande atrativo de lazer para todas as comunidades com atividade de pesca, trilha, camping e banho, principalmente em uma piscina natural chamada de “poço porcadeiro”.

c.4) Comunidade Colônia Nova

Localizada à sudoeste do município é a comunidade mais distante da sede administrativa, com aproximadamente 45 km de distância, situa-se as margens do rio Cantú, que é o marco divisor entre os municípios de Mato Rico e Palmital. A estrada que chega até esta comunidade termina ali, sem ponte de ligação entre os municípios neste trecho. Tem seu relevo patamarizado e os vales profundos em forma de V. A estrutura de povoamento é composta por casas de madeira próximas aos rios, prioritariamente na foz do córrego Pinhalzinho e afluentes do rio Cantú. Algumas se situam perto da estrada nos trechos onde a estrada foi construída paralelamente ao rio.

A produção agrícola é basicamente voltada à agricultura familiar de subsistência com cultivo de feijão, arroz e milho. Nem todas as famílias possuem horta e pomar. Há também pequenas lavouras de fumo, criação de porcos e gado bovino de corte em pouca quantidade.

Os pontos de referência são dois bares com comércio apenas de bebidas, visto que a comunidade partilha do barracão da associação de moradores da comunidade vizinha de Alto Alegre para aulas, celebrações religiosas e reuniões diversas.

As matrizes culturais são polonesas e luso-brasileiras, através das famílias Gonçalves, Martins e Oliveira de descendência luso-brasileira e família Novakoski de origem polonesa. As festas são partilhadas também com a comunidade de Alto Alegre, assim como a sociabilidade de futebol. Outra atividade de lazer dos moradores é caça e pesca no rio Cantú.

c.5) Comunidade Jacutinga do Meio

Comunidade localizada no centro do município, nos afluentes e margem do rio Jacutinga. As principais características geomorfológicas são de relevo forte ondulado, vales encaixados em forma de V e em degraus (Figura 54 A). Com essas características de relevo, as casas foram construídas nos fundos de vale. É habitada hoje por aproximadamente 32 famílias cujas residências são em madeira e algumas delas com arquitetura típica polonesa. As estradas são precárias e com ausência de

pontes sobre os rios, tendo os carros que trafegar por dentro da água em alguns trechos.

A economia é gerada pela agropecuária familiar, fornada por pequenos produtores de milho, feijão, arroz e mel, também criadores de suínos, caprinos, ovinos, aves e bovinos, estes para consumo de carne e leite com venda apenas do excedente em Roncador e Mato Rico.

O principal ponto de referência da comunidade é a antiga escolinha que é utilizada como igreja e sala de catequese. A igreja tem como padroeiro São Bartolomeu e tem missas mensais e celebrações dominicais (Figura 54 B). Ao lado da igreja foi construído o barracão da associação de moradores que é utilizado para reuniões dos sócios.

FIGURA 54 - FOTOS DA COMUNIDADE JACUTINGA DO MEIO



FONTE: ZAI, 2008

As matrizes culturais são formadas por luso-brasileiros, poloneses, italianos e ucranianos por meio das famílias: Benedito, Santos e Pontes (luso-brasileiros), Grestchuk, Michalski e Piruk (poloneses), Malamin, Raczenski, Stapech e Tkaczuk (ucranianos) e Saqueto (italiano). Algumas destas ainda possuem descendentes residindo na comunidade.

As sociabilidades são as orações na igreja e visitas nas casas, outras atividades, como jogo de futebol, são buscadas pelos moradores em outras comunidades como Dourado e Jacutinga de Cima, festas e bailes nas comunidades vizinhas e sede municipal.

Um grande motivo para festa na comunidade é dia 12 de outubro, quando se comemora o dia da criança e de Nossa Senhora Aparecida. Por isso, a família Saqueto oferece em sua residência uma pequena festa para as famílias, principalmente crianças o que chamam de um similar da “mesada de anjos”. Todos os anos o cardápio muda, intercalando entre almoços e jantares.

c.6) Comunidade Juquiri

Comunidade localizada a sudeste do município, na divisa entre os municípios de Mato Rico, Pitanga e Palmital. Suas principais características geomorfológicas são de relevo montanhoso patamarizado com vales profundos encaixados em forma de U e V com estradas principais nos espigões e meia encosta. Tais características propiciam as construções de residências nos fundos de vales (Figura 55 A).

Segundo dados coletados pelos agentes comunitários (Centro de Saúde de Mato Rico, 2008), Juquiri é habitada hoje por 73 famílias que vivem prioritariamente da agricultura familiar com plantio de subsistência de milho, feijão, arroz, hortaliças, tubérculos e frutas, além da criação de porcos, galinhas, um pequeno rebanho de caprinos e ovinos e gado bovino para consumo de carne e leite. Nela existem também fazendas de gado de corte e leite para comércio e áreas de até 40 alqueires mecanizados com plantio de soja e milho. De acordo com entrevista concedida por Tereza (2008), todas as famílias possuem ao menos um equino para utilização no trabalho e como meio de transporte, visto a longa distância ao comércio, serviços de saúde e igreja. A agente comunitária Maria Pinheiro que atende as comunidades de Juquiri e Rio Pintado, visita todas as famílias com distância até de 20km mensalmente à cavalo. As residências dos pequenos produtores e funcionários das fazendas são de madeira e as sedes de fazendas em alvenaria.

A centralidade da comunidade são as instalações da igreja São Roque, que tem salão para festas da comunidade de um lado e a antiga escolinha do outro (Figura 55 B). A escolinha é utilizada para alfabetização de jovens e adultos pelo programa Paraná Alfabetizado do Governo Estadual. As sociabilidades são as celebrações religiosas na capela, os terços que são celebrados nas residências,

onde acompanha a capelinha, e festas da igreja, que são realizadas em louvor ao santo padroeiro.

FIGURA 55 - FOTOS DA COMUNIDADE JUQUIRI



FONTE: ZAI, 2008

A centralidade comercial é composta por um único bar chamado de Bar do Ivonei, com comércio de bebidas e jogo de sinuca, localizado próximo a estrada de acesso à igreja. As matrizes culturais são luso-brasileira, ucraniana e polonesa por meio das famílias: Antunes Tereza e Boava (luso-brasileiros), Kominiuk, Svenar e Verenka (ucraniana) e Procopiuk (poloneses). Destas, ainda habitam seus descendentes na própria comunidade de Juquiri e outras de entorno.

c.7) Comunidade Pinhalzinho

Localizada a oeste do município, a comunidade leva este nome por estar localizada nas nascentes do córrego Pinhalzinho que desemboca no rio Cantú. Conta com relevo patamarizado e vales em V (Figura 56 A), por isso, muitas famílias construíram suas casas na meia encosta e nos topos de morros, próximas à estrada. Assim, nas épocas de estiagem, cerca de dez famílias sofrem a falta de água. Devido a isso, a prefeitura municipal instalou uma bomba que leva água até uma caixa coletiva para que as famílias possam abastecer suas residências.

A comunidade é habitada hoje por aproximadamente 54 famílias (MDS/CF 2007). A maior que parte delas vive da agricultura familiar com plantio de milho, feijão e arroz, além da criação de porcos, galinhas e gado para consumo de carne e

leite. Nota-se instalação de grandes fazendas com criação de gado de corte e uma grande degradação ambiental até as margens dos rios.

A igreja está localizada em uma área plana ao lado da antiga escolinha, que é utilizada para aulas do programa Paraná Alfabetizado e catequese (Figura 56 B). Aos fundos da igreja tem um pequeno e precário salão que é utilizado para as festividades e o barracão da associação de agricultores.

FIGURA 56 - FOTOS DA COMUNIDADE PINHALZINHO



FONTE: ZAI, 2008

Os pontos de referência são: a igreja de Nossa Senhora Aparecida, a antiga escolinha, o barracão da associação de agricultores e a Fazenda Padroeira. As matrizes culturais são alemã, família Leder, e luso-brasileira, por meio das famílias Camargo, Miranda, Monteiro e Oliveira. A centralidade comercial é formada por dois empreendimentos chamado de Bar “do Evaristo” e Bar e Mercearia “dos Miranda”.

As principais festas da comunidade são as realizadas por um fazendeiro da região em sua propriedade, a Fazenda Padroeira, que oferece à comunidade de Pinhalzinho e entorno uma festa em maio em louvor à Nossa Senhora de Fátima e outra em outubro em louvor à Nossa Senhora Aparecida e ao dia das crianças com distribuição de doces e presentes. Outros eventos acontecem nesta fazenda, porém sem data fixa. A igreja também realiza uma festa anual, porém sem data fixa e com finalidade de arrecadação. As sociabilidades são as celebrações semanais na igreja, as festas religiosas, além das festas e bailes na fazenda Padroeira.

c.8) Comunidade Rio Perdido

Comunidade localizada no centro do município com relevo em degraus e fortemente ondulado. Este nome foi dado devido ao rio que nasce na comunidade, chamado de córrego Perdido e desemboca no rio Jacutinga. A estrutura de povoamento é composta principalmente por casas em madeira construídas nos patamares superiores.

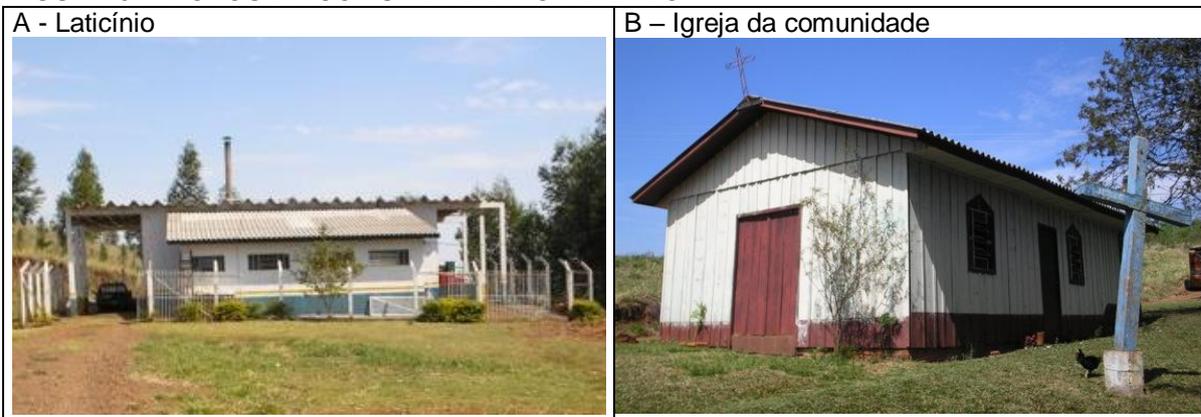
A economia é gerada por pequenos produtores familiares e grandes fazendas de gado para corte. Os pequenos agricultores trabalham com cultivos de subsistência e venda apenas do excedente. A maior parte dos pequenos produtores possui vaca de leite e vende o produto diariamente para o laticínio da comunidade. Este laticínio foi instalado com recursos de fundo perdido. Inicialmente o empreendimento ficou fechado por falta de funcionários, depois as mulheres da comunidade formaram uma associação chamada de “Associação de Mulheres do Rio Perdido” e iniciaram os trabalhos no laticínio com fabricação de queijo, yogurte e doce, porém não permaneceu muito tempo e hoje é administrado por uma empresa terceirizada que compra aproximadamente dois mil litros de leite diariamente dos produtores do município para fabricação de queijo mussarela, que é comercializado principalmente em Maringá e Curitiba.

Os principais pontos de referência do Rio Perdido são: a fazenda Rosa, a igreja, a antiga escolinha e o laticínio. Sendo que os três últimos pontos têm suas construções próximas e a antiga escolinha da comunidade hoje abriga uma família que cuida da igreja e do laticínio (Figura 57 - A). A igreja é católica, tem uma arquitetura simples em madeira (Figura 57 - B) e recebe mensalmente a visita do pároco da paróquia Santo Antônio de Mato Rico para celebração de missas e batizados. A fazenda Rosa é um importante ponto de referência, pois a comunidade Rio Perdido tem longa extensão (do centro ao sul do município) e dos três pontos acima mencionados até o rio Cantú são aproximadamente 30 km apenas áreas de pastagens das fazendas de gado e poucas residências. Desta forma, a população se localiza pelo nome de uma das mais antigas propriedades perto do rio Cantú.

As matrizes culturais foram formadas por luso-brasileiros e ucranianos por meio das famílias Da Conceição, descendentes de luso-brasileiros conhecidos como

Raposo, e família Humeniuk, com descendência de ucranianos. Têm-se descendentes destas famílias ainda hoje residindo na comunidade.

FIGURA 57 - FOTOS DA COMUNIDADE RIO PERDIDO



FONTE: ZAI, 2008

c.9) Comunidade Rio Pintado

A Comunidade Rio Pintado está a sudeste do município de Mato Rico e recebe esta denominação pela localização às margens do córrego Pintado, que tem o encontro de suas águas com o rio Mato Rico. Possui relevo patamarizado e vales em V, caracterizado como região de relevo fortemente ondulado, por isso propicia áreas de pastagem para criação de gado e instalação de fazendas até a margem do rio Cantú (Figura 58). A estrutura do povoamento é prioritariamente nos topos, próximo das estradas, onde os vales são mais profundos, e próximo aos rios, onde os vales são abertos. As residências dos pequenos produtores e funcionários das fazendas são construções simples em madeira e as sedes de fazendas em alvenaria. As residências possuem longa distância entre elas.

Pela ocupação da comunidade por grandes fazendas de gado para corte, restaram apenas 14 famílias de pequenos produtores que vivem da agricultura familiar com plantio para subsistência de milho, feijão, arroz, mandioca, frutas e verduras, além da criação de pequenos rebanhos de bovinos, suínos, aves, caprinos e ovinos para consumo de carne, leite e ovos. Segundo entrevista concedida por Tereza (2008), nesta comunidade todas as famílias também possuem ao menos um equino para utilização no trabalho e como meio de transporte.

FIGURA 58 - RELEVO PATAMARIZADO E PASTAGEM
NA COMUNIDADE DE RIO PINTADO



FONTE: ZAI, 2008

A comunidade não possui uma centralidade definida, os pontos de referência dos moradores são as sedes de fazendas. Um meio de socialização instalado recentemente é uma pista de laço e arena para prática de montaria em bois, porém os apreciadores do esporte são de outras comunidades vizinhas, principalmente da sede municipal exercendo polaridade. Para expressar sua religiosidade, algumas pessoas se deslocam até a igreja de Juquiri. Para lazer e diversão freqüentam os bailes e festas na sede do município e pesca no rio Cantú.

A matriz cultural da comunidade é luso-brasileira, polonesa e alemã, composta pelas famílias: Crispin da Silva, Soares e Tereza de origem luso-brasileira, Dominico (proveniente de Domênikov) polonesa e família Hey de origem alemã. Todas ainda hoje habitam o município juntamente com alguns descendentes.

c.10) Comunidade Rio do Peixe

A comunidade de Rio do Peixe se localiza a sudeste de Mato Rico, na divisa entre os municípios de Mato Rico e Pitanga, porém, sua população e a igreja, principal ponto de referência da comunidade estão localizados no município de Pitanga. Segundo cadastro no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2007), 11 famílias do Rio do Peixe são atendidas pelos órgãos municipais de Mato Rico com recursos de saúde e assistência social.

4.3.2 O zoneamento socioambiental do município de Mato Rico

Tendo em conta uma perspectiva teórico-metodológica sintonizada com as questões do desenvolvimento territorial rural, o zoneamento socioambiental objetiva apresentar o conjunto de particularidades do uso da terra no município de Mato Rico orientadas, segundo a distribuição geográfica dos condicionantes naturais, da sua apropriação social e das transformações ambientais.

As nomenclaturas e cores adotadas no mapa de uso da terra (Figura 60) seguem os critérios apresentados no Manual Técnico de Uso da Terra do IBGE (2006). A interpretação e identificação do uso do solo foi realizada a partir de classificação supervisionada de imagem de satélite com resolução de 5 metros, onde foram definidas três classes: área florestal, culturas temporárias e pastagem. A classificação computacional foi ajustada a conferência de campo e a conferência de elementos distinguíveis visualmente na imagem.

A definição das unidades preliminares de zoneamento socioambiental do município de Mato Rico pautou-se na análise de características do meio físico³⁰ (relevo), do meio socioeconômico (uso da terra) e cultural (gênese e distribuição populacional) (Figura 59).

³⁰ Para auxiliar na interpretação do meio físico contou-se com a participação de um geógrafo pesquisador em geomorfologia (Claudinei Tabora da Silveira).

FIGURA 59 - FLUXOGRAMA ESQUEMÁTICO DA ELABORAÇÃO DO ZONEAMENTO SOCIOAMBIENTAL

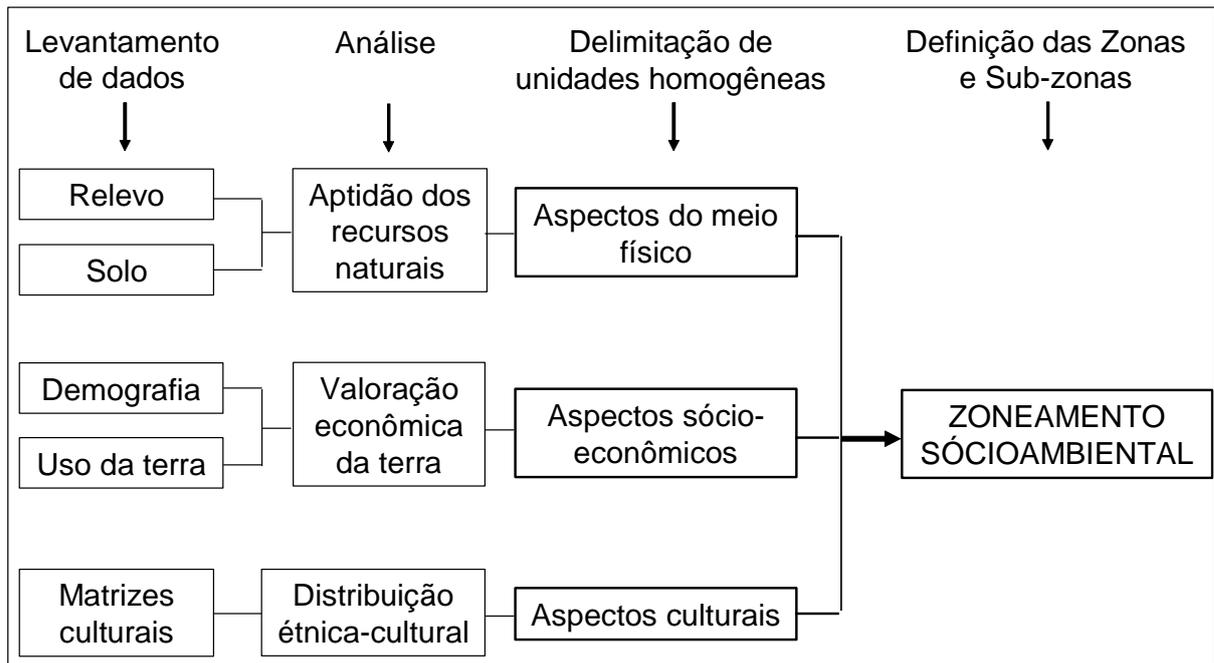
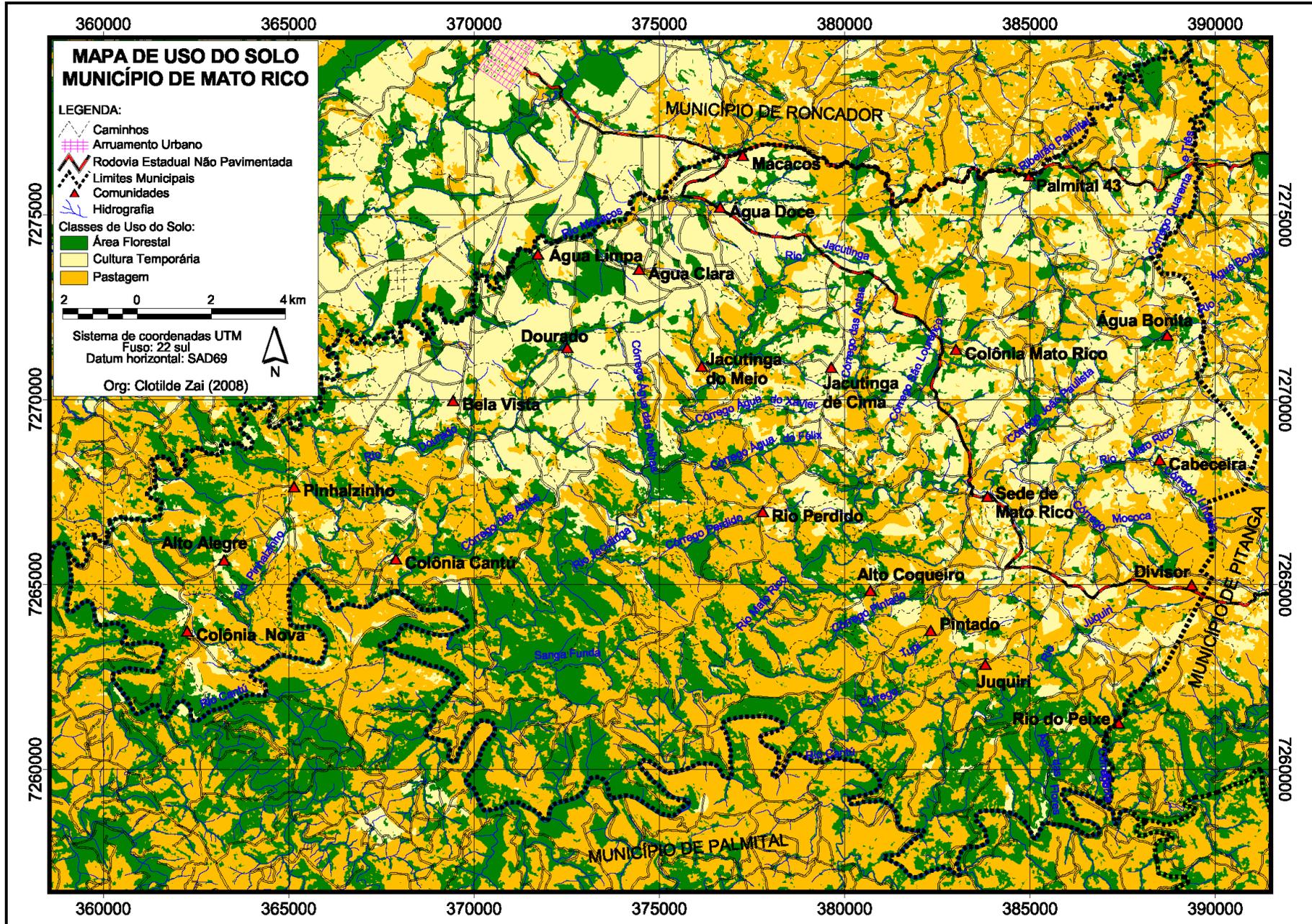


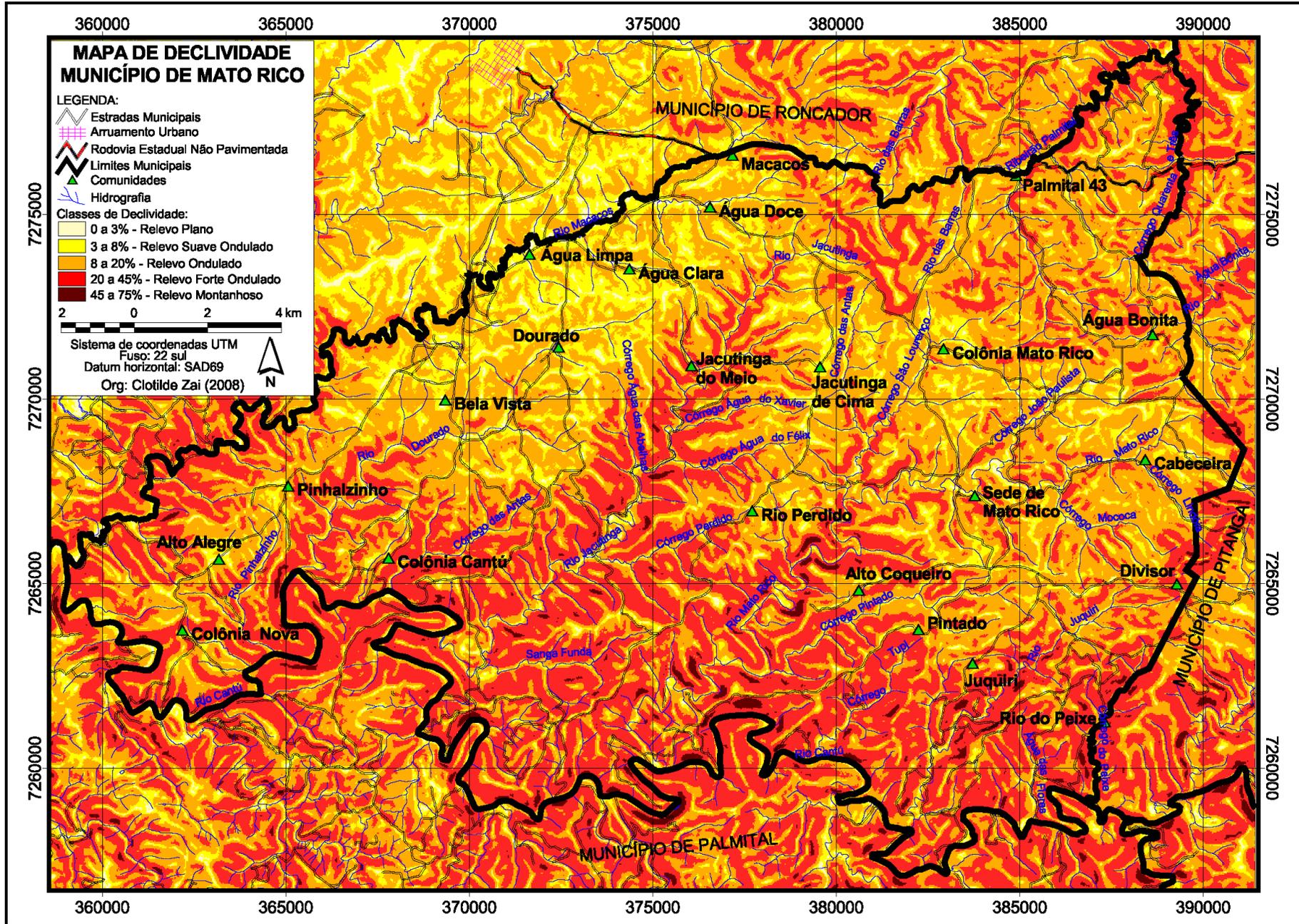
FIGURA 60 – USO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE MATO RICO – A PARTIR DE IMAGEM DE SATÉLITE DO ANO DE 2006



A delimitação das zonas foi feita, em primeira leitura, a partir de padrões de relevo, baseado no método de zonas homólogas de Soares e Fiori (1976). As feições de relevo derivam do contexto geológico associado clima, que refletem na hidrografia, biota, solo, entre outros fatores que influenciam diretamente na aptidão do uso da terra. Assim, o elemento básico considerado para a definição das zonas foi o uso da terra e sua distribuição de acordo com a declividade do relevo, cujos intervalos são adotados de EMBRAPA (2006): inferior a 3% relevo plano, entre 3 a 8% relevo suave ondulado, entre 8 a 20% relevo ondulado, entre 20 a 45% relevo forte ondulado, entre 45 a 75% relevo montanhoso e superior a 75% relevo escapado, essa última classe não foi identificada na área de estudo (Figura 61).

Com base no conceito de ecodinâmica de Tricart (1977), que representa um modelo de avaliação das unidades territoriais com base no balanço pedogênese/morfogênese, apoiou-se o zoneamento também na compreensão de dinâmica dos processos do meio físico. Entende-se que sobre zonas que apresentam relevo com maior potencial de energia prevalecem os processos de erosão e remoção, conseqüentemente solos menos desenvolvidos, de menor espessura, com aptidão de uso agrícola restrita ou nula. Em áreas com relevo de menor potencial de energia na atuação dos processos morfogenéticos, prevalece a pedogênese, que refletem solos mais desenvolvidos, mais espessos e com melhor aptidão ao uso agrícola.

FIGURA 61 – DECLIVIDADE DO MUNICÍPIO DE MATO RICO



As variações do tipo de uso da terra devido ao relevo constituem a propriedade fundamental das zonas, pois permitem associar tipos de uso refletidos na economia e cultura local, associado às condições naturais, acrescido dos elementos socioeconômicos ligados ao processo de ocupação territorial.

Mato Rico, por se tratar de um município cujas atividades são essencialmente agropastoris, as características do solo influenciam sobre maneira na aptidão agrícola que resultam no valor econômico da terra em função de melhores condições de mecanização. Assim, áreas com relevo que apresentam menores declividades os solos são mais profundos (predomínio de Latossolo), com melhor aptidão ao uso agrícola, conseqüentemente sobre eles prevalecem cultivos comerciais, maior grau de mecanização, agricultores de médio e grande porte. Nas áreas com as maiores declividades os solos são rasos (Neossolos Litólicos), muitas vezes a rocha encontra-se aflorando ou muito próxima da superfície, esses fatores impedem a mecanização e ao desenvolvimento de cultivos agrícolas, portanto nessas áreas o uso que predomina é a pecuária extensiva, secundariamente a destinação dessas terras sem aptidão agrícola para averbação como Reserva Legal, segundo exige as Leis Ambientais (Código Florestal, 1965).

A associação do balanço pedogênese/morfogênese pode ser percebida quando analisado o mapa de unidades de agrupamento de solos de Mato Rico (Figura 62). Em esboço geral, os solos que ocorrem no município são: Latossolos Vermelhos, Neossolos Litólicos e Nitossolos Vermelhos. Quando ocorre associação de subordens significa que as antecedentes predominam em área sobre as descendentes.

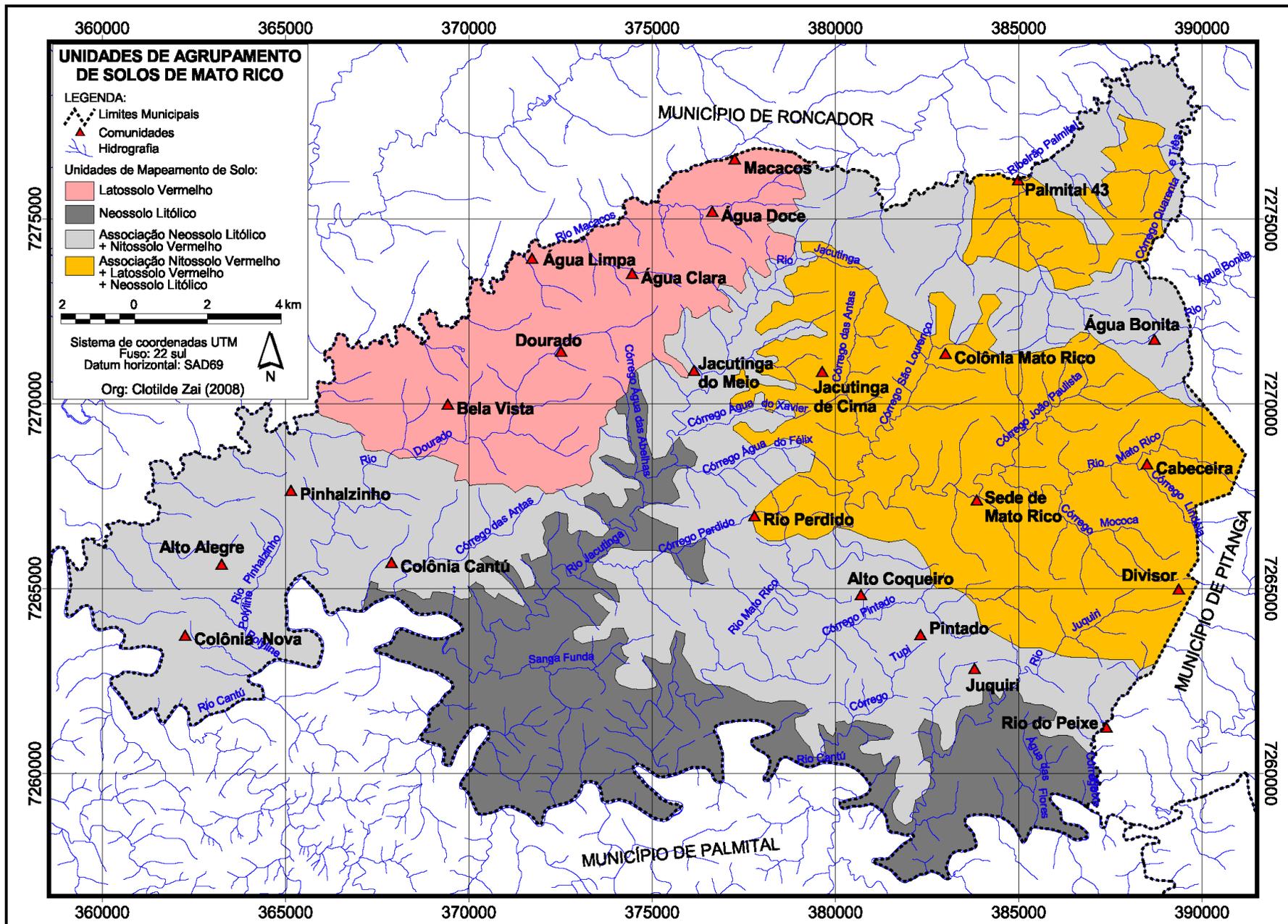
A ocorrência dos Latossolos está associada a relevo de menor declividade. Esta classe é constituída por solos minerais, não hidromórficos, com horizonte B latossólico. Na região são desenvolvidos a partir da intemperização de rochas eruptivas da Formação Serra Geral. São de coloração avermelhada, profundos, porosos, bem drenados e com seqüências de horizontes A, B e C.

Os Neossolos Litólicos estão associados a relevos mais declivosos, onde os processos morfogenéticos prevalecem sobre a pedogênese, resultando em solos rasos. São solos pouco evoluídos, constituídos de material mineral ou

orgânico com menos de 20 cm de espessura, não apresenta horizonte B diagnóstico, apresentam rochas consolidadas, pouco ou nada meteorizadas, com grande quantidade de cascalhos calhaus e matacões, pouco ou nada decompostos.

Os Nitossolos compreendem solos minerais, não hidromórficos, com gradiente textural inferior a 1,5 (B/A), são ricos em óxidos de ferro e alumínio e derivados de rochas eruptivas básicas. Em Mato Rico são de coloração vermelha ou bruna, profundos, argilosos, bem drenados, porosos e com seqüência de horizontes A, Bt, C. Ocorrem em porções do terço inferior e médio das vertentes, sob efeito de compressibilidade.

FIGURA 62 – SOLOS DO MUNICÍPIO DE MATO RICO

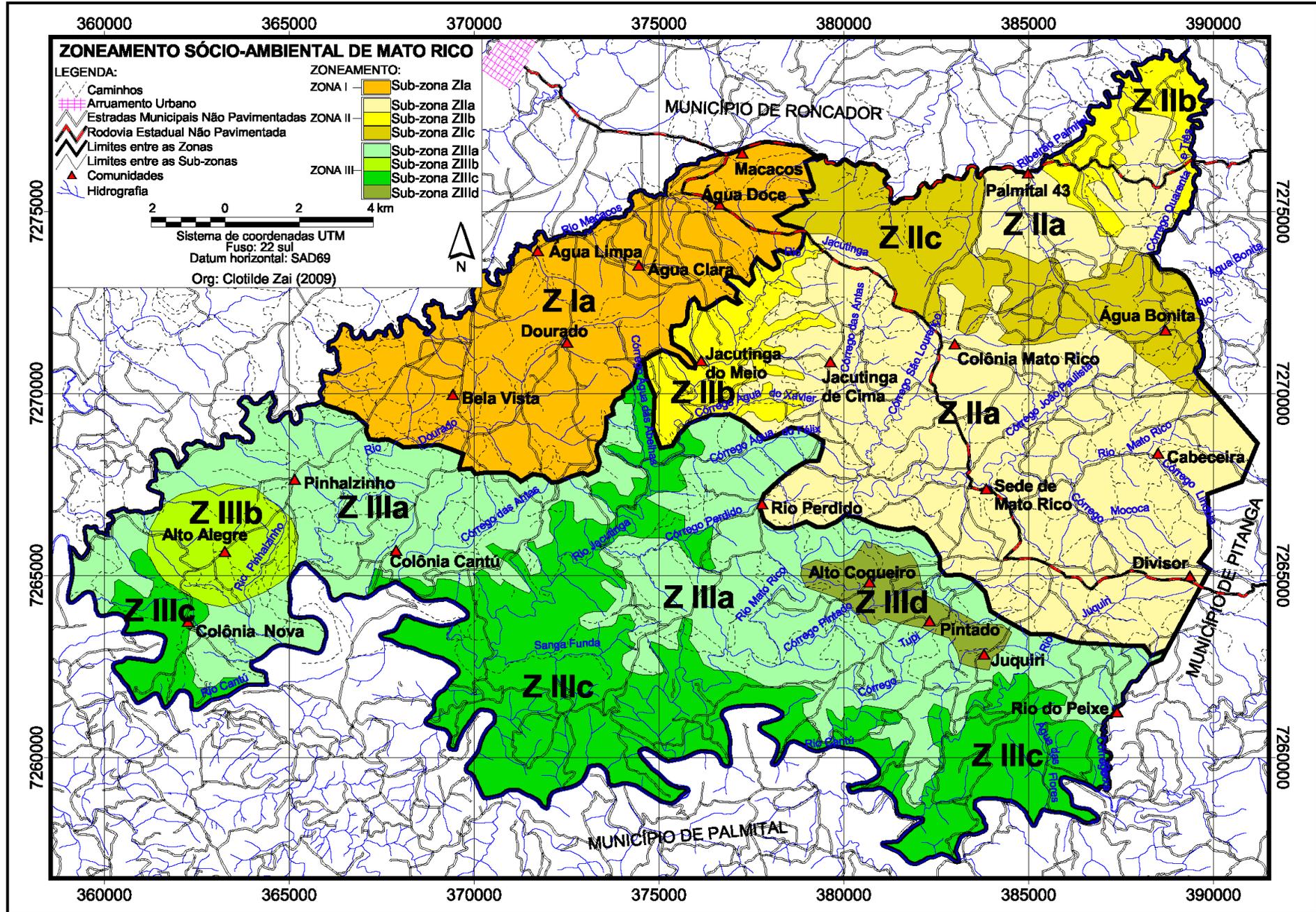


FONTE: Adaptado de EMBRAPA (1981)

A partir da delimitação das zonas, que representam características de uso da terra, foram incorporadas características socioeconômicas e culturais ao zoneamento, reforçando a análise do processo de ocupação territorial e subdividindo em sub-zonas. Acrescentou-se à análise as classes de uso da terra (Figura 63), com apoio de detalhada pesquisa de campo, que o uso da terra e as atividades socioeconômicas estão associadas às características do relevo e solo, uma vez que estas influenciam na aptidão do uso agrícola, que é a principal atividade econômica praticada na área de estudo.

Assim, confirmou-se que as três unidades de zoneamento que apresentam características distintas tanto sob o aspecto de processos ambientais como socioeconômicos: Zona I (Figura 64, tom de laranja), localizada na porção noroeste; Zona II (Figura 64, tons de amarelo), na porção nordeste, e Zona III (Figura 64, tons de verde), em toda a porção sul e central do município. Estas zonas foram subdivididas em sete sub-zonas que contemplam os aspectos culturais: a Zona I será chamada de ZIa e permaneceu sem subdivisão; a Zona II será chamada de ZII e foi subdividida em ZIIa, ZIIb e ZIIc; e a Zona III será chamada de ZIII e com subdivisões de ZIIIa, ZIIIb, ZIIIc e ZIIId (Figura 64). Desta forma, adotou-se estas unidades para o aprofundamento do zoneamento socioambiental do município de Mato Rico (Figura 64).

FIGURA 64 – UNIDADES DE ZONEAMENTO DO MUNICÍPIO DE MATO RICO



A Z1a é a menor das três zonas, composta pelas comunidades de Bela Vista, Dourado, Água Clara, Água Limpa, Água Doce e Macacos. Todas as comunidades rurais possuem número pequeno de famílias, entre 4 e 38 (MDS, 2007). Nesta Zona a maior comunidade em população é a da Bela Vista com 38 famílias. Trata-se de comunidades povoadas por imigrantes principalmente cuja gênese é europeia e a forte contribuição da matriz cultural luso-brasileira (caboclos) em todas as comunidades (Quadro 2).

QUADRO 2 – NÚMERO E ORIGEM DAS FAMÍLIAS DAS COMUNIDADES DA ZONA I

Comunidade	No. de Famílias	Primeiras Famílias (ascendência)
Água Clara	7	Malamin, Raczenski, Zola (ucranianos)
Água Doce	28	Bonfim, Filaretski, Gaioski, Michalski, Oleszynski, Pauluk, Pietroski, Smokanytz (luso-brasileiros, poloneses, russos)
Água Limpa	9	Guering, Perdoncini, Rodrigues, Nesnik, Vieira (alemães, italianos, luso-brasileiros)
Bela Vista	38	Chatoski, Korpan, Kuhut, Voznik, Oliveira, Souza, Correia (ucranianos, poloneses, luso-brasileiros)
Macacos	4	-
Rio Dourado	14	Andrade, Correia da Silva, Cruz, Jorge, Kuhut, Piruk (Pink ou Pieroga), Tomé (luso-brasileiros, ucraniano, poloneses)

Obs: (-) Dados não disponíveis

FONTE: Dados do MDS/CF (2007) e ZAI (2006)

Org. ZAI, 2008

Essa zona possui um rico remanescente de araucária na porção central, apresenta as áreas com relevo menos declivoso no município, predominantemente suave ondulado, com os menores gradientes altimétricos, que associado à geologia e clima resultam, em grande maioria, solos melhor desenvolvidos e mais espessos da subordem dos Latossolos Vermelhos.

Devido à boa aptidão agrícola apresentada pelos solos da Zona I, nela predominam como principal atividade econômica lavouras alimentares comerciais em áreas mecanizadas, sendo eles a soja e o milho em safras de verão e trigo e aveia em safras de inverno. São cultivados por grandes e médios produtores em propriedades de maior extensão.

Em meio as grandes fazendas de cultivos comerciais, existem, também, alguns pequenos agricultores que vivem com plantio de lavouras alimentares de subsistência, como milho, arroz, feijão, tubérculos e hortaliças, com comércio

apenas do excedente, utilizando a mão-de-obra familiar. Outros pequenos produtores, além da subsistência, trabalham com fumicultura, sericicultura e pecuária de leite. Estes pequenos agricultores têm criação de bovinos, aves e animais de pequeno porte para alimentação (leite, ovos e carne). As famílias que trabalham com gado de leite, vendem o produto para laticínios da região. Os fumicultores estão localizados nas comunidades de Bela Vista, Água Doce e Água Limpa.

A diversidade no uso da terra contempla também a comunidade de Bela Vista com a presença de um pequeno produtor que, além dos produtos para subsistência, trabalha com cultivo de alho, tendo produzido em 2007 uma média de 3 mil kg. Este produto é comercializado nos municípios de Mato Rico e Roncador. Na comunidade de Colônia Cantú um agricultor utiliza-se da pluriatividade com criação de ovelhas e cabras para comércio de lã e carne.

A Zona II compreende sete comunidades rurais e a sede urbana. Esta zona representa a unidade com maior número de habitantes do município, uma vez que nela está inserida a sede com 228 famílias e três das comunidades com maior número de habitantes de Mato Rico: Água Bonita com 97 famílias; Colônia Mato Rico, 70 famílias; e Cabeceira, 57 famílias. Trata-se de comunidades com localização relativamente próxima da área urbana. Em relação às demais, conta com duas comunidades de médio porte: Palmital 43 e Jacutinga de Cima. Quanto à matriz cultural, com exceção da sede que foi exclusivamente povoada por luso-brasileiros, todas as comunidades rurais desta zona tiveram sua gênese ligada aos descendentes luso-brasileiros e imigrantes europeus (Quadro 3).

A Zona II está subdividida em ZIIa, ZIIb e ZIIc, sendo que a ZIIa possui predomínio de colonização cuja gênese é luso-brasileira, ucraniana e polonesa. A ZIIb na porção que se refere à comunidade de Jacutinga do Meio foi colonizada oficialmente por luso-brasileiros, poloneses, ucranianos e uma família de italianos, a Saqueto (Quadro 3).

Como vimos no primeiro tópico deste capítulo, esta foi a primeira zona a receber povoamento oficial por meio das comunidades de Palmital 43, Colônia Mato Rico, Mato Rico (sede), Água Doce e Cabeceira.

QUADRO 3 – NÚMERO E ORIGEM DAS FAMÍLIAS DAS COMUNIDADES DA ZONA II

Comunidade	No. de Famílias	Primeiras Famílias (ascendência)
Água Bonita	97	Daniel, Denechevich, Esko, Ferreira Leite, Henrique de Mello, Hipólito, Inácio, Machado, Mendes, Neves, Padilha, Raposo, Sitko, Urbainski (poloneses, luso-brasileiros, ucraniana)
Cabeceira Mato Rico	57	Boschen, Conceição, Cordeiro, Harmatiuk, Huchema, Huchoma, Hulek, Kaiser, Leal, Medeiros, Nunes, Pereira, Reiguel, Rocha, Wolouscki (Holandeses, luso-brasileiros, ucranianos)
Colônia Mato Rico	70	Almeida, Andziewski, Bednartchuki, Cordeiro, Dziubaty, Gmach, Gruchowski, Ivanchechin, Kasnok, Kutnievich, Machado de Oliveira, Polisthuck, Staskieviz, Ulbinski, Valentin de Farias, Vidal dos Santos, Vogivoda (poloneses, luso-brasileiros, ucranianos)
Divisor	31	Cararo, Seguro e Padilha (italianos e luso-brasileiros)
Jacutinga do Meio	32	Benedito, Dos Santos, Grestchuk, Malamin, Michalski, Piruk, Pontes, Raczenski, Saqueto, Stapech, Tkaczuk (luso-brasileiros, poloneses, ucranianos, italiano)
Jacutinga de Cima	19	Bachuk, Costa, Fedechen, Jacinto, Kalinovski, Marczal, Michalski, Raposo, Sobota, Solda, Warszovski, Zai, Chitcko (italianos, poloneses e luso-brasileiros)
Palmital 43	20	Bonk, Furman, Hass, Jala, Kravitz, Loch, Martins, Niclevicz, Novack, Ortiz, Piaceski, Rack, Squinel, Stenpcoski, Szmuda, Vieira da Rosa (alemães, poloneses, ucranianos, luso-brasileiros)
Sede de Mato Rico	228	Amâncio, Batista, Conceição, Fabri, Ferreira da Luz, Kramek e Dal Santo (luso-brasileiros)

FONTE: Dados do MDS/CF (2007) e ZAI (2006)
Org. ZAI, 2008

Na Zona II o relevo apresenta-se patamarizado, cujos níveis de patamares coincidem com derrames vulcânicos, que resultam em vertentes com formas convexo-côncavas seqüenciais do topo à base. Essas formas exercem forte influência na dinâmica da água em superfície e sub-superfície, interferindo nos processos geomorfológicos. O relevo patamarizado é resultado do processo de intemperismo diferenciado nas camadas estratigráficas, cuja composição é variável. O entalhamento promovido pelos rios segue linhas de fraqueza litológica, lineamentos de falhas e/ou fraturas, resultando em vales em degraus e predominantemente em forma de V aberto no terço final.

As convexidades com maiores declives são áreas onde os solos sofrem fortemente a atuação de processos erosivos, resultando em solos menos desenvolvidos, da subordem dos Neossolos Litólicos, sem aptidão agrícola. As concavidades são zonas de agradação, quanto mais ampla sua extensão melhor o

desenvolvimento dos solos, podendo originar Nitossolos Vermelho e Latossolos Vermelho, que apresentam melhor potencial produtivo. Associado às formas das vertentes.

Verifica-se na ZIIa a ocorrência de unidades de solos compostos pela associação de Nitossolo Vermelho + Latossolo Vermelho + Neossolo Litólico. Onde predomina relevo suave ondulado e ondulado, conseqüentemente ocorrem solos de melhor aptidão agrícola (Latosolos e Nitossolos), cultivados, em grande parte, por médios produtores, cujo uso da terra é de cultivos comerciais de milho e soja nas safras de verão, trigo e aveia nas safras de inverno.

Nas ZIIb e ZIIc, que compõem-se de áreas com maiores declividades o solo é raso, pedregoso, com pouca aptidão agrícola, por isso nessas áreas sobressaem as atividades pecuárias para gado de corte. Nessas subzonas as unidades de solos que predominam são associação de Neossolos Litólicos e secundariamente Nitossolos Vermelhos. Portanto, a atividade econômica de destaque é pecuária predominando sobre os Neossolo e agricultura sobre Nitossolos. A ZIIb localiza-se nos fundos de vales enquanto que a ZIIc nas região de morros com maior altitude no município chegando a 1040 metros de altitude acima do nível do mar, inclusive na divisão de águas das grandes bacias dos rios Ivaí com Piquiri. Estas zonas (ZIIb e ZIIc) são compostas por pequenos agricultores que tem como predomínio no uso da terra a pastagem extensiva, sendo que na ZIIb na comunidade de Jacutinga de Cima tem a presença apicultura como atividade complementar.

Tanto a ZIIa quanto a ZIIb possui pequenos produtores rurais onde prevalece a agricultura familiar, que é sustentada com o plantio de produtos alimentares para subsistência como feijão, arroz, milho, trigo, tubérculos e hortaliças. O trigo plantado pelos pequenos produtores é trocado na Coamo por farinha, visto que os descendentes desta zona são povos que tem nos costumes alimentares a massa (perohê, pierogui, macarrão caseiro, cuque, bolacha, etc) que tem como componente principal a farinha de trigo. Além do uso dos grãos como alimento, a haste do trigo também é utilizado para confecção de artesanatos como o chapéu.

Algumas famílias trabalham também com sericicultura, fazendo plantio de amoreiras para utilizar as folhas na alimentação do bicho-da-seda. Aparece como atividade secundária, para complementação de renda, a produção de leite em pequena escala. Este produto é recolhido por laticínios e a produção familiar varia

entre 10 a 150 litros por dia. Grande parte das famílias cria bovinos, suínos e aves para consumo de carne, leite e ovos, com venda do excedente. É realizada também, mas de modo ainda pouco significativo e em pequenas áreas, a silvicultura de eucalipto.

Na ZIIa, alguns dos pequenos produtores buscam formas de diversificar a renda com o uso da terra através de produções alternativas. Na comunidade de Colônia Mato Rico um dos produtores além de trabalhar com bicho-da-seda, também cultiva alho com comércio na própria comunidade e na sede. Nesta mesma comunidade tem uma família criadora de carneiro para confecção artesanal de cobertores com a lã produzida, uma outra família produz hortaliças e morangos para comercializar na sede municipal. Ainda na Colônia Mato Rico, encontra-se em fase de instalação uma leiteria com capacidade de ordenhar 12 vacas simultaneamente e armazenar 3.000 litros de leite no resfriador próprio. Esta será a maior leiteria do município, sendo que o produtor utilizará tecnologia de pecuária intensiva que é um sistema de criação caracterizado pelo uso de pastagens plantadas com manejo mais evoluído, como rotação de pastos, irrigação e melhoramento genético (IBGE, 2006).

Na comunidade de Água Bonita, na porção da ZIIb, um produtor cultiva cana-de-açúcar para produção de rapadura, melado e açúcar mascavo, sendo que estes produtos são rotulados e comercializados em Mato Rico e Roncador. Nesta mesma comunidade, porém na ZIIa, outro produtor trabalha além dos produtos alimentares para subsistência com plantio de melancia, sendo que este produto é comercializado no próprio município de Mato Rico e em Roncador. Nas comunidades de Água Bonita, Colônia Mato Rico e Rio Perdido, encontra-se produtores de amendoim com média de 1 hectare de área plantada cada um deles. Na Colônia Mato Rico, ainda na ZIIa, existe também a presença de um fumicultor.

Atualmente, os pequenos agricultores de grande parte das comunidades da ZII se organizam em associações articuladas pelos mesmos e com alcance apenas local. Na comunidade de Água Bonita existem duas associações atuantes. A Associação de Mulheres trabalha com costura e a Associação de Pequenos Produtores Rurais, que agrega a maioria das famílias residentes, e está estruturada com barracão, um resfriador (com capacidade de armazenar 1.000 litros) com finalidade de conservar por mais tempo o leite produzido, valorizando o produto e garantindo mercado, uma descascadeira de arroz e equipamentos agrícolas. As

comunidades de Colônia Mato Rico, Jacutinga de Cima, Cabeceira e Palmital 43 também têm Associação de Pequenos Produtores Rurais e possuem trator traçado, grade niveladora e descascadeira de arroz.

A Zona III é a maior das zonas em extensão e ao mesmo tempo a que possui menor número de população. As comunidades rurais de Juquiri, Rio Pintado, Alto Coqueiro, Rio Perdido e Jacutinga do Meio encontram-se próximas ao limite desta Zona com a Zona II. Deste conjunto destaca-se, a nível de população, a comunidade de Juquiri com 55 famílias. As comunidades rurais de Pinhalzinho, Alto Alegre, Colônia Nova e Colônia Cantú, concentram-se no extremo oeste da Zona e do Município. Deste conjunto destaca-se a comunidade de Pinhalzinho como a que possui maior número de habitantes, contabilizando em 2007, 54 famílias (MDS, 2007).

Nessa zona, o relevo apresenta-se fortemente dissecado, cujo entalhamento promovido pelos rios é controlado por linhas de fraqueza litológica, lineamentos de falhas e/ou fraturas, resultando em vales em degraus e em forma de V, ambos fortemente encaixados. A declividade apresenta-se bastante acentuada, principalmente nos segmentos inter-patamares, onde as classes de declividade são de 20 a 45%, que caracterizam relevo forte ondulado. Essas características resultam em Neossolos Litólicos em áreas com relevo forte ondulado e montanhoso, sem aptidão agrícola, e unidades de solos compostas pela associação Neossolos Litólicos + Nitossolos Vermelhos, em relevo ondulado e forte, com baixa aptidão agrícola.

A zona III foi subdividida em outras quatro sub-zonas que são a ZIIIa, ZIIIb, ZIIIc e ZIIId, sendo que a ZIIIb compreende a comunidade de Alto Alegre que é originária de caboclos e afro-descendentes, acredita-se que são remanescentes de quilombos, por meio da família Pereira. A comunidade de Alto Coqueiro tem sua gênese ligada por ucranianos, nas demais comunidades a gênese esta associada a grupos de imigrantes principalmente de origem européia, porém com predomínio de luso-brasileiros na maioria delas (Quadro 4).

QUADRO 4 – NÚMERO E ORIGEM DAS FAMÍLIAS DAS COMUNIDADES DA ZONA III

Comunidade	No. de Famílias	Primeiras Famílias (ascendência)
Alto Alegre	34	Dos Santos, Gomes, Nunes, Pereira, Vidal (luso-brasileiros, afro-descendentes)
Alto Coqueiro	11	Palczuk, Olinek (ucranianos)
Colônia Cantú	16	Borges, Chatoski, Olinik, Pinheiro, Schmura (poloneses, luso-brasileiros, ucranianos)
Colônia Nova	21	Gonçalves, Martins, Novakoski, Oliveira (poloneses, luso-brasileiros)
Juquiri	55	Antunes Tereza, Boava, Kominiuk, Procopiuk, Svenar, Verenka (luso-brasileiros, ucranianos, poloneses)
Pinhalzinho	54	Camargo, Leder, Miranda, Monteiro, Oliveira (Alemães, luso-brasileiros)
Rio Perdido	29	Conceição (Raposo), Humeniuk (luso-brasileiros, ucranianos)
Rio Pintado	14	Crispin da Silva, Dominico (proveniente de Domênkov), Hey, Soares, Tereza (luso-brasileiros, poloneses, alemães)

FONTE: Dados do MDS/CF (2007) e ZAI (2006)
Org. ZAI, 2008

Apesar das grandes fazendas de gado, ainda residem nesta zona, entretanto, muitas famílias vivem da agricultura familiar com plantio de produtos alimentares para subsistência como feijão, arroz, milho e tubérculos. A ZIIIa, porção oeste da Zona III, nas comunidades de Pinhalzinho, Alto alegre e Colônia Cantú, a principal fonte de renda dos pequenos produtores é a fumicultura, que necessita de pequenas áreas planas para cultivo e a criação de gado de corte, que se adapta bem com o relevo forte ondulado. Já na porção leste central, na comunidade de Rio Perdido, a principal fonte de renda dos pequenos produtores é a criação de gado de corte e leite nas áreas de relevo mais acidentado. A ZIIIa possui poucas áreas de cultivo de soja e milho para comércio nas comunidades de Colônia Nova e Pinhalzinho. O grande uso da terra nesta zona é o sistema silvipastoril, que combina árvores com pastagem para gado de corte de forma extensiva com predomínio de pastagem nesta área.

Principalmente na ZIIIa (parte oeste) e ZIIIb, devido aos vales apresentarem forma de V, grande parte das residências são construídas no terço superior das vertentes e nos interflúvios, ao contrário das demais zonas, onde a instalação de construções ocorre nos patamares inferiores, próximos aos cursos de água. Devido a essa característica de instalação das casas houve a necessidade de instalação de caixa d'água de abastecimento público visando atender algumas famílias em fases

de estiagem, uma vez que a disposição de água nessas porções torna-se mais escassa.

Apesar da proximidade com a ZIIIIa, a ZIIIIc tem alguns diferenciais: cultural, devido ao vazio populacional, o físico, pela alta declividade, geográfico, caracterizado pela distância de centralidades e econômico com uso predominante de vegetação. O predomínio de vegetação na ZIIIIc, está associado ao relevo montanhoso e baixo custo de terras nesta porção, com isso, vários fazendeiros da região de Campo Mourão estão adquirindo terras nesta região para averbação de reserva legal por pertencer a mesma grande bacia hidrográfica, que permite a legislação ambiental vigente. Nesta zona também estão registradas várias Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN).

A economia da ZIIIIc está principalmente ligada a grandes fazendas de gado e secundariamente, associado às atividades principais familiares, pequenos produtores praticam apicultura como fonte complementar de renda. Atualmente o município tem uma associação de apicultores e produção de 25 mil quilos de mel por ano (IBGE, 2007).

Foi delimitada a ZIIII d por sua peculiaridade no uso da terra nesta porção onde ocorre o uso exclusivo de pequenos agricultores que vivem da agricultura familiar com cultivo produtos alimentares para subsistência como feijão, arroz, milho, tubérculos e hortaliças bem como criação de bovinos, suínos e aves para consumo de seus derivados e venda do excedente. Trata-se de zona com áreas de até 10 hectares.

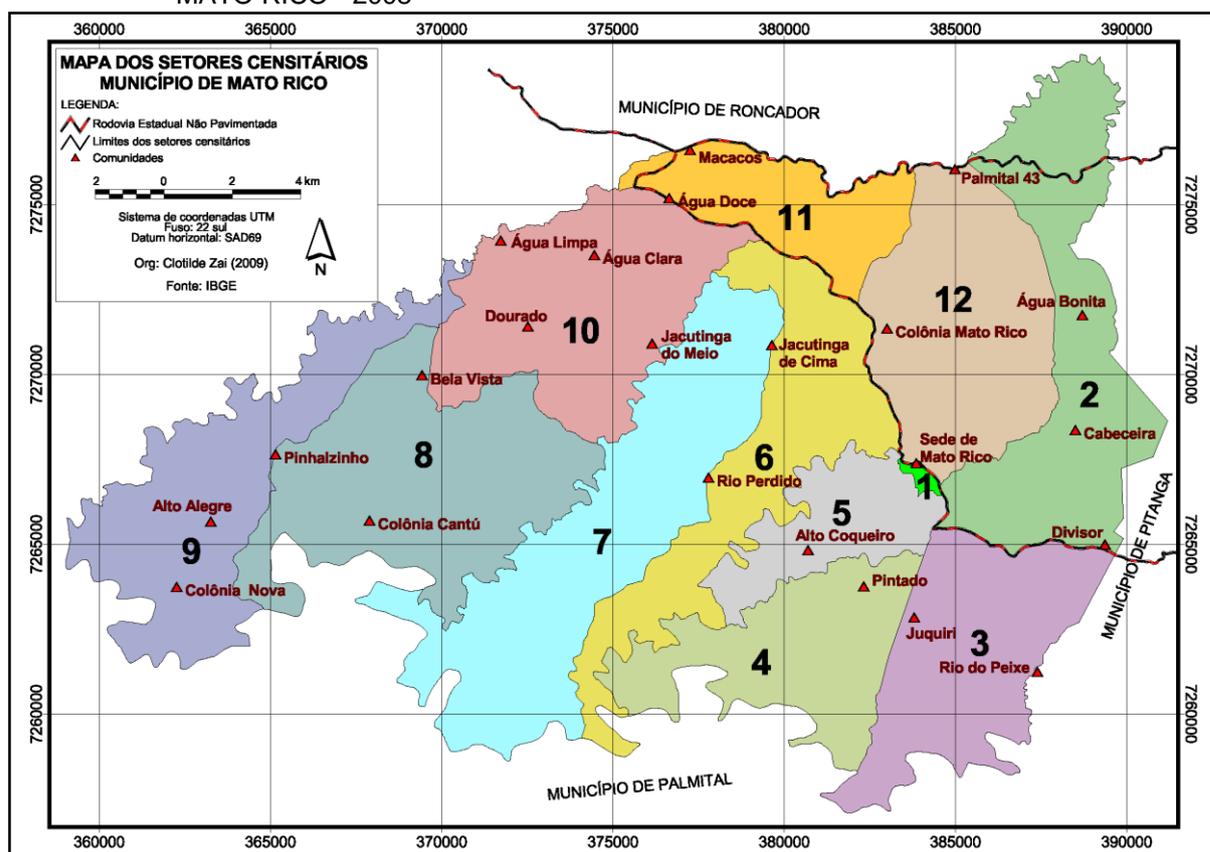
É comum em toda extensão da ZIIII o uso de tração animal no manejo do solo, um modo rústico e antigo de se lavrar a terra. Também comum o uso da técnica de coivara onde se utiliza as queimadas antes do plantio. E o uso de cavalos, carroças e charretes como meio de transporte.

Para análise da dinâmica da densidade demográfica deste zoneamento, buscou-se os dados do IBGE por setor censitário dos dois últimos censos – 1991 e 2000 - e da última contagem - 2007. Embora nem todos os setores censitários delimitados pelo IBGE correspondam com a delimitação das zonas, é possível fazer uma avaliação de tendência da dinâmica demográfica do município e das unidades do zoneamento socioambiental.

Segundo dados coletados no setor de mapeamento do IBGE (2008), a delimitação dos setores censitários do município de Mato Rico não sofreu nenhuma alteração desde sua delimitação inicial (Figura 65). Suas principais delimitações seguem traçados de rios e estradas, neste caso sem delimitação por número de famílias como em outros municípios com densidade populacional maior, quando o principal critério para delimitação dos setores é uma média de 300 famílias.

Dos setores censitários delimitados pelo IBGE, o setor 1 corresponde a sede municipal (porção central), o setor 5 corresponde aos bairros periféricos (Patrimônio e Patrimônio Novo) da sede municipal e uma comunidade rural (Alto Coqueiro), os demais correspondem às comunidades rurais (Figura 65).

FIGURA 65 – LOCALIZAÇÃO DOS SETORES CENSITÁRIOS DO IBGE PARA O MUNICÍPIO DE MATO RICO - 2008



FONTE: IBGE, 2008

Ao analisar os índices populacionais do município, nota-se que a dinâmica da densidade demográfica de Mato Rico vem sofrendo alterações com perda elevada de população desde sua emancipação política. Sua densidade demográfica

municipal em 1991 era de 15,5 hab/km², no ano de 1996 caiu para 11,37 hab/km² enquanto que o censo de 2007 revelou queda para 10,5 hab/km².

A análise da dinâmica demográfica por setor censitário é ainda mais expressiva. Nota-se que apenas um setor apresentou aumento de população no comparativo dos três anos. O setor 1 (sede), que pertence à zona ZII teve aumento de 82% de população do censo de 1991 para 2000, de 2000 para 2007 o aumento populacional foi de 56%. Do ano de 1991 para 2007 houve um aumento de 183% para este setor (Figura 66). Isso se deve pelas instalações públicas que ocorreram após a emancipação política de Mato Rico, gerando empregos públicos principalmente na área de educação, saúde e obras. Com isso, também a dinâmica do comércio local evoluiu gerando empregos diversos na sede municipal.

O setor 5, apesar de perder população entre as três datas, apresenta-se com forte densidade demográfica em relação aos demais por abrigar uma parte da área urbana municipal com os bairros Patrimônio e Patrimônio Novo, que correspondem a zona ZII. Segundo levantamento em campo, a comunidade de Alto Coqueiro (Figura 65) possui hoje apenas 10 famílias e pertence a zona ZIIIa, que na análise do uso da terra se mostrou com predomínio de fazendas de gado e uma pequena faixa de agricultores familiares na zona ZIII d (Figura 66).

Os setores 3, 4, 8 e 9 correspondem a zona ZIII. Sendo que o setor 3 faz parte das zonas ZIIIa e ZIIIc leste, que teve um aumento populacional de 45% do censo de 1991 para 2000 e queda de 14% de 2000 para 2007. Isso pode ter ocorrido pelo fato do setor 3 concentrar uma parte da mão-de-obra utilizada na fase de estudo para exploração de gás natural em um poço localizado na comunidade de Divisor (setor 2, ZII). Como o poço foi lacrado, a população desempregada se retirou do local, significando perda de 14% no censo seguinte (Figura 66).

O setor 4 corresponde as zonas ZIIIa e ZIIIc leste, e teve 92% de perda populacional de 1991 para 2000, significando 81% de queda de 1991 para 2007. O setor 8 (Figura 65) localiza-se na ZIIIa, ZIIIb e com uma pequena parte da ZIa. Este recebeu perda de 31% da população de 1991 para 2000 e 49% de 2000 para 2007 e o setor 9 localizado na ZIIIb e ZIIIc a extremo oeste perdeu 17% da população de 1991 para 2000 e 23% de 2000 para 2007. Estes setores compreendem as comunidades de Rio Pintado, uma parte do Juquiri, Colônia Cantú, Pinhalzinho, Alto

Alegre e Colônia Nova (Figura 65) que vem se transformando cada vez mais em áreas de grandes fazendas de gado.

O mesmo ocorre com o setor 7, que corta as três zonas e está sobre o vale do rio Jacutinga, portanto, em área de relevo forte ondulado. Este teve perda de 61% de 1991 para 2007. O setor 6 tem situação semelhante com perda de 29% da população de 1991 para 2000 e 16% de 2000 para 2007, porém nas porções norte e centro deste setor o motivo pode estar associado à necessidade de mão-de-obra no cultivo do algodão até a fase do censo de 1991 e desta data em diante o uso da terra mudou significativamente e os pequenos agricultores, arrendatários e posseiros viveram o êxodo rural que se estabilizou em 1996 (IBGE, 2007), por isso a perda maior de população nesta fase (Figura 66).

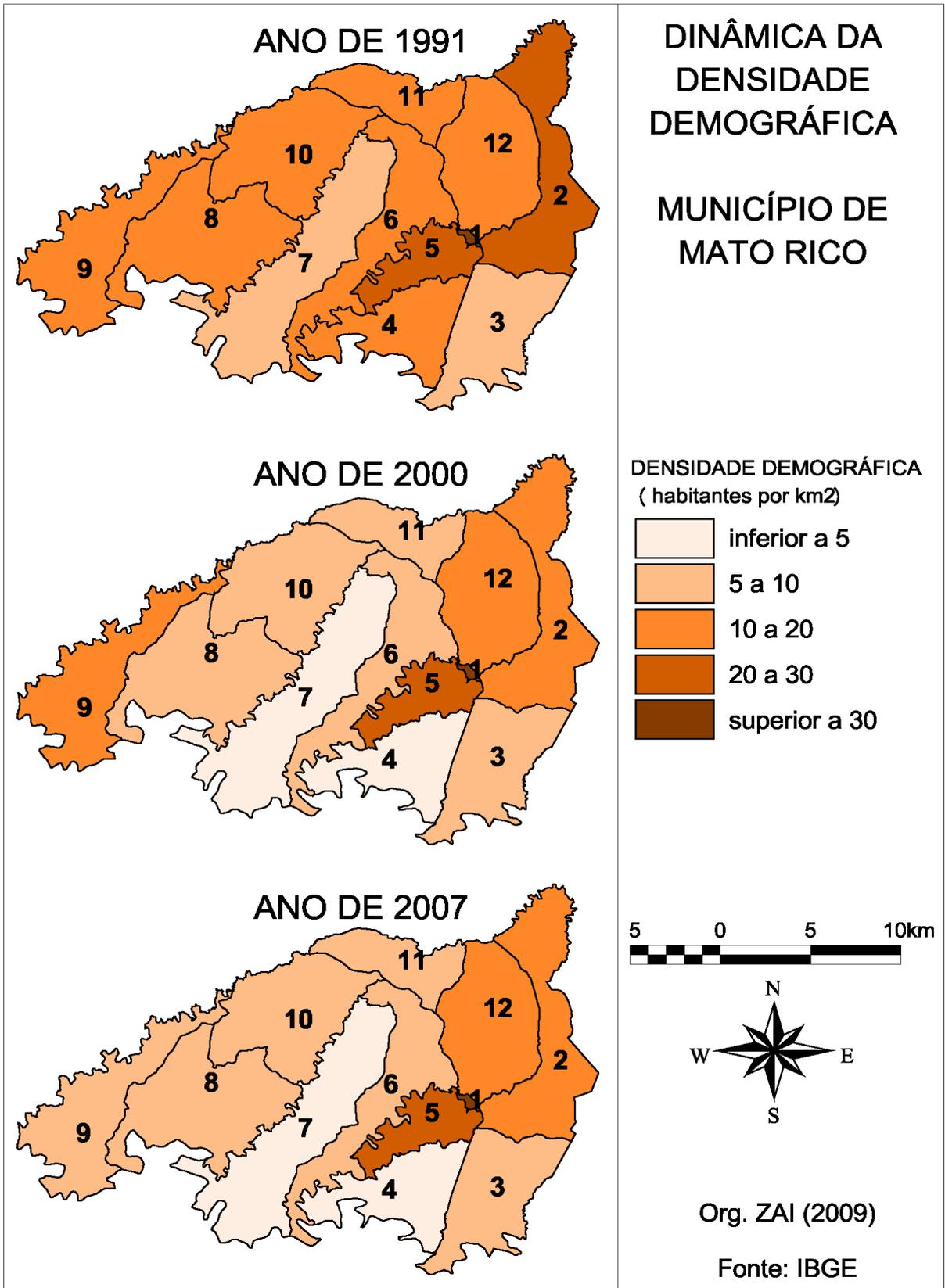
O setor 10 (Figura 65) está localizado na zona ZIa, que teve significativa queda populacional de 1991 para 2000, apresentando 26% o que pode ser considerado como fator principal a queda do cultivo de algodão e a fase final do êxodo rural, porém continuou perdendo população de 2000 para 2007 chegando a 19%. Como vimos na apresentação do uso da terra nesta zona, esta área é ocupada hoje por grandes fazendas de cultivos extensivos alimentares para comercialização que utiliza a mecanização para lavrar a terra, descartando a utilização de mão-de-obra em cultivos como o do algodão e do feijão. Com isso, resistem poucos pequenos agricultores familiares, a maior parte deles vendeu seus lotes para grandes produtores e foram para grandes cidades em busca de melhores condições de vida. Acredita-se que o setor 11 tenha perdido população por este mesmo motivo na porção que compreende a ZIa e ocupação por grandes fazendas de gado no que se refere à área da ZIIc. Este setor teve perda de 55% da população de 1991 para 2000 e 11% de 2000 para 2007.

O setor 12 (Figura 65) está localizado na zona ZIIa e teve queda populacional de 38% no censo de 1991 para 2000 e de 13% de 2000 para 2007, significando 46% de queda de 1991 para 2007.

Com esta descrição da dinâmica da densidade demográfica do município de Mato Rico nos anos de 1991, 2000 e 2007, pode-se notar que os setores 4 e 7 tiveram maior perda de população passando de 10 a 20 habitantes por km² em 1991 para menos de 5 habitantes por km² em 2007, os setores 6, 8, 9, 10 e 11 também perderam população passando de 10 a 20 habitantes por km² em 1991 para 5 a 10

habitantes por km² em 2007, o setor 2 de 20 a 30 habitantes por km² em 1991 diminuindo para 10 a 20 habitantes por km² em 2007 e os únicos setores que permaneceram com a mesma densidade demográfica foram o 1 e o 5, com densidade de 20 a 30 e superior a 30 habitantes por km² (Figura 66).

FIGURA 66 – DINÂMICA DA DENSIDADE DEMOGRÁFICA DE MATO RICO NOS ANOS DE 1991, 2000 E 2007



FONTE: IBGE, 2008

Verificou-se que as unidades de zoneamento, delimitadas no município de Mato Rico, demonstram a interação das relações socioeconômicas e culturais com o meio físico. Elas cumprem uma aproximação com a realidade e evidenciam a pluriatividade do uso da terra nas áreas agrícolas do município de Mato Rico, principalmente na ZII, onde as propriedades são de pequeno e médio porte.

Para desfecho do zoneamento, elaborou-se um quadro síntese das características culturais, socioeconômicas e físicas apresentados em cada zona, a fim de evidenciar as particularidades de cada unidade delimitada no município de Mato Rico (Quadro 5).

QUADRO 5 – SÍNTESE DO ZONEAMENTO SOCIOAMBIENTAL DE MATO RICO

Zonas	Sub-zonas	Características	
ZI	ZIa	Culturais	Matriz formada por ucranianos, poloneses, luso-brasileiros, alemães, italianos e russos.
		Socioeconômicas	Pouca produção agropecuária de subsistência e forte produção alimentar comercial.
		Físicas	Relevo suave ondulado; Latossolo Vermelho; Boa aptidão agrícola, mecanizável.
ZII	ZIIa	Culturais	Matriz formada por ucranianos, poloneses, luso-brasileiros, alemães, italianos e holandeses.
		Socioeconômicas	Produção agropecuária mista de subsistência comercial.
		Físicas	Relevo ondulado; Nitossolo Vermelho + Latossolo Vermelho; Aptidão agrícola intermediária, com áreas sujeitas a restrições no uso mecanizável.
	ZIIb	Culturais	Predomínio da matriz europeia com pouca influência luso-brasileira.
		Socioeconômicas	Produção agropecuária de subsistência.
		Físicas	Relevo forte ondulado; Neossolo Litólico + Nitossolo Vermelho; Baixa aptidão agrícola, não mecanizável na maior parte.
	ZIIc	Culturais	Matriz formada por ucranianos, poloneses, e luso-brasileiros
		Socioeconômicas	Produção agropecuária comercial.
		Físicas	Relevo forte ondulado; Neossolo Litólico + Nitossolo Vermelho; Baixa aptidão agrícola, não mecanizável na maior parte.
ZIII	ZIIIa	Culturais	Matriz formada por luso-brasileiros, ucranianos, poloneses e alemães.
		Socioeconômicas	Pouca produção agropecuária de subsistência e forte produção pecuária comercial.
		Físicas	Relevo forte ondulado; Neossolo Litólico + Nitossolo Vermelho; Baixa aptidão agrícola, não mecanizável na maior parte.
	ZIIIb	Culturais	Matriz luso-brasileira e afro-descendente;
		Socioeconômicas	Forte produção agropecuária de subsistência e pouca produção alimentar comercial.
		Físicas	Relevo forte ondulado; Neossolo Litólico + Nitossolo Vermelho; Baixa aptidão agrícola, não mecanizável na maior parte.
	ZIIIc	Culturais	Matriz formada por luso-brasileiros, ucranianos e poloneses.
		Socioeconômicas	Pouca produção alimentar de subsistência e forte produção pecuária comercial
		Físicas	Relevo forte ondulado e montanhoso; Neossolo Litólico; Sem aptidão agrícola, não mecanizável.
	ZIIId	Culturais	Matriz formada por luso-brasileiros, ucranianos e poloneses.
		Socioeconômicas	Produção agropecuária de subsistência.
		Físicas	Relevo ondulado; Neossolo Litólico + Nitossolo Vermelho; Baixa aptidão agrícola, não mecanizável na maior parte.

5. A GUIA DE CONCLUSÃO: POTENCIALIDADES DE UM PEQUENO MUNICÍPIO RURAL

A problemática que permitiu a construção deste estudo foi a de entender a dinâmica de pequenos municípios - seu potencial econômico, social, cultural e natural - vislumbrando apontar alternativas de desenvolvimento a partir do enfoque teórico do desenvolvimento territorial. A riqueza das reflexões aqui apontadas se apoiou na realidade empírica de um pequeno município rural paranaense: Mato Rico.

A partir de uma visão que considera estes municípios como lugares específicos de vida e trabalho, e não como lugares meramente econômico, a idéia de desenvolvimento foi se ampliando e passou a abranger necessidades socioculturais, tais como: emprego, saúde, educação, comunicação, etc. Deste modo, passou-se a focar o desenvolvimento a partir, sobretudo, dos indivíduos e sua organização em comunidades.

A opção por privilegiar uma escala de análise apoiada no microrregional e no local, trouxe a tona aspectos importantes, muitas vezes, negligenciados em estudos que adotam escalas mais generalizantes, embora se entenda que estas sejam igualmente importantes. Acredita-se que a capacidade de organização dos fatores endógenos, captados na escala escolhida, pode fortalecer as organizações sociais, resultando em maior autonomia na tomada de decisão, e aumentar as chances do município e sua região se desenvolver.

O enfoque adotado, que considera as dimensões espaciais do desenvolvimento, permite destacar potenciais que o meio rural apenas recentemente vem conseguindo revelar. Isto porque o espaço rural, além de suas atividades consideradas tradicionais, caminha para uma concepção de desenvolvimento onde os aspectos ambiental, econômico, social, histórico-cultural, político e institucional interagem.

A concepção de lugar, a escala local e microrregional, bem como, o enfoque territorial de desenvolvimento permitiu uma imersão no pequeno município rural de Mato Rico. Buscou-se apontar suas características de “município anão” e de “cidade imaginária”. As relações de centralidade e subordinação de Mato Rico com os municípios que o polarizam, demonstra sua dependência em serviços - saúde,

educação, cultura, lazer e comércio. Assim, Mato Rico não exerce centralidade e mantém relação de subordinação principalmente com Pitanga, Campo Mourão, Iretama, Roncador e Ivaiporã.

Concluiu-se que Mato Rico não tem uma característica tipicamente urbana de centro organizativo e definidor de relações. Seu conteúdo estrutural e funcional resulta, sobretudo, da lógica de reprodução da zona rural e de determinações advindas de fora do município. Esta constatação apontou um importante campo de reflexão acadêmico: é preciso se pensar a respeito das características da urbanização nos pequenos municípios, e neles, as relações de centralidade entre campo-cidade.

Procurou-se ainda desenvolver uma metodologia que permitisse uma avaliação de seu potencial endógeno através da interação entre suas características físicas, socioeconômicas e culturais. A alternativa encontrada foi a de construção de um zoneamento socioambiental. Tal zoneamento objetivou apresentar o conjunto de particularidades do uso da terra no município de Mato Rico orientadas, segundo a distribuição geográfica dos condicionantes naturais, da sua apropriação social e das transformações ambientais.

Verificou-se que a economia do município ainda apresenta-se fortemente associada à agropecuária. Acredita-se que a diversificação no uso da propriedade rural pode propiciar importantes resultados tanto na economia quanto na diminuição do êxodo rural. Portanto, a pluriatividade e a construção de novos mercados transforma-se no mais importante desafio do desenvolvimento rural para o pequeno município de Mato Rico. Deve-se lembrar que é cada vez mais significativa e aparente a demanda por produtos diferenciados e que podem ser desenvolvidos a partir de seu potencial endógeno.

O estímulo a pequenas indústrias pode agregar valor aos produtos da pequena propriedade familiar. Isto é possível, entre outros, por meio de políticas de incentivos fiscais, capacitação e consultorias técnicas, incentivo a organização dos pequenos produtores rurais em cooperativas e associações. O Paraná já possui várias experiências de sucesso em cooperativismo que podem ser aplicadas pontualmente nos pequenos municípios, como Mato Rico.

É necessário para o desenvolvimento do município de Mato Rico, e outros que apresentam características similares, entender a importância de suas ações

rurais, apoiada numa base econômica de pequenas propriedades, que valoriza o patrimônio familiar e desenvolve uma cultura diferenciada. Esta valorização do espaço rural deve ser incorporada para que ocorra um envolvimento entre a população e os órgãos de gestão pública do território.

A riqueza cultural da população matorriquense, fruto da miscigenação de diferentes etnias, tal como descendentes de imigrantes europeus - principalmente poloneses e ucranianos - e luso-brasileiros, deve ser considerada nas ações que promovam a gestão do território, aproveitando de suas potencialidades para alicerçar o desenvolvimento rural.

O zoneamento socioambiental elaborado para Mato Rico poderá proporcionar facilidade na implementação de políticas públicas voltadas para a melhoria de qualidade de vida, valorizando as diferenças entre as zonas delimitadas no município. A partir deste estudo, revelado pelo zoneamento, é possível se pensar na promoção de políticas públicas que contribuam significativamente para o desenvolvimento de Mato Rico a partir de seu próprio conteúdo social e territorial.

Para esta mudança de postura é, entretanto, preciso: a) romper com a idéia de rural atrasado, valorizando as técnicas produtivas locais; b) criar uma rede de atores que valorize os atributos locais, mas que extrapole o limite municipal; c) incentivar às potencialidades territoriais por meio de eventos, possibilitando novos contatos; d) fortalecer as identidades culturais e os saberes populares, como o artesanato e produtos tradicionais; e) estimular universidades e centros de pesquisa para que contribuam na ampliação do conhecimento sobre pequenos municípios rurais, permitindo apontar diretrizes territoriais de desenvolvimento para os mesmos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Agricultura familiar e Desenvolvimento Territorial**. IICA 940/98 Núcleo de Estudos Agrários para o Desenvolvimento do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários. 1998.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- ARAÚJO, F. A. V. de. et al. Relações campo-cidade: estudo da dinâmica sócio-espacial do distrito Cruzeiro dos Peixotos em Uberlândia (MG). In: **Anais** de III Simpósio Nacional de Geografia Agrária, / II Simpósio Internacional de Geografia Agrária / I Jornada Ariovaldo Umbelino, 2005, Presidente Prudente: FCT/UNESP.
- AYRES, M. **Petrobrás retorna discussão da exploração de gás em Pitanga**. Campo Mourão: Jornal Tribuna do Interior. 25/05/2007.
- BALHANA, A. P.; WESTPHALEN, C.; MACHADO, B. P. **História do Paraná**, v.1. Curitiba: Grafipar, 1969.
- BERNARDES, L. M. C. **Crescimento da população no Estado do Paraná**. In: CARVALHO, M. D. de e FRESCA, T. M. Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico. Londrina: Edições Humanidades, 2007.
- BERNARDES, L. M. C. O problema da “Frentes Pioneira” no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XV, Nº3 jul-set 1953.
- BERNARDES, N. **Expansão e povoamento no Estado do Paraná**. In: Revista Brasileira de Geografia. V.14. Nº4 p.427-456 out-dez. 1952.
- BIANCHINI, V. **Estratégias para o desenvolvimento rural** In: Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento. José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem: o Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Brasília: MDA/CNDRS/NEAD, 2001.
- BIGARELLA, J. J. **Imigrantes da Moravia no Paraná**. Universidade Estadual do Centro-Oeste do Paraná, 1998.
- BRATAC – Fiação de Seda. **Informativo Técnico BRATAC**. ANO 4 N.06 mar. Departamento de Matéria Prima: Bastos. SP, 2002.
- CAMARANO, A. A., ABRAMOVAY, R. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro, 1999.
- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO da Silva, J. **O Novo Rural Brasileiro: uma análise estadual (Sul, Sudeste, Centro-Oeste)**. Jaguariúna, EMBRAPA Meio Ambiente, V. 3, p.15-48. 2000.
- CARLOS. A. F. A. **A questão da cidade e do campo: teorias e política**. Revista de Geografia da UFC. Ano 03, Número 05, 2004. Disponível em www.geografia.fflch.usp.br/publicacoesgeosp/geosp13. Acesso em junho de 2008.
- CARLOS. A. F. A. **Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?”** Revista Geosp. Número 13, 2003. Disponível em www.geografia.fflch.usp.br/publicacoesgeosp/geosp13. Acesso em junho de 2008.
- CARNEIRO JR, R. A. **Pratos típicos paranaenses**. Cadernos Paraná da Gente Curitiba : Secretaria de Estado da Cultura, 2004.

CASA CIVIL DO GOVERNO DO PARANÁ. Lei 9564 - 31 de Janeiro de 1991. Disponível em <http://www.casacivil.pr.gov.br/>. Acesso em janeiro de 2009.

CASAROTTO FILHO N. ;PIRES L. H. **Rede de pequenas e médias empresas e desenvolvimento local**. Estratégias para a conquista da competitividade global com base na experiência italiana. São Paulo: Atlas,1998.

CASTELLS, M. **Estudo de elementos da estrutura urbana**. In:_____. Problemas de investigação em sociologia urbana. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Editora Martins Fontes, 1975.

CIGOLINI, A. A. **Fragmentação do território em unidades político-administrativas: análise da criação de municípios no Estado do Paraná**. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina.

CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO. Lei Nº 4.771, de 15 de Setembro de 1965 - (D.O.U. DE 16/09/65).

COLODEL, J. A. **Obrages & companhias colonizadora: Santa Helena na história do Oeste paranaense até 1960**. Cascavel: Assoeste, 1988.

CORIOLOANO, L.N.M.T. **Turismo com ética**. 2ª ed – Fortaleza: UECE, 1998.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1996.

DENARDI, R. et al. **Fatores que afetam o desenvolvimento local em pequenos municípios do Estado Do Paraná**. Emater – Paraná. Out, 2000.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária . **Sistema brasileiro de classificação de solo**. Embrapa solos, Rio de Janeiro, 306 p, 2006.

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. 1981. **Levantamento de reconhecimento dos Solos do estado do Paraná**. Curitiba, Convênio Governo do Estado do Paraná/IAPAR/EMBRAPA/SUDESUL, 1 mapa de solo, escala 1:600.000.

ERCOLE, L. A. S. **Sistema modular de gestão das águas residuárias domiciliares: uma opção mais sustentável para gestão de resíduos líquidos**. 2003. Dissertação (de mestrado em Engenharia Civil) Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRG, Porto Alegre, 2003

FARIA, V. **Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego; a experiência brasileira dos últimos 30 anos**”, in Almeida, M. H. T. de (org.) *Sociedade e política no Brasil pós-64*. 2º edição: São Paulo, Brasiliense. 1984.

FERNANDES, F. (org.) **Comunidade e sociedade no Brasil**; leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil. São Paulo: Nacional. 1973

GOMACH. M. B. **Entrevista concedida à Clotilde Zai**. Mato Rico, 06 de jan. de 2005.

GOOGLE EARTH. Mato Rico. Coordenadas geográficas: superior esquerdo 24°42'00,89”S e 52°09'12,59”O , inferior direito 24°42'52,41”S e 52°08'20,79”O. Altitude do ponto de visão 2,45 Km. Colorida. 2008.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro - Nova Economia**, maio, vol. 7, p.43-81 - Belo Horizonte, 1997.

- GRAZIANO DA SILVA, J. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. Estudos Avançados, São Paulo, v.15, n.43, p.37-50, set-dez. 2001.
- GRUCHOVSKI, A. G. **Entrevista concedida à Clotilde Zai**. Mato Rico, 05 de jan. de 2005.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- HOMEM DE MELO, F. **A Liberalização Comercial e a Agricultura Familiar No Brasil**. (monografia) Departamento de Economia da FEA-USP 2001.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1995/96 contagem populacional de 1996**. Disponível em <http://www.ibge.br>. Acesso em junho de 2008.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2000**. Disponível em <http://www.ibge.br>. Acesso em fevereiro de 2008.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Educacional 2006**. Disponível em <http://www.ibge.br>. Acesso em fevereiro de 2008.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Índice Populacional de Mato Rico**. Disponível em <http://www.ibge.br>. Acesso em fevereiro de 2007.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Malha municipal digital do Brasil: situação em 2005**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007. Disponível em <http://www.ibge.br>. Acesso em fevereiro de 2008.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Manual Técnico de Uso da Terra**. 2ª Edição. Rio de Janeiro. 2006.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Projeto de divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões geográficas**. Rio de Janeiro. 2008.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 1996. Rio de Janeiro. 1997
- IPARDES. **Famílias pobres no Paraná** (2003). Curitiba: Disponível em: www.pr.gov.br/ipardes/pdf/fam_pobres.pdf. Acesso em 03 de fevereiro de 2009.
- IPEA et al. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais – Sul**. Brasília: IPEA, 2000.
- ITCG - Instituto de Terras, Cartografia e Geociências do Paraná. **Coletânea de Mapas Históricos do Paraná**. Disponível em: <http://www.itcg.pr.gov.br/arquivos/livro/index.html>. Acesso em fevereiro 2009.
- IVANCHECHIN, M. **Entrevista concedida à Claudete Ivanchechin**. Mato Rico, 16 de jun. de 2002.
- IVANCHECHIN, M. **Entrevista concedida à Clotilde Zai**. Mato Rico, 04 de jan. de 2005.
- JACOBS, J. **A natureza das economias**. São Paulo: Beca Produções Culturais. 2001

- KAGEYAMA, A. **Os rurais e os agricultores de São Paulo no Censo de 2000**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP n. 112, out. 2003. Disponível em <http://www.eco.unicamp.br/Downloads/Publicacoes/TextosDiscussao/texto112.pdf>. Acesso em setembro de 2008.
- KASNOK, J. B. **Entrevista concedida à Clotilde Zai**. Mato Rico, 05 de jan. de 2005.
- LAVEZZO, R. **Política de Assistência Social: Avaliação da relevância do Programa Bolsa Família junto à população beneficiária no Município de Mato Rico**. (Monografia) Departamento de Serviço Social. Faculdade da Região Central do Paraná – UCP. Pitanga. 2007.
- LOCH. **Entrevista concedida à Clotilde Zai**. Mato Rico, 28 de dez. de 2008.
- LOPES, J. R. B. **Desenvolvimento e mudança social: formação da sociedade urbano-industrial no Brasil**. São Paulo: Nacional. 1978
- LOURENÇO, G. M. **A economia paranaense em tempos de globalização**. Curitiba, 2003.
- MACEDO, R.K. **O que são e para que servem os zoneamentos ambientais?** Disponível em: <http://www.bem.com.br>. Acesso em: junho 2004. 5p.
- MATSUUCHI, K. J. *et al.* Paraná: 150 anos – das florestas ao turismo. **Percursos: Curitiba em Turismo**, n. 3, p. 21-41, 2004
- MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais** Disponível em: http://br.geocities.com/eridiane/ea/programa_desenv_sustent_territorios_rurais_mda Acesso em setembro de 2008.
- MENDONÇA, F. A. **Geografia e Meio Ambiente**. São Paulo: Contexto, 1993.
- MIGLIORINI, S. M. S. Indústria paranaense: formação, transformação econômica a partir da década de 1960 e distribuição espacial da indústria no início do século XXI. **Revista Eletrônica Geografar**, Curitiba, v.1, n.1, p. 62-80, jul./dez. 2006.
- MILWARD, W. E. **Implantação da Indústria Automobilística e Novos Contornos da Região de Curitiba**. Curitiba: 1999. Dissertação (Mestrado Desenvolvimento Econômico) UFPR – Universidade Federal do Paraná.
- MINEROPAR – Minerais do Paraná. **Atlas Geológico Estado do Paraná**. Curitiba, 116 pp, 2001.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. **Relatório Analítico de domicílios e pessoas cadastrados**. Cadastramento único para programas sociais do governo federal – versão 6.0.4. Acesso em dezembro de 2007.
- MONTES, S. R. **Entre o campo e a cidade: as territorialidades do distrito de Tapuirama (Uberlândia - MG) - 1975 a 2005**. 2006. Dissertação (mestrado em geografia) Universidade Federal de Uberlândia.
- MOREIRA, V. L. B. **Planejamento Urbano em Municípios de Pequeno Porte: O Caso do Paraná**. 2007. Dissertação (mestrado em urbanismo) Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

OKA-FIORI; SANTOS, L.J.C.; CANALI, N. E.; FIORI, A.P.; SILVEIRA, C.T.; SILVA, J.M.F.; ROSS, J.L.S. **Atlas Geomorfológico do Estado do Paraná**: escala base 1:250.000, modelos reduzidos 1:500.000. Minerais do Paraná – MINEROPAR, Curitiba, 59 pp, 2007.

PARANÁ DA GENTE. Municípios Paranaenses: origem e significados de seus nomes, por João Carlos Vicente Ferreira. 2006.

PNUD – **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em <http://www.pnud.org.br/administracao>. Acesso em fevereiro de 2007.

Programa Paraná Alfabetizado. Acesso em 29 de junho de 2008. Disponível em <http://www.paranaalfabetizado.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=9>

ROCHA, A. S., SCHEFLER, M. DE L. N. e COUTO, V. DE A. Organização social e desenvolvimento territorial: reflexões sobre a experiência dos CMDRS na região de Irecê – Bahia. *In: Superintendência de estudos econômicos e sociais da Bahia. Análise Territorial da Bahia Rural*. Salvador: SEI, 2004

RUA, J. Urbanidades e novas ruralidades no estado do Rio de Janeiro: algumas considerações teóricas. *In: MARAFON, Glaúcio J.; RIBEIRO, Marta F. (Org.). Estudos de geografia fluminense*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo-território**: revista de geografia agrária, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82-106, fev. 2006. Disponível em: <<http://www.campoterritorio.ig.ufu.br>> Acesso em: junho de 2008.

SAMPAIO, R. Paraná usa microcrédito contra pobreza. Curitiba: **Jornal Primeira Página**, 27/02/2008. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>. Acesso em junho de 2008.

SANCHEZ, R. O.; SILVA, T. C. Zoneamento ambiental: uma estratégia de ordenamento da paisagem. **Cadernos de Geociência**, Rio de Janeiro, n.14, p.47-53, abril/junho. 1995.

SANTOS, M. Salvador: centro e centralidade na cidade contemporânea. *In: GOMES, M. A. (Org.). Pelo Pelô: história, cultura e cidade*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 1995. p. 11-29

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. A. Desarrollo territorial rural. **Debates y temas rurales**. Santiago de Chile, n. 1., 2004. Disponível em: <<http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=870>>. Acesso em novembro de 2008.

SCHNEIDER, S e TARTARUGA, I. G. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raízes**. Campina Grande. Vol. 23, N^os 01 e 02, jan.–dez./2004

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Vol.16, abr. p.164-184 2001.

SCHNEIDER, S. **Agricultura familiar e pluriatividade**. Editora Universidade/UFRGS, Porto Alegre. 1999.

SEMA -Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Coordenadoria de Terras, Cartografia e Cadastro, Divisão de Cartografia, Geodésia e Cadastro Técnico Rural, Divisão Territorial do Estado – DTE. **Arquivo gráfico municipal do Estado do Paraná - AGM-PR**. Curitiba, 2003.

SILVA, J. S. V.; SANTOS, R. F. Zoneamento para planejamento ambiental: vantagens e restrições de métodos e técnicas. **Caderno de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.21, p.221-263, maio/agosto. 2004.

SILVEIRA, C. B. **O Entrelaçamento Urbano-Cultural: centralidade e memória na cidade do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2004.

SILVEIRA, C. T.; OLIVEIRA, D. M. e TIUMAN, S. M. **Atlas de geografia física do Paraná**. [2009?]. Não publicado

SOARES, P. C.; FIORI, A. P. Lógica e Sistemática na Análise e Interpretação de Fotografias Aéreas em Geologia. **Notas Geomorfológicas**, Campinas, v. 16, n. 32, p. 71 – 104, 1976.

SOUZA, M. **Atividades não-agrícolas e desenvolvimento rural no Estado do Paraná**. 2000. Tese (doutorado em engenharia agrícola). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e a gestão urbanos**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 2003

SPÓSITO, M. E. B. **Multi(poli)centralidade urbana em Bauru, São José do Rio Preto e Presidente Prudente**. Projeto de Pesquisa Integrada, Presidente Prudente, 1996.

SRTM – Shuttle Radar Topography Mission. **Imagem de radar**. Disponível em <http://srtm.usgs.gov>. Acesso em julho de 2004.

TEREZA, O. A. **Entrevista concedida à Clotilde Zai**. Mato Rico, 28 de dez. de 2008.

TERRITÓRIO PARANÁ CENTRO. **Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável do Território Paraná Centro**. Pitanga. 2006. Acesso em maio de 2008. Disponível em http://www.condraf.org.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_pr_parana_centro.doc.

TKACZUK, E. **A história de Mato Rico**. [2009?]. Não publicado.

TKACZUK, E. A natureza começa a gritar, e o grito começa a história. **Folha de Mato Rico**, Mato Rico, maio, junho e julho de 2005.

TRICART, J, **Ecodinâmica**. FIBGE/Supren, Rio de Janeiro, 1977.

VAZ, T. A. **Lendário Caminho do Peabirú na Serra da Pitanga**. Guarapuava: Grafel, 2002

VEIGA, E. **A Santa de 4,2 milhões de casas**. *Jornal O Estado de São Paulo* - 05/10/08

VEIGA, J. E. **Cidades Imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

VEIGA, J. E. **Economia e desenvolvimento para os novos tempos.** Entrevista para revista Remus. Nov.-Dez. 2003, Ano28 – n.212 [ABDE], p.4-8. disponível em www.econ.fea.usp.br/zeeli/Textos/ultimos_trabalhos.htm

VEIGA, J. E. **A história não os absorverá nem a geografia.** Campinas: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

WANDERLEY, M. N. B. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. In: **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, 15, outubro 2000.

WANDERLEY, M. N. B. **A ruralidade no Brasil moderno.** Por um pacto social pelo desenvolvimento rural. Capítulo; Unna Nueva ruralidad en America Latina? Editora Buenos Aires. Buenos Aires, 2002. Acesso em 17 de junho de 2008. Disponível em <http://168.96.200.17/ar/libros/rural/wanderley.pdf>.

WANDERLEY, M. N. B. **Estudos, Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro:** CPDA-UFRRJ, n. 20, p. 113-143, abr., 2003.

WANDERLEY, M. N. B. **Olhares sobre o “rural” brasileiro.** In: Revista Raíces, Campina Grande. Vol. 23, Nºs 01 e 02, p. 82-98, jan.–dez. 2004

ZAI. C. **A formação sócio-cultural da Colônia Ucraniana de Mato Rico – PR: espaço, memória e perspectivas para o turismo.** 2007 – Monografia. (Especialização em Análise Ambiental). Universidade Federal do Paraná.

ZAI. C. **Levantamento das famílias colonizadoras do município de Mato Rico.** Relatório de campo. Mato Rico. 2006